

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Fazenda
Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

BALANÇO GERAL

2018

José Ivo Sartori

Governador do Estado

Luiz Antônio Bins

Secretário de Estado da Fazenda

Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin

Contador e Auditor-Geral do Estado

CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

Av. Mauá, 1155 - sala 404-A - CEP 90030-080

Porto Alegre - RS



Mensagem do Secretário

A situação das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul continua a exigir medidas responsáveis em termos de ajuste fiscal. Mesmo com o enfrentamento dos principais problemas estruturais, como historicamente se apresentam o deficit da Previdência e o contrato da dívida com a União, levados a efeito pelo Governo no quadriênio 2015-18, o impacto mais relevante destas ações em termos de equilíbrio das contas públicas ainda levará alguns anos, o que exigirá uma contínua política de melhoria na arrecadação e no controle de gastos, aliada à desejada, necessária e consistente retomada da atividade econômica, tanto regional, como nacional.

Apesar de todo o esforço fiscal despendido pelo Estado neste período governamental – em que foram enfrentadas não só diversas questões estruturais que afligem as finanças gaúchas mas também a mais nefasta crise econômica da história republicana brasileira¹ –, o ano de 2018 findou apresentando mais um exercício de deficit orçamentário a ser incluído no rol daqueles já verificados no último meio século. Como efeito, as despesas empenhadas foram superiores em R\$ 2,73 bilhões às receitas auferidas.

Apesar desse resultado, é imperativo que se louve o esforço da Administração Estadual desde os estertores deste período governamental, em especial da Pasta Fazenda e de seus servidores, com vistas à ampliação das receitas e à melhoria da gestão e do controle do gasto público, o que possibilitou grande redução do deficit originariamente previsto na Lei Orçamentária Anual para 2018 (LOA – Lei nº 15.054/17), da ordem de R\$ 6,87 bilhões.

Como é público e notório, foi, também, essa ação estatal que viabilizou a enorme redução da insuficiência financeira prevista para o quadriênio nos idos de 2015, da ordem de R\$ 25 bilhões, para a efetivamente incorrida, de menos de R\$ 7,5 bilhões².

Tais fatos demonstram com clareza a seriedade e a responsabilidade que orientaram a execução orçamentária, não só no exercício de 2018, mas no decurso de toda a última gestão governamental. A própria promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual (Lei nº 14.836/16), a primeira subnacional na espécie, é prova cabal dessa visão.

¹ Estudos da Receita Estadual estimam que o Tesouro do Estado deixou de arrecadar cerca de R\$ 11 bilhões a título de ICMS no quadriênio 2015-18 em face da crise econômica que assolou o país.

² Já incluídos os valores da dívida com a União não pagos por força da liminar concedida pelo STF em 2017.

O deficit orçamentário de R\$ 2,73 bilhões decorreu da realização de receitas no montante de R\$ 66,61 bilhões e do empenho de despesas no valor de R\$ 69,35 bilhões³. O resultado orçamentário só não foi pior porque diversas foram as medidas concretizadas tanto no âmbito das receitas quanto das despesas públicas.

Na área das receitas próprias, continuaram os impactos positivos do aumento das alíquotas do ICMS, da criação do AMPARA-RS e dos ajustes nas legislações do IPVA e do ITCD. Foram muito bem sucedidos os programas COMPENSA-RS⁴ e REFAZ 2018, bem como as antecipações de receitas de ICMS e IPVA do mês de dezembro. Também a intensificação do efetivo e contínuo combate à sonegação, a maior efetividade da cobrança da dívida ativa e a revisão dos benefícios fiscais contribuíram para a melhoria dos indicadores.

As receitas de impostos propiciaram o ingresso de R\$ 38,55 bilhões, representando um crescimento nominal de 10,3% sobre o ano anterior, com destaque para o IPVA, cuja arrecadação cresceu mais de 24% em relação a 2017, garantindo o ingresso de R\$ 3,13 bilhões. Já o ICMS, o mais produtivo tributo nacional e a principal fonte de receita gaúcha, contribuiu com R\$34,83 bilhões, representando crescimento nominal de 9,1% e real de 3,0% (IGP-DI), comparativamente ao exercício anterior. No quadriênio 2015-18, o imposto estadual de consumo cresceu cerca de 35%.

Tais resultados foram, também, extremamente positivos para os 497 municípios gaúchos, que tiveram os montantes recebidos do Estado a título de transferências constitucionais vinculadas ao ICMS e ao IPVA majorados na mesma proporção.

Como resultado do combate à sonegação, foram constituídos créditos tributários no montante de R\$ 10,8 bilhões no período 2015-18, dos quais 1.105 autos de lançamentos, no valor total de mais de R\$ 2,24 bilhões, foram remetidos ao Ministério Público a título de representações fiscais para fins penais.

Na mesma esteira, a cobrança da Dívida Ativa superou a marca de R\$ 9 bilhões no período, dos quais R\$ 2,6 bilhões somente em 2018, representando o seu recorde histórico.

Lamentavelmente, o mesmo não se pode falar em relação às transferências constitucionais e legais da União ao Estado, as quais, novamente, em mais um exercício, apresentaram desempenho financeiro insatisfatório. Realmente, em que pese o crescimento nominal, essas receitas correntes decresceram em 1,68% em valores constantes, acarretando uma redução da ordem de R\$ 143,9 milhões de repasses ao Tesouro gaúcho.

³ Compreende, neste montante, os valores da dívida com a União não pagos em face da já aludida liminar obtida junto ao STF, os quais foram empenhados em virtude do regime de competência aplicável.

⁴ O COMPENSA-RS vige até 2024, a teor das Emendas Constitucionais 94/2016 e 99/2017.

No âmbito da gestão das despesas, a mais significativa em termos de resultado diz com os contratos da dívida com a União, forte tanto nos aditivos celebrados com o Governo Federal em face das Leis Complementares 148/14, 151/15 e 156/16 - que propiciaram uma redução de R\$ 22 bilhões no estoque da dívida até o ano de 2028 (dos quais R\$ 5 bilhões até o final de 2017), de R\$ 5,4 bilhões no fluxo de pagamentos até julho de 2018 e na redução das parcelas mensais em cerca de R\$ 50 milhões/mês -, quanto na continuidade da suspensão do seu pagamento em decorrência da Liminar concedida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, cujos efeitos positivos oscilam ao redor dos R\$ 4 bilhões até o final do último exercício.

Importa ainda destacar os importantes resultados decorrentes do contínuo contingenciamento das despesas discricionárias, em efeito desde 1º de janeiro de 2015, o qual propiciou uma economia de quase R\$ 1 bilhão no quadriênio, dos quais R\$ 232 milhões somente em 2018. Igualmente, os programas “Qualidade do Gasto”, com redução de gastos da ordem de R\$ 700 milhões desde 2013, e “Nota Fiscal Eletrônica como Parâmetro de Preços ” impactaram positivamente naquelas despesas.

De salientar, também, a conclusão do Sistema Custos/RS pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE, que se revela como uma importante ferramenta para análise da gestão estadual por centro de custos, já controlando cerca de 75% dos gastos da administração Direta do Estado. Da mesma forma, a implantação do Sistema de Patrimônio do Estado – APE, que tem o condão de melhorar a gestão e o controle sobre os bens do Estado.

No mesmo diapasão, relevante marco foi implementado na gestão dos depósitos judiciais. Forte na Lei nº 15.232/18, não só foi vedada a utilização desses recursos na forma até então vigente, como foram ratificados os procedimentos pretéritos, regularizados os depósitos existentes e definida a forma de recomposição de seus valores no tempo.

O COMPENSA-RS, instituído pela Lei nº 15.038/17 tendo como objetivo encaminhar alternativa de solução, mesmo que parcial, para dois grandes problemas fiscais do Estado, que dizem com os precatórios e com a dívida ativa, cada qual com significativo saldo a pressionar o Erário, encerrou sua primeira fase com alentadores resultados: 405 pedidos de compensação, que resultaram ou resultarão na quitação de R\$ 1,55 bilhão de dívida ativa e de R\$ 1,35 bilhão de precatórios, com o pagamento em espécie de cerca de R\$ 200 milhões, dos quais R\$ 133 milhões já efetuados no momento dos respectivos requerimentos.

Por fim, impende destaque às receitas extraordinárias auferidas em 2018, especialmente as oriundas das vendas de ações do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL, da redução do seu capital, da desconstituição de fundos do Estado e da cessão dos direitos creditórios vinculados ao Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul – FOMENTAR/RS, que

geraram, respectivamente, ingressos de R\$ 536,9 milhões, R\$ 167,8 milhões, 116,8 milhões e R\$ 280 milhões.

Em que pese as monumentais dificuldades, a contínua busca da construção de um Estado fiscalmente equilibrado é condição imprescindível para se garantir melhor atendimento aos anseios da sociedade – razão última de ser do próprio Estado –, principalmente nos setores de maior relevância e impacto social, tais quais os de Saúde, Educação e Segurança, com particular consideração aos mais necessitados.

É esse, em última análise, o crucial desafio a se apresentar ao gestor público: tomar iniciativas visando a enfrentar e corrigir problemas estruturais e agir para superar as contingências decorrentes de crises conjunturais – sem descurar, nesse decurso de tempo, de eventuais impactos que possam ameaçar a prestação dos serviços públicos mais essenciais à população.

E essa foi a premissa sobre a qual se fundamentou toda a gestão do Governo Sartori.

Com efeito, na área da Saúde, em 2018, foram aplicados R\$ 4,98 bilhões, oriundos das mais diversas fontes de recursos. Cumprindo mandamento constitucional, da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), o Tesouro do Estado aplicou 12,16%, correspondente a R\$ 4,08 bilhões em ações e serviços públicos nessa área.

Em relação à Educação, foi cumprido e superado o mínimo constitucional, tendo sido destinados, ao longo do exercício, R\$ 9,16 bilhões de recursos com origem na RLIT para financiamento das despesas com Educação, o que corresponde a 27,26% desta espécie de receita. É imperioso registrar que, como já destacado em anos anteriores, o Estado continua sendo onerado por expressivas perdas em domínio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as quais só aumentam e já alcançaram o valor de R\$ 1,62 bilhão, correspondendo a mais de 26% dos recursos entregues pelo Erário Estadual ao referido Fundo.

Já a Segurança Pública, em que pese a inexistência de previsão de valores mínimos de afetação de recursos, foi definida, até mesmo em face do clamor popular, como área prioritária de investimento social pelo Governo. Com efeito, nos últimos anos, o Estado tem aumentado significativamente seus dispêndios nesta área, tendo destinado, em 2018, R\$ 8,83 bilhões, dos quais R\$ 8,25 bilhões com origem na sua RLIT, o que corresponde a 26,27% destas receitas.

Como já destacado, dois dos principais problemas estruturais das finanças do Estado, os serviços da dívida e o deficit da Previdência, seguem impactando fortemente os resultados fiscais. Não por acaso, tiveram um enfrentamento sem similar pelo Governo Estadual.

No tocante à Dívida com a União, por óbvio o grande esforço no último ano se concentrou na construção das condições para a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, previsto na Lei Complementar 159/17 e que possibilita a suspensão do pagamento destas obrigações pelo prazo de três anos, prorrogáveis por até igual período – o que pode representar um alívio financeiro ao Tesouro Estadual da ordem de R\$ 11,3 bilhões a R\$ 16,3 bilhões. Afora isso, registre-se a possibilidade de obtenção de recursos decorrentes de novas operações de crédito nas específicas hipóteses previstas na própria LC 159/17, inobstante ultrapassado o limite de 200% na relação Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida (DCL/RCL).

Outra causa importante para a situação de deficit fiscal do Estado relaciona-se à questão previdenciária, cujo cognominado deficit tem aumentado de forma significativa ano a ano, chegando à casa dos R\$ 11,6 bilhões no exercício de 2018. Por isso, o enfrentamento da matéria pela Administração Estadual que ora finda sua gestão envolveu importantes alterações normativas, consistentes na elevação das alíquotas de contribuição funcional e patronal para 14% e na instituição de um Regime de Previdência Complementar para os servidores entrantes no serviço público estadual a partir de agosto de 2016. Essas medidas, somadas ao Regime de Capitalização criado no ano de 2011, permite uma perspectiva de equilíbrio no futuro, quando os novos regimes previdenciários forem fortemente majoritários. Até lá, impende a travessia de um período de transição eivado de desafios, os quais, todavia, não autorizam e não devem permitir a destruição da previdência social como um instrumento de proteção da cidadania e de preservação da dignidade da pessoa humana, em especial a partir da terceira idade.

De outra sorte, impossível não se mencionar a gestão do gasto de pessoal do Estado, que se consubstancia em sua maior e mais impactante despesa, a qual cresceu 7,8% no último exercício, tendo passado de R\$ 27,09 bilhões em 2017 para R\$ 29,21 bilhões em 2018. Destaque-se que tal aumento ocorreu sem que o Estado tivesse concedido qualquer reajuste a seus servidores – da mesma forma que nos três anos anteriores (2015, 2016 e 2017) –, limitando-se tão somente a honrar os reajustes/aumentos concedidos parceladamente aos servidores da Segurança Pública no final de 2014, cujos efeitos ocorreram semestralmente em todo o período governamental.

Afora a preocupação com o montante de dispêndios na espécie, principalmente em termos relativos às receitas auferidas, cabe salientar a preponderância de servidores inativos e de pensionistas em face dos servidores ativos, o que, afora a contribuição para o já mencionado deficit previdenciário, pode representar eventuais prejuízos à adequada prestação de serviços públicos pela não reposição da força de trabalho (mas não necessariamente, à vista dos avanços tecnológicos verificados nos últimos anos).

Não obstante esses enormes gastos com pessoal, o Estado, a teor dos critérios utilizados pelo respectivo Tribunal de Contas, encontra-se, em seu conjunto, dentro dos limites de despe-

sas previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00). Entretanto, o Poder Executivo, considerado isoladamente, como determina a norma, ultrapassou o limite prudencial definido, eis que dispendeu o valor correspondente a 46,59% da Receita Corrente Líquida (RCL), quando o permitido se limita a 46,55% da citada RCL.

Esse é o resultado de um Estado que, ao longo dos tempos, sempre procurou oferecer serviços em quantidade e qualidade necessários e desejados pela sociedade sul riograndense. E se estruturou para isto, sem, no entanto, fazer as devidas provisões e reservas que garantissem os recursos necessários para fazer frente às despesas futuras, tais quais, entre outras, as relativas aos pagamentos a seus servidores inativos e aos pensionistas, atuais e futuros (não enquadrados na Previdência Complementar).

Resta evidente que o Estado vem gastando mais do que arrecada, além de despender mais para acertar o passado do que para realizar o presente e investir no futuro. Acrescente-se a esse quadro o inescapável impacto da maior recessão econômica da história pátria, e tem-se um quadro completo dos problemas a enfrentar.

Ainda assim, são evidentes os esforços envidados pelo Estado, compreendendo o Governo e a Administração Pública em geral neste período governamental. As dificuldades e contingências que se apresentaram no decurso destes quatro anos não impediram o enfrentamento corajoso e destemido e a realização do que precisava ser feito, à vista da gestão fiscal responsável, do respeito a esta sociedade de 11 milhões de gaúchos e da construção de um mundo melhor para as futuras gerações.

O fortalecimento da receita estadual; o equacionamento da dívida com a União neste momento com a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal; a contínua qualificação, austeridade e controle na gestão do gasto público; a privatização de empresas do Estado despiciendas ao cumprimento de sua função institucional, dependentes do Tesouro e/ou geradoras de prejuízo; e o retorno ao crescimento econômico sustentável constituem elementos indispensáveis, neste momento histórico, para a construção de uma situação fiscal equilibrada e sustentável, que venha a contribuir para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul e de sua gente.

Atenciosamente,

Luiz Antônio Bins

Secretário de Estado da Fazenda

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	19
1.1 - Planejamento	19
1.1.1 - Plano Plurianual - PPA	19
1.1.2 - Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO	20
1.1.2.1 - Prioridades e Metas	20
1.1.2.2 - Anexo de Metas Fiscais	20
1.1.2.3 - Anexo de Riscos Fiscais	23
1.1.3 - Lei Orçamentária Anual - LOA	23
1.2 - Balanço Orçamentário	25
1.2.1 - Série Histórica do Resultado Orçamentário	28
1.3 - Resultado Primário	28
1.3.1 - Série Histórica do Resultado Primário	30
1.4 - Receita Realizada	30
1.4.1 - ICMS	31
1.4.2 - IPVA	32
1.4.3 - ITCD	33
1.4.4 - Participação dos Municípios na Receita do Estado	34
1.4.5 - Receita de Contribuições	34
1.4.6 - Transferências Correntes	35
1.4.7 - Operações de Crédito	36
1.4.8 - Alienação de Bens	37
1.5 - Despesa Realizada	37
1.5.1 - Pessoal e Encargos Sociais	38
1.5.2 - Serviço da Dívida	40
1.5.3 - Outras Despesas Correntes	41
1.5.4 - Investimentos	42
1.5.5 - Inversões Financeiras	43
2 - GESTÃO FISCAL	45
2.1 - Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF	45
2.1.1 - Receita Corrente Líquida - RCL	45
2.1.2 - Despesa com Pessoal	46
2.1.2.1 - Poder Executivo	47
2.1.2.2 - Poder Judiciário	47
2.1.2.3 - Poder Legislativo	47
2.1.2.4 - Ministério Público	48
2.1.3 - Dívida Consolidada Líquida	48
2.1.4 - Operações de Crédito	50

2.1.4.1 - Ingressos	50
2.1.4.2 - Aplicação	51
2.1.5 - Avais e Garantias	51
2.2 - Vinculações Constitucionais e Legais	52
2.2.1 - Despesa com Educação	53
2.2.1.1 - FUNDEB	53
2.2.1.2 - Limites Constitucionais da Educação	54
2.2.2 - Despesa com Saúde	55
2.2.2.1 - Limites Constitucionais da Saúde	55
2.2.3 - Despesa com Ensino Superior	56
2.2.4 - Despesa com Pesquisa Científica e Tecnológica	57
2.3 - Despesa com Segurança	57
2.3.1 - Despesa com Segurança Pública x RLIT	57
2.4 - Resultado Previdenciário	58
2.4.1 - Plano Financeiro	58
2.4.2 - Fundo Previdenciário - FUNDOPREV	59
2.4.3 - Regime de Previdência Complementar - RPC/RS	60
2.5 - Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual	61
3 - GESTÃO PATRIMONIAL	62
3.1 - Ativo.....	63
3.1.1 - Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC	66
3.1.2 - Créditos a Curto Prazo e Ativo Realizável a Longo Prazo	67
3.1.2.1 - Créditos de Auto de Lançamento	67
3.1.2.2 - Clientes	68
3.1.2.3 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	68
3.1.2.4 - Dívida Ativa	69
3.1.2.4.1 - Dívida Ativa da Administração Direta	69
3.1.2.4.2 - Dívida Ativa da Administração Indireta	72
3.1.2.5 - Devedores	73
3.1.2.6 - Responsáveis por Pagamentos Irregulares e Sequestros Judiciais a Regularizar	74
3.1.2.7 - Demais Créditos de Curto e Longo Prazo - Financeiro	75
3.1.2.8 - Demais Créditos de Curto e Longo Prazo - Patrimonial	75
3.1.3 - Estoques	76
3.1.4 - Participações Acionárias	76
3.1.5 - Fundos para Financiamento	79
3.1.6 - Imobilizado e Intangível	79
3.2 - Passivo.....	79
3.2.1 - Restos a Pagar	81
3.2.2 - Passivo Financeiro Relacionado ao SIAC	82
3.2.3 - Empréstimos e Financiamentos	83
3.2.4 - Débitos Parcelados	84
3.2.5 - Precatórios, Requisições de Pequeno Valor e Outros Débitos Judiciais	85
3.2.5.1 - Precatórios	85
3.2.5.2 - Requisições de Pequeno Valor e Outros Débitos Judiciais	88
3.2.6 - Provisões a Longo Prazo	89
3.2.6.1 - Provisão Atuarial do RPPS	89
3.2.6.2 - Provisão de Remuneração do SIAC	90
3.2.6.3 - Provisão de Indenizações Trabalhistas, Riscos Fiscais e Cíveis	91
3.2.6.4 - Provisão de Pensões Integrais a Pagar	94

3.2.7 - Resultado Diferido	94
3.2.8 - Patrimônio Líquido	95
3.2.8.1 - Resultado Patrimonial do Período	95
3.2.8.2 - Ajustes de Exercícios Anteriores	96
3.2.8.3 - Resultado de Exercícios Anteriores	96
3.3 - Contas de Controle	96
3.3.1 - Atos Ativos e Passivos	96
3.3.2 - Passivos Contingentes	99
3.3.3 - Outros Controles	102
4 - MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	103
4.1 - Patrimônio Financeiro	104
4.2 - Recursos Vinculados e Situação Financeira Potencial	106
4.2.1 - Receita Arrecadada e Parcelas Vinculadas	107
4.2.2 - Movimentação Financeira dos Recursos Vinculados	108
4.3 - Situação Líquida Financeira	110
4.3.1 - Situação Líquida Financeira Real	110
4.3.2 - Situação Líquida Financeira Ajustada	111
5 - ABREVIATURAS E SIGLAS	113
6 - DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS DOS SETOR GOVERNAMENTAL	121

DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS DO SETOR GOVERNAMENTAL

1 - DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - ANEXO 1 - RFPE 60	123
2 - PROGRAMA DE TRABALHO - DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS ATIVIDADES - ANEXO 7 - RFPE 61	124
3 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS - ANEXO 8 - RFPE 62	131
4 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - ANEXO 9 - RFPE 63.....	138
5 - COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - ANEXO 10 - RFPE 64	139
6 - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - ANEXO 11 - RFPE 65	203
7 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA RALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, SUBCATEGORIA ECONÔMICA, ELEMENTO E SUBELEMENTO - RFPE 71	204
8 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO, SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO - RFPE 72	214
9 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO, SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO - RFPE 73	215
10 - BALANÇO GERAL DO ESTADO CONSOLIDADO - EXERCÍCIO DE 2018	220
11 - NOTAS EXPLICATIVAS DA CONSOLIDAÇÃO	223

Introdução

Prevista no inciso XII do art. 82 da Constituição Estadual, a Prestação de Contas é uma das formas de aplicação prática do Princípio Republicano de Estado pois torna efetiva a obrigação do Governante de demonstrar à sociedade como estão sendo utilizados os recursos públicos que dela são retirados por meio da arrecadação de impostos. Na Carta Magna do Estado diz que compete ao Governador "prestar à Assembleia Legislativa, até 15 de abril de cada ano, as contas referentes ao exercício anterior e apresentar-lhe o relatório de atividades do Poder Executivo".

Cabe justamente, como função institucional, à Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE) – na condição de Subsecretaria da Fazenda e Órgão Constitucional responsável pelo Sistema de Controle Interno do Estado, de todos os Poderes – a elaboração desta Prestação de Contas do Governador, (inciso XIII, art. 2º, da Lei 13.451-2010).

A CAGE, também como Órgão de Controle, possui competências que a inserem no complexo sistema de gestão do Estado, com destacado papel na melhoria da utilização dos sempre escassos recursos públicos, ante o número de demandas sociais que ele deve prover.

Neste sentido, ao longo de 2018, buscamos cumprir nossa função especialmente por meio da orientação aos gestores públicos. E fizemos isso com publicação diária da newsletter CAGE News, um informativo eletrônico com conteúdos relacionados à Administração Pública Estadual e seu controle interno. Outra fonte de orientação aos administradores e seu staff foi a manutenção e a atualização constante do Sistema de Informações da CAGE – SINCAGE, portal eletrônico que disponibiliza para consulta de toda a administração pública a legislação estadual consolidada. Além disso, a CAGE oferece outras formas de orientação, tais como Informações, Instruções Normativas, Pareceres, etc., em resposta a consultas sobre procedimentos a serem aplicados pelos gestores públicos.

Outra importante função a cargo da CAGE é a administração do Portal Transparência RS, site que teve 485.366 acessos em 2018. É importante ressaltar que em 2018 foi concluída nova versão deste Portal, tornada muito mais dinâmica, ágil e eficiente, colocando o Rio Grande do Sul ficou em segundo lugar no ranking geral de transparência pública organizado pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, ao passo que, em 2017 figurávamos na nona posição nacional. Esse quadro positivo foi corroborado também pelo sucesso do Aplicativo para dispositivos móveis chamado PILA\$ RS, Plataforma de Informações de Livre Acesso à Sociedade, que conta com 20.196 *downloads*, em 2018, por usuários espalhados pelo mundo, além de ótima avaliação,

tanto no sistema Android como no iOS. Neste 2018 também qualificamos a legislação e o portal para melhor controle social dos Convênios e Parcerias firmados com o Governo, com o objetivo de disponibilizar um maior número de informações às entidades convenientes e a transparência aos cidadãos, possibilitando realizar online todas as prestações de contas de convênios. Ou seja, informações e prestações de contas passaram a ser totalmente digitais, eliminando a necessidade de envio de papel. Estes novos produtos somam-se a outros igualmente criados nesta gestão 2015-2018, a saber: o CAGE GERENCIAL – Sistema de Mineração e disponibilização de cruzamento de dados para gestores e auditores; Sistema de Gestão de Obras Públicas – SGO; Sistema de Controle de Patrimônio Público – APE e Relatório de Governança, o qual tem o propósito de dar uma visão macro dos números à alta administração.

Para chegar a esse resultado, a CAGE também utilizou uma série de outros sistemas de informações e controle, que forneceram o arcabouço técnico para a realização do trabalho que aqui apresentamos. São eles: o Sistema Custos-RS, que permite ao gestor ampliar as informações sobre custo/benefício de suas ações, auxiliando-o na tomada de decisão (implantação concluída neste período de governo); o Controle de Inadimplentes com o CADIN e CFIL, que são sistemas para controle de pessoas inadimplentes e fornecedores impedidos de licitar com o Estado; o SisCHE, cadastro de habilitados a firmar convênios com o Estado; o Finanças Públicas do Estado – FPE, destinado à execução orçamentária e financeira do Estado; o Administração do Patrimônio do Estado – APE, destinado ao controle dos bens móveis do Estado; o Integração Estado / Fornecedor – IEF, para o controle eletrônico de fornecedores como água e energia elétrica; e o Sistema de Administração de Materiais – SAM dedicado ao controle dos estoques de materiais utilizados pelo Estado.

Essas providências não implicaram abrir mão das necessárias Auditorias e Fiscalizações sobre as Contas dos Gestores, sobre as Prestações de Contas e análises de processos de acompanhamento da execução orçamentária aprovada pela Lei de Orçamento Anual. Cabe aqui destacar dois aspectos importantes. O primeiro foi a posse, no período que se encerra, de perto de 50 Auditores do Estado, além do ingresso de Técnicos Tributários. O segundo, a realização de concurso válido para os próximos quatro anos, tanto para o cargo de Auditor do Estado, quanto para o novo cargo de Auxiliar Administrativo Fazendário.

Em decorrência do conjunto desses serviços, o valor que o Estado deixou de gastar por meio das ações de orientação, auditorias, fiscalizações e correção da CAGE totalizou R\$ 161,8 milhões, valor devidamente quantificado segundo a nova metodologia de cálculo também introduzida nesta gestão.

Esta Prestação de Contas referente ao exercício de 2018 compõe-se, portanto, de uma série de análises e informações de diversas fontes e sistemas, aqui sistematizados em cinco volumes.

Em seu todo, tais dados permitem a avaliação das contas da Administração Direta e Indireta, do Setor Empresarial Governamental e também das Despesas separadas por Órgãos, onde são apresentadas a análise dos Demonstrativos Consolidados a partir do Balanço Geral do Estado, que é o principal demonstrativo contábil para a compreensão das finanças públicas.

Nesse sentido, o Balanço compreende, na parte destacada para a Administração Direta, os Poderes de Estado bem como dos demais Órgãos dotados de autonomia administrativa e financeira. Em relação à Administração Indireta, abrange 17 empresas, 10 Autarquias e 14 Fundações mantidas pelo Estado. Ele é composto:

a) pelos Anexos definidos pela Lei das Finanças Públicas (Lei 4.320-1964). Os Anexos evidenciam as receitas e despesas, comparando-as entre o estimado e o realizado, bem como os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, além dos Demonstrativos do Fluxo de Caixa, Variações Patrimoniais e da Dívida Pública. Incluem, também, demonstrativos sob outros enfoques, como categorias econômicas, funções, programas, projetos, atividades;

b) pelos Demonstrativos Gerais. Estes apresentam os dados de maneira mais analítica, permitindo a avaliação por rubricas, fontes de recursos, grupos de despesa, arrecadação por município, etc. Incluem, também, os demonstrativos dos Fundos Públicos.

A Prestação de Contas do Governador inclui, ainda, uma análise técnica, por nós realizada, sobre os Demonstrativos Consolidados, debruçando-se sobre questões como Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Também aborda questões fiscais, tais como resultados orçamentário e primário, movimentações financeiras, participações acionárias, dívida ativa e passiva, entre outras. Em relação ao que aqui será demonstrado, destaca-se que, no ano de 2018, o Estado do Rio Grande do Sul continuou enfrentando problemas financeiros e econômicos. Mesmo mantidas as alíquotas elevadas de ICMS e não se efetivando o pagamento das dívidas para com a União Federal, o deficit orçamentário aumentou de R\$ 1.668,7 milhões em 2017 para R\$ 2.737,8 milhões em 2018. O resultado primário passou de um deficit de R\$ 422,5 milhões em 2017, para um deficit de R\$ 257,8 milhões em 2018 (Ressalte-se, por oportuno, que esse resultado primário de 2018 considera a metodologia antiga, para manter a comparabilidade com o de 2017. A publicação do RREO do 6º bimestre de 2018 foi realizada utilizando a nova metodologia, que, em linhas gerais, utiliza o regime de caixa para as despesas primárias, não considerando os empenhos não pagos no exercício e considerando os pagamentos de restos de exercícios anteriores. O resultado primário de 2018, pela nova metodologia registrou um superavit de R\$ 793,9 milhões). Considerando-se a evolução nos últimos dois anos, o dado é positivo, já que uma redução no deficit primário na ordem de R\$ 164,7 milhão sinaliza redução do nível de endividamento do Estado.

Do ponto de vista qualitativo, os gastos atingiram os níveis constitucionais federais necessários. As despesas com Saúde representam 12,16% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), cujo mínimo constitucional é de 12%. Na Educação, cujo mínimo fixado na Constituição Federal é de 25% e na Constituição Estadual é de 35%, as despesas representaram 27,26% da RLIT. Na Segurança Pública, que não tem um limite fixado pela Constituição, as despesas do Poder Executivo chegaram a 26,27% da RLIT, valor próximo ao volume de recursos gastos com Educação. O índice de Despesas com Pessoal (DP) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), seguindo os critérios fixados pelo Tribunal de Contas do Estado, ficou em 46,59% em 2018, ao passo que em 2017 foi de 46,54% e, em 2016, 44,1%. O resultado de 2018 posiciona-se, portanto, acima do limite prudencial de 46,55% fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal. Em relação ao percentual de comprometimento da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL, 2018 encerrou com um percentual de 222,90%, superior, portanto, aos 218,8% em 2017 e aos 212,9% em 2016. Ou seja, em todos esses períodos mantiveram-se indicadores acima do limite legal para o ano, que deveria ser de até 200%. Destaca-se que este percentual, a cada ano mais elevado, deve-se ao não pagamento de parcelas da dívida no exercício de 2018.

O aumento nos índices referidos comparativamente ao ano de 2017, explica-se também pelo não ingresso de receitas extraordinárias, tal como anteriormente se esperava e que está plenamente refletido e demonstrado no desajuste estrutural orçamentário que vem sendo combatido ano a ano.

Este Balanço Geral do Estado do ano de 2018, pelo conjunto de documentos que o compõem e integram a prestação de contas do Governador do Estado, oferece a analistas especializados, técnicos em gestão pública, finanças e contabilidade, e demais leitores – cidadãos interessados ou experts – a oportunidade de uma adequada compreensão da gestão que finda e da situação das contas do estado gaúcho.

Com isso, no ano em que comemora seus 70 anos de existência, devidamente celebrado com muito orgulho por todos seus integrantes, em nome da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, Órgão Constitucional de Controle Interno do Estado, nela incluídos todos os seus servidores, enalteço a alegria, o privilégio e a honra do exercício desse cargo que reafirma, na transparência dessas informações, os princípios do Estado Democrático de Direito, que todos devemos buscar e defender como valor inalienável da sociedade rio-grandense.

Atenciosamente,

Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin,
Secretário de Estado da Fazenda-Adjunto,
Contador e Auditor-Geral do Estado de 2015 a 2018 e
Presidente do Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI

**ANÁLISE E
INTERPRETAÇÃO
DOS RESULTADOS**

1 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - Planejamento

O planejamento Estatal é formalizado, por expressa previsão constitucional, por meio de três leis ordinárias, cuja iniciativa pertence ao poder Executivo. São elas: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. As atribuições definidas pela Constituição Federal (CF/1988) para cada um desses instrumentos de planejamento, bem como o conteúdo das leis que vigem no Estado do Rio Grande do Sul serão objeto de análise nos itens a seguir.

1.1.1 - Plano Plurianual – PPA

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento estatal com maior alcance temporal, pois estabelece diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos. A lei que formaliza o PPA é editada no primeiro ano de mandato do chefe do Poder Executivo e vige a partir do segundo, gerando efeitos até o primeiro ano do mandato seguinte.

Além disso, segundo o § 8º do art. 149 da Constituição Estadual, os demais instrumentos de planejamento estatal (LDO e LOA) devem estar compatibilizados com o PPA, o que ressalta a importância desse instrumento para o atingimento dos fins pretendidos pelo Estado.

A Lei Estadual nº 14.755, de 20 de outubro de 2015, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, define as diretrizes estratégicas para o período, bem como os programas a serem perseguidos pela Administração Pública.

São diretrizes estratégicas definidas na referida lei:

- I. gerar novo ciclo de desenvolvimento sustentável;
- II. reforçar e ampliar as garantias dos direitos sociais;
- III. prover as condições de infraestrutura necessárias ao pleno desenvolvimento sustentável e regional; e
- IV. produzir resultados por meio do planejamento e integração das políticas públicas.

Em termos quantitativos, o PPA projetou uma despesa total de R\$ 265,17 bilhões para os quatro anos a que se refere. A execução da despesa nos três primeiros anos de PPA atingiu o valor de R\$ 189,32 bilhões, o que representa 71,40% do total previsto para o quadriênio. Ressalta-se

que, segundo o § 1º do artigo 6º da Lei nº 14.755-2015 (PPA), os valores financeiros apresentados são meramente referenciais, não constituindo limites a serem observados na programação das despesas expressas nas leis orçamentárias.

1.1.2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o instrumento orientador da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e estabelece metas e prioridades da Administração Pública de acordo com os objetivos estratégicos definidos no PPA.

A Lei Estadual nº 15.018, de 17 de julho de 2017, dispõe sobre as diretrizes para elaboração da LOA referente ao exercício econômico-financeiro de 2018 e compreende os seguintes anexos:

I. Prioridades e Metas da Administração Pública Estadual

II. Anexo de Metas Fiscais, compreendendo:

- a. demonstrativo das metas anuais;
- b. avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes de previdência do Estado;
- c. evolução do saldo patrimonial, origem e aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos; e
- d. renúncia de receitas e despesas de caráter continuado.

III. Anexo de Riscos Fiscais.

1.1.2.1 - Prioridades e Metas

Este anexo lista as prioridades e as metas dos Poderes e dos órgãos autônomos do Estado para o exercício a que a lei se refere.

1.1.2.2 - Anexo de Metas Fiscais

A meta de resultado primário estabelecida no Anexo II da LDO para o ano de 2018 foi de R\$ 4.237,3 milhões, resultado de receitas e despesas primárias (excluídas as operações intraorçamentárias¹), as quais somam R\$ 54.858,9 milhões e R\$ 50.621,6 milhões, respectivamente. Na apuração do resultado primário não são computadas as receitas e despesas financeiras, ou seja,

¹ As operações intraorçamentárias se referem, quase em sua totalidade, à contribuição patronal ao Fundo de Assistência à Saúde (todos os Poderes e Órgãos), à contribuição patronal ao RPPS - Regime de Participação Simples (Poder Executivo e Defensoria Pública) e à contribuição patronal ao RPPS - FUNDO-PREV (todos os Poderes e Órgãos), bem como à complementação financeira ao RPPS. Tais operações não representam, de fato, ingressos de recursos, mas sim transações entre órgãos e entidades do Estado.

aquelas relacionadas ao financiamento do Estado, tais como a contratação de operações de crédito (receita) e o pagamento do serviço da dívida (despesa).

Diversos dispositivos legais estabelecem a necessidade de acompanhamento da execução orçamentária, a fim de que as condições necessárias ao atingimento da referida meta possam ser criadas, o que reforça sobremaneira a sua importância. São eles:

- Artigo 5º, inciso I, da LRF: Dispõe que a LOA deve conter anexo que demonstre a compatibilidade da programação orçamentária com as metas definidas na LDO;

- Artigo 9º, caput, da LRF: Determina que, se for verificado ao final de um bimestre que a realização da receita pode comprometer a meta de resultado primário estabelecida na LDO, os Poderes devem promover, por ato próprio, nos 30 dias subsequentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios definidos na própria LDO;

- Artigo 9º, § 3º, da LRF: Autoriza o Poder Executivo a limitar os valores financeiros transferidos aos Poderes no caso destes não efetuarem a limitação de empenho referida no item anterior (este dispositivo foi suspenso, por medida cautelar, em decisão do Supremo Tribunal Federal – STF – na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.238-5);

- Artigo 30 da Lei nº 15.018-2017: Atribui ao Poder Executivo a incumbência de apurar o montante necessário de limitação de empenho e de movimentação financeira, bem como de informá-lo aos Poderes;

- Artigo 30, parágrafo único, da Lei nº 15.018-2017: Estabelece que o montante de uma eventual limitação de empenho a ser efetuada pelos Poderes será proporcional à participação de cada um no total da despesa primária orçada inicialmente, excluindo-se as transferências constitucionais aos municípios.

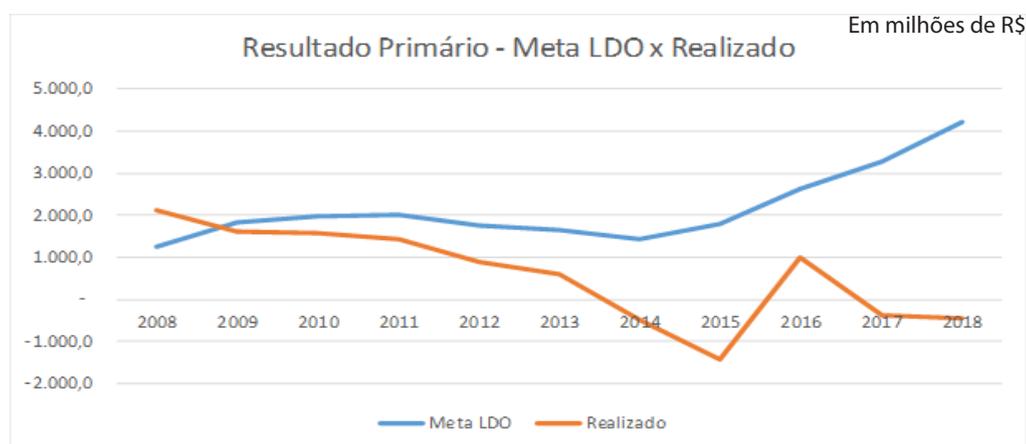
Bimestralmente, o Relatório de Execução Orçamentária é publicado apresentando a reestimativa da receita primária e informando a despesa a ser contingenciada, por Poder, para que a meta de resultado primário definida na LDO possa ser atingida. A reestimativa da receita considera aquela que foi arrecadada até o correspondente bimestre e estima a que se realizará até o final do exercício. Assim, a cada relatório publicado, a precisão da reestimativa aumenta.

No exercício de 2018, a comparação, por Poder, entre a despesa realizada e os limites máximos que seriam necessários para o atingimento da meta de resultado primário prevista na LDO é demonstrada no quadro a seguir:

Em milhões de R\$						
Poderes / Órgãos	Dotação Inicial	% Distribuição	Limite da Despesa Primária	Despesa Primária Executada	Excesso de Despesa Primária	% Excesso
<i>Poder Executivo</i>	36.272,8	85,75%	32.353,2	36.007,6	3.654,4	11,30%
<i>Poder Judiciário</i>	3.570,2	8,44%	3.184,4	3.291,2	106,8	3,35%
<i>Assembleia Legislativa</i>	646,5	1,53%	576,6	601,9	25,3	4,39%
<i>Tribunal de Contas</i>	518,6	1,23%	462,6	530,9	68,3	14,76%
<i>Ministério Público</i>	1.012,1	2,39%	902,7	1.025,7	123,0	13,62%
<i>Defensoria Pública</i>	280,3	0,66%	250,1	277,9	27,8	11,12%
Total Exceto Intraorçamentárias	42.300,5	100,00%	37.729,6	41.735,2	4.005,6	

O limite de despesa primária demonstrado acima (R\$ 37.729,6 milhões) é calculado considerando a receita primária arrecadada até o final do exercício (excluídas as intraorçamentárias e os valores transferidos aos municípios), subtraída da meta de resultado primário da LDO. Assim, caso a despesa executada apresentasse esse total, a meta seria atingida. Ocorre que, como demonstrado acima, a despesa primária superou em R\$ 4.005,6 milhões o referido limite, o que resultou no descumprimento da meta.

O gráfico abaixo demonstra novo descolamento entre a meta definida na LDO e o resultado primário realizado (excluídas as receitas e as despesas intraorçamentárias), fato que vem-se repetindo nos últimos anos. A pouca variação no resultado primário realizado dos últimos dois anos é consequência do equilíbrio entre o crescimento da receita e da despesa, já que, como será visto no item 1.3, ambas apresentaram variação pouco acima do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, que totalizou 7,10% no acumulado de 2018.



A importância desta análise decorre do fato de que superávits primários podem ser direcionados para o pagamento dos serviços da dívida, contribuindo, assim, para a redução do estoque total da dívida líquida. Assim, caso a receita primária seja frustrada ao longo de um exercício financeiro, a limitação das despesas primárias inicialmente fixadas no orçamento se faz necessária, dentro dos parâmetros definidos em lei e com a participação proporcional de cada Poder, para que o Estado, ao longo do tempo, consiga manter sua dívida sob controle e possa assim viabilizar os investimentos necessários ao seu desenvolvimento.

1.1.2.3 - Anexo de Riscos Fiscais

No Anexo de Riscos Fiscais, destaca-se o alerta quanto às possíveis variações no nível de atividade econômica e suas consequências na arrecadação da receita, principalmente aquelas relacionadas ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços – ICMS.

A proposta orçamentária para o ano de 2018 (LOA 2018), que será analisada no próximo item, foi elaborada com base nos seguintes parâmetros macroeconômicos estabelecidos na LDO:

Variáveis	2018
Crescimento Real do PIB BR (% ano)	2,50
Crescimento Real do PIB RS (% ano)	2,50
IPCA (var. % acumulada)	4,50
Taxa de Câmbio (R\$/US\$) - dez	3,40

A variação do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul em 2018, até a data de edição desta análise, não havia sido divulgada. Já o PIB nacional apresentou variação anual positiva de 1,1%. Além disso, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 3,75% em 2018 e o dólar americano fechou o ano cotado em R\$ 3,87.

Os desvios demonstrados entre os parâmetros macroeconômicos utilizados quando da elaboração do orçamento e os valores efetivamente medidos ao final do exercício, principalmente no tocante ao IPCA e ao PIB, confirmam os riscos associados à arrecadação nominal do ICMS. A repercussão de tais diferenças está apresentada no item 1.4 (Receita Realizada).

1.1.3 - Lei Orçamentária Anual – LOA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o instrumento de planejamento de curto prazo que estima as receitas e fixa as despesas para um exercício financeiro. A Lei Estadual nº 15.054, de 19 de dezembro de 2017, apresentou, para o ano de 2018, um orçamento equilibrado de R\$ 70,07 bilhões, incluindo operações intraorçamentárias de R\$ 12,84 bilhões.

O orçamento do Estado compreende a Administração Direta, que inclui os Poderes, as Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

A tabela a seguir apresenta os valores originariamente orçados no ano de 2018, em comparação com os do exercício anterior.

Em milhões de R\$				
Receita Orçamentária	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Receitas Correntes	69.203,8	61.692,7	7.511,2	12,18%
<i>Receita Tributária</i>	34.671,2	33.499,6	1.171,6	3,50%
<i>Receita de Contribuições</i>	16.124,6	14.288,8	1.835,8	12,85%
<i>Receita Patrimonial</i>	978,6	875,0	103,7	11,85%
<i>Receita Agropecuária</i>	1,1	1,7	(0,7)	-38,65%
<i>Receita Industrial</i>	-	0,1	(0,1)	-100,00%
<i>Receita de Serviços</i>	368,3	358,1	10,2	2,85%
<i>Transferências Correntes</i>	8.556,8	8.401,7	155,0	1,85%
<i>Outras Receitas Correntes</i>	8.503,3	4.267,6	4.235,7	99,25%
Receitas de Capital	865,2	1.046,8	(181,6)	-17,35%
<i>Operações de Crédito</i>	648,1	717,2	(69,1)	-9,63%
<i>Alienação de Bens</i>	14,2	8,7	5,5	63,53%
<i>Amortização de Empréstimos</i>	28,4	40,9	(12,5)	-30,50%
<i>Transferências de Capital</i>	174,5	278,9	(104,5)	-37,45%
<i>Outras Receitas de Capital</i>	-	1,1	(1,1)	-100,00%
Receita Total (a)	70.069,0	62.739,4	7.329,6	11,68%
Despesa Orçamentária	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Despesas Correntes	66.171,8	59.454,4	6.717,4	11,30%
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	41.793,1	38.498,5	3.294,7	8,56%
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	3.812,2	1.250,8	2.561,5	204,79%
<i>Outras Despesas Correntes</i>	20.566,5	19.705,2	861,3	4,37%
Despesas de Capital	2.992,8	2.363,1	629,7	26,65%
<i>Investimentos</i>	1.556,7	1.297,4	259,4	19,99%
<i>Inversões Financeiras</i>	95,0	177,3	(82,3)	-46,41%
<i>Amortização da Dívida</i>	1.341,0	888,4	452,6	50,95%
Reserva Orçamentária	904,4	921,9	(17,5)	-1,90%
Despesa Total (b)	70.069,0	62.739,4	7.329,6	11,68%
Orçamento Equilibrado (c=a-b)	-	-	-	-

Pela análise dos números, verifica-se que o orçamento apresentou um acréscimo substancial de 11,68%, passando de R\$ 62,74 bilhões, em 2017, para R\$ 70,07 bilhões, em 2018.

Na receita, destacam-se os acréscimos verificados na Receita Tributária (R\$ 1,17 bilhão), na Receita de Contribuições (R\$ 1,84 bilhão) e em Outras Receitas Correntes (R\$ 4,24 bilhões). O incremento nos valores previstos para a Receita Tributária tem respaldo nos próprios parâmetros macroeconômicos utilizados quando da elaboração do orçamento, em especial na previsão de um crescimento de 2,5% do PIB e de uma inflação de 4,5% em 2018. Já a expansão das Receitas de Contribuição tem relação com os valores fixados no orçamento para as Despesas com Pessoal, pois essas receitas, registradas no Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), referem-se às contribuições patronais para a previdência dos servidores, bem como à cobertura do deficit do plano financeiro de previdência do Estado. Outra grande variação na previsão das receitas ocorreu no grupo de Outras Receitas Correntes. O crescimento nesse grupo decorre

dos valores previstos no item Demais Compensações Financeiras da União, onde se registram os montantes necessários para equilibrar o orçamento. Ou seja, não constituem receitas cujas fontes sejam conhecidas nem cujos ingressos ocorram de fato.

Pelo lado da Despesa, o orçamento inicial apresentou grande crescimento nos grupos de Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 3,29 bilhões) e de Juros e Encargos da Dívida (R\$ 2,56 bilhões).

A despesa inicialmente fixada para o ano de 2018 sofreu, ao longo do exercício, acréscimos e reduções mediante créditos adicionais. Essas movimentações, por grupo de despesa, são demonstradas a seguir:

Despesa Orçamentária	Dotação Inicial (a)	Acréscimos (b)	Reduções (c)	Em milhões de R\$	
				Despesa Atualizada (d=a+b-c)	Variações (e=d-a)
Despesas Correntes	66.171,8	8.879,4	5.258,9	69.792,3	3.620,5
Pessoal e Encargos Sociais	41.793,1	5.567,4	3.683,6	43.676,9	1.883,7
Juros e Encargos da Dívida	3.812,2	148,1	359,5	3.600,8	(211,5)
Outras Despesas Correntes	20.566,5	3.163,9	1.215,7	22.514,7	1.948,2
Despesas de Capital	2.992,8	2.355,3	1.093,0	4.255,1	1.262,3
Investimentos	1.556,7	1.482,3	374,1	2.664,9	1.108,2
Inversões Financeiras	95,0	75,2	10,8	159,4	64,3
Amortização da Dívida	1.341,0	797,8	708,0	1.430,8	89,8
Reserva Orçamentária	904,4	0,0	547,2	357,2	(547,2)
Despesa Total (b)	70.069,0	11.234,6	6.899,0	74.404,6	4.335,6

A origem de recursos indicada na abertura dos referidos créditos adicionais é resumida conforme a tabela a seguir:

Em milhões de R\$	
Com Impacto no Total do Orçamento	4.335,6
Maior Arrecadação	1.948,4
Convênios	189,8
Maior Arrecadação (Autarquias e Fundações)	837,7
Passivo Potencial	1.359,7
Sem Impacto no Total do Orçamento	6.899,0
Redução de Dotações	6.899,0

Pela análise conjunta das duas planilhas, pode-se verificar que, quando a origem de recursos utilizada na abertura de um crédito adicional decorre da redução de outras dotações, não há alteração no total do orçamento. Entretanto, conforme demonstrado acima, da utilização de outras fontes decorrem variações quantitativas no total das despesas.

1.2 - Balanço Orçamentário

A seguir, apresenta-se o Balanço Orçamentário consolidado do Estado.

Em milhões de R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	69.203,8	69.203,8	65.263,5	(3.940,4)
Receita Tributaria	34.671,2	34.671,2	36.246,5	1.575,2
Receita de Contribuições	16.124,6	16.124,6	16.937,9	813,4
Receita Patrimonial	978,6	978,6	791,0	(187,6)
Receita Agropecuaria	1,1	1,1	1,6	0,6
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Servicos	368,3	368,3	358,0	(10,3)
Transferencias Correntes	8.556,8	8.556,8	8.128,2	(428,5)
Outras Receitas Correntes	8.503,3	8.503,3	2.800,2	(5.703,1)
Receitas de Capital (II)	865,2	865,2	1.353,9	488,7
Operacoes de Credito	648,1	648,1	270,2	(377,9)
Alienacao de Bens	14,2	14,2	852,0	837,8
Amortizacao de Empréstimos	28,4	28,4	25,1	(3,4)
Transferencias de Capital	174,5	174,5	206,6	32,2
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	70.069,0	70.069,0	66.617,4	(3.451,7)
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	70.069,0	70.069,0	66.617,4	(3.451,7)
Déficit (VII)	-	-	2.737,8	2.737,8
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	70.069,0	70.069,0	69.355,1	(713,9)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesa Corrente (IX)	66.171,8	69.792,3	66.204,9	65.681,0	59.504,7	3.587,4
Pessoal e Encargos Sociais	41.793,1	43.676,9	42.408,0	42.309,8	39.493,5	1.268,9
Juros e Encargos da Dívida	3.812,2	3.600,8	2.571,5	2.571,5	326,3	1.029,3
Outras Despesas Correntes	20.566,5	22.514,7	21.225,4	20.799,7	19.684,9	1.289,2
Despesa Capital (X)	2.992,8	4.255,1	3.150,2	2.610,0	1.525,5	1.104,9
Investimentos	1.556,7	2.664,9	1.642,0	1.101,7	979,5	1.022,9
Inversoes Financeiras	95,0	159,4	109,3	109,2	100,3	50,1
Amortizacao da Dívida	1.341,0	1.430,8	1.399,0	1.399,0	445,7	31,9
Reserva de Contingência (XI)	-	-	-	-	-	-
Reserva Orçamentária (XII)	904,4	357,2	-	-	-	357,2
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII)=(IX + X + XI + XII)	70.069,0	74.404,6	69.355,1	68.290,9	61.030,2	5.049,5
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XIV)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	70.069,0	74.404,6	69.355,1	68.290,9	61.030,2	5.049,5
Superávit (XVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	70.069,0	74.404,6	69.355,1	68.290,9	61.030,2	5.049,5

Conforme demonstrado no item 1.1.3 (LOA) e no Balanço Orçamentário, foram previstas para o exercício financeiro de 2018 receitas de R\$ 70,07 bilhões. Desse total, foram arrecadados R\$ 66,62 bilhões.

A frustração de Outras Receitas Correntes ocorreu, principalmente, pela previsão de receitas a título de “Demais Compensações Financeiras da União” sem a ocorrência da respectiva arrecadação. Os montantes dessa natureza previstos nos últimos anos, sem haver ingresso no caixa do Estado são demonstrados a seguir:

Em milhões de R\$

Demais Compensações Financeiras da União	
2012	246,1
2013	1.201,3
2014	2.305,2
2015	1.790,5
2016	4.621,3
2017	2.971,9
2018	6.874,0
Total	20.010,2

Ressalta-se que na LOA de 2019 foi previsto um valor de R\$ 7,39 bilhões a título de “Demais Compensações Financeiras da União”, o que pode comprometer mais uma vez o resultado orçamentário ao final do exercício. Na prática, trata-se de um mecanismo utilizado para que o orçamento seja aprovado com equilíbrio entre receitas e despesas.

Por outro lado, houve excesso de R\$ 1,58 bilhão na arrecadação das Receitas Tributárias. Tal fato decorre em grande parte da edição do Decreto nº 54.348, de 26 de novembro de 2018, no qual a apuração do ICMS em estabelecimentos enquadrados na categoria geral foi dividida em dois períodos quinzenais, sendo o pagamento relativo à primeira quinzena devido até a data de 26 de dezembro de 2018. Alternativamente, mas com a mesma intenção de antecipar ingressos para o mês de dezembro, os contribuintes enquadrados nessa categoria poderiam recolher na referida data o equivalente a 45% do ICMS devido no mês de novembro de 2018 a título de adiantamento do imposto de dezembro, sendo a complementação do montante devido nesse mês quitada em 12 de janeiro de 2019. Somado a isso, houve mudança no calendário de descontos do IPVA, que antecipou para 28 de dezembro de 2018 o prazo final para garantir o desconto máximo na quitação do imposto. Essas mudanças, que não haviam sido consideradas quando da elaboração do orçamento, foram decisivas para o referido excesso de arrecadação verificado nas Receitas Tributárias em 2018.

As Receitas de Contribuições arrecadadas também superaram os valores orçados em R\$ 813,4 milhões. Essas receitas foram arrecadadas pelo IPERGS para pagamento de aposentadorias do Poder Executivo e pensões de todos os Poderes, tendo relação direta com o grupo Pessoal e Encargos Sociais.

Na análise da execução da despesa, destaca-se o saldo de R\$ 1,27 bilhão na dotação do grupo Pessoal e Encargos Sociais. Desse total, R\$ 509,7 milhões referem-se à modalidade 91 (Transferências Intragovernamentais), cuja contrapartida compõe as Receitas de Contribuições, registradas no IPERGS, conforme referido no parágrafo anterior.

No grupo Outras Despesas Correntes, apurou-se um saldo de dotação de R\$ 1,29 bilhão não utilizado. Desse montante, R\$ 679,8 milhões estão relacionados ao elemento 39 (Outros Serviços de Terceiros), pois a celebração de contratos para a prestação de serviços terceirizados foi, no exercício de 2018, limitada aos valores orçamentários executados no exercício anterior, atendendo ao inciso IV, do artigo 1º, do Decreto nº 53.920, de 21 de fevereiro de 2018.

No grupo de Investimentos, verifica-se um saldo de dotação de R\$ 1,02 bilhão de um total atualizado de R\$ 2,66 bilhões. A maior parte está relacionada aos elementos 51 (Obras e Instalações) e 52 (Equipamento e Material), em que não foram executados R\$ 579,2 milhões e R\$ 346,1 milhões, respectivamente.

Para o pagamento dos serviços da dívida, que englobam os grupos Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida, foram orçados (dotação atualizada) e empenhados R\$ 5,03 bilhões e R\$ 3,97 bilhões, respectivamente. Os pagamentos relativos à dívida com a União estiveram suspensos desde o início do ano, por força de liminar que antecipou os efeitos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

1.2.1 - Série Histórica do Resultado Orçamentário



A série histórica do resultado orçamentário demonstra a deterioração da situação financeira do Estado, uma vez que os déficits crescentes vinham sendo supridos pelos ingressos decorrentes da utilização dos depósitos judiciais não tributários. Em 2016, houve uma sensível melhora nesse indicador; porém, durante o exercício, ocorreram fatos extraordinários que contribuíram para essa evolução, tais como a cessão onerosa dos direitos de operacionalização da folha de pagamento, que gerou um ingresso de R\$ 1,25 bilhão, e a suspensão/renegociação da dívida com a União, que fez com que o Estado comprometesse quase R\$ 2 bilhões a menos referentes aos serviços da dívida. Nos exercícios de 2017 e 2018, também houve suspensão dos pagamentos da dívida com a União, porém esses valores foram empenhados e liquidados, compondo o passivo financeiro do Estado.

1.3 - Resultado Primário

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não financeiras). Superávits primários são importantes por representarem suficiência de recursos para o pagamento dos serviços da dívida (despesas com juros/encargos e amortizações), contribuindo, dessa forma, para a redução do estoque da dívida líquida. O resultado primário pode ser obtido a partir do resultado orçamentário, excluindo-se as receitas e despesas financeiras. A seguir, são demonstrados os montantes previstos de receitas e despesas primárias em comparação com as

respectivas execuções, além da conciliação com o resultado orçamentário. O critério utilizado na tabela difere daquele aplicado na definição da meta da LDO, pois acresce os montantes das operações intraorçamentárias.

Em milhões de R\$				
Resultado Primário e Orçamentário	Orçado	Realizado	Var. Absoluta	% Realizado
Receita Primária	69.142,9	65.111,8	4.031,1	94,17%
Despesa Primária	64.903,0	65.369,6	-466,6	100,72%
Resultado Primário	4.239,8	-257,8	4.497,7	
Receita Financeira	926,2	1.505,6	-579,4	162,56%
Despesa Financeira	5.166,0	3.985,5	1.180,5	77,15%
Resultado Orçamentário	0,0	-2.737,8	2.737,8	

O Anexo 6 do RREO do 6º Bimestre de 2018 apresentou resultado primário positivo de R\$ 793,9 milhões. Esse montante difere do apresentado no quadro acima (Deficit de R\$ 257,8) devido ao alinhamento do RREO com o Manual de Demonstrativos Fiscais 8ª Edição, que, em linhas gerais, aplica o regime de caixa na apuração do Resultado Primário.

Observa-se que, do total de receitas primárias previstas inicialmente, 94,17% foram arrecadadas, o que correspondeu a uma insuficiência de arrecadação de R\$ 4,03 bilhões de receitas com essa natureza. Por outro lado, a despesa primária fixada inicialmente foi superada em R\$ 466,6 milhões quando de sua realização. Assim, o superavit primário de R\$ 4,24 bilhões previsto na LOA inverteu para um deficit de R\$ 257,8 milhões, o que equivale a um desvio de R\$ 4,50 bilhões em relação ao orçamento inicial.

Dentre as principais causas para a frustração da receita primária, destacam-se algumas daquelas já analisadas no item 1.2 (Balanço Orçamentário), em especial os R\$ 6,87 bilhões orçados em “Demais Compensações Financeiras da União”, sem nenhuma arrecadação.

Parte dessa insuficiência de arrecadação da receita primária foi compensada pelos ingressos em montantes superiores aos orçados nas Receitas Tributárias (R\$ 1,58 bilhão).

As Despesas com Pessoal e Encargos executadas excederam o orçamento inicial em R\$ 614,8 milhões. Essa grande diferença decorre da limitação imposta pela LDO, em seu artigo 36, para os montantes a serem orçados na LOA para as despesas com essa natureza. Prevê a LDO um limite de 3% de correção para o conjunto de dotações fixadas, acrescidas dos créditos adicionais sancionados até 30 de abril de 2017. Assim, esse excesso de empenhos em relação à dotação inicial é suprido por créditos adicionais abertos durante o exercício.

Conforme o Balanço Orçamentário apresentado anteriormente, houve previsão inicial de R\$ 904,4 milhões em Reserva Orçamentária. Desse montante, R\$ 547,2 milhões foram utilizados ao longo do exercício para a abertura de créditos adicionais.

1.3.1 - Série Histórica do Resultado Primário



A trajetória decrescente do resultado primário ao longo dos últimos anos demonstra a dificuldade que o Estado vem tendo para administrar suas finanças de forma a atingir o equilíbrio fiscal e, conseqüentemente, diminuir o estoque de sua dívida.

1.4 - Receita Realizada

A seguir, passa-se à análise da arrecadação da receita orçamentária de 2018, comparativamente ao exercício de 2017. Neste ponto, não serão confrontados valores orçados e realizados, pois essa verificação já foi demonstrada no item 1.2 (Balanço Orçamentário). Assim, serão avaliadas as variações nos montantes efetivamente arrecadados de um ano para o outro, tanto em termos nominais como reais (atualizados mensalmente pela variação do IGP-DI/FGV). A utilização do IGP-DI na análise da receita deve-se ao fato de ser um índice mais complexo em relação ao IPCA, cuja projeção é utilizada no orçamento. O IGP-DI consiste em uma média ponderada de índices relativos à variação de preços no atacado (60%), ao consumidor (30%) e da construção civil (10%); por isso, tende a refletir melhor os efeitos inflacionários da receita. O IGP-DI acumulado de 2018 apresentou aumento de 7,10%.

Arrecadação Nominal	Em milhões de R\$			
	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Receitas Correntes	65.263,5	60.015,0	5.248,5	8,75%
<i>Receita Tributária</i>	36.246,5	33.417,8	2.828,7	8,46%
<i>Receita de Contribuições</i>	16.937,9	15.401,5	1.536,4	9,98%
<i>Receita Patrimonial</i>	791,0	717,8	73,2	10,20%
<i>Receita Agropecuária</i>	1,6	1,1	0,5	46,10%
<i>Receita Industrial</i>	0,0	0,0	-	0,00%
<i>Receita de Serviços</i>	358,0	358,5	(0,4)	-0,12%
<i>Transferências Correntes</i>	8.128,2	7.826,3	302,0	3,86%
<i>Outras Receitas Correntes</i>	2.800,2	2.292,1	508,1	22,17%
Receitas de Capital	1.353,9	792,5	561,4	70,83%
<i>Operações de Crédito</i>	270,2	555,0	(284,8)	-51,32%
<i>Alienação de Bens</i>	852,0	126,6	725,4	572,94%
<i>Amortização de Empréstimos</i>	25,1	22,6	2,5	11,03%
<i>Transferências de Capital</i>	206,6	88,3	118,3	133,97%
<i>Outras Receitas de Capital</i>	-	-	-	0,00%
Total Geral	66.617,4	60.807,5	5.809,8	9,55%

Em milhões de R\$				
Arrecadação Real (Atualização Mensal pelo IGP-DI/FGV)	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Receitas Correntes	66.635,7	64.809,0	1.826,8	2,82%
<i>Receita Tributária</i>	37.023,2	36.086,6	936,6	2,60%
<i>Receita de Contribuições</i>	17.299,5	16.633,0	666,5	4,01%
<i>Receita Patrimonial</i>	803,2	776,7	26,5	3,42%
<i>Receita Agropecuária</i>	1,6	1,2	0,4	35,92%
<i>Receita Industrial</i>	0,0	0,0	-	0,00%
<i>Receita de Serviços</i>	365,4	387,7	(22,3)	-5,74%
<i>Transferências Correntes</i>	8.308,3	8.450,3	(142,0)	-1,68%
<i>Outras Receitas Correntes</i>	2.834,5	2.473,5	361,0	14,60%
Receitas de Capital	1.387,5	857,4	530,2	61,84%
<i>Operações de Crédito</i>	273,2	600,2	(327,1)	-54,49%
<i>Alienação de Bens</i>	878,0	137,0	741,0	540,85%
<i>Amortização de Empréstimos</i>	25,7	24,5	1,1	4,64%
<i>Transferências de Capital</i>	210,7	95,6	115,1	120,48%
<i>Outras Receitas de Capital</i>	-	-	-	0,00%
Total Geral	68.023,3	65.666,4	2.356,9	3,59%

Conforme demonstrado nos quadros precedentes, a receita apresentou um crescimento nominal de 9,55% em decorrência, principalmente, dos incrementos verificados nas receitas Tributária, de Contribuições e Outras Receitas Correntes. Já em termos reais, ou seja, com a atualização dos valores arrecadados em ambos exercícios pelo IGP-DI/FGV, o crescimento foi menor, atingindo 3,59%.

Nas próximas seções serão analisadas as variações dos principais componentes da receita orçamentária do Estado.

1.4.1 - ICMS

A seguir, são demonstrados os valores nominais de ICMS arrecadados em 2018, a qualquer título, (incluindo os oriundos de dívida ativa, de multas e de juros), em comparação com o ano anterior. Observe-se que a arrecadação ordinária do ICMS compõe as Receitas Tributárias, no Balanço Orçamentário, ao passo que a arrecadação da dívida ativa e multas/juros a qualquer título integram o total de Outras Receitas Correntes.

Em milhões de R\$				
Receita de ICMS	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
ICMS	33.820,5	31.434,9	2.385,6	7,59%
<i>Principal</i>	33.553,5	31.214,0	2.339,5	7,49%
<i>Multas e Juros</i>	267,1	221,0	46,1	20,87%
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - ICMS	984,1	498,5	485,6	97,42%
<i>Principal</i>	509,9	273,4	236,4	86,47%
<i>Multas e Juros</i>	474,2	225,1	249,2	110,72%
Dívida Ativa compensada com Precatórios	34,0	0,0	34,0	-
Total	34.838,6	31.933,4	2.905,2	9,10%

A tabela seguinte evidencia os valores corrigidos mensalmente pelo IGP-DI.

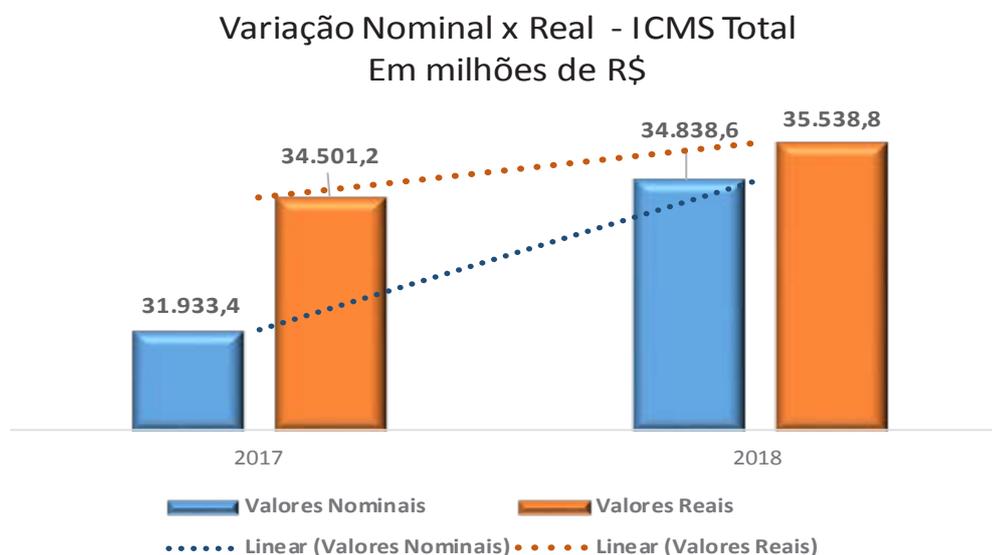
Em milhões de R\$				
Receita de ICMS - Corrigida pelo IGP-DI	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
ICMS	34.507,9	33.962,3	545,5	1,61%
<i>Principal</i>	34.236,7	33.723,8	512,9	1,52%
<i>Multas e Juros</i>	271,2	238,6	32,6	13,68%
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - ICMS	996,9	538,9	458,0	84,99%
<i>Principal</i>	517,1	295,5	221,5	74,96%
<i>Multas e Juros</i>	479,8	243,4	236,5	97,17%
Dívida Ativa compensada com Precatórios	34,0	0,0	34,0	-
Total	35.538,8	34.501,2	1.037,5	3,01%

A arrecadação do ICMS apresentou, respectivamente, crescimento nominal e real de R\$ 2,91 bilhões e de R\$ 1,04 bilhão. O avanço real na arrecadação desse imposto foi de 3,01%, ou seja, acima da variação de 1,1% do PIB nacional, sendo que aproximadamente 50% desse acréscimo deve-se ao aumento da arrecadação do principal do ICMS.

Tal aumento, conforme referido no item 1.2 (Balanço Orçamentário), deve-se em grande parte a edição do Decreto nº 54.348, de 26 de novembro de 2018, que dividiu a apuração do ICMS dos estabelecimentos enquadrados na categoria geral em dois períodos quinzenais, sendo o pagamento relativo à primeira quinzena devido até a data de 26 de dezembro de 2018. Alternativamente, mas como a mesma intenção de antecipar ingressos para o mês de dezembro, os contribuintes enquadrados nessa categoria poderiam recolher na referida data o equivalente a 45% do ICMS devido no mês de novembro de 2018, a título de adiantamento do imposto de dezembro, sendo a complementação do montante devido nesse mês quitada em 12 de janeiro de 2019.

Ressalta-se que, em 2018, R\$ 34,0 milhões de dívida ativa de ICMS foram compensados com precatórios devidos pelo Estado, suas autarquias ou fundações. Tal possibilidade foi estabelecida pela Lei Estadual nº 15.038, de 16 de novembro de 2017.

Ademais, vale ressaltar que, como já referido, a correção é realizada mensalmente, ou seja, a arrecadação nominal de cada mês é atualizada por esse índice até a data de 31 de dezembro de 2018.



1.4.2 - IPVA

A seguir, são demonstrados os valores nominais de IPVA arrecadados em 2018, em comparação com o ano anterior.

Em milhões de R\$				
Receita de IPVA	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
IPVA	2.933,7	2.378,9	554,8	23,32%
<i>Principal</i>	2.879,2	2.320,6	558,6	24,07%
<i>Multas e Juros</i>	54,5	58,3	(3,8)	-6,57%
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - IPVA	201,5	147,3	54,2	36,81%
<i>Principal</i>	151,2	107,6	43,5	40,44%
<i>Multas e Juros</i>	50,3	39,6	10,7	26,94%
Total	3.135,2	2.526,2	609,0	24,11%

A tabela seguinte apresenta os valores de IPVA arrecadados em 2018 e 2017 corrigidos mensalmente pelo IGP-DI.

Em milhões de R\$				
Receita de IPVA - Corrigida pelo IGP-DI	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
IPVA	3.037,5	2.553,8	483,7	18,94%
<i>Principal</i>	2.981,6	2.490,4	491,2	19,72%
<i>Multas e Juros</i>	55,9	63,4	(7,5)	-11,84%
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - IPVA	203,7	159,8	43,9	27,49%
<i>Principal</i>	152,8	116,8	35,9	30,78%
<i>Multas e Juros</i>	51,0	43,0	8,0	18,56%
Total	3.241,2	2.713,6	527,6	19,44%

Conforme demonstrado nas tabelas acima, a arrecadação do IPVA apresentou crescimento nominal de R\$ 609,0 milhões, o que corresponde a 24,11%. Já o crescimento real foi de R\$ 527,6 milhões, o que equivale a 19,44%.

Tal aumento deve-se em grande parte à antecipação do IPVA de 2019. O Decreto nº 54.368, de 10 de dezembro de 2018, alterou a data de pagamento da cota única do IPVA de 02 de janeiro do exercício seguinte para 28 de dezembro do exercício atual, o que resultou em um aumento de 83,29% em relação ao valor antecipado em 2017.

Em dezembro de 2017, a arrecadação antecipada do IPVA de 2018, em valores nominais, foi de R\$ 447,1 milhões, enquanto que, em dezembro de 2018, a antecipação do IPVA de 2019 arrecadado foi de R\$ 819,6 milhões.

1.4.3 - ITCD

A seguir, são demonstrados os valores nominais de ITCD arrecadados em 2018, em comparação com o ano anterior.

Em milhões de R\$				
Receita de ITCD	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
ITCD	577,3	491,7	85,7	17,42%
<i>Principal</i>	567,0	485,0	82,0	16,90%
<i>Multas e Juros</i>	10,3	6,6	3,7	55,64%
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - ITCD	6,7	4,6	2,2	47,59%
<i>Principal</i>	2,9	1,8	1,0	56,72%
<i>Multas e Juros</i>	3,8	2,7	1,1	41,42%
Dívida Ativa compensada com Precatórios	0,3	0,0	0,3	-
Total	584,3	496,2	88,1	17,76%

Já em termos reais (valores atualizados mensalmente pelo IGP-DI/FGV), a arrecadação em 2018 foi superior àquela de 2017 em 10,66%.

Receita de ITCD - Corrigida pelo IGP-DI	Em milhões de R\$			
	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
ITCD	586,5	531,5	55,0	10,34%
<i>Principal</i>	576,0	524,4	51,6	9,84%
<i>Multas e Juros</i>	10,5	7,2	3,3	46,77%
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - ITCD	6,8	4,9	1,9	38,73%
<i>Principal</i>	2,9	2,0	0,9	47,15%
<i>Multas e Juros</i>	3,9	2,9	1,0	33,04%
Dívida Ativa compensada com Precatórios	0,3	0,0	0,3	-
Total	593,6	536,5	57,2	10,66%

De acordo com as tabelas precedentes, a arrecadação nominal total do ITCD em 2018 atingiu o montante de R\$ 584,3 milhões, o que representa uma variação nominal positiva de 17,76% em relação ao ano anterior.

Vale ressaltar que em 2018, R\$ 0,3 milhão de dívida ativa de ITCD foi compensado com precatórios devidos pelo Estado, suas autarquias ou fundações. Tal possibilidade foi estabelecida pela Lei Estadual nº 15.038, de 16 de novembro de 2017.

1.4.4 - Participação dos Municípios na Receita do Estado

A tabela na página seguinte apresenta o demonstrativo da arrecadação a qualquer título dos impostos e transferências que possuem valores pertencentes aos Municípios.

1.4.5 - Receita de Contribuições

As receitas de contribuições são arrecadadas pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS) e são direcionadas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e ao Fundo de Assistência à Saúde (FAS). A maior parte das referidas receitas são arcadas pelo próprio Estado por meio de despesas intraorçamentárias (contribuições patronais). Dessas, destacam-se os valores transferidos ao IPERGS para cobertura do deficit previdenciário (R\$ 10,4 bilhões em 2018). A seguir, o quadro demonstrativo dessas receitas:

Receita	Em milhões de R\$			
	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	14.708,5	13.294,8	1.413,7	10,63%
<i>Ativos</i>	1.185,0	956,7	228,3	23,86%
<i>Inativos</i>	606,1	515,4	90,7	17,59%
<i>Pensionistas</i>	160,7	140,0	20,7	14,80%
<i>Patronal (RPPS)</i>	2.333,6	2.404,5	(70,9)	-2,95%
<i>Cobertura de Deficit RPPS</i>	10.396,0	9.241,8	1.154,2	12,49%
<i>Outras (RPPS)</i>	27,1	36,3	(9,2)	-25,34%
Fundo de Assistência à Saúde - FAS	2.226,3	2.103,7	122,7	5,83%
<i>Servidores</i>	676,2	638,6	37,5	5,88%
<i>Patronal (FAS)</i>	585,9	572,6	13,2	2,31%
<i>Plano de Assistência Médica Complementar (PAC)</i>	277,6	256,4	21,2	8,25%
<i>Plano de Assistência Médica Suplementar (PAMES)</i>	181,0	168,6	12,3	7,32%
<i>Prefeituras</i>	350,0	330,7	19,2	5,82%
<i>Outras (FAS)</i>	155,7	136,6	19,2	14,02%
Outras Contribuições	3,1	3,1	0,1	1,98%
Total	16.937,9	15.401,5	1.536,4	9,98%

TABELA DO ITEM 1.4.4		Em milhões de R\$	
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	ARRECADAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
ICMS			
1113.02.01.0002	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)	32.359,0	25%
1113.02.01.0012	ICMS - Auto de Lançamento	907,0	
1911.42.01.0001	Juros de Mora do ICMS	3,8	
1911.42.01.0002	Multas do ICMS	11,0	
1911.42.01.0011	Juros de Mora ICMS - Auto de Lançamento	99,2	
1911.42.01.0012	Multas do ICMS - Auto de Lançamento	63,4	
1911.42.01.0014	Multas Moratórias ICMS - Auto de Lançamento	89,3	
1913.15.01.0002	Multa da Dívida Ativa do ICMS	59,0	
1913.15.01.0003	Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS (art. 69, da Lei 6537-73)	267,2	
1913.15.01.0004	Multa de Mora da Dívida Ativa do ICMS	62,3	
1913.15.01.0009	Arrecadação do Compensa/RS - Juros de Mora Dívida Ativa do ICMS	63,8	
1913.15.01.0010	Arrecadação do Compensa/RS - Multa da Dívida Ativa do ICMS	16,1	
1913.15.01.0011	Arrecadação do Compensa/RS - Multa de Mora da Dívida Ativa do ICMS	5,7	
1931.15.01.0001	Receita ICMS Dívida Ativa	457,6	
1931.15.01.0002	Arrecadação do Compensa/RS - Receita ICMS Dívida Ativa	51,9	
	Adjudicação	0,0	
	Soma	34.516,3	8.629,1
	Valor empenhado no Projeto 2653, Recurso 0118 relativo a transferência aos Municípios		8.629,1
IPVA			
1112.05.01.0001	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	2.879,2	50%
1911.41.01.0001	Multas do IPVA	47,6	
1911.41.01.0002	Juros de Mora do IPVA	6,9	
1913.14.01.0002	Multa de Mora da Dívida Ativa - IPVA	37,7	
1913.14.01.0003	Juro de Mora da Dívida Ativa do IPVA (art. 69, da Lei 6.537-73)	12,6	
1913.14.01.0004	Arrecadação do Compensa/RS - Juros de Mora Dívida Ativa do IPVA	0,0	
1913.14.01.0005	Arrecadação do Compensa/RS - Multa de Mora da Dívida Ativa do IPVA	0,0	
1931.14.01.0001	Juros de Mora da Dívida Ativa do IPVA (art. 69, da Lei 6.537-73)	151,2	
1931.14.01.0002	Arrecadação do Compensa/RS - Receita IPVA Dívida Ativa	0,0	
	Soma	3.135,2	1.567,6
	Valor empenhado no Projeto 2663, Recurso 0116 relativo a transferência aos Municípios		1.567,6
ITBI			
1112.08.01.0001	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	3,7	50%
	Soma	3,7	1,8
	Valor empenhado no Projeto 2662, Recurso 0111 relativo a transferência aos Municípios		1,8
Cota-Parte IPI-Exportação			
1721.01.12.0001	Cota-Parte do Imposto sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores	509,3	25%
	Soma	509,3	127,1
	Valor empenhado no Projeto 2629, Recurso 0218 relativo a transferência aos Municípios		127,1
Multas por Infrações de Trânsito			
1919.15.99.0001	Multas de Infração de Trânsito	0,0	100%
	Soma	0,0	0,0
	Valor empenhado no Projeto 2642, Recurso 0198 relativo a transferência aos Municípios		0,0
Cota-Parte do Petróleo Bruto de Produção Nacional¹			
1721.22.70.0070	Cota-Parte do Valor do Petróleo Bruto de Produção Nacional	5,4	25%
	Soma	5,4	1,3
	A Empenhar Referente ao Período de janeiro a dezembro de 2018		1,3
CIDE			
1721.01.13.0013	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	75,7	25%
	Soma	75,7	18,9
	Valor empenhado no Projeto 2962, Recurso 0230 relativo a transferência aos Municípios		18,9
TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES DOS MUNICÍPIOS			10.345,9

¹ O valor decorrente da Cota-Parte do Petróleo Bruto de Produção Nacional, a ser transferido para os municípios, não foi empenhado em 2018. Assim, o total deste quadro (R\$ 10.345,9), supera o valor apresentado no item 1.5.3 (R\$ 10.344,5) em R\$ 1,3 milhão.

1.4.6 - Transferências Correntes

Nas tabelas a seguir são resumidas as principais receitas de transferências recebidas pelo Estado.

Em milhões de R\$				
Receita de Transferências Correntes	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
<i>Cotas-Partes em Receitas da União</i>	2.173,6	2.094,6	79,0	3,77%
<i>Transferências do SUS</i>	826,8	786,0	40,8	5,19%
<i>Transferências do FNDE</i>	444,3	421,5	22,7	5,39%
<i>Compensação Lei Kandir</i>	115,1	117,5	(2,4)	-2,05%
<i>Transferência Fundeb - Retorno</i>	4.483,0	4.170,4	312,6	7,50%
<i>Demais Transferências Correntes</i>	85,5	236,2	(150,7)	-63,82%
Total	8.128,2	7.826,3	302,0	3,86%

Receita de Transferências Correntes - IGP-DI	Em milhões de R\$			
	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
<i>Cotas-Partes em Receitas da União</i>	2.255,2	2.291,1	(36,0)	-1,57%
<i>Transferências do SUS</i>	852,9	860,4	(7,5)	-0,88%
<i>Transferências do FNDE</i>	459,5	460,6	(1,1)	-0,24%
<i>Compensação Lei Kandir</i>	119,2	128,7	(9,5)	-7,37%
<i>Transferência Fundeb - Retorno</i>	4.643,2	4.563,6	79,5	1,74%
<i>Demais Transferências Correntes</i>	88,2	257,5	(169,3)	-65,76%
Total	8.418,1	8.562,0	(143,9)	-1,68%

Destacam-se, nas tabelas, as cotas-partes em receitas da União, que são compostas por valores relacionados ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), IPI-Exportação, CIDE-Combustíveis e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Em termos reais, houve um decréscimo de 1,57% entre 2017 e 2018 nestas receitas que representam mais de 1/4 das transferências recebidas.

Cumpra salientar que, em termos reais, houve queda de 7,37% entre 2017 e 2018 nas transferências correntes devido à determinação da Lei Complementar nº 87, de 13 setembro de 1996, Lei Kandir. Tal lei isentou do tributo ICMS os produtos e serviços destinados à exportação, causando perdas na arrecadação estadual, que deveriam ser compensadas por transferências do Governo Federal. O valor dessa compensação, no entanto, é constantemente questionado pelo Estado, visto que os critérios para o cálculo não foram totalmente definidos.

Observa-se, porém, que o maior valor recebido em transferência – retorno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) – representa aproximadamente 73,45% dos valores enviados pelo Estado ao referido fundo. O fluxo financeiro relacionado ao FUNDEB será detalhado no item 2.2.1.1 – FUNDEB, do capítulo 2 - Gestão Fiscal.

1.4.7 - Operações de Crédito

A seguir, apresenta-se o detalhamento dos ingressos de operações de crédito em 2018, comparativamente a 2017.

Receita de Operações de Crédito	Lei Autorizativa	Em milhões de R\$			
		2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Operações de Crédito Internas		36,7	54,5	(17,8)	-32,71%
<i>PROREDES (BNDES)</i>	13.699/2011	32,0	43,0	(11,0)	-25,60%
<i>Programa de Modernização - Defensoria Estadual</i>	14.389/2013	4,7	11,5	(6,8)	-59,29%
Operações de Crédito Externas		233,5	500,5	(267,0)	-53,34%
<i>PROREDES (BIRD)</i>	13.700/2011	213,5	390,6	(177,1)	-45,33%
<i>PROFISCO (BID)</i>	13.289/2009	20,0	17,6	2,4	13,81%
<i>Programa de Oportunidades e Direitos (BID)</i>	14133/2012	-	92,3	(92,3)	-100,00%
Total		270,2	555,0	(284,8)	-51,32%

A tabela seguinte traz informações adicionais sobre as operações de crédito com ingresso em 2018.

Operação (Instituição)	Finalidade	Prazos (em anos)			Encargos
		Total	Carência	Amortização	
PROREDES (BNDES)	Viabilizar a execução de programas de desenvolvimento integrado constantes no PPA e LOA.	10	2	8	TJLP limitada a 6%
Programa de Modernização - Defensoria Estadual (BNDES)	Modernização da Administração Geral e Patrimonial da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul	16	3	13	Subcrédito A - Juros 1,2% aa, acima da variação acumulada das taxas médias da SELIC e spread; Subcrédito B - Juros 1,0% aa, acima da TJLP
PROREDES (BIRD)	Investimentos constantes do PPA 2012-2015, aprovados pelo Banco.	30	4	26	libor dólar 6 meses + spread BID - opção do Estado pelas taxas variáveis
PROFISCO (BID)	Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul	20	5	15	libor dólar 3 meses + spread BID - opção do Estado pelas taxas variáveis

Fonte: Divisão da Dívida Pública - Tesouro do Estado.

1.4.8 - Alienação de Bens

A tabela abaixo evidencia os valores nominais de receita da alienação de bens arrecadada em 2018, comparativamente ao ano anterior.

Alienação de Bens	Em milhões de R\$			
	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Venda de Ações - Banrisul	536,9	-	536,9	-
Redução de Capital - Banrisul	167,8	-	167,8	-
Desconstituição de Fundos	116,8	123,8	(7,0)	-5,66%
Outros	30,5	2,8	27,7	975,14%
Total	852,0	126,6	725,4	572,94%

Ressalta-se que, aproximadamente, 97% da variação na receita de alienação de bens deve-se a operações de venda de ações e de redução de capital do Banrisul. Tais operações serão detalhadas no item 3.1.4 (Participações Acionárias).

1.5 - Despesa Realizada

A análise da despesa orçamentária do exercício 2018 será efetuada comparativamente ao exercício de 2017. Neste ponto, não serão confrontados os valores orçados com os realizados, pois esse comparativo já foi demonstrado no item 1.2 – Balanço Orçamentário. Seguindo a classificação por grupos de despesa definida pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, a Despesa Empenhada, em valores nominais, ficou assim representada:

Grupo de Despesa	Em milhões de R\$			
	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Pessoal e Encargos Sociais	42.408,0	39.362,1	3.045,9	7,74%
Juros e Encargos da Dívida	2.571,5	1.290,2	1.281,3	99,32%
Outras Despesas Correntes	21.225,4	19.758,3	1.467,2	7,43%
Investimentos	1.642,0	1.036,1	605,9	58,48%
Inversões Financeiras	109,3	70,2	39,1	55,62%
Amortização da Dívida	1.399,0	959,5	439,5	45,81%
Total	69.355,1	62.476,3	6.878,8	11,01%

Destaca-se que, do total de R\$ 69,36 bilhões empenhados no exercício, R\$ 13,21 bilhões são classificados como despesas intraorçamentárias, referindo-se, quase em sua totalidade, à contribuição patronal ao Fundo de Assistência à Saúde (todos os Poderes e Órgãos), à contribuição patronal ao RPPS - Regime de Repartição Simples (Poder Executivo e Defensoria Pública) e à contribuição patronal ao RPPS - FUNDOPREV (todos os Poderes e Órgãos), bem como à complementação financeira ao RPPS. Essas despesas têm como contrapartida as receitas intraorçamentárias registradas no IPERGS, que suportam, juntamente com as contribuições dos servidores, o pagamento de aposentadorias, pensões e despesas do IPE-Saúde.

A seguir, demonstram-se as despesas intraorçamentárias, segregadas por grupo de despesa:

Em milhões de R\$				
Grupo de Despesa	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Pessoal e Encargos Sociais	13.192,5	12.269,1	923,5	7,53%
Outras Despesas Correntes	18,9	22,0	(3,1)	-14,08%
Total	13.211,4	12.291,0	920,4	7,49%

A análise da Despesa Empenhada por grupo/órgão, com identificação dos elementos de maior peso na sua composição é apresentada na página seguinte.

1.5.1 - Pessoal e Encargos Sociais

A princípio, cabe ressaltar que, neste item, as análises são dissociadas do item 2.1.2, que trata da Despesa com Pessoal para fins de limite da LRF. A seguir, apresenta-se o quadro demonstrativo dos principais itens que compõem o grupo Pessoal e Encargos Sociais, conforme classificação da Portaria STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, sendo desconsiderados quaisquer ajustes ou reclassificações realizados para fins de apuração do limite de Despesa com Pessoal:

Em milhões de R\$					
Pessoal e Encargos	%	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Inativos	43,16%	12.608,4	11.695,1	913,2	7,81%
Ativos	38,61%	11.279,8	10.648,5	631,3	5,93%
Pensionistas	10,83%	3.162,7	2.918,7	244,0	8,36%
Sentenças Judiciais	3,72%	1.086,7	1.044,6	42,0	4,02%
Indenizações e Ressarcimentos	1,71%	498,9	360,8	138,1	38,27%
Patronal Celetistas	1,56%	456,7	424,0	32,8	7,73%
Outros Benefícios Previdenciários	0,36%	106,5	-	106,5	-
Patronal RS Prev	0,05%	15,8	1,2	14,6	1207,00%
	100,00%	29.215,4	27.093,0	2.122,5	7,83%

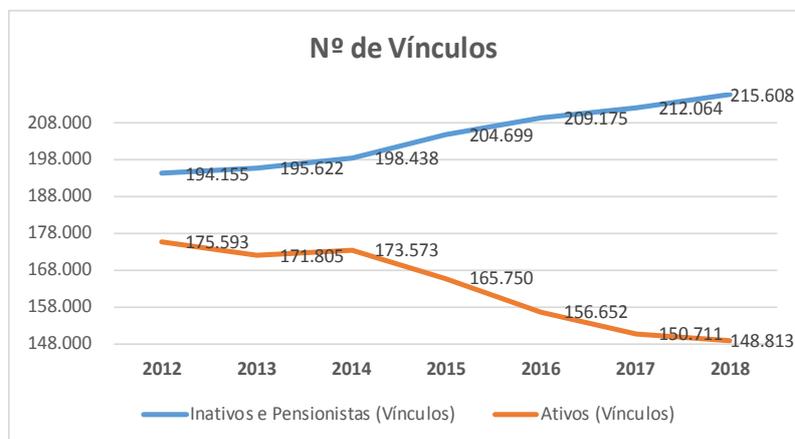
A tabela acima não inclui as despesas intraorçamentárias (Patronal do RPPS), registradas na modalidade 91, que totalizaram R\$ 13.192,5 e R\$ 12.269,1, em 2018 e 2017, respectivamente.

Pela análise da tabela, verifica-se que as despesas com inativos e pensionistas cresceram respectivamente 7,81% e 8,36% nos períodos analisados. Já na despesa com pessoal ativo houve incremento de 5,93%. Nos últimos anos, esse comportamento vem se repetindo, fazendo com que, atualmente, a despesa com pessoal inativo e pensionistas represente 53,99% do total desse grupo, frente aos 38,61% de pessoal ativo.

TABELA DO ITEM 1.5 - Despesa por Órgão/Entidade e Grupo de Despesa

ORGÃO	Em milhões de R\$						TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	
ENCARGOS FINANCEIROS	4.291,6	2.571,4	11.227,7	-	-	1.370,2	19.460,8
SSP	8.271,2	-	651,4	163,2	-	-	9.085,8
SE	7.431,3	-	819,0	77,6	-	-	8.327,9
SES	720,7	-	3.538,3	31,8	-	-	4.290,9
TJ	2.405,0	-	574,6	374,9	-	-	3.354,5
MP	856,4	-	153,0	41,3	-	-	1.050,7
AL	536,1	-	61,6	20,0	-	-	617,8
SEFAZ	409,7	-	133,1	8,1	-	-	550,9
TCE	512,9	-	29,4	5,3	-	-	547,6
DPE	288,6	-	52,3	9,2	-	-	350,2
SEAPI	116,1	-	54,7	98,7	27,2	-	296,7
SDR	11,1	-	233,5	19,9	15,0	-	279,5
PGE	236,2	-	22,6	2,8	-	-	261,6
SMARH	124,1	-	48,5	20,5	-	-	193,0
SOP	28,0	-	13,4	43,8	28,5	-	113,7
GOVERNO DO ESTADO	68,0	-	36,2	0,2	-	-	104,3
STDS	14,4	-	41,0	29,9	-	-	85,3
SEPLAN	44,8	-	22,8	8,7	-	-	76,4
SEMA	22,7	-	48,6	4,5	-	-	75,8
SEDAC	22,9	-	22,7	2,7	-	-	48,3
ST	33,4	-	7,2	3,1	-	-	43,7
SME	2,0	-	1,4	0,0	38,0	-	41,4
TJM	28,6	-	3,8	0,6	-	-	33,0
SDECT	19,1	-	8,5	0,0	-	-	27,7
CEE	-	-	0,3	-	-	-	0,3
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	26.495,0	2.571,4	17.805,6	966,8	108,7	1.370,2	49.317,6
IPERGS	14.751,3	-	2.332,4	1,7	-	27,9	17.113,4
DAER	211,4	-	103,0	659,4	-	-	973,8
DETRAN	116,8	-	650,4	1,6	-	-	768,9
SUPRG	75,8	-	56,0	0,2	-	0,2	132,2
IRGA	30,3	-	30,3	1,1	0,6	0,5	62,8
AGERGS	13,1	-	3,5	1,6	-	-	18,2
FOSPA	15,6	-	2,1	0,0	-	-	17,7
JUCISRS	5,5	-	9,0	0,2	-	-	14,7
EDP	5,7	-	0,5	0,0	-	-	6,3
AUTARQUIAS	15.225,6	-	3.187,4	665,7	0,6	28,6	19.107,9
FASE	215,8	-	65,6	1,8	-	0,1	283,3
PROTEÇÃO	102,7	-	23,9	0,9	-	-	127,5
UERGS	79,8	-	17,0	5,9	-	-	102,7
FEPAM	67,1	-	14,3	0,2	-	-	81,6
FGTAS	51,0	-	15,7	0,4	-	-	67,1
FETLSVC	52,9	0,1	7,9	0,3	-	-	61,2
FAPERGS	4,0	-	40,3	0,1	-	-	44,4
METROPLAN	14,3	-	22,4	0,0	-	-	36,7
CIENTEC	29,2	-	5,4	-	-	-	34,6
FZB	17,7	-	7,4	0,0	-	-	25,1
TVE	19,3	-	4,2	0,0	-	0,1	23,6
FADERS	13,0	-	2,9	0,0	-	-	15,9
FEE	13,6	-	1,3	-	-	-	15,0
FDRH	5,6	-	1,9	-	-	-	7,5
FTSP	1,2	-	2,2	-	-	-	3,4
FUNDAÇÕES	687,4	0,1	232,4	9,5	-	0,2	929,6
TOTAL GERAL	42.408,0	2.571,5	21.225,4	1.642,0	109,3	1.398,9	69.355,1

A seguir, apresenta-se graficamente o histórico de vínculos ativos e inativos (incluindo pensionistas) nos últimos anos:



De 2012 a 2018, o total de vínculos de inativos e pensionistas cresceu 21.453, ao passo que o de ativos caiu 26.780. A queda de 15,25% nos vínculos ativos desse período expõe a situação atual do Estado: o crescimento de sua principal despesa não é suficiente para, sequer, manter a força de trabalho ao longo dos anos.

1.5.2 - Serviço da Dívida

O serviço da dívida compreende juros e encargos, bem como a amortização da dívida que, por serem relacionados, serão analisados conjuntamente.

O quadro a seguir apresenta a despesa com o serviço da dívida:

Serviço da Dívida (Empenhado)	Em milhões de R\$			
	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Juros e Encargos	2.571,5	1.290,2	1.281,3	99,32%
Dívida Interna	2.341,5	1.177,5	1.164,0	98,85%
Dívida Externa	201,2	111,0	90,1	81,14%
Outros	28,9	1,6	27,2	1697,93%
Amortização	1.399,0	959,5	439,5	45,81%
Dívida Interna	1.137,7	755,5	382,2	50,59%
Dívida Externa	232,4	167,8	64,6	38,52%
Outros	28,8	36,1	(7,3)	-20,22%
Total	3.970,5	2.249,6	1.720,9	76,50%

O crescimento de R\$ 1,72 bilhão entre os períodos analisados decorre, sobretudo, dos empenhos relacionados à dívida com a União. A Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabeleceu o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal, previu, no § 4º do artigo 3º, descontos regressivos sobre o valor da parcela calculada nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997. Assim, de janeiro de 2017 a junho de 2018, foram aplicados descontos que variaram de 94,73% a 5,26%, sendo o montante integral restabelecido em junho de 2018. Como os empenhos foram realizados com base nos valores descontados, conforme a previsão da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, as parcelas foram crescendo, o que resultou em um total empenhado, em 2018, substancialmente superior ao de 2017.

Em julho de 2017, o Estado obteve, junto ao Supremo Tribunal Federal, liminar que suspendeu quaisquer pagamentos relacionados às leis acima citadas, antecipando os efeitos da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ainda em negociação quando da elaboração desse documento. Assim, de forma atípica, o fluxo de pagamento dos serviços da dívida ficou muito abaixo dos valores empenhados, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

Em milhões de R\$				
Serviço da Dívida (Pago)	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Juros e Encargos	326,3	525,1	(198,8)	-37,86%
Dívida Interna	96,3	412,5	(316,2)	-76,65%
Dívida Externa	201,2	111,0	90,1	81,14%
Outros	28,9	1,6	27,2	1697,93%
Amortização	445,7	717,9	(272,2)	-37,92%
Dívida Interna	184,5	514,0	(329,5)	-64,11%
Dívida Externa	232,4	167,8	64,6	38,52%
Outros	28,8	36,1	(7,3)	-20,24%
Total	772,0	1.243,0	(471,0)	-37,89%

Verifica-se que, ao contrário do demonstrado na primeira tabela, onde constam os valores empenhados (regime de competência), os pagamentos ocorridos em 2017 superaram em R\$ 471,0 milhões o total de 2018. Tal comportamento decorre dos efeitos da referida liminar, a qual impactou integralmente o exercício de 2018, mas apenas o segundo semestre de 2017.

1.5.3 - Outras Despesas Correntes

O grupo Outras Despesas Correntes (ODCs) corresponde às despesas destinadas à manutenção da máquina administrativa (exceto pessoal), à prestação de serviços públicos, bem como às transferências correntes aos Municípios e a outras instituições não pertencentes à Administração Pública Estadual.

O quadro a seguir apresenta os principais itens de despesa que compõem esse grupo:

Em milhões de R\$					
Outras Despesas Correntes	%	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Distribuição de Receitas (Municípios)	48,74%	10.344,5	9.326,8	1.017,7	10,91%
Outros Serviços de Terceiros - PJ	25,83%	5.482,9	5.112,8	370,0	7,24%
Contribuições	5,42%	1.149,6	1.186,7	(37,2)	-3,13%
Indenizações e Restituições	4,00%	849,3	966,8	(117,4)	-12,15%
Material de Consumo	2,77%	587,2	506,9	80,3	15,84%
Sentenças Judiciais	2,51%	533,2	424,6	108,6	25,57%
Obrigações Tributárias e Constitutivas	2,25%	478,3	446,3	32,0	7,18%
Locação de Mão de Obra	1,99%	421,6	412,0	9,5	2,31%
Outros Serviços de Terceiros - PF	1,88%	399,9	394,1	5,9	1,50%
Auxílio Alimentação	1,78%	377,2	458,9	(81,6)	-17,79%
Outros	2,83%	601,7	522,4	79,4	15,19%
Total	100,00%	21.225,4	19.758,3	1.467,2	7,43%

O item de maior relevância no grupo, Distribuição de Receitas aos Municípios, representando quase a metade do total empenhado no grupo, apresentou variação positiva de R\$ 1,02 bilhão, acompanhando o crescimento da receita tributária. São transferidos aos municípios 25% da arrecadação do ICMS e 50% do IPVA, a qualquer título, antes da dedução do Fundeb.

O segundo item mais representativo no grupo, Outros Serviços de Terceiros – PJ, também apresentou variação positiva relevante (R\$ 370,0 milhões) entre os períodos analisados. O deta-

lhamento desse elemento é apresentado no quadro a seguir, observando-se que, do total empenhado em Serviços Médicos, 99,76% foram executados pelo IPE-Saúde. Além disso, as despesas com o SUS, com os Serviços Credenciados – Detran e com a Assistência Técnica e Extensão Rural foram executados pelas respectivas áreas. Os demais gastos apresentados acima são comuns à maior parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Em milhões de R\$					
Outros Serviços de Terceiros - PJ	%	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Serviços Médicos	32,03%	1.756,1	1.695,5	60,6	3,57%
SUS	28,95%	1.587,5	1.382,0	205,5	14,87%
Processamento de Dados	6,00%	328,8	348,4	(19,5)	-5,61%
Serviços Credenciados - Detran	5,56%	304,6	276,5	28,1	10,17%
Assit. Técnica e Ext. Rural	3,76%	206,3	168,0	38,3	22,77%
Conservação Bens Imóveis	3,04%	166,8	136,5	30,2	22,12%
Comunicação	2,99%	163,7	184,7	(21,0)	-11,37%
Energia Elétrica	2,41%	132,1	114,3	17,8	15,56%
Locação de Máq. e Equip.	2,11%	115,8	120,2	(4,5)	-3,71%
Água e Esgoto	1,66%	90,8	84,8	6,0	7,12%
Outros	11,50%	630,4	601,8	28,6	4,75%
Total		5.482,9	5.112,8	370,0	7,24%

A despesa com Contribuições atingiu R\$ 1.149,6 milhões em 2018, representando um decréscimo de 3,13% em relação a 2017. Desse valor, R\$ 893,8 milhões (77,75%) são relativos a repasses aos Fundos Municipais de Saúde. Outro item de grande relevância nesse elemento são as despesas com Assistências Financeiras a Municípios, executadas, quase em sua totalidade, na Secretaria da Educação. A maior parte desse valor tem relação com o Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar no Rio Grande do Sul (PEATE/RS), que transfere recursos financeiros aos municípios que efetuam o transporte de alunos da Educação Básica da Rede Pública Estadual residentes no meio rural. Os gastos são realizados principalmente com a utilização dos recursos do Salário-Educação. Segundo o portal do programa, existem 462 municípios conveniados, o que resulta no transporte de 83.156 alunos.

No que se refere ao item Indenizações e Restituições, merece destaque a despesa com remuneração da parcela dos Depósitos Judiciais sacados pelo Estado, conforme autorizado pela Lei nº 12.069, de 22 de abril de 2004, com atualizações posteriores, cujo montante, no exercício de 2018, foi de R\$ 517,0 milhões, representando 60,89% do elemento. Destaca-se também o gasto com Auxílio-Moradia, que atingiu R\$ 77,2 milhões em 2018.

1.5.4 - Investimentos

O detalhamento do grupo Investimentos no exercício de 2018, em comparação com 2017, ficou assim demonstrado:

Em milhões de R\$					
Investimentos	%	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Obras e Instalações	64,81%	1.064,1	709,4	354,8	50,01%
Equipamentos e Materiais	25,83%	424,1	224,4	199,8	89,03%
Indenizações e Restituições	4,58%	75,1	9,4	65,7	698,64%
Auxílios	3,34%	54,8	90,4	(35,6)	-39,39%
Outros	1,45%	23,8	2,6	21,2	826,86%
Total	100,00%	1.642,0	1.036,1	605,9	58,48%

Apesar do crescimento de 58,48% nos investimentos do Estado, o montante de R\$ 1.642,0 milhões, executado em 2018, representa apenas 2,37% do total de despesas empenhadas no exercício.

Destacam-se no grupo os valores investidos em Obras e Instalações, na maior parte executados no DAER (R\$ 628,1 milhões) – em projetos de ampliação e manutenção da malha rodoviária – e no Tribunal de Justiça do Estado (R\$ 247,7 milhões), em sua própria estrutura.

O crescimento verificado em Equipamentos e Materiais decorre, em grande parte, de gastos relacionados à aquisição de veículos. Somente na Secretaria de Segurança Pública foram gastos, em 2018, R\$ 82,5 milhões, destinados, em sua quase totalidade, à compra de viaturas. Já a Secretaria da Agricultura, por meio de convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), empenhou, no exercício, R\$ 61,2 milhões na aquisição de máquinas e equipamentos para atender a serviços de recuperação de solos; preparo de áreas para plantio; tratamentos culturais; colheita; construção; recuperação e conservação de estradas vicinais; dragagem; obras de drenagem e irrigação, nos municípios de baixa renda. Destacam-se também os investimentos em processamento de dados, que totalizaram R\$ 90,2 milhões em 2018, sendo mais da metade desse valor executado pelo Tribunal de Justiça do Estado.

1.5.5 - Inversões Financeiras

O grupo Inversões Financeiras abrange gastos com aquisição de imóveis em utilização, aquisição de bens para revenda, aquisição de títulos de crédito, de títulos representativos de capital já integralizado, constituição ou aumento de capital de empresas, concessão de empréstimos, dentre outros.

A seguir, apresenta-se o detalhamento do grupo no exercício, comparativamente ao exercício anterior.

Em milhões de R\$				
Investimentos	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	93,7	55,7	37,9	68,07%
Concessão de Empréstimos	15,0	14,5	0,6	3,80%
Outros	0,6	-	0,6	-
Total	109,3	70,2	39,1	55,62%

Os adiantamentos para futuro aumento de capital demonstrados acima foram analisados no item 3.1.4 – Participações Acionárias. A concessão de empréstimos está relacionada ao Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper).

2 – GESTÃO FISCAL

A Constituição Federal de 1988 apresentou uma série de normas para regular a gestão fiscal. Uma das principais leis que surgiram na esteira daquela Carta foi a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF -, a qual estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com o propósito de assegurar a consecução das metas fiscais e a transparência dos gastos públicos.

2.1 - Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

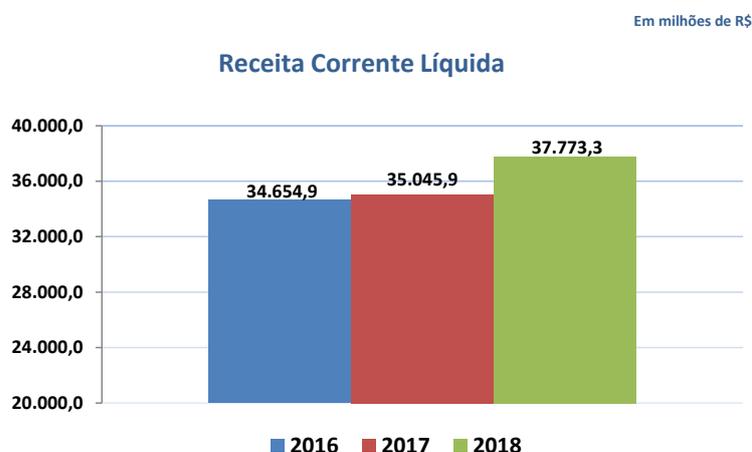
A LRF estabelece, para os entes da federação, limites de gastos relativos à despesa com pessoal, à dívida consolidada líquida, à concessão de garantias e à contratação de operações de crédito. Tais limites são definidos em percentuais da Receita Corrente Líquida – RCL.

2.1.1 - Receita Corrente Líquida – RCL

A Receita Corrente Líquida corresponde ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidos alguns itens como as transferências constitucionais e legais a municípios.

Além daqueles previstos na LRF, a RCL também é utilizada em outros limites estabelecidos em resoluções do Senado Federal.

Ressalte-se que, a RCL é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores. Demonstra-se a seguir o gráfico com o comportamento da RCL nos últimos três anos, em valores históricos:



A RCL cresceu 7,78% em 2018, comparativamente a 2017. Esse crescimento foi superior ao IGP-DI do período (7,10%).

2.1.2 - Despesa com Pessoal

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, e deve ser elaborado pelos poderes e órgãos autônomos: Poder Executivo, Poder Legislativo (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas), Poder Judiciário (Tribunal de Justiça e Justiça Militar do Estado) e Ministério Público. O RGF deve ser apurado ao final de cada quadrimestre, e publicado até trinta dias após o encerramento do período de referência.

A Despesa Total com Pessoal é apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência. Tal gasto, nos poderes e órgãos autônomos, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da Receita Corrente Líquida previstos na LRF.

A seguir, são apresentados os quadros da despesa com pessoal dos últimos dois anos, bem como os percentuais da RCL atingidos por poder ou órgão com o seu respectivo limite máximo e prudencial (95,00% do limite máximo). Todos os poderes e órgãos que são obrigados a apresentar o demonstrativo da despesa com pessoal o fazem utilizando os critérios definidos pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, que é o órgão responsável pelo julgamento das contas estaduais.

Em milhões de R\$				
2018				
Poder/Órgão Autônomo	Desp Pessoal	% da RCL	Lim. Prud	Lim. máx
Executivo	17.599,8	46,59%	46,55%	49,00%
Tribunal de Justiça	1.706,2	4,52%	5,59%	5,88%
Tribunal de Justiça Militar	18,9	0,05%	0,11%	0,12%
Assembleia Legislativa	360,1	0,95%	1,73%	1,82%
Tribunal de Contas	326,6	0,86%	1,12%	1,18%
Ministério Público	562,6	1,49%	1,90%	2,00%
Total	20.574,2	54,47%	57,00%	60,00%
Receita Corrente Líquida	37.773,3			

Em milhões de R\$				
2017				
Poder/Órgão Autônomo	Desp Pessoal	% da RCL	Lim. Prud	Lim. máx
Executivo	16.311,0	46,54%	46,55%	49,00%
Tribunal de Justiça	1.721,6	4,91%	5,59%	5,88%
Tribunal de Justiça Militar	18,6	0,05%	0,11%	0,12%
Assembleia Legislativa	350,0	1,00%	1,73%	1,82%
Tribunal de Contas	305,6	0,87%	1,12%	1,18%
Ministério Público	550,4	1,57%	1,90%	2,00%
Total	19.257,2	54,95%	57,00%	60,00%
Receita Corrente Líquida	35.045,9			

Ocorreu uma relativa estabilidade nos percentuais de despesa com pessoal dos poderes em relação ao ano anterior, tendo em vista que a variação positiva da RCL foi acompanhada pelo crescimento da despesa.

Em milhões de R\$				
Despesa com Pessoal - LRF				
Poder/Órgão Autônomo	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Executivo	17.599,8	16.311,0	1.288,8	7,90%
Tribunal de Justiça	1.706,2	1.721,6	-15,4	-0,89%
Tribunal de Justiça Militar	18,9	18,6	0,3	1,36%
Assembleia Legislativa	360,1	350,0	10,2	2,90%
Tribunal de Contas	326,6	305,6	21,0	6,88%
Ministério Público	562,6	550,4	12,2	2,22%
Total	20.574,2	19.257,2	1.317,0	6,84%

Em 2018, o Relatório Consolidado, ou seja, a soma da despesa com pessoal de todos os poderes e órgãos atingiu 54,47% da RCL, ficando abaixo do limite prudencial (57,00%), com redução de 0,48 ponto percentual em relação ao percentual de 2017, que foi de 54,95%. No consolidado, o aumento foi de 6,84%, totalizando R\$ 20.574,2 milhões.

Se utilizado o critério previsto no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, estima-se que a despesa com pessoal consolidada seria de cerca de 66% da RCL.

2.1.2.1 - Poder Executivo

O Poder Executivo atingiu 46,59% da RCL, ficando acima do limite prudencial (46,55%). Em relação a 2017, houve uma expansão de 7,90% na despesa líquida com pessoal. Essa elevação está vinculada aos aumentos concedidos a servidores da área de segurança (aprovados no governo anterior, estendendo-se até 2018).

2.1.2.2 - Poder Judiciário

O Poder Judiciário possui limite máximo de despesa com pessoal de 6,00%. Esse percentual é dividido entre o Tribunal de Justiça (5,88%) e o Tribunal de Justiça Militar (0,12%).

O Tribunal de Justiça teve redução de 0,89% na sua despesa com pessoal, atingindo o montante de R\$ 1.706,2 milhões e reduzindo o percentual de comprometimento da Despesa com Pessoal em relação à RCL para 4,52%.

O Tribunal de Justiça Militar atingiu R\$ 18,9 milhões de despesa líquida com pessoal. Em relação ao ano anterior, houve um aumento de 1,36%. O percentual de comprometimento da despesa líquida com pessoal manteve-se estável em 0,05% da RCL, ficando abaixo da metade do seu limite máximo (0,12%).

2.1.2.3 - Poder Legislativo

O Poder Legislativo é composto pela Assembleia Legislativa e pelo Tribunal de Contas do

Estado. Os dois órgãos, juntos, possuem limite máximo de despesa com pessoal de 3,00% da RCL, sendo 1,82% para a Assembleia Legislativa e 1,18% para o TCE.

A despesa total com pessoal da Assembleia Legislativa foi de R\$ 360,1 milhões, tendo um aumento de 2,90% em relação ao ano anterior. Já o percentual em relação à RCL atingiu 0,95%, valor abaixo do limite máximo (1,82%). O TCE teve um aumento na despesa com pessoal de 6,88%, atingindo R\$ 326,6 milhões, o que representa 0,86% da RCL, abaixo do limite máximo (1,18%).

2.1.2.4 - Ministério Público

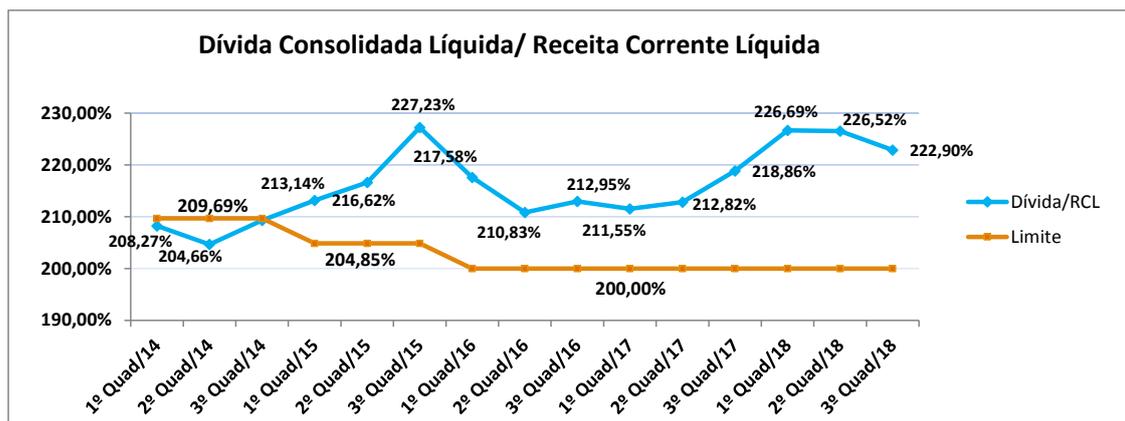
O Ministério Público atingiu R\$ 562,6 milhões em despesa com pessoal. Quando comparado a 2017, houve um aumento de 2,22%. Em 2018, o MP chegou a 1,49% de despesa com pessoal em relação à RCL, sendo que o limite máximo é de 2,00%.

2.1.3 - Dívida Consolidada Líquida - DCL

Conforme assevera a Lei de Responsabilidade Fiscal, a dívida pública consolidada ou fundada corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também compõem a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Além da dívida mobiliária e contratual, integram a Dívida Consolidada, para fins de aplicação dos limites, os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, além de estabelecer o limite da DCL, incluiu prazo para adequação do endividamento dos entes da federação que não estivessem enquadrados naquele parâmetro, determinando aos estados que, até o final do décimo quinto exercício (2016), sua Dívida Consolidada Líquida – DCL não excedesse duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida – RCL. Em 2001, o Estado estava com 272,74%, acima do limite em 72,74%, portanto. O referido excesso deveria ser reduzido à razão de 1/15 ao ano, ou 4,85%. Assim, em 2016 o percentual da DCL/RCL não poderia exceder 200,00%, ficando esse percentual estável para os períodos seguintes. Em 2018, o percentual da dívida subiu em relação a 2017, atingindo 222,90%, e ficando substancialmente acima do limite previsto na Resolução do Senado Federal.



Dispõe a LRF que, uma vez ultrapassado o limite, o excesso deverá ser eliminado até o término dos três quadrimestres subsequentes, devendo 25% desse excesso ser reduzido ainda no primeiro. Caso o Estado não efetue a adequação dentro do período, fica proibido de realizar operação de crédito e deverá buscar obter resultado primário, com limitação de empenho.

Permanecendo acima do limite após o prazo final para adequação, ficará impedido de realizar operação de crédito e também de receber transferências voluntárias, exceto as relativas a ações de educação, saúde e assistência social, além de ser obrigado a obter resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, a partir de limitação de empenho, dentre outras medidas.

Importante salientar que a própria LRF, em seu artigo 66, prevê a possibilidade de duplicarem-se os prazos de adequação no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres. O PIB do Rio Grande do Sul passou por um período crítico entre 2014 e 2016; portanto, o Estado fez jus a essa dilatação de prazo para readequação aos limites da DCL. A seguir é apresentada tabela com o crescimento do PIB daquele período.

	(%)				
Crescimento do PIB-RS	3º TRI/15	4º TRI/15	1º TRI/16	2º TRI/16	3º TRI/16
Trimestre/mesmo trimestre do ano anterior	-5,2	-5,6	-4,5	-4,0	-1,7
Acumulada ao longo do ano/mesmo período ano anterior	-2,7	-3,4	-4,5	-4,2	-3,5
Últimos quadrimestres/quatro trimestres anteriores	-2,5	-3,4	-3,9	-4,8	-4,0

Fonte: FEE/CIE/Núcleo de Contas Regionais.

A expectativa gerada com a aprovação pelo Senado Federal da Lei Complementar nº 148/2014, que altera o indexador da dívida dos Estados e Municípios com a União (principal parcela no cômputo da DCL) era de que, com sua implementação, o saldo da dívida reduzisse substancialmente. Ocorre que, apesar da redução produzida pela alteração de indexador, que era retroativa a 2013, o saldo devedor da dívida aumentou, devido ao desconto escalonado no pagamento das parcelas previsto na Lei Complementar nº 156/16. Esse desconto fez com que a parcela ficasse

menor, e que o saldo não pago fosse incorporado ao montante da dívida. Em julho de 2017, o Estado conseguiu nova liminar junto ao Supremo Tribunal Federal que permitiu a suspensão do pagamento da dívida junto à União como antecipação do Regime de Recuperação Fiscal, e que prevê o não pagamento da dívida por três anos prorrogáveis por igual período. O valor não pago em decorrência dessa liminar foi empenhado e liquidado, estando inscrito em restos a pagar. Este mesmo procedimento foi adotado em 2018, ficando os valores não pagos inscritos em restos a pagar processados.

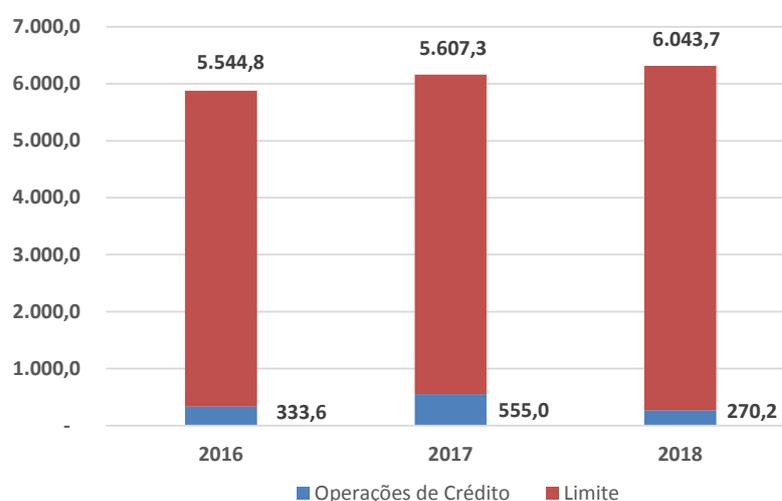
2.1.4 - Operações de Crédito

As Operações de Crédito têm limites previstos na Resolução do Senado Federal nº 43 de 2001. Para os estados, o limite global de operações de crédito é 16% da RCL do período de referência.

2.1.4.1 - Ingressos

O Estado continua impedido de contratar novas operações de crédito por ter ultrapassado o limite da Dívida Consolidada Líquida (vide item 2.1.3). No entanto, houve ingressos de parcelas de contratações já efetuadas, que totalizaram R\$ 270,2 milhões em 2018, com destaque para a operação do Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento (PROREDES), junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de R\$ 213,5 milhões. O gráfico a seguir demonstra os ingressos de recursos de operações de crédito, bem como o limite máximo dos últimos três exercícios.

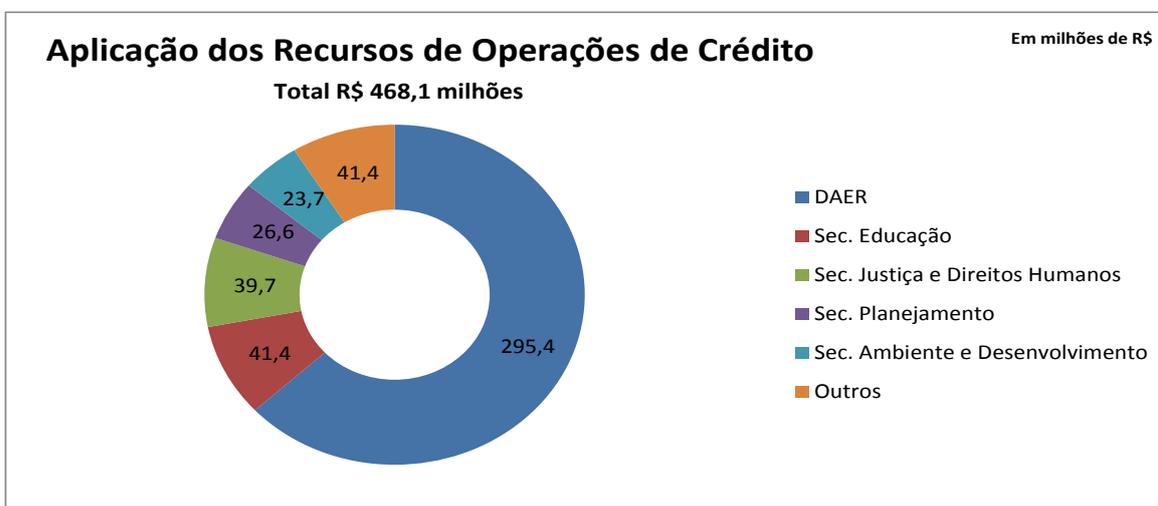
Ingressos/Limite de Receitas de Operações de Crédito (Em milhões de R\$)



Como pode ser observado no gráfico, o ingresso de recursos de operações de crédito apresenta-se abaixo do limite máximo determinado na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

2.1.4.2 - Aplicação

Foram aplicados, em 2018, R\$ 468,1 milhões de recursos oriundos de operações de crédito, principalmente PROREDES com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a do PROREDES com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A principal utilização foi no DAER, com a restauração e manutenção de malha rodoviária, seguida de investimentos em qualificação da rede física da educação básica, pela Secretaria da Educação. Os recursos foram distribuídos conforme o gráfico a seguir.



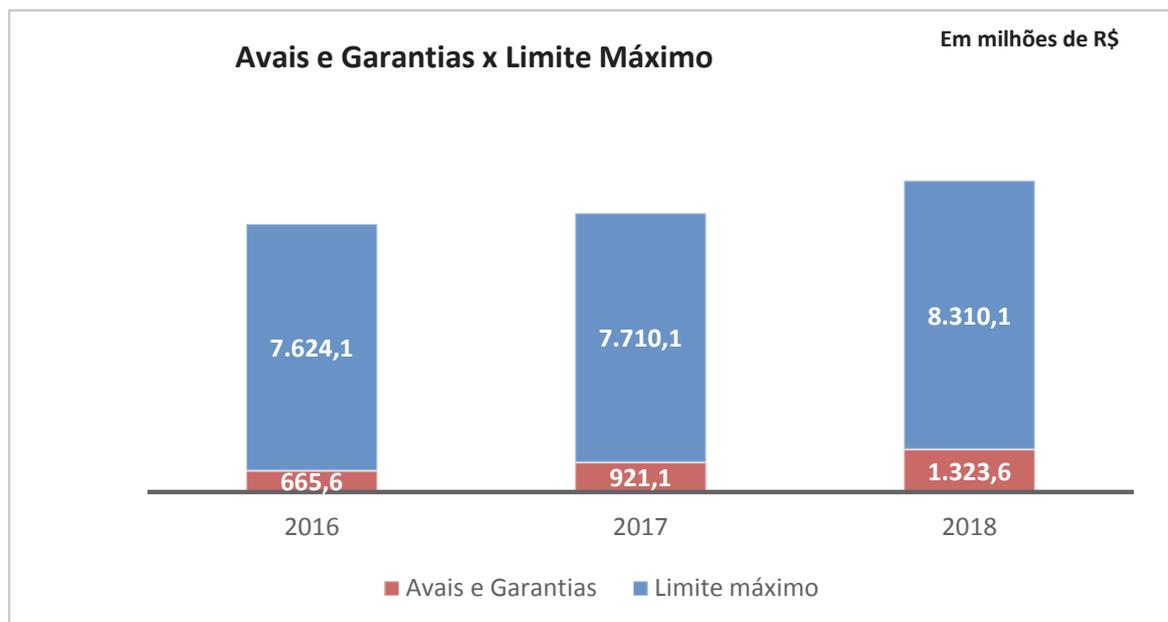
Além das aplicações de recursos de financiamento expostas no gráfico acima, foram reembolsados ao Estado, pelo PROINVESTE, R\$ 2,5 milhões relativos a investimentos na área da Segurança Pública, realizados com recursos do Fundo Especial de Segurança Pública.

2.1.5 - Avais e Garantias

O Demonstrativo das Garantias e Contra Garantias de Valores compõe tão somente o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo e abrange as Garantias e Contra Garantias de Valores prestadas a terceiros. O Senado instituiu, por meio de Resolução, o limite máximo de Avais e Garantias em 22,00% da RCL para os estados. As garantias que se constituem em fianças e avais são concedidas pelo ente federativo em operações de crédito, inclusive com recursos de fundos de aval, através da assunção de risco creditício em linhas de crédito, do seguro de crédito à exportação, e outras garantias de natureza semelhante que representem compromisso de adimplência

de obrigação financeira ou contratual. Já a Contra Garantia é a contrapartida oferecida pelo ente federativo que irá receber uma garantia, de forma que seja em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e que abranja o ressarcimento integral dos custos financeiros decorrentes da cobertura de eventual inadimplemento.

O gráfico a seguir mostra o comportamento dos Avais e Garantias nos últimos três anos, comparados com o limite máximo.

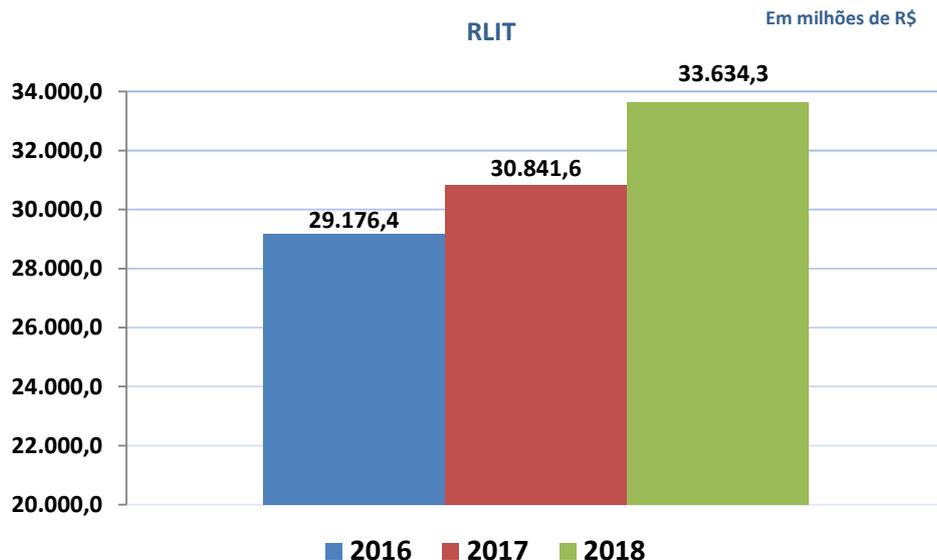


Apesar do aumento de 43,70% em relação ao último exercício, o montante dos Avais e Garantias ficou abaixo do limite estabelecido pelo Senado Federal.

2.2 - Vinculações Constitucionais e Legais

A Constituição Federal estabeleceu percentuais mínimos de gastos do orçamento público com algumas funções do Estado. A Constituição Estadual e outros instrumentos legais fizeram o mesmo, buscando direcionar os recursos públicos para as áreas tidas como mais importantes ou estratégicas para atendimento à população. A base de cálculo desses percentuais é a Receita Líquida de Impostos e Transferências – RLIT, composta pela soma da arrecadação de impostos do Estado acrescida dos valores de transferências recebidos de outros entes e pela dedução das participações dos municípios nessas receitas. A RLIT é utilizada para calcular o valor mínimo a ser aplicado no exercício nas duas principais funções do Estado: Saúde e Educação.

O gráfico a seguir apresenta os valores da RLIT dos últimos três anos.



A RLIT de 2018 avançou 9,05% em relação ao ano anterior, impactando nas despesas com Educação e Saúde, que a ela estão atreladas pelos mínimos constitucionais.

2.2.1 - Despesa com Educação

O Governo do Estado utiliza-se de três fontes principais de recursos para custeio das despesas com Educação. Segue quadro demonstrando, por fonte de recurso, o total das despesas executadas.

Fonte	2018		2017		2016	
	Aplicação	%	Aplicação	%	Aplicação	%
1 - Impostos e Transferências Constitucionais	7.551,1	91,80%	7.517,8	92,46%	7.362,6	92,10%
2 - Transferências Obrigatórias	623,0	7,57%	548,2	6,74%	523,5	6,55%
3 - Transferências Voluntárias	4,4	0,05%	5,1	0,06%	25,1	0,31%
4 - Outras Fontes	47,1	0,57%	59,7	0,73%	83,4	1,04%
Total das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (1+2+3+4)	8.225,6	100,00%	8.130,7	100,00%	7.719,0	100,00%

A principal fonte de financiamento (91,80% do total de despesas realizadas em 2018) são os recursos provenientes de impostos e transferências constitucionais. Outra fonte que se destaca é a de transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (Transferências Obrigatórias), representando 7,57% da despesa total em 2018.

2.2.1.1 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

Além das despesas aplicadas em Educação com as fontes indicadas no item “1- Impostos e Transferências Constitucionais” da tabela anterior, as chamadas “perdas com o FUNDEB” também

são computadas como despesa de Educação. O FUNDEB é um fundo de natureza contábil (escritural) e de âmbito estadual (um para cada Estado), constituído por parte das receitas arrecadadas por Estados e por Municípios. Nos estados são repassados 20% de todos os recursos arrecadados a título de Fundo de Participação dos Estados – FPE, de ICMS, de ICMS Desoneração – LC 87/96, de IPI Exportação, de ITCD e de IPVA. O somatório dos recursos enviados ao FUNDEB de cada Unidade da Federação é redistribuído ao Estado e aos seus Municípios conforme o número de matrículas em escolas de ensino fundamental regular, de Ensino Médio, de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos (fundamental e médio). Nessa divisão, o Estado do Rio Grande do Sul recebeu em, 2018, R\$ 1,62 bilhão a menos que o valor de suas receitas transferidas ao Fundo, conforme demonstrado na tabela abaixo.

FUNDEB	Em milhões de R\$		
	2018	2017	2016
1 - Contribuição do Estado ao Fundeb	6.103,5	5.580,1	5.339,1
2 - Retorno Recebido pelo Estado	4.483,0	4.170,4	4.158,1
Perda Relacionada ao Fundeb (1-2)	1.620,4	1.409,7	1.180,9
Perda Relacionada ao Fundeb (%)	26,55%	25,26%	22,12%

O Estado vem aumentando o percentual de perda com o FUNDEB nos últimos anos, atingindo 26,55% em 2018.

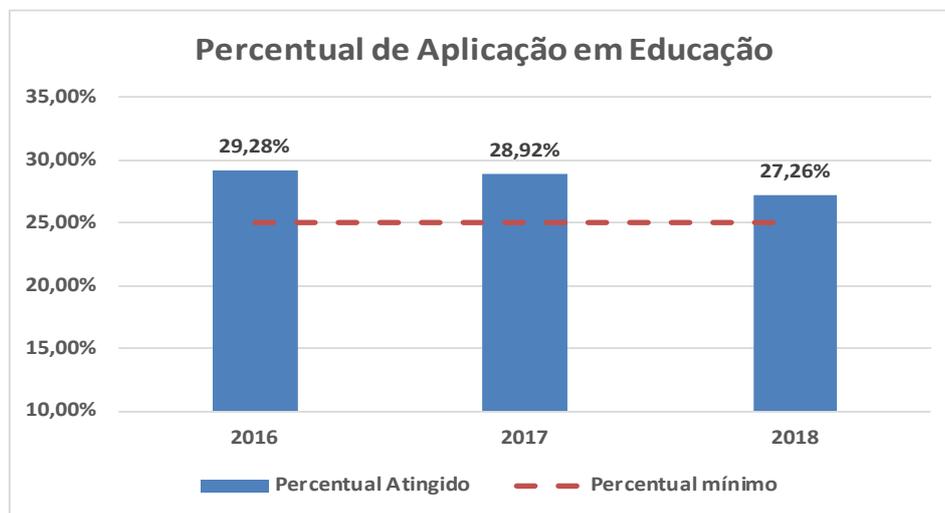
2.2.1.2 - Limites Constitucionais da Educação

O art. 212 da Constituição Federal dispõe que 25% da RLIT deve ser aplicado em despesas com ações típicas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, conforme o artigo 70 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes Básicas – LDB da Educação Nacional). No Estado, esse percentual é fixado em 35%, segundo o artigo 202 da Constituição Estadual.

O cumprimento do percentual mínimo de despesas com Educação dos últimos três anos é evidenciado no Gráfico a seguir.

Fonte	Em milhões de R\$		
	2018	2017	2016
	Aplicação	Aplicação	Aplicação
1 - Impostos e Transferências Constitucionais	7.549,7	7.516,7	7.362,5
2 - Deduções para Fins do Limite Constitucional	1.620,2	1.401,3	1.179,2
Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	1.620,4	1.409,7	1.180,9
Aplicação Financeira do FUNDEB	0,0	1,4	0,0
Cancelamento de Restos a Pagar Inscritos com Disponibilidade Financeira de Recursos de Imposto Vinculados ao Ensino	0,2	6,9	1,7
Total Aplicado (1+2)	9.169,9	8.918,0	8.541,7
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT	33.634,3	30.841,6	29.176,4
Percentual Aplicado em MDE	27,26%	28,92%	29,28%

Dessa forma, o Estado do Rio Grande do Sul vem cumprindo o mínimo de 25% da RLIT com Despesas de Educação previsto na Constituição Federal, sendo que em 2018 o percentual atingido de 27,26% da RLIT foi menor que nos últimos dois anos, distanciando-se do percentual de 35% previsto na Constituição Estadual.



2.2.2 - Despesa com Saúde

O Governo do Estado utiliza-se de duas fontes principais de recursos para custeio das Despesas com Saúde. Segue quadro demonstrativo, por fonte de recurso, do total das despesas executadas nos últimos três anos.

Despesas com Saúde por Fonte de Recurso	Em milhões de R\$					
	2018	%	2017	%	2016	%
1 - Impostos e transferências Constitucionais	4.099,5	82,31%	3.787,4	82,25%	3.559,5	80,24%
2 - Transferências do SUS	844,6	16,96%	803,4	17,45%	846,4	19,08%
3 - Outras Fontes	36,4	0,73%	13,8	0,30%	29,9	0,68%
Total	4.980,5	100,00%	4.604,5	100,00%	4.435,8	100,00%

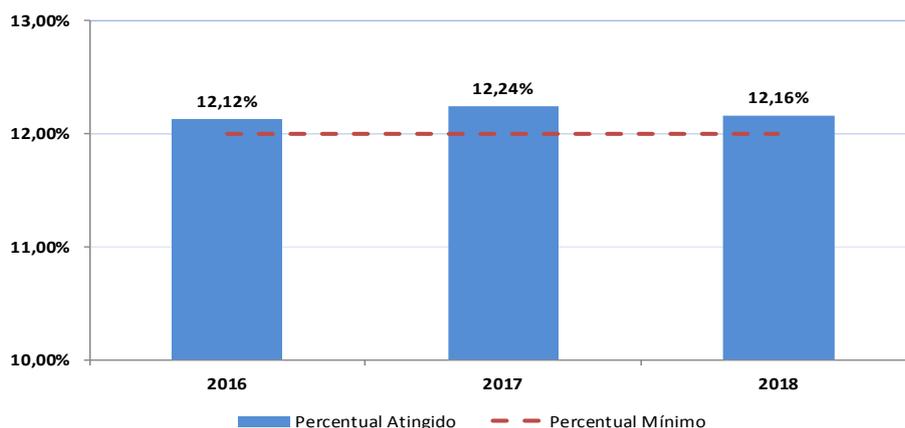
A principal fonte de financiamento à Saúde, que representou 82,31% do total de despesas em 2018, são os impostos arrecadados pelo Estado (ICMS, IPVA, ITCD e IRRF) e as transferências constitucionais (Fundo de Participação dos Estados – FPE, Desoneração do ICMS – LC 87/96, IPI Exportação), base de cálculo do limite constitucional, conforme item “Limites Constitucionais da Saúde” (2.2.2.1). Cabe destacar também as Transferências do Sistema Único de Saúde (SUS), que representaram 16,96% da despesa total em 2018. Registre-se que os recursos de transferências do SUS (de origem federal) vêm reduzindo, nos últimos anos, sua participação relativa no financiamento das despesas com Saúde no Estado.

2.2.2.1 - Limites Constitucionais da Saúde

A Constituição Federal determina que 12% da RLIT devem ser aplicados em ações e serviços

públicos de Saúde. Em 2018, o total da RLIT foi de R\$ 33.634,3 milhões, e as despesas liquidadas custeadas com recursos de impostos e transferências constitucionais totalizaram R\$ 4.089,4 milhões (não são consideradas no cálculo as despesas empenhadas e não liquidadas – R\$ 10,1 milhões), resultando em uma aplicação de 12,16% da RLIT. É apresentado, a seguir, o percentual de gastos com Saúde a partir de 2016, conforme os critérios determinados pela Lei Complementar nº 141/2012, onde se observa que o Estado vem atingindo o mínimo constitucional previsto.

Percentual de aplicação na Saúde



2.2.3 - Despesa com Ensino Superior

O art. 201 da Constituição Estadual, em seu parágrafo 3º, determina que o Estado deve aplicar 0,5% da sua Receita Líquida de Impostos Próprios (RLIP) na manutenção e desenvolvimento do ensino superior público, mediante crédito educativo e bolsa de estudos, integral ou parcial, no ensino superior comunitário. A RLIP é composta pela receita com os impostos próprios do ente, descontada a parte relativa a esses impostos pertencente aos municípios.

Segue abaixo quadro com a aplicação de recursos no ensino superior e o percentual em relação à RLIP.

Especificação	Em milhões de R\$					
	2018	% aplicação	2017	% aplicação	2016	% aplicação
APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO ENSINO SUPERIOR	96,5		85,9		74,6	
Pessoal e Encargos	79,1	81,97%	71,5	83,19%	60,3	80,79%
Outras Despesas Correntes	16,6	17,23%	13,7	15,99%	13,3	17,88%
Investimentos	0,8	0,80%	0,7	0,82%	1,0	1,33%
Receita Líquida de Impostos Próprios	30.999,6		28.346,0		26.719,0	
Percentual de Aplicações	0,31%		0,30%		0,28%	

Conforme a tabela, o Estado não tem aplicado o percentual mínimo determinado em sua Constituição. Cabe destacar que os gastos com Pessoal e Encargos têm concentrado mais de 80% dos valores empenhados no Ensino Superior ao longo dos últimos exercícios.

2.2.4 - Despesa com Pesquisa Científica e Tecnológica

O art. 236 da Constituição Estadual estabelece que o Estado deve destinar, no mínimo, 1,5% da sua Receita Líquida de Impostos Próprios – RLIP para aplicações no fomento ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica por meio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS.

O quadro a seguir demonstra a aplicação de recursos em pesquisa nos últimos três exercícios.

Especificação	Em milhões de R\$		
	2018	2017	2016
Fomento à Pesquisa Científica	26,5	26,1	26,4
Receita Líquida de Impostos Próprios - RLIP	30.999,6	28.346,0	26.719,0
Percentual de Aplicações	0,09%	0,09%	0,10%

Observa-se que o Estado está aplicando um montante abaixo do mínimo determinado em sua Constituição para pesquisa científica e tecnológica.

2.3 - Despesa com Segurança

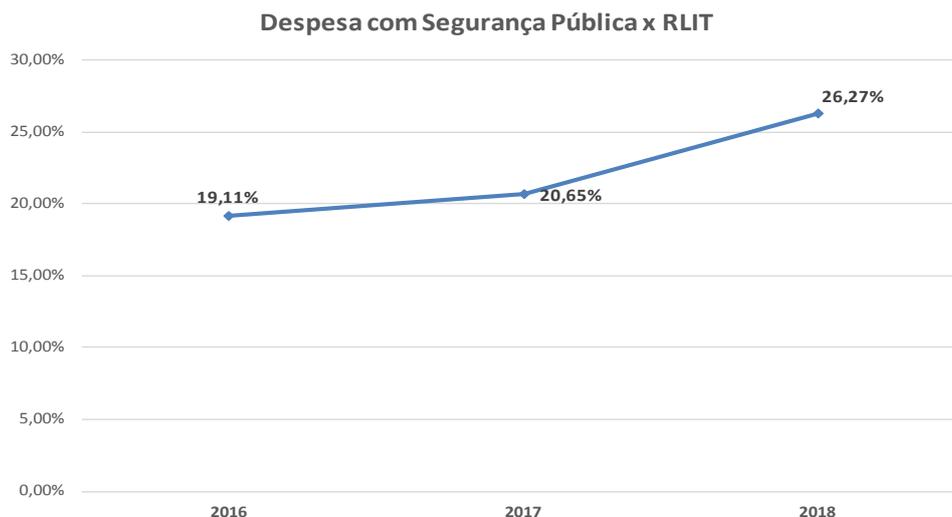
O Governo do Estado utiliza-se de várias fontes de recursos para custeio das despesas com segurança pública. Segue quadro demonstrativo, por fonte de recurso, do total das despesas executadas nos últimos três anos.

Fonte	Em milhões de R\$					
	2018		2017		2016	
	Aplicação	%	Aplicação	%	Aplicação	%
1 - Tesouro-Livres	8.256,8	93,46%	5.896,2	92,56%	5.339,3	95,74%
2 - Tesouro-Vinculados por Lei	421,9	4,78%	403,8	6,34%	205,3	3,68%
3 - Outras Fontes	156,0	1,77%	70,4	1,10%	32,4	0,58%
Total das Despesas com Segurança	8.834,8	100,00%	6.370,3	100,00%	5.577,0	100,00%

A principal fonte de financiamento à Segurança Pública, perfazendo 93,46% do total de despesas em 2018, são os impostos arrecadados pelo Estado (ICMS, IPVA, ITCD e IRRF) e as transferências constitucionais (Fundo de Participação dos Estados – FPE, Desoneração do ICMS – LC 87/96, IPI Exportação).

2.3.1 - Despesa com Segurança Pública x RLIT

Diferentemente das Despesas com Saúde e Educação, a Segurança Pública, também considerada uma das principais funções do Estado, não possui um percentual mínimo de aplicação definido pela Constituição Federal. Para fins comparativos, optou-se por apresentar o comprometimento da RLIT com Despesas de Segurança Pública, tomando por base os critérios aplicados nos cálculos de Saúde e Educação.



O Estado tem aumentado os gastos com segurança pública nos últimos períodos, atingindo 26,27% da RLIT em 2018, em decorrência, sobretudo, dos aumentos salariais concedidos pelo governo anterior às categorias da área da Segurança Pública. Registre-se que, além dos aumentos, houve mudança nos critérios de apuração dos gastos em Segurança. Até 2018 apenas os gastos com inativos da Brigada Militar eram computados; a partir desse ano, foi incluída a cobertura do deficit de todos os servidores da área.

2.4 - Resultado Previdenciário

Para efeito de análise, o resultado previdenciário será desdobrado em Plano Financeiro (Regime de Repartição Simples), Fundo Previdenciário (Fundoprev – Regime de Capitalização) e Regime de Previdência Complementar – RPC.

2.4.1 - Plano Financeiro

O resultado previdenciário demonstrado a seguir decorre do confronto entre receitas e despesas previdenciárias. As receitas contemplam, entre outras, contribuições dos segurados, contribuição patronal, receitas de valores mobiliários, receitas de compensações entre os regimes próprios (RPPS) e o Regime Geral de Previdência (RGPS). Já as despesas estão relacionadas basicamente aos pagamentos de aposentadorias e pensões. No quadro a seguir, as contribuições para a cobertura do deficit, pagas pelo Estado ao Instituto de Previdência do Estado – IPE Prev, não compõem o total da receita.

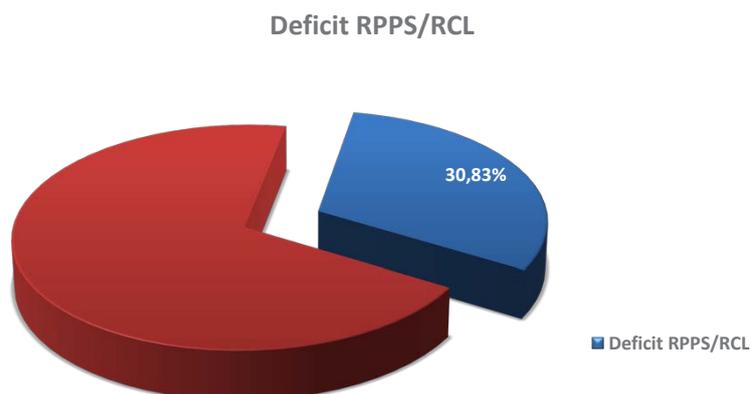
Em milhões de R\$				
Resultado Previdenciário - RPPS	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Receita	4.581,1	4.366,7	214,4	4,91%
Despesa	16.226,8	14.929,1	1.297,7	8,69%
Resultado	(11.645,7)	(10.562,4)	(1.083,3)	10,26%

O deficit demonstrado acima é resultado de um regime que passou a ter caráter contributivo e solidário apenas com as alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nº 20 e 41, de 1998 e 2003, respectivamente. Assim, os resultados negativos que esse plano apresenta atualmente têm origem, sobretudo, em períodos anteriores às referidas emendas. Destaca-se também que, apesar do aumento expressivo das receitas em 2018, o deficit continua crescente devido a um aumento nominalmente maior das despesas previdenciárias.

A representatividade desse deficit nas contas do Estado pode ser melhor entendida a partir da tabela a seguir.

	Em milhões de R\$				
	2018	2017	2016	Var. % 2017-2018	Var. % 2016-2017
RCL	37.773,3	35.045,9	34.654,9	7,78%	1,13%
Deficit RPPS	11.645,7	10.562,4	8.970,8	10,26%	17,74%
% da RCL	30,83%	30,14%	25,89%		

Note-se que o deficit do principal regime de previdência do Estado consumiu, no último ano, 30,83% da Receita Corrente Líquida.



2.4.2 - Fundo Previdenciário – FUNDOPREV

O Fundo Previdenciário – FUNDOPREV foi instituído pela Lei Complementar nº 13.758, de 15 de julho de 2011, e abrange os servidores que ingressaram no serviço público desde essa data. Ele é gerido pelo IPERGS, com segregação contábil e fiscal dos demais recursos e fundos da Autarquia. Dessa forma, com a segregação de massas do RPPS, existem, desde 15 de julho de 2011 dois tipos de servidores/segurados: os que ingressaram no Estado antes dessa data e estão abrangidos pelo Plano Financeiro e os que ingressaram depois e estão abrangidos pelo Plano Previdenciário.

Em razão do pouco tempo de existência do FUNDOPREV, o resultado é superavitário, conforme quadro a seguir.

Resultado Previdenciário - Fundoprev	Em milhões de R\$			
	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
Receita	623,3	451,9	171,4	37,93%
Despesa	108,3	1,5	106,8	6891,97%
Resultado	514,9	450,3	64,6	14,35%

O art. 5º da Lei Complementar Estadual nº 13.758/2011 previa que o FUNDOPREV deveria custear, por reembolso, o auxílio-doença, o salário-maternidade e o auxílio-reclusão dos servidores a ele vinculados. Em 2018, esse dispositivo foi revogado pela Lei Complementar Estadual nº 15.142/2018. Desde o surgimento do Fundo, a Administração Direta do Poder Executivo descontava de suas contribuições o valor desses benefícios, em lugar de repassar a contribuição integral e solicitar o reembolso. Em 2018, foi firmado um Termo de Ajuste pelo qual o Estado efetuou essas contribuições e recebeu o reembolso pelas despesas, gerando, de forma acumulada, registros de receitas e despesas que explicam as expressivas variações demonstradas na tabela.

2.4.3 - Regime de Previdência Complementar – RPC/RS

O Regime de Previdência Complementar – RPC, instituído pela Lei Complementar nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, entrou em funcionamento após a autorização concedida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC – na Portaria nº 382, publicada no Diário Oficial da União em 18 de agosto de 2016.

A partir da autorização, os servidores que ingressam no serviço público estadual têm suas aposentadorias e pensões limitadas ao teto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, fixado em R\$ 5.645,80 no exercício de 2018. Isso significa que tanto a contribuição do servidor, de 14,00% sobre a remuneração, quanto a contribuição equivalente do Estado, também estarão limitadas ao referido teto.

Para complementar o benefício da aposentadoria, o servidor poderá aderir ao plano oferecido pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul – RS-Prev, contribuindo sobre o valor da remuneração que exceder o teto do RGPS. Nesse caso, o Estado também contribuirá para o plano de previdência complementar com o mesmo valor da contribuição realizada pelo servidor, limitada à alíquota de 7,5%.

Com a implementação do RPC, a tendência é que o Estado reduza a despesa com pessoal na medida em que não é mais responsável pela contribuição previdenciária de 14,00% a partir de abril de 2017, conforme Lei Complementar Estadual nº 14.967, de 30 de dezembro de 2016, para a parcela da remuneração que exceder ao teto estabelecido pelo RGPS.

Considere-se, ainda, que, no longo prazo, o Fundoprev arcará com aposentadorias e pensões limitadas ao teto do RGPS, o que contribuirá para o equilíbrio atuarial do fundo.

2.5 - Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual

A Lei Complementar nº 14.836, de 14 de janeiro de 2016, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, traz normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal, criando mecanismos prudenciais de controle com objetivo de alcançar o equilíbrio financeiro das contas públicas.

Essa lei inovou no controle dos gastos públicos em relação à LRF, e avançou nas restrições aos aumentos de gastos públicos, além de outras vedações, como a proibição de aumentos salariais a servidores para o período posterior ao mandato do titular do Poder Executivo. Destaca-se que a ADI nº 70069406122 afastou a aplicação da lei aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MP, ao TCE e à DPE.

3 - GESTÃO PATRIMONIAL

A contabilidade pública brasileira está avançando no processo de convergência aos padrões internacionais. Nesse contexto, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC está editando gradualmente as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, que são normas convergidas das International Public Sector Accounting Standard – IPSAS.

A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF, por força de mandamento legal contido na LRF, tem o papel de consolidar as contas públicas nacionais, bem como de normatizar as regras gerais dessa consolidação. Dessa forma, anualmente são tornadas públicas alterações no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, e periodicamente é lançada nova edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, que já está na 8ª edição. Além disso, em 2015 foi publicada a Portaria STN nº 548, que dispôs sobre o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, estabelecendo prazos para os entes da federação aplicarem os procedimentos contidos no MCASP, que estão alinhados com as NBC TSP editadas pelo CFC.

O Estado do Rio Grande do Sul está buscando atender o PIPCP, o MCASP e as NBC TSP de acordo com os prazos estipulados. Assim sendo, a gestão patrimonial apresentada neste capítulo evidencia itens e valores que não constavam na prestação de contas de exercícios anteriores, ou eram demonstrados de uma forma diferente. Além disso, visando melhorar a qualidade da informação, no exercício de 2018 foi efetuada a implantação do PCASP estendido, que consiste em um plano de contas detalhado e de utilização facultativa. Esse novo padrão provocou alterações relevantes na composição dos Ativos e Passivos, que tiveram seus saldos reclassificados. Exemplo disso é o grupo Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, que até 2017 integrava o grupo Caixa e Equivalente de Caixa.

A página seguinte, apresenta-se quadro demonstrativo dos prazos estipulados pela STN no PIPCP e a situação do Estado em relação a esses.

Considera-se implantado o procedimento contábil que está alinhado às regras estabelecidas no MCASP e NBC TSP vigentes. Procedimento em implantação são os procedimentos iniciados em 1º de janeiro de 2019, sobre os quais já foram expedidos normativos e/ou guias de lançamentos contábeis. O status de iniciado refere-se àqueles que ainda estão sendo estudados em expedientes e/ou grupos de trabalhos específicos. Parcialmente atendidos são os procedimentos que estão consideravelmente aproximados do estabelecido nas NBC TSP e no MCASP, ou seja, os ajustes necessários serão efetuados de acordo com os prazos estabelecidos.

	PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio atual de Implantação no Estado do Rio Grande do Sul
1	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Implantado
2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2016	Implantado
4	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2017	Implantado
5	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/01/2017	Implantado
6	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2019	Implantado
7	Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2019	Implantado
8	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	01/01/2019	Em implantação
9	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	01/01/2019	Implantado
10	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	01/01/2019	Implantado
11	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2020	Iniciado
12	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	01/01/2020	Parcialmente atendido
13	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2020	Em implantação
14	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2021	Parcialmente atendido
15	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2022	Não iniciado
16	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	01/01/2022	Não iniciado

3.1 - Ativo

Em 31 de dezembro de 2018, o Ativo do Estado, comparado com o do ano anterior, apresentava a seguinte situação:

Títulos	Atributo*	Em milhões de R\$				
		2018		2017		Δ%
		R\$	%	R\$	%	2018/2017
ATIVO CIRCULANTE		39.524,6	54,22%	34.901,0	50,71%	13,25%
Caixa e Equivalente de Caixa		9.542,3	13,09%	7.726,7	11,23%	23,50%
Caixa e Equivalente de Caixa	Financeiro	2.562,3	3,51%	2.101,3	3,05%	21,94%
Caixa e Equivalente de Caixa - SIAC	Financeiro	6.980,0	9,57%	5.625,5	8,17%	24,08%
Créditos a Curto Prazo		27.910,3	38,29%	25.672,5	37,30%	8,72%
Créditos Tributários a Receber	Permanente	8.235,5	11,30%	6.481,4	9,42%	27,06%
Clientes	Permanente	51,9	0,07%	40,6	0,06%	27,78%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	Financeiro	-	0,00%	0,1	0,00%	-100,00%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	Permanente	940,3	1,29%	931,5	1,35%	0,95%
Dívida Ativa Tributária	Permanente	2.942,4	4,04%	2.129,8	3,09%	38,15%
Dívida Ativa Não Tributária	Permanente	65,4	0,09%	43,0	0,06%	52,06%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - SIAC	Financeiro	11.439,5	15,69%	11.495,7	16,70%	-0,49%
Devedores	Financeiro	230,7	0,32%	481,0	0,70%	-52,03%
Responsáveis por Pagamentos Irregulares	Financeiro	1.697,3	2,33%	1.640,1	2,38%	3,49%
Sequestros Judiciais a Regularizar	Financeiro	1.457,6	2,00%	1.191,7	1,73%	22,32%
Demais Créditos de Curto Prazo	Permanente	335,5	0,46%	631,1	0,92%	-46,84%
Demais Créditos de Curto Prazo	Financeiro	599,6	0,82%	606,5	0,88%	-1,15%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Curto Prazo	Permanente	(85,3)	-0,12%	-	0,00%	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		1.878,3	2,58%	1.314,5	1,91%	42,89%
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	Financeiro	1.619,1	2,22%	1.258,9	1,83%	28,62%
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	Financeiro	259,2	0,36%	55,6	0,08%	366,30%
Estoques		176,7	0,24%	170,2	0,25%	3,82%
Mercadorias para Revenda	Permanente	15,9	0,02%	15,4	0,02%	2,90%
Almoxarifado	Permanente	160,8	0,22%	154,8	0,22%	3,91%
Ativo não circulante mantido para venda		17,0	0,02%	17,0	0,02%	0,00%
ATIVO NÃO CIRCULANTE		33.374,4	45,78%	33.922,3	49,29%	-1,62%
Ativo Realizável a Longo Prazo		11.552,4	15,85%	11.925,3	17,33%	-3,13%
Clientes	Permanente	5,2	0,01%	-	0,00%	
Dívida Ativa Tributária	Permanente	41.631,7	57,11%	41.185,5	59,84%	1,08%
Dívida Ativa Não Tributária	Permanente	667,7	0,92%	625,6	0,91%	6,73%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	Financeiro	45,2	0,06%	-	0,00%	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	Permanente	1.015,0	1,39%	1.038,5	1,51%	-2,27%
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	Permanente	13,3	0,02%	0,0	0,00%	
(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Longo Prazo	Permanente	(31.825,8)	-43,66%	(30.924,3)	-44,93%	2,92%
Investimentos		12.334,8	16,92%	13.321,6	19,36%	-7,41%
Participações Acionárias	Permanente	9.479,0	13,00%	10.242,8	14,88%	-7,46%
Fundos para Financiamento	Permanente	2.851,5	3,91%	3.074,5	4,47%	-7,25%
Demais Investimentos Permanentes	Permanente	4,3	0,01%	4,3	0,01%	0,00%
Imobilizado		9.471,7	12,99%	8.669,7	12,60%	9,25%
Bens Móveis	Permanente	3.351,3	4,60%	3.374,5	4,90%	-0,69%
Bens Imóveis	Permanente	6.120,4	8,40%	5.295,3	7,69%	15,58%
Intangível		15,6	0,02%	5,6	0,01%	175,96%
Total		72.899,1	100,00%	68.823,3	100,00%	5,92%

* Classificação conforme o art. 105 da Lei 4.320/64.

O Ativo do Estado aumentou 5,92% em 2018, sendo 13,25% de crescimento no Ativo Circulante e 1,62% de decréscimo no Ativo Não Circulante.

No Ativo Circulante, destaca-se o subgrupo Créditos a Curto Prazo: foi o que mais cresceu em valores nominais – R\$ 2,24 bilhões - e totalizou, ao final do exercício, R\$ 27,91 bilhões. O acréscimo teve maior representatividade nos Créditos Tributários a Receber e na Dívida Ativa Tributária. O primeiro, com saldo de R\$ 8,24 bilhões, representa os autos de lançamento que ainda não foram inscritos em Dívida Ativa; o segundo, com saldo de R\$ 2,94 bilhões, representa o saldo inscrito em Dívida Ativa com a expectativa de recebimento até 31 de dezembro de 2019.

O subgrupo Caixa e Equivalente de Caixa cresceu em valores nominais R\$ 1,82 bilhão, totalizando, ao final do exercício, R\$ 9,54 bilhões. Todavia, parcela desse ativo é apenas escritural, uma vez que faz parte do Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC e o valor resgatado é contabilizado em conta do Passivo Circulante.

O SIAC será melhor analisado adiante (item 3.1.1). A seguir, resume-se a composição do Caixa e Equivalente de Caixa.

Conta	Em milhões de R\$	
	Valor	Participação
Caixa e Equivalente de Caixa (Exceto SIAC)	2.562,3	26,85%
Banco Conta Movimento	1.416,8	14,85%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (Recursos Livres)	16,3	0,17%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (Recursos Vinculados)	735,2	7,71%
Aplicações Fundo da Saúde	58,2	0,61%
Rede Bancária - Arrecadação	335,2	3,51%
Demais contas	0,4	0,00%
Aplicações da Administração Direta no SIAC	6.060,8	63,51%
Aplicações da Administração Indireta no SIAC	919,3	9,63%
Total do Caixa e Equivalente de Caixa	9.542,3	100,00%

Outro item que merece destaque, por ter natureza escritural e integrar o SIAC, é a conta Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, que totalizou ao final de exercício R\$ 11,44 bilhões. A seguir, demonstra-se o detalhamento dessa conta.

Conta	Em milhões de R\$	
	Valor	Participação
Depósitos Judiciais aplicados no SIAC	10.702,4	93,56%
Depósitos Judiciais - valor resgatado	10.691,1	93,46%
Depósitos Judiciais - conta renda	11,3	0,10%
Aplicações SIAC - FGLTDPE	737,1	6,44%
Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - SIAC	11.439,5	100,00%

Dessa forma, o SIAC encontra-se registrado no subgrupo Caixa e Equivalente de Caixa e no subgrupo Créditos a Curto Prazo (Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados). No Passivo são registrados os valores já resgatados, como Demais Obrigações a Curto Prazo, o que será detalhado no item 3.1.1. A seguir, demonstra-se o saldo do SIAC em 31 de dezembro de 2018, ou seja, a soma dos valores que constam registrados no Ativo Circulante da Administração Direta, deduzidos do resgate registrado no Passivo Circulante:

Composição do SIAC - Administração Direta	Em milhões de R\$	
	Valor	Participação
Aplicações SIAC - Caixa e Equivalente de Caixa	6.060,8	31,48%
Depósitos Judiciais aplicados no SIAC	10.702,4	55,58%
Aplicações SIAC - FGLTDPE	737,1	3,83%
Aplicações SIAC - FGLTDPE - Valor excluído da Consolidação	1.754,8	9,11%
Aplicações do SIAC	19.255,0	100,00%
Resgates do SIAC - Registrados no Passivo Circulante	(18.946,6)	-98,40%
Saldo do SIAC	308,4	1,60%

No quadro precedente pode-se verificar que, dos R\$ 19,25 bilhões de SIAC registrados no Ativo Circulante, apenas 1,60% - R\$ 308,4 milhões estavam disponíveis ao Tesouro do Estado, pois 98,40% já haviam sido utilizados/resgatados.

Do Ativo Não Circulante, destaca-se o decréscimo de 7,41% - R\$ 986,8 milhões - dos Investimentos, que totalizaram R\$ 12,33 bilhões em 31 de dezembro de 2018. Esse decréscimo decorre, principalmente, da variação nas participações acionárias, o que será detalhado no item 3.1.4.

3.1.1 - Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC

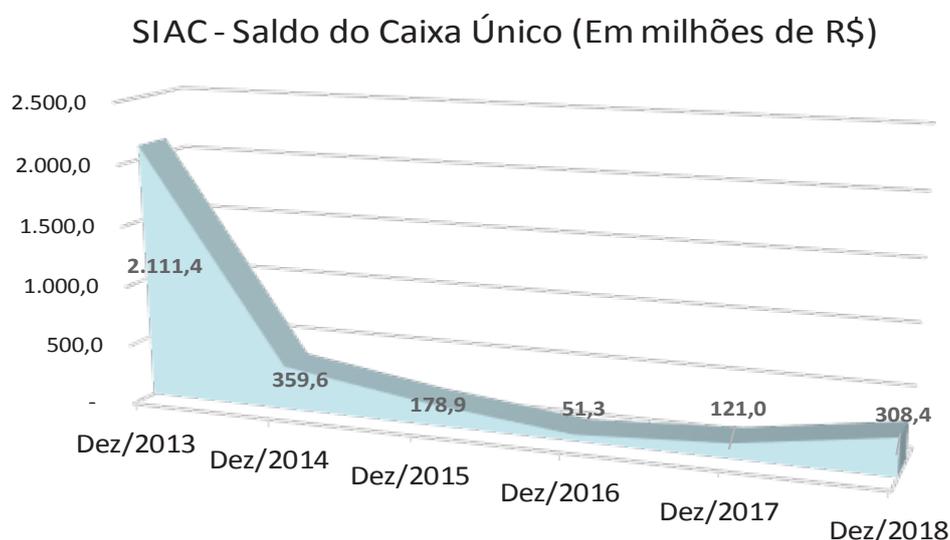
O Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC), instituído pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, representa a centralização das disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta, ou seja, o caixa único do Estado. O sistema é administrado pela Secretaria da Fazenda e executado pelo Barrisul.

O saldo do SIAC decorre das aplicações realizadas por órgãos e entidades do Estado até determinada data, deduzidas do montante resgatado pela Administração Direta no mesmo período. Tal informação pode ser assim demonstrada:

SIAC	Em milhões de R\$			
	Dez/2018	Dez/2017	Var. Absoluta	Var. %
Aplicações	19.255,0	17.666,5	1.588,5	8,99%
Resgates do Tesouro	18.946,6	17.545,5	1.401,1	7,99%
Saldo	308,4	121,0	187,4	154,8%

Das fontes de recursos que ingressaram no SIAC no exercício de 2018, destacam-se aquelas provenientes da movimentação do Programa de Reforma do Estado (R\$ 1,27 bilhão), FUNDEB/ SEDUC (R\$ 599,2 milhões) e FOMENTAR (R\$ 288,2 milhões).

O gráfico que segue demonstra a variação do saldo do caixa único no decorrer dos últimos anos.



A seguir, são listadas as contas com saldos mais representativos na composição do total de aplicações do SIAC.

Em milhões de R\$		
Composição do SIAC		
Conta	Valor	Participação %
Depósitos Judiciais	10.702,4	55,58%
Programa de Reforma do Estado	2.208,6	11,47%
Fomentar	758,5	3,94%
Fundeb SEDUC	599,2	3,11%
DETRAN	413,3	2,15%
Salário-Educação	407,8	2,12%
Ampara	315,0	1,64%
CEEE	297,2	1,54%
FRPJ	265,7	1,38%
Outros	3.287,4	17,07%
Total	19.255,0	100,00%

A título de ilustração, a tabela seguinte discrimina as aplicações de acordo com os saldos pertencentes a cada Poder do Estado.

Aplicações SIAC por Poder	Em milhões de R\$					
	EXECUTIVO	JUDICIÁRIO	LEGISLATIVO	MPE	DPE	TOTAL
Recursos Livres	39,9	168,2	279,3	103,0	90,4	680,8
Recursos Vinculados	4.802,7	411,6	117,8	-	0,1	5.332,2
Depósitos Judiciais	10.702,4	-	-	-	-	10.702,4
Administração Indireta / Fundos Especiais	2.539,5	-	-	-	-	2.539,5
Total	18.084,6	579,8	397,1	103,0	90,5	19.255,0

3.1.2 - Créditos a Curto Prazo e Ativo Realizável a Longo Prazo

Os créditos do Estado do Rio Grande do Sul, distribuídos entre Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, estão evidenciados na sequência.

3.1.2.1 - Créditos de Auto de Lançamento

Os créditos tributários constituídos na fase de Auto de Lançamento totalizaram R\$ 8,24 bilhões, com evolução de 27,06% quando comparados com o estoque ao final de 2017 (R\$ 6,48 bilhões). Na tabela a seguir, são apresentados os saldos e a evolução anual dos Créditos de Auto de Lançamento:

Exercício	Em milhões de R\$	
	Valor	Evolução Anual %
2015	4.177,8	-
2016	4.912,9	17,60%
2017	6.481,4	31,93%
2018	8.235,5	27,06%

Ainda nos Créditos a Curto Prazo, foi registrado um Ajuste de Perdas de Créditos no valor de R\$ 85,3 milhões, referente a perdas estimadas pela Receita Estadual.

3.1.2.2 - Clientes

Em 31 de dezembro de 2018, os valores a receber de Clientes estavam assim distribuídos entre curto e longo prazo e por Entidade.

		Em milhões de R\$
Clientes		
Entidades		Valor Inscrito
Curto Prazo		51,9
Instituto Riograndense do Arroz		20,4
Administração Direta		11,8
Superintendência do Porto de Rio Grande		11,5
Instituto de Previdência do Estado		3,9
Superintendência de Portos e Hidrovias		3,1
Outros		1,3
Longo Prazo		5,2
Metroplan		3,5
Outros		1,8

No IRGA, os valores estão relacionados a arrendamentos e fornecimento de água para irrigação. No IPERGS, estão registrados valores de Devedores por Prestação de Serviços no Fundo de Assistência à Saúde. Na SUPRG e na SPH, estão registrados valores de serviços portuários a receber. Cabe destacar que os ativos (bens e direitos) da SPH estão em processo de transferência para a SUPRG, em razão da extinção da autarquia, conforme disposto na Lei Estadual nº 14.983, de 16 de janeiro de 2017.

Na Administração Direta, os valores se concentram na Secretaria Estadual da Saúde, estando relacionados a prestações de serviços de saúde devidos pela União ou Municípios ao Estado e serviços de processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue, seus componentes e derivados.

3.1.2.3 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos

No quadro a seguir estão destacados os principais saldos, por órgão, da conta Empréstimos e Financiamentos Concedidos.

Entidade	Em milhões de R\$	
	2018	2017
Instituto de Previdência do Estado do RS	482,8	481,5
Secretaria do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo	292,5	277,5
Secretaria da Fazenda	91,7	91,8
Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	57,2	64,5
Outras	16,1	16,2
Total	940,3	931,5

No IPERGS e na Secretaria da Fazenda, os Empréstimos e Financiamentos Concedidos concentram-se em valores devidos por mutuários do Banco Nacional de Habitação.

Em 2018, na Secretaria do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, R\$ 215,1 milhões correspondem ao Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento de Pequenos Estabelecimentos Rurais e R\$ 77,4 milhões ao Fundo de Terras do RS.

Na Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o valor total está registrado no Fundo Pró-Guaíba, sendo R\$ 27,1 milhões referentes ao montante devido pela CORSAN correspondem às parcelas vincendas do Contrato de Repasse de Recursos 01-95, firmado entre o Estado e a Companhia, as quais vêm sendo compensadas com faturas de água e/ou esgoto e outros valores devidos pelo Estado, conforme previsto em Termo de Acordo assinado pelas partes, em 21 de dezembro de 2006.

3.1.2.4 - Dívida Ativa

A Dívida Ativa é composta por créditos tributários e não tributários em favor do Estado, não recebidos no prazo de pagamento, após apuração de certeza e liquidez. O valor total inscrito em dívida ativa pelo Estado é de R\$ 46,52 bilhões (somatório da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária no curto prazo e no longo prazo), sendo R\$ 44,95 bilhões da Administração Direta e R\$ 1,57 bilhão da Administração Indireta. No processo de consolidação, foi excluído o valor de R\$ 1,21 bilhão devido ao IPERGS por outros órgãos do Estado.

3.1.2.4.1 - Dívida Ativa da Administração Direta

Os saldos da dívida ativa da Administração Direta são expressos na tabela a seguir.

	Em milhões de R\$	
	2018	2017
Ativo Circulante	2.964,8	2.145,4
Dívida Ativa Tributária	2.942,4	2.129,8
Dívida Ativa Não Tributária	22,4	15,6
Ativo Não Circulante	10.326,8	10.599,7
Dívida Ativa Tributária	41.631,7	41.185,5
(-) Ajuste de Perdas Dívida Ativa Tributária	(31.622,1)	(30.884,8)
Dívida Ativa Não Tributária	349,5	338,5
(-) Ajuste de Perdas Dívida Ativa Não Tributária	(32,3)	(39,4)
Total	13.291,5	12.745,1

Em atendimento às NBC TSP, anualmente são realizados a transferência para longo prazo e o ajuste das perdas esperadas referentes aos créditos inscritos em Dívida Ativa que possuem alta probabilidade de não realização, apesar de todos os esforços para sua cobrança.

Nesse sentido, foram feitos, pelos órgãos responsáveis pela gestão da dívida ativa, Receita Estadual (cobrança administrativa) e Procuradoria-Geral do Estado (cobrança judicial), estudos

especializados sobre os créditos inscritos para cálculo do ajuste e transferência para o longo prazo dos valores cuja expectativa de realização supere o término do exercício financeiro de 2019. Os critérios utilizados para o cálculo do ajuste são apresentados abaixo.

Subsecretaria da Receita Estadual (Fase Administrativa)

As prováveis perdas relacionadas à cobrança administrativa da dívida ativa são calculadas pela Subsecretaria da Receita Estadual mediante aplicação dos seguintes critérios:

Créditos Devolvidos pela PGE por Impossibilidade/Inviabilidade de Cobrança: são aqueles que, tendo sido remetidos para cobrança judicial, foram posteriormente devolvidos pela PGE por impossibilidade ou esgotamento de tentativas de cobrança via execução fiscal. Nesses casos, a prescrição, que estava interrompida pelo despacho do juiz que ordenou a citação, é reiniciada após a desistência das ações. Assim, os créditos devolvidos permanecem em cobrança administrativa por mais cinco anos. O índice de recuperação desses créditos é ínfimo, tendo em vista o esgotamento das cobranças administrativas e judiciais. Por tais razões, são considerados perdidos.

Créditos Suspensos por Decisão Judicial: são os créditos que se encontram em cobrança administrativa, porém questionados judicialmente, no todo ou em parte, pelo sujeito passivo. Sobrevindo decisão judicial favorável ao Estado, o crédito fica disponível para a continuidade das ações de cobrança. Caso a decisão beneficie o sujeito passivo, o crédito será total ou parcialmente excluído, conforme o que for decidido, ficando a parte não excluída disponível para cobrança. Foi realizado o levantamento das exclusões de créditos que estavam em discussão judicial nos últimos cinco exercícios, apurando-se uma média anual de 4,84%. Para fins de cálculo do ajuste para perdas, o referido percentual é aplicado sobre o saldo de créditos que se encontram suspensos por decisão judicial em 31 de dezembro de 2018.

Créditos de Pequeno Valor – Abaixo do Valor mínimo de ajuizamento: Uma parte dos créditos em cobrança não podem ser encaminhados à cobrança judicial, pois tem saldo inferior ao Valor Mínimo de Ajuizamento, previsto na Lei Estadual nº 9.298, de 09 de setembro de 1991. Uma parte desses créditos não é recuperada e acaba sendo excluída por prescrição após cinco anos. Os valores excluídos da cobrança em 2018 foram somados no ajuste para perdas.

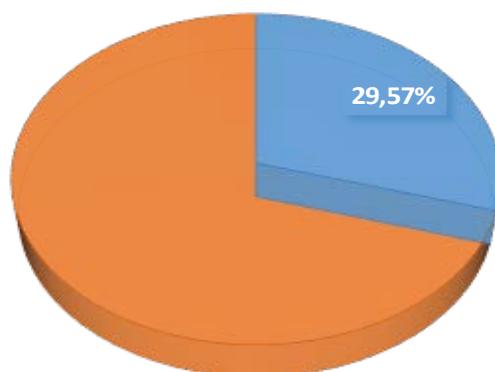
Procuradoria-Geral do Estado (Fase Judicial)

A dívida ativa, em fase de cobrança judicial, tem suas perdas apuradas pela PGE com a utilização da seguinte tabela de critérios:

Fase da Cobrança	Viabilidade da Cobrança
Remetido à PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Fases Processuais Diversas	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Cancelado	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Liquidado	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelamento Judicial Cancelado Acerto de Saldo	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelado Judicialmente	Sim, sempre
Contra Massa Falida	Não
Contra Massa Falida Empresa Baixada	Não
Cobrança Suspensa Prazo Determinado PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada Carta Fiança Apresentada	Sim, sempre
Execução Embargada	Sim, até 15 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Acordo Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Depósito Integral	Sim, sempre
Suspensão por Ordem Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Execução Garantida	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Penhora de Faturamento	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Liquidado Judicial	Não se aplica pois o débito está quitado
Falência Encerrada	Não
Ausência de Bens / Devedor Não Localizado	Não
Motivos Diversos	Não
Extinto por Desistência Requerida	Não
Extinto por Prescrição Requerida	Não
Desistência Execução Pequeno Valor	Não
Certidão Dívida Ativa Devolvida Parcialmente Prescrita	Não

Dessa forma, na administração direta, o valor recuperável representa R\$ 13,29 bilhões dos R\$ 44,95 bilhões inscritos em Dívida Ativa, portanto 29,57% do total.

ESTOQUE VIÁVEL DE COBRANÇA - DÍVIDA ATIVA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA



O ajuste realizado a partir do Balanço do Estado de 2015 permite evidenciar o estoque real dos valores cobráveis em dívida ativa, sem repercussões orçamentárias e financeiras. Além disso, não há alteração na situação de cobrança dos créditos, que permanecem como direito do Estado.

Comparando-se os totais inscritos (sem considerar o ajuste a valor recuperável) em 2018 (R\$ 44,95 bilhões) e em 2017 (R\$ 43,67 bilhões), houve um crescimento de 2,92% do Estoque Total de Dívida Ativa.

Segue tabela demonstrando a evolução anual dos saldos de dívida ativa antes da realização de ajustes a valor recuperável.

Em milhões de R\$		
Estoque Total de Dívida Ativa		
Posição	Saldo	Varição no ano
31-12-2014	34.615,4	
31-12-2015	37.030,9	6,98%
31-12-2016	40.510,7	9,40%
31-12-2017	43.669,4	7,80%
31-12-2018	44.945,9	2,92%

Já a arrecadação, corrigida pelo IGPD, apresentou um desempenho 73,81% superior ao ano de 2017:

Em milhões de R\$		
Arrecadação Dívida Ativa		
Ano	Valor Arrecadado	Varição no Ano
2014	630,0	-
2015	998,9	58,57%
2016	769,6	-22,96%
2017	728,5	-5,34%
2018	1.266,2	73,81%

A alta na arrecadação de dívida ativa está relacionada ao REFAZ 2018, que previa redução de multas e juros dos tributos devidos, e ao COMPENSA/RS, que prevê compensação de Dívida Ativa com Precatórios. O programa COMPENSA/RS foi instituído pelo Decreto nº 53.974, de 21 de março de 2018, que regulamentou a Lei nº 15.038, de 16 de novembro de 2017, a qual estabeleceu os requisitos para a compensação de precatórios com dívida ativa. Essa lei determinou que o valor máximo a ser compensado com precatórios é de 85% do valor da dívida ativa, devendo o restante ser pago pelo contribuinte à vista ou de forma parcelada. Esse pagamento deve ser realizado no início do processo de compensação e totalizou no ano de 2018 nominalmente R\$ 138,9 milhões. Além disso, os processos de compensação já finalizados somaram R\$ 34,3 milhões e também foram registrados como receita orçamentária de dívida ativa.

3.1.2.4.2 - Dívida Ativa da Administração Indireta

A Dívida Ativa da Administração Indireta totalizou, em 2018, R\$ 1,57 bilhão, estando composta dos seguintes valores por Entidade.

Em milhões de R\$			
Valores Inscritos em Dívida Ativa Administração Indireta			
Entidades	2018	2017	Variação %
IPERGS	1.396,9	6.480,4	-78,44%
SUPRG	75,1	71,2	5,54%
SPH	61,0	64,4	-5,29%
DAER	17,3	17,3	0,02%
DETRAN	19,1	0,0	-
OUTRAS ENTIDADES	2,3	2,6	-9,69%
TOTAL	1.571,8	6.635,9	-76,31%

Houve uma significativa baixa nos valores de Dívida Ativa registrados no IPERGS que tinham como devedor a Administração Direta. Esses valores se referiam a contribuições para assistência médica e previdência que não representavam um crédito com certeza e liquidez para serem inscritos em Dívida Ativa.

Além desses montantes baixados, a Dívida Ativa do IPERGS e o ajuste realizado são relativos, em sua maioria, a valores devidos pela Administração Pública Estadual, fazendo com que esses valores sejam excluídos na consolidação do Balanço. A Dívida Ativa do Instituto de Previdência, após a consolidação, pode ser assim expressa:

Em milhões de R\$			
Dívida Ativa IPERGS			
	Valor Balanço IPERGS	Valor Excluído na Consolidação	Valor no Balanço Consolidado
Dívida Ativa	1.396,9	(1.210,5)	186,4
Ajuste de Perdas de Dívida Ativa	(1.289,2)	1.118,7	(170,5)
Total	107,7	-91,9	15,8

Dessa forma, dos R\$ 1.396,9 milhões inscritos em Dívida Ativa no IPERGS, apenas R\$ 15,8 milhões compõem o Balanço Consolidado.

Na SPH e na SUPRG, a Dívida Ativa é composta por créditos relativos a serviços portuários, destacando-se o arrendamento de áreas e atracação de navios.

No DAER, os valores inscritos em Dívida Ativa concentram-se em imputações de responsabilidade a empresas, enquanto no DETRAN o valor está relacionado a multas de trânsito.

3.1.2.5 - Devedores

A conta devedores demonstra os débitos de pessoas físicas ou jurídicas, realizáveis independentemente de autorização orçamentaria. Registra, em sua maior parte, os pagamentos de Precatórios efetuados pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Regional do Trabalho que ainda não foram regularizados pela Secretaria da Fazenda, em virtude da falta de identificação dos valores por credor, dificultando, desta forma, a conciliação desta conta.

		Em milhões de R\$	
Registrado no Ativo		Registrado no Passivo	
Precatórios - Tribunal de Justiça	100,4	Restos a Pagar Processados - Precatórios	13,5
Precatórios - Tribunal Regional do Trabalho	30,0		
Outros Pagamentos por Devedores	100,3		
Total	230,7	Total	13,5
Diferença			217,3

Dessa forma, dos R\$ 230,7 milhões registrados na conta Devedores do Ativo, R\$ 13,5 milhões referem-se a valores empenhados e liquidados que ainda estão pendentes de conciliação contábil, R\$ 217,3 milhões referem-se a pagamentos não reconhecidos orçamentariamente.

3.1.2.6 - Responsáveis por Pagamentos Irregulares e Sequestros Judiciais a Regularizar

A conta Responsáveis por Pagamentos Irregulares demonstra os pagamentos efetuados em que não houve o prévio empenho/liquidação, ou, caso tenha havido, esteja pendente de regularização. Registrava até 31 de dezembro de 2014 os sequestros judiciais referentes à Requisições de Pequeno Valor (RPV) não pagas no prazo legal e a ações judiciais relacionadas à saúde. A partir de 1º de janeiro de 2015, os sequestros passaram a ser registrados na conta “Sequestros Judiciais a Regularizar”. Estes se relacionam ao não pagamento de RPV no prazo legal ou a ações judiciais da saúde. A falta de regularização ocorre por duas situações, a saber: a) Há informação incompleta sobre o sequestro, caso em que foi efetuado empenho/liquidação, porém ainda falta a conciliação contábil; b) Não há a informação completa sobre o sequestro, caso em que a saída de numerário não foi reconhecida orçamentariamente.

A seguir, demonstra-se a movimentação das contas de Responsáveis e de Sequestros Judiciais a Regularizar:

		Em milhões de R\$
Responsáveis e Sequestros Judiciais a Regularizar		
Saldo de 31-12-2017 - Responsáveis		1.640,1
Saldo de 31-12-2017 - Sequestros Judiciais a Regularizar		1.191,7
Saldo Total de 31-12-2017		2.831,8
Sequestros judiciais de 2018		566,3
Pagamentos por Responsáveis de 2018 - Não regularizados		94,2
(-) Regularizações de Sequestros Judiciais de 2018		(300,3)
(-) Outras regularizações de 2018		(37,1)
Saldo Total de 31-12-2018		3.154,9
Saldo de 31-12-2018 - Responsáveis		1.697,3
Saldo de 31-12-2018 - Sequestros Judiciais a Regularizar		1.457,6

Salienta-se que, além da regularização de R\$ 300,3 milhões de sequestros judiciais (Regularização = Empenho/Liquidação + Conciliação Contábil), há mais R\$ 608,1 milhões de RPVs empenhadas e liquidadas no exercício de 2018 que continuam registradas no Passivo Circulante (retenções de tributos e retenções para regularização), pois estão pendentes de conciliação contábil com sequestros judiciais.

3.1.2.7 - Demais Créditos de Curto e Longo Prazo – Financeiro

Os valores de Demais Créditos, tanto de curto prazo quanto de longo prazo (atributo financeiro), concentram-se em depósitos realizados pelo Estado em demandas judiciais. Na resolução dessas demandas, os valores ou reverterão ao Estado ou serão destinados à outra parte no processo. No curto prazo, esses valores totalizam R\$ 597,1 milhões e no longo prazo R\$ 45,2 milhões.

3.1.2.8 - Demais Créditos de Curto e Longo Prazo – Patrimonial

No curto prazo, os valores de Demais Créditos (atributo Patrimonial) concentram-se em montantes a receber de contribuições registradas no ativo do IPERGS e Correções Monetárias e Encargos sobre Avais. O valor principal dos Avais está registrado na conta de Devedores, apresentados no quadro a seguir.

Entidade	Saldo em 31-12-2017	Movimentação		Em milhões de R\$ Saldo em
		Débito	Crédito	31-12-2018
CEEE - GT	40,7	0,0	0,0	40,7
Principal	15,7	-	-	15,7
Correção Monetária	24,9	-	-	24,9
IPERGS	137,7	11,0	0,0	148,7
Principal	30,5	-	-	30,5
Correção Monetária	107,2	11,0	-	118,2
Pref. Mun. de Montenegro	74,1	2,9	1,2	75,8
Principal	-	-	-	-
Correção Monetária	74,1	2,9	1,2	75,8

É importante pontuar que o convênio firmado com o Município de Montenegro e repactuado mediante o Segundo Termo Aditivo, datado de 15 de junho de 2004, teve como objetivo o refinanciamento da dívida decorrente dos avais honrados pelo Estado. Por esse convênio, o Município de Montenegro reconheceu o montante da dívida de R\$ 44,5 milhões, a ser amortizada em 360 prestações mensais, cujos valores estão limitados ao percentual de 1,4% da Receita Líquida Real do Município. Constata-se, assim, que os valores pagos são inferiores à correção monetária agregada ao saldo devedor, o que permite supor a provável existência de resíduo no final do prazo de amortização.

O valor do aval referente ao IPERGS é excluído na consolidação do Balanço Geral do Estado.

No longo prazo, os valores concentram-se nos Créditos Remanescentes da Extinta Caixa Econômica Estadual, compostos dos seguintes saldos:

Em milhões de R\$	
Créditos Remanescentes da Extinção da CEE - Diversos	
Carteira Comercial	907,4
Carteira Imobiliária	9,8
Outros	3,2
Total	920,5

O perfil da carteira da extinta CEERGS é composto por créditos de difícil realização, o que resulta no pequeno valor da receita de amortização desses empréstimos (R\$ 10,4 milhões), representando 1,13% do saldo da carteira.

3.1.3 - Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, sendo o custo de cada item determinado a partir da média ponderada do custo dos itens semelhantes no começo de um período, e do custo dos itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período. A média pode ser determinada por meio de uma base periódica ou à medida que cada entrega adicional seja recebida, o que depende das circunstâncias da entidade.

Entidade	Em milhões de R\$
	Valor
Secretaria da Saúde	121,3
Secretaria da Segurança Pública	17,5
IPERGS	15,8
Tribunal de Justiça	5,2
Ministério Público	2,1
Outras	14,7
Total	176,7

Os estoques do Estado em 2018 totalizaram R\$ 176,7 milhões, conforme disposto a seguir.

Há uma grande concentração de tais valores na Secretaria da Saúde, relacionados sobretudo aos estoques de medicamentos.

3.1.4 - Participações Acionárias

As Participações Acionárias consistem em investimentos permanentes do Estado em outras empresas. Os registros contábeis são efetuados de acordo com a Instrução Normativa CAGE nº 03/2015, a qual dispôs que as participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa (empresas coligadas, controladas - exclusivamente ou em conjunto - e consórcios públicos) devem ser mensuradas ou avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Os demais investimentos em empresas permanecem sendo mensurados pelo valor de custo.

O MEP é a sistemática de mensuração ou avaliação em que o valor contábil do investimento, inicialmente registrado pelo custo de aquisição, é ajustado conforme aumenta ou diminua o Patrimônio Líquido da investida. O registro de dividendos e de juros sobre o capital próprio, decorrentes de investimentos avaliados por esse método, tem como contrapartida a conta contábil do ativo correspondente. Já no método de custo, o registro no ativo não circulante dá-se pelo valor

inicial do investimento na empresa, e o recebimento de dividendos e de juros sobre o capital próprio é registrado como variação patrimonial ativa.

A seguir, apresentam-se os investimentos permanentes do Estado em outras empresas na data de 31 de dezembro de 2018, em comparação a 31 de dezembro de 2017.

Empresas	% do Capital Social	Em milhões de R\$			
		2018	2017	Varição no Exercício	% sobre o Total (2018)
Empresas Controladas		7.405,0	8.285,1	-10,62%	78,12%
BADESUL	99,99%	711,9	672,1	5,92%	7,51%
BANRISUL	49,94%	3.616,4	3.836,3	-5,73%	38,15%
CADIP	99,99%	221,6	221,8	-0,07%	2,34%
CEASA	94,24%	15,9	16,2	-2,03%	0,17%
CEEE	99,99%	209,6	879,9	-76,18%	2,21%
CESA ¹	99,93%	-	-	-	0,00%
CORAG ²	99,99%	27,0	49,2	-45,24%	0,28%
CORSAN	99,99%	2.058,7	2.081,1	-1,08%	21,72%
CRM	99,99%	293,5	294,0	-0,15%	3,10%
EGR	100,00%	99,0	84,6	17,11%	1,04%
PROCERGS	99,58%	57,1	50,1	13,85%	0,60%
SULGÁS	51,00%	94,3	99,8	-5,51%	0,99%
Empresas Controladas em Conjunto		1.713,1	1.682,9	1,79%	18,07%
BRDE ³	33,33%	1.713,1	1.682,9	1,79%	18,07%
Adiantamento para futuro aumento de capital		353,2	267,0	32,28%	3,73%
CEASA		252,2	225,0	12,07%	2,66%
CORSAN		62,9	34,4	82,83%	0,66%
CRM		38,0	-	-	0,40%
PROCERGS		-	7,5	-	0,00%
Empresas Diversas		7,8	7,8	-0,06%	0,08%
Total de Investimentos em Empresas		9.479,0	10.242,8	-7,46%	100,00%

Nota¹: Patrimônio Líquido da CESA é negativo, por isso o valor contábil do investimento é de ZERO.

Nota²: A Corag está em liquidação, conforme Lei nº 14.979, de 16 de janeiro de 2017, que autorizou sua extinção.

Nota³: Participação calculada em 100% da Agência de Porto Alegre/RS, conforme estatuto.

Os investimentos permanentes do Estado em empresas totalizaram R\$ 9.479,0 milhões, sendo reduzidos em 7,46% em relação à 2017, o que pode ser atribuído, principalmente, a a) venda de ações do Banrisul, no valor de R\$ 537,4 milhões; e b) ao Resultado Líquido Negativo de Equivalência Patrimonial, no valor de R\$ 239,0 milhões.

A venda de ações do Banrisul ocorreu por meio de dois leilões, um pela oferta de ações ordinárias nominativas (ON) e outro de ações preferenciais classe PNB, conforme se demonstra a seguir.

Data da venda	Tipo de Ação	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Em milhões de R\$	
				Valor Bruto de Venda	Valor Líquido de Venda
10/04/2018	PNB	26.000.000	18,65	484,9	480,4
27/04/2018	ON	2.974.500	17,65	52,5	52,0
Total				537,4	532,4

Além da venda de ações, também ingressou no Estado a receita de R\$ 167,8 milhões, referente à redução de capital do Banrisul, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de abril de 2018, o que gerou restituição aos acionistas.

O Resultado de Equivalência Patrimonial, apresentado a seguir, foi apurado levando em consideração Balanço ou Balancete da investida emitido em 30 de setembro de 2018 ou em data posterior.

Em milhões de R\$			
Resultado Positivo		Resultado Negativo	
BADESUL	39,8	CADIP	(0,2)
BANRISUL	209,9	CEASA	(0,3)
BRDE	30,1	CEEE	(670,3)
CORSAN	130,0	CORAG	(22,3)
EGR	14,5	CRM	(0,5)
SULGÁS	30,8	PROCERGS	(0,6)
Subtotal 1	455,1	Subtotal 2	(694,0)
Resultado Líquido da Equivalência Patrimonial		(239,0)	

Em 2018, a despesa do Estado foi de R\$ 93,7 milhões, referente a adiantamento para futuro aumento de capital, sendo R\$ 28,5 milhões para a CORSAN, R\$ 27,2 milhões para a CESA e R\$ 38,0 milhões para a CRM. Os valores repassados para a CORSAN são provenientes de recursos transferidos pela União, mediante convênios com o Estado, para execução de obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário. O aumento do Capital Social da CRM foi aprovado na Lei nº 15.099, de 09 de janeiro de 2018. Já os valores transferidos para CESA visam à cobertura de insuficiência financeira da Companhia.

Em milhões de R\$		
Empresas	2018	2017
CESA	27,2	32,2
CORSAN	28,5	13,5
CRM	38,0	0,0
PROCERGS	0,0	10,0
Total	93,7	55,7

O retorno financeiro das Participações Acionárias decorre dos pagamentos de dividendos e de juros sobre o capital próprio realizados pelas investidas, que, em 2018, totalizaram R\$ 456,5 milhões – 54,3% a mais do que no exercício de 2017.

Em milhões de R\$			
Valores Recebidos - Dividendos e Juros s/ Capital Próprio			
Empresas	2018	2017	Var. %
Banrisul	267,0	166,7	60,22%
Corsan	152,4	51,7	194,68%
Sulgás	36,3	74,1	-51,04%
Corag	-	3,1	0,00%
Outros	0,8	0,3	153,92%
Total	456,5	295,9	54,29%

3.1.5 - Fundos para Financiamento

Alguns setores econômicos possuem fundos constituídos pelo Estado para financiamento. A seguir, demonstra-se o resumo desses investimentos.

Fundo	Em milhões de R\$	
	2018	2017
Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM	1.544,5	1.564,5
Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul - FOMENTAR	758,5	1.137,5
Fundo de Apoio Financ. e de Recup. dos Hosp. Priv., Sem Fins Lucr. e Hosp. Públic. - FUNAFIR	235,1	49,6
Fundo Rotativo de Crédito Educativo - PROCRED	123,2	114,8
Outros Fundos	194,5	212,5
Total de Investimentos em Fundos	2.855,8	3.078,9

3.1.6 - Imobilizado e Intangível

Os bens móveis, imóveis e intangíveis estão registrados pelo valor original e ainda não foram submetidos aos processos de depreciação, amortização ou exaustão, de reavaliação e de redução ao valor recuperável, previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP). A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) estipulou o prazo de 1º de janeiro de 2019 para início dos lançamentos contábeis referentes a esses processos, conforme Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

Salienta-se que o Estado completou em 2018 a implementação do Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE) em todos os Órgãos da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta que compõem o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do Estado, o que, em decorrência de sua integração com a contabilidade, viabiliza o atendimento das NBC TSP.

A seguir, demonstra-se o resumo desses ativos.

Títulos	Em milhões de R\$	
	2018	2017
Bens Móveis	3.351,3	3.374,5
Veículos	872,8	894,3
Bens de Informática	964,0	945,2
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	726,0	837,7
Móveis e Utensílios	552,3	413,7
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	147,1	157,8
Demais Bens Móveis	89,1	125,7
Bens Imóveis	6.120,4	5.295,3
Total Imobilizado	9.471,7	8.669,7
Intangível	15,6	5,6

3.2 - Passivo

Em 31 de dezembro de 2018, o Passivo do Estado, comparado com o do ano anterior, pode ser verificado no quadro a seguir.

Em milhões de R\$

Títulos	Atributo*	2018		2017		2018/2017
		R\$	%	R\$	%	
Passivo Circulante		48.053,6	35,59%	39.540,4	32,26%	21,53%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais		3.766,3	2,79%	3.797,7	3,10%	-0,82%
Restos a Pagar Processados - Precatórios Judiciais	Financeiro	13,5	0,01%	38,6	0,03%	-65,10%
Restos a Pagar Processados - Demais Obrigações	Financeiro	3.023,6	2,24%	2.992,4	2,44%	1,04%
Provisão para Férias	Permanente	701,1	0,52%	718,4	0,59%	-2,40%
Débitos Parcelados	Permanente	28,2	0,02%	48,2	0,04%	-41,59%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		7.820,6	5,79%	1.762,5	1,44%	343,73%
Dívida Interna - Serviço da Dívida a Pagar	Financeiro	4.201,6	3,11%	1.006,6	0,82%	317,42%
Dívida Interna - Contratos	Permanente	3.185,4	2,36%	495,6	0,40%	542,74%
Dívida Externa - Contratos	Permanente	433,6	0,32%	260,3	0,21%	66,58%
Fornecedores e Contas a Pagar		2.907,8	2,15%	2.328,6	1,90%	24,87%
Restos a Pagar Processados	Financeiro	638,4	0,47%	528,3	0,43%	20,83%
Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária	Permanente	1.830,8	1,36%	1.410,3	1,15%	29,81%
Demais Obrigações	Permanente	438,6	0,32%	389,9	0,32%	12,48%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		51,4	0,04%	97,4	0,08%	-47,18%
Restos a Pagar Processados	Financeiro	22,6	0,02%	2,7	0,00%	743,24%
Débitos Parcelados	Permanente	28,8	0,02%	94,7	0,08%	-69,54%
Obrigações de Repartição a Outros Entes		178,6	0,13%	53,6	0,04%	232,90%
Restos a Pagar Processados	Financeiro	178,6	0,13%	53,6	0,04%	232,90%
Demais Obrigações a Curto Prazo		33.328,9	24,68%	31.500,7	25,70%	5,80%
Restos a Pagar Processados	Financeiro	437,9	0,32%	465,6	0,38%	-5,95%
Depósitos do SIAC	Financeiro	737,1	0,55%	811,2	0,66%	-9,14%
Resgates do SIAC	Financeiro	18.946,6	14,03%	17.545,5	14,32%	7,99%
Rendimentos do SIAC a Pagar	Financeiro	2,2	0,00%	37,6	0,03%	-94,03%
Depósitos Judiciais	Financeiro	10.691,1	7,92%	10.651,1	8,69%	0,38%
Retenções	Financeiro	1.046,6	0,78%	640,5	0,52%	63,41%
Consignações	Financeiro	543,7	0,40%	591,2	0,48%	-8,03%
Diversos	Financeiro	923,6	0,68%	758,0	0,62%	21,85%
Passivo Não Circulante		86.975,4	64,41%	83.025,0	67,74%	4,76%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais		9.390,6	6,95%	9.312,0	7,60%	0,84%
Precatórios Judiciais	Permanente	8.973,5	6,65%	8.865,4	7,23%	1,22%
Débitos Parcelados	Permanente	417,1	0,31%	446,6	0,36%	-6,60%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		65.221,8	48,30%	65.709,3	53,61%	-0,74%
Dívida Interna - Contratos	Permanente	57.186,8	42,35%	58.740,5	47,93%	-2,64%
Dívida Externa - Contratos	Permanente	8.035,0	5,95%	6.968,8	5,69%	15,30%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		1.608,7	1,19%	-	-	-
Precatórios Judiciais	Permanente	1.608,7	1,19%	-	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		206,8	0,15%	62,0	0,05%	233,56%
Débitos Parcelados	Permanente	206,8	0,15%	62,0	0,05%	233,56%
Provisões a Longo Prazo		10.137,6	7,51%	7.941,7	6,48%	27,65%
Indenizações Trabalhistas	Permanente	858,6	0,64%	-	-	-
Benefícios Previdenciários Concedidos	Permanente	127,0	0,09%	77,1	0,06%	64,83%
Benefícios Previdenciários a Conceder	Permanente	3.006,9	2,23%	2.177,4	1,78%	38,10%
Pensões Integrais	Permanente	118,7	0,09%	119,4	0,10%	-0,54%
Riscos Fiscais	Permanente	326,7	0,24%	-	-	-
Riscos Cíveis	Permanente	107,2	0,08%	-	-	-
Precatórios Judiciais	Permanente	4.700,6	3,48%	4.203,6	3,43%	11,82%
Remuneração do SIAC a Pagar	Permanente	883,8	0,65%	1.364,3	1,11%	-35,22%
Diversos	Permanente	8,1	0,01%	-	-	-
Resultado Diferido		409,8	0,30%	-	-	-
Tributos Arrecadados Antes do Fato Gerador	Permanente	409,8	0,30%	-	-	-
Total do Passivo Circulante e Não Circulante		135.029,0	100,00%	122.565,4	100,00%	10,17%
Patrimônio Líquido		(62.129,9)		(53.742,1)		
Resultado Patrimonial do Exercício	Permanente	(6.364,5)		(1.207,0)		
Ajustes de Exercícios Anteriores	Permanente	(2.023,3)		(1.402,3)		
Resultado de Exercícios Anteriores	Permanente	(53.742,1)		(51.132,8)		
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		72.899,1		68.823,3		
ENCARGOS EVIDENCIADOS EM CONTAS DE NATUREZA ORÇAMENTÁRIA E DE CONTROLE						
Restos a Pagar Não Processados	Financeiro	1.227,7		1.203,6		2,0%

* - Classificação segundo art. 105 da Lei 4.320/64.

O saldo do Passivo Total do Estado cresceu 10,17% em 2018, sendo 21,53% no Passivo Circulante e 4,76% no Passivo Não Circulante.

O componente de maior representatividade do Passivo é a Dívida Contratual, em especial a Dívida Contratual Interna, que apresentou o valor de R\$ 64,57 bilhões em 2018 (R\$ 4,20 bilhões de serviço da dívida a pagar no Passivo Circulante, R\$ 3,18 bilhões de contratos no Passivo Circulante e R\$ 57,19 no Passivo Não Circulante), o que representa aumento de 7,19% em relação a 2017. A dívida contratual externa, no valor de R\$ 8,47 bilhões (R\$ 433,6 milhões no Passivo Circulantes e R\$ 8,04 bilhões no Passivo Não Circulante), apresentou aumento de 17,15% em relação a 2017. Maior detalhamento será apresentado no item 3.2.3 (Empréstimos e Financiamentos).

A conta de Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária, relativamente a despesas incorridas, não pagas e não empenhadas, apresentou aumento de 29,81% em relação a 2017. Desse aumento, destaca-se os R\$ 251,9 milhões que se referem a despesas pendentes da Secretaria da Saúde, tais como transferências a municípios e dívidas com hospitais.

O valor registrado como provisão para férias refere-se às férias vencidas e não prescritas, bem como àquelas que estão em aquisição (término do período aquisitivo em 2019), calculadas com a utilização da base de dados do sistema de Recursos Humanos do Estado – RHE, considerando o salário base dezembro/2018, acrescido do terço constitucional.

No exercício de 2018 também houve o reconhecimento de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no valor de R\$ 1,29 bilhão, o que não aconteceu em exercícios anteriores. Esses novos registros, que serão mais bem detalhados no item 3.2.6 (Provisões a Longo Prazo), decorreram da Instrução Normativa CAGE nº 8, de 28 de dezembro de 2017.

3.2.1 - Restos a Pagar

Os Restos a Pagar, que são as despesas empenhadas, liquidadas e não pagas, apresentaram relevante variação, conforme se demonstra a seguir.

Restos a Pagar	Em milhões de R\$		
	2018	2017	Δ%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	3.037,0	3.031,0	0,20%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	4.201,6	1.006,6	317,42%
Fornecedores e Contas a Pagar	638,4	528,3	20,83%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	22,6	2,7	743,24%
Obrigações de Repartição a Outros Entes	178,6	53,6	232,90%
Demais Obrigações a Curto Prazo	437,9	465,6	-5,95%
Total	8.516,1	5.087,9	67,38%

O aumento está concentrado no Serviço da Dívida a Pagar (Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo) devido à execução orçamentária dos valores de dívida contratual interna não pagos

em virtude de liminar suspendendo seu pagamento. Também são representativos os valores referentes à folha do décimo terceiro salário dos servidores de 2018, que está sendo paga ao longo do exercício de 2019, bem como aqueles valores da folha salarial de dezembro de 2018, quitada no dia 15 de janeiro de 2019.

3.2.2 - Passivo Financeiro Relacionado ao SIAC

O passivo financeiro relacionado ao SIAC é demonstrado, no Balanço Patrimonial, no sub-grupo Demais Obrigações de Curto Prazo. Nesse grupo, encontram-se os montantes devidos que decorrem das aplicações historicamente realizadas no Sistema, conforme discriminado a seguir.

Passivo Financeiro SIAC	Em milhões de R\$	
	2018	2017
Depósitos do SIAC	737,1	811,2
Depósitos Judiciais	10.691,1	10.651,1
Resgates do SIAC	18.946,6	17.545,5
Rendimentos do SIAC a Pagar	2,2	37,6
Total	30.374,8	29.007,9

Os Depósitos do SIAC, com saldo de R\$ 737,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, referem-se às aplicações realizadas pelas empresas cujo controle pertence ao Estado. Destacam-se, nesta linha, as aplicações da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), que totalizaram R\$ 297,2 milhões no exercício, além dos ingressos provenientes da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A (CADIP), com um montante de R\$ 221,7 milhões no período. Também são registrados nesse item os valores aplicados pelas Autarquias, Fundações e Fundos Especiais do Estado (R\$ 1.334,8 milhões), mas que foram excluídos do Passivo, em razão dos ajustes de consolidação, por se tratarem de entidades/órgãos do mesmo Setor Governamental. Mensalmente são efetuados pagamentos de rendimentos relacionados a esses depósitos, sendo o saldo a pagar desses rendimentos de R\$ 2,2 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Os Depósitos Judiciais abrangem os valores disponibilizados ao Estado com base nas Leis Estaduais nº 11.686, de 08 de novembro de 2001, e nº 12.069, de 22 de abril de 2004. Do valor total dos depósitos judiciais em que o Estado não é parte, pode ser disponibilizado até 95%. Quanto aos depósitos judiciais em que o Estado é parte, o Banrisul, que os gerencia, apartou-os da conta, para fins de alinhamento com a Lei Complementar nº 151, de 05 de agosto de 2015, a qual determinou o limite de 70% para esses depósitos. Assim, o Estado utilizou R\$ 10,69 bilhões de depósitos judiciais, conforme tabela abaixo.

Tipo de Depósito	Em milhões de R\$		
	Saldo total	Valor utilizado	%
Depósitos Judiciais em que o Estado não é parte - Lei Estadual 12.069/04	10.795,8	10.208,3	94,56%
Depósitos Judiciais em que o Estado é parte - Ofício 242/2015 SECPRES-TJRS	848,9	482,8	56,88%
Total	11.644,6	10.691,1	91,81%

Em decorrência da disponibilização desses valores, o Estado despendeu, no exercício de 2018, R\$ 517,0 milhões a título de rendimentos.

Os Resgates do SIAC, componente de maior representatividade do Passivo Circulante (R\$ 18,94 bilhões), representam o histórico de utilização dos montantes aplicados no SIAC, devendo ser deduzidos do total de aplicações realizadas, para fins de apuração do saldo do Sistema em determinada data, conforme demonstrado no item 3.1.1.

3.2.3 - Empréstimos e Financiamentos

Abaixo são apresentados os saldos de empréstimos e de financiamentos, por credor, discriminando-se as parcelas de curto e de longo prazo.

	Em milhões de R\$							
	Circulante		Não Circulante		Total		Var. Absoluta	Var. %
	2018	2017	2018	2017	2018	2017		
Dívida Interna	7.387,0	1.502,2	57.186,8	58.740,5	64.573,9	60.242,7	4.331,2	7,19%
BB	-	44,9	681,6	632,0	681,6	676,9	4,7	0,69%
BNDES	193,5	134,9	591,2	715,2	784,6	850,1	(65,4)	-7,70%
Governo Federal	7.193,0	1.322,0	55.892,5	57.371,2	63.085,6	58.693,2	4.392,3	7,48%
Outros	0,5	0,4	21,5	22,1	22,0	22,5	(0,4)	-1,86%
Dívida Externa	433,6	260,3	8.035,0	6.968,8	8.468,6	7.229,1	1.239,5	17,15%
BIRD	298,0	94,4	6.255,2	5.446,2	6.553,2	5.540,6	1.012,6	18,28%
BID	135,6	165,9	1.779,8	1.522,6	1.915,4	1.688,5	226,9	13,44%
TOTAL	7.820,6	1.762,5	65.221,8	65.709,3	73.042,4	67.471,8	5.570,7	8,26%

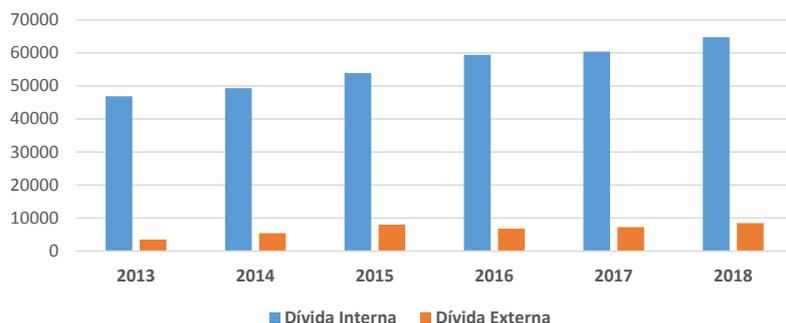
Na análise da tabela precedente, verifica-se variação de R\$ 5,57 bilhões na dívida contratual. O crescimento decorre, principalmente, dos incrementos verificados nos saldos com o Governo Federal e com o BIRD, R\$ 4,39 bilhões e R\$ 1,01 bilhão, respectivamente.

Em relação à dívida com o Governo Federal, os pagamentos estão suspensos desde julho de 2017, em razão da liminar que antecipou os efeitos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), atualmente sendo negociado pelo Estado. Assim, a suspensão dos pagamentos frente à União tem gerado crescimento do montante devido pela aplicação dos encargos incidentes, que são de IPCA + 4% a.a.

O crescimento do saldo relacionado aos contratos externos (R\$ 1,24 bilhão) tem correspondência direta com a variação cambial verificada no período, já que o dólar apresentou variação de 17,13% frente aos 17,15% demonstrados na tabela precedente. Os ingressos relativos aos contratos externos, em 2018, foram equivalentes às amortizações, totalizando R\$ 233,5 milhões e R\$ 232,4 milhões, respectivamente.

A seguir, apresenta-se graficamente a evolução da dívida contratual do Estado, segregando as operações contratadas interna e externamente:

Evolução da Dívida Contratual (Em milhões de R\$)



3.2.4 - Débitos Parcelados

A tabela a seguir apresenta os saldos e a variação dos débitos parcelados registrados no Passivo Circulante e Não Circulante das entidades que integram o Setor Governamental do Estado.

Débitos Parcelados	Em milhões de R\$			
	2018	2017	Var. Absoluta	Var. %
INSS	445,3	494,8	(49,5)	-10,01%
PASEP	235,7	156,7	79,0	50,40%
Total	681,0	651,5	29,4	

O incremento de R\$ 79,0 milhões nos parcelamentos do Pasep tem relação com o novo parcelamento ordinário, efetuado junto à Receita Federal do Brasil (RFB), e assinado em 13 de abril de 2018. Do valor original desse parcelamento (R\$ 142,2 milhões), restou, em 31 de dezembro de 2018, um saldo de R\$ 126,5 milhões.

Por outro lado, houve diminuição dos saldos relacionados ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), com variação de R\$ 37,4 milhões. Esse decréscimo deve-se ao desconto sobre a dívida de Pasep incorporada ao programa no final de 2017, nos termos da alínea b, do inciso III, do artigo 2º da Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017. Até a referida incorporação, realizada em 30 de outubro de 2017, o débito havia sido objeto de parcelamento ordinário junto à RFB e apresentava saldo de R\$ 132,0 milhões. A adesão ao programa criou a necessidade de pagamento de 20% do montante (R\$ 26,4 milhões), o qual foi realizado ainda em 2017, mas gerou o direito de baixa de R\$ 36,0 milhões do referido saldo pela aplicação dos dispositivos legais citados. Esse registro foi realizado em 01 de janeiro de 2018, o que resultou no decréscimo do saldo relacionado ao PERT.

A tabela precedente não contempla o parcelamento dos débitos de Pasep da Administração Direta relativos ao período de 30 de junho de 1999 a 30 de abril de 2002, cujo saldo, atualizado em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 376,2 milhões, conforme a Nota Explicativa 2.7 do Balanço Geral do Estado de 2018, publicado em 28 de fevereiro de 2018. O registro desse débito no Passivo Não Circulante foi sobrestado até a solução judicial do pleito de restituição de valores pa-

gos a maior, iniciado com a Ação Cautelar 2005.71.00.036910-1, que tramita no Supremo Tribunal Federal, cuja liminar foi concedida parcialmente para discussão do mérito em demanda própria, obstando a exigibilidade de parcelas compensadas, negadas pela Receita Federal no Processo Administrativo Fiscal 11080.003229/2003-21. Esta situação difere da existente nas Autarquias e Fundações que aderiram ao parcelamento, caso em que os débitos estão registrados em contas do Passivo.

3.2.5 - Precatórios, Requisições de Pequeno Valor e Outros Débitos Judiciais

Os débitos de natureza judicial representam saldo significativo do passivo do Estado, bem como comprometimento anual de alto volume de recursos orçamentários e financeiros. Este item compreende Precatórios, Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e outros Pagamentos Determinados por Sentenças Judiciais.

3.2.5.1 - Precatórios

Até 16 de novembro de 2015, os precatórios, no Estado do Rio Grande do Sul, eram emitidos quando a dívida fosse superior a 40 salários mínimos. Os créditos inferiores a este valor eram pagos por RPV. Todavia, a Lei Estadual nº 14.757, de 16 de novembro de 2015, alterou este procedimento quando dispôs que devem ser pagos por precatórios os créditos superiores a 10 salários mínimos. Assim, nas ações judiciais com trânsito em julgado posterior a essa data, passou a ser emitido RPV para créditos até 10 salários mínimos e Precatório para os créditos superiores.

A Tabela a seguir apresenta o saldo dos Precatórios devidos pelo Estado em 31 de dezembro de 2018, que registraram aumento de 16,70% em relação a 31 de dezembro de 2017. Os registros ocorreram de acordo com a Instrução Normativa CAGE nº 03, de 23 de maio de 2018. As contas utilizadas para tais registros integram o Passivo Circulante (Composto pelos Valores Inscritos em Restos a Pagar) e o Passivo Não Circulante (Dívida Fundada e Provisão). O saldo devedor representa a totalidade de precatórios devidos, conforme informado pelos tribunais (Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal). Até o exercício de 2017 todos estavam contabilizados como precatórios de pessoal. A partir de 2018 foram reclassificados em três tipos: Pessoal, Benefícios Previdenciários, e Fornecedores e Demais Contas a Pagar.

Precatórios	Em milhões de R\$		
	2018	2017	Δ%
Passivo Circulante	13,5	38,6	-65,10%
Precatórios Empenhados, Liquidados a Pagar	13,5	38,6	-65,10%
Passivo Não Circulante	10.582,2	8.865,4	19,37%
Precatórios de Pessoal a Pagar	5.356,7	8.865,4	-39,58%
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	3.616,8	-	-
Precatórios de Fornecedores a Pagar	1.608,7	-	-
Passivo Não Circulante - Provisões de Longo Prazo	4.700,6	4.203,6	11,82%
Precatórios de Pessoal a Pagar	1.363,8	4.203,6	-67,56%
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	3.336,8	-	-
Precatórios de Fornecedores a Pagar	0,0	-	-
Total	15.296,2	13.107,5	16,70%

A seguir, evidencia-se o saldo devedor de precatórios por entidade.

Saldo devedor de Precatórios	Em milhões de R\$		
	2018	2017	Δ%
Estado - Administração Direta	6.698,8	5.790,4	15,69%
IPERGS	6.964,4	6.333,4	9,96%
DETRAN	558,4	67,0	733,95%
DAER	429,4	391,1	9,80%
FASE	190,6	140,8	35,37%
Demais entidades	454,6	384,9	18,12%
Total	15.296,2	13.107,5	16,70%

A maior parte dos valores referem-se a Administração Direta e IPERGS, os quais, juntos, representaram 89,32% do saldo devedor total de 2018. Os Precatórios requisitados em julho de cada ano são inscritos por variação patrimonial diminutiva, sem repercussão orçamentária, conforme art. 3º da Instrução Normativa nº 03, de 23 de maio de 2018. O quadro a seguir apresenta as requisições de 2018, inscritas no Passivo Não Circulante.

Requisições	Em milhões de R\$
	2018
Estado - Administração Direta	671,3
DETRAN	488,8
IPERGS	483,1
IRGA	42,5
DAER	25,8
FASE	17,3
Demais entidades	24,5
Total	1.753,3

O valor inscrito em 2018, R\$ 1.753,3 milhões, foi superior em 34,66% ao valor inscrito no exercício de 2017, que foi de R\$ 1.302,0 milhões. O acréscimo pode ser explicado, na maior parte, pela inscrição de um único precatório no DETRAN, no valor de R\$ 481,1 milhões, referente a uma ação coletiva ajuizada pelo Sindicato dos Centros de Habilitação de Condutores Auto e Moto Escola, que tem como objeto o reajuste dos preços dos serviços dos Centros de Formação de Condutores, cujos valores não foram reajustados no ano de 2008, em função da Portaria Detran nº 01/2008 (repercussão no período de fevereiro/2009 a dezembro/2014).

O valor dos novos precatórios ainda está muito superior aos valores disponibilizados ao Poder Judiciário para pagamento. No exercício de 2018, além da transferência de 1,5% da Receita Corrente Líquida - RCL, efetuada nos termos do Decreto nº 47.063, de 08 de março de 2010 (opção do Estado pela modalidade prevista no inciso I do §1º do art. 97 do ADCT), também houve a transferência que ocorreu por força do programa COMPENSA/RS.

O programa COMPENSA/RS foi instituído pelo Decreto nº 53.974, de 21 de março de 2018, que regulamentou a Lei nº 15.038, de 16 de novembro de 2017, a qual estabeleceu os requisitos para a compensação de precatórios com dívida ativa. Essa lei determinou que o valor máximo a

ser compensado com precatórios é de 85% do valor da dívida ativa, devendo o restante ser pago pelo contribuinte à vista ou de forma parcelada. Sobre o saldo não compensado, ou seja, sobre o valor pago à vista ou parcelado, deve ser transferido 3% para o Tribunal de Justiça para pagamentos adicionais de precatórios. A seguir, demonstram-se os valores transferidos para pagamento de precatórios.

Origem da Transferência	Em milhões de R\$		
	Valor Transferido	Ord. Cronológica	Acordos
1,5% da RCL - EC 62-2009	534,7	267,4	267,4
COMPENSA/RS - Lei 15.038/2017	4,2	2,1	2,1
Total	538,9	269,4	269,4

Os depósitos totalizaram R\$ 538,9 milhões em 2018, R\$ 269,4 milhões destinados aos pagamentos por ordem cronológica e a mesma quantia destinada aos pagamentos por meio de acordo direto, conforme previsto na Lei Estadual nº 14.751, de 15 de outubro de 2015, que criou a Câmara de Conciliação de Precatórios, coordenada pela Procuradoria-Geral do Estado – PGE.

Embora os depósitos efetuados pelo Estado considerem o percentual de 50% para cada destinação (Ordem Cronológica e Acordos), o Tribunal de Justiça frequentemente efetua transferência da conta de Acordos para a de Ordem Cronológica, quando o montante de acordos efetuados é inferior ao recurso disponível. A seguir, são evidenciados os pagamentos de precatórios efetuados, de acordo com a execução orçamentária.

Código	Recurso	Em milhões de R\$		
		Empenhado	Liquidado	Pago
0007	Precatórios Ordem Cronológica	482,3	482,3	471,2
0008	Precatórios Acordos	96,8	96,8	95,9
0009	Precatórios compensados com Dívida Ativa	42,0	42,0	42,0
	Total	621,1	621,1	609,1

Sobre o programa COMPENSA/RS, destaca-se que podem ser compensados os créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa até 25 de março de 2015, com qualquer precatório vencido do Estado do Rio Grande do Sul, suas Autarquias ou Fundações. Os valores compensados são baixados do Ativo de Dívida Ativa e do Passivo de Precatórios, por meio da execução orçamentária, ou seja, os precatórios são empenhados; e a Dívida Ativa é registrada como Receita, de acordo com a natureza do valor compensado. A seguir, evidenciam-se as compensações efetuadas, bem como as solicitações em andamento.

COMPENSA/RS	Em milhões de R\$		
	Precatório	Dívida Ativa	Retenções Legais
Compensações concluídas - efetuadas pela execução orçamentária	42,0	34,4	7,6
Compensações efetuadas, pendentes de execução orçamentária	-	13,8	-
Compensações homologadas, em processo de compensação	-	114,3	-
Solicitações não homologadas	-	837,9	-
Total	42,0	1.000,5	7,6

Na tabela precedente, pode-se verificar que o valor dos precatórios compensados (R\$ 42,0 milhões) é superior ao da Dívida Ativa em R\$ 7,6 milhões. Isso porque a compensação ocorre pelo valor líquido do precatório, ou seja, após as retenções legais, que neste caso foram de R\$ 6,9 milhões de Imposto de Renda e R\$ 0,7 milhões de descontos previdenciários e assistenciais. Até 31 de dezembro de 2018, foram protocoladas compensações no valor total de R\$ 1,00 bilhão de Dívida Ativa, sendo R\$ 952,2 milhões solicitações em andamento (R\$ 114,3 milhões de solicitações homologadas e R\$ 837,9 milhões de solicitações não homologadas) e R\$ 48,2 milhões de compensações concluídas, ou seja, que geraram baixa da Dívida Ativa (R\$ 34,4 milhões de Receita Orçamentária em 2018 e R\$ 13,8 milhões de Receita Orçamentária que foi registrada no início de 2019, portanto pendente em 31 de dezembro de 2018).

3.2.5.2 - Requisições de Pequeno Valor e Outros Débitos Judiciais

A Tabela a seguir apresenta o saldo de RPVs e outros débitos judiciais que constam no passivo circulante (restos a pagar) do Estado em 31 de dezembro de 2018, em comparação a 31 de dezembro de 2017.

RPVs e Outros Débitos Judiciais	Em milhões de R\$		
	2018	2017	Δ%
Requisições de Pequeno Valor a Pagar	134,2	97,9	37,12%
Outros Débitos Judiciais	168,1	119,3	40,92%
Total	302,3	217,1	39,20%

As RPVs são dívidas de pequeno valor, provenientes de ações judiciais transitadas em julgado, e eram emitidas quando os créditos não superavam 40 salários mínimos; entretanto, a partir da edição da Lei Estadual nº 14.757, de 16 de novembro de 2015, o limite para pagamento de RPVs passou a ser de 10 salários mínimos para as ações judiciais cujo trânsito em julgado tenha ocorrido depois desta data.

A Tabela seguinte apresenta a movimentação orçamentária relacionada às RPVs.

RPVs	Em milhões de R\$		
	2018	2017	Δ%
Empenhado	484,4	336,1	44,12%
Liquidado	486,2	331,2	46,83%
Pago	324,6	221,3	46,72%

Todavia, o valor de R\$ 324,6 milhões não corresponde à totalidade de pagamentos de RPVs, em razão dos sequestros judiciais que ocorreram sem a execução orçamentária ou sem a conciliação com os empenhos efetuados. Maior detalhamento sobre sequestros judiciais consta no item 3.1.2.6.

Os pagamentos judiciais são efetuados geralmente por precatório ou por RPV. Alguns pagamentos, porém, não necessitam de tais títulos, como é o caso dos desembolsos relacionados às ações judiciais da área da Saúde (aquisição de medicamentos e tratamentos médicos e hospitalares). A seguir, apresenta-se a movimentação orçamentária desses outros débitos judiciais, ou seja, os que não foram incluídos em precatório ou em RPV.

Outros débitos judiciais	Em milhões de R\$		
	2018	2017	Δ%
Empenhado	516,5	527,1	-2,01%
Liquidado	507,9	529,6	-4,09%
Pago	249,5	438,7	-43,13%

Dos R\$ 516,5 milhões empenhados no exercício de 2018, 87,86% (R\$ 448,6 milhões) referem-se às ações judiciais da área da saúde.

3.2.6 - Provisões a Longo Prazo

Provisões são passivos de prazo ou valor incerto. Consistem em obrigações decorrentes de eventos passados, que provavelmente demandarão recursos para sua extinção, cujo valor pode ser estimado de modo confiável. Apresenta-se, a seguir, o saldo das provisões em 31 de dezembro de 2018, em comparação a 31 de dezembro de 2017.

Provisões a Longo Prazo	Em milhões de R\$		
	2018	2017	Δ%
Provisão de Precatórios a Pagar	4.700,6	4.203,6	11,82%
<u>Provisão Atuarial do RPPS</u>	<u>3.133,9</u>	<u>2.254,4</u>	<u>39,01%</u>
Plano Previdenciário	3.049,0	2.188,5	39,32%
Plano Financeiro	84,9	66,0	28,71%
Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar	883,8	1.364,3	-35,22%
Provisão para Indenizações Trabalhistas	858,6	-	-
Provisão para Riscos Fiscais	326,7	-	-
Provisão para Riscos Cíveis	107,2	-	-
Provisão de Pensões Integrais a Pagar	118,7	119,4	-0,54%
Outras Provisões de Longo Prazo	8,1	-	-
Total	10.137,6	7.941,7	27,65%

A provisão de precatórios a pagar refere-se ao registro das atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos. Os valores foram detalhados no item 3.2.5.1.

3.2.6.1 - Provisão Atuarial do RPPS

A provisão atuarial do RPPS está dividida em Plano Previdenciário (capitalização) e em Plano Financeiro (repartição simples).

O valor da provisão do Plano Previdenciário representa o deficit atuarial reconhecido no

IPERGS, previsto para o regime previdenciário de capitalização dos servidores do Rio Grande do Sul (FUNDOPREV). O valor é apurado por meio de avaliação atuarial e evidencia insuficiência de recursos para a cobertura dos compromissos com benefícios previdenciários concedidos e a conceder. São consideradas na avaliação as contribuições que o Estado, os servidores (ativos e inativos) e pensionistas realizam ao Fundo; os valores que o FUNDOPREV deve receber de compensação previdenciária de benefícios concedidos a servidores que contribuíram para outros entes; bem como os valores previstos de aposentadorias/pensões/outras benefícios concedidos e a conceder, conforme segue.

PLANO PREVIDENCIÁRIO	Em milhões de R\$		
	FUNDOPREV Civil	FUNDOPREV Militar	TOTAL
Provisão de Benefícios Concedidos	32,1	10,0	42,1
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	33,9	10,0	43,9
Contribuições do Estado	(0,9)	-	(0,9)
Contribuições de Pensionistas	(0,9)	-	(0,9)
Compensação Previdenciária	(0,0)	(0,0)	(0,1)
Provisão de Benefícios a Conceder	2.113,6	893,3	3.006,9
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	7.631,7	2.449,0	10.080,7
Contribuições do Estado	(2.460,6)	(678,6)	(3.139,2)
Contribuições dos Servidores	(2.272,1)	(625,9)	(2.898,0)
Compensação Previdenciária	(785,4)	(251,2)	(1.036,5)
Total da Provisão em 31/12/2018	2.145,6	903,4	3.049,0

O valor da provisão do Plano Financeiro representa o deficit atuarial reconhecido no IPERGS, previsto para o regime previdenciário financeiro dos servidores do Rio Grande do Sul. A provisão atuarial dos benefícios a conceder é zerada porque o deficit é suportado pelo Tesouro. Já quanto à provisão para os benefícios concedidos, embora o deficit também seja suportado pelo Tesouro, uma parte é suportada pelos Ativos (bens e direitos) do IPERGS.

PLANO FINANCEIRO	CIVIL	MILITAR	TOTAL
Provisão de Benefícios Concedidos	84,9	-	84,9
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	206.535,4	111.993,4	318.528,8
Contribuições do Estado	(18.173,0)	(13.549,7)	(31.722,7)
Contribuição do Aposentado	(6.156,6)	(4.996,3)	(11.152,9)
Contribuições de Pensionistas	(2.929,9)	(1.778,5)	(4.708,5)
Compensação Previdenciária	(731,4)	-	(731,4)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(178.459,6)	(91.668,9)	(270.128,5)
Provisão de Benefícios a Conceder	-	-	-
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	127.624,1	40.729,7	168.353,8
Contribuições do Estado	(29.140,5)	(6.370,4)	(35.510,8)
Contribuição do Ativo	(7.446,5)	(2.051,6)	(9.498,1)
Compensação Previdenciária	(23.397,2)	(3.098,2)	(26.495,4)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(67.639,9)	(29.209,6)	(96.849,5)
Total da Provisão em 31/12/2018	84,9	-	84,9

3.2.6.2 - Provisão de Remuneração do SIAC

A provisão evidencia a remuneração calculada, pendente de pagamento, referente aos depósitos efetuados na forma do Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, que instituiu o Sistema

Integrado de Administração de Caixa do Estado - SIAC. A remuneração dos recursos depositados no SIAC é zero, exceto nos casos em que houver imposição legal ou contratual, conforme disposto no decreto nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998. O valor da provisão, detalhado na tabela seguinte, é calculado por conta bancária, com base nos contratos atualmente existentes.

Conta	Em milhões de R\$	
	Provisão	%
Salário Educação	168,0	19,01%
SUPRG	163,6	18,51%
Poder Judiciário	142,4	16,12%
Fundo Recursos Hídricos	130,1	14,72%
Assembleia Legislativa	84,2	9,53%
Ministério Público	74,1	8,38%
BIRD PROREDES	54,1	6,12%
Demais contas	67,3	7,61%
Total	883,8	100,00%

3.2.6.3 - Provisão para Indenizações Trabalhistas, Riscos Fiscais e Riscos Cíveis

Enquadram-se neste caso os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência. O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. Uma das fontes de informação é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014. Esse documento derivou do relatório de passivos contingentes previsto no § 4º do art. 6º do referido Decreto, elaborado pela Procuradoria Geral do Estado, o qual contém os riscos fiscais referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual esteja envolvida.

A seguir, quantificam-se as provisões para indenizações trabalhistas, relacionadas a demandas trabalhistas, estatutárias e previdenciárias. Logo após, são apresentados esclarecimentos sobre cada item da tabela.

Provisão para Indenizações Trabalhistas	Em milhões de R\$	
	Valor	%
Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e compensação de jornada (Fundações)	185,9	21,65%
Reajustes do vale-refeição	184,4	21,47%
Incorporação da Gratificação de Incentivo Tecnológico	151,5	17,64%
Vantagens Temporais (Triênios e ATS) e Incorporação da Parcela SUDS	117,6	13,69%
Adicional de Insalubridade - Servidores de Escola	61,1	7,12%
Reflexo das horas extras na gratificação natalina	40,8	4,75%
Ação Civil Pública - FPERS (Jornada de trabalho)	37,6	4,38%
Outras Provisões para Indenizações Trabalhistas	79,8	9,29%
Total	858,6	100,00%

- Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e compensação de jornada (Fundações): a PGE vem atuando na defesa das fundações em inúmeras demandas in-

individuais postulando diferenças salariais em razão do incorreto pagamento das parcelas horas extras diurnas, horas extras noturnas, horas intervalares diurnas e noturnas, adicional noturno, contagem de hora noturna e jornada prorrogada, horas dobradas e jornadas irregularmente compensadas. As fundações que apresentam maior volume dessas demandas são a FASE e a FPERGS.

- Reajustes do Vale-Refeição: Estimativa de aproximadamente 30 mil processos judiciais que estão em execução contra o Estado, cujo objeto é o reajuste do vale-refeição que não era concedido periodicamente. A partir de 1º de abril de 2010, o Estado estabeleceu a revisão anual do vale-refeição, por força da Lei nº 13.429, de 05 de abril de 2010. A PGE e a Secretaria da Fazenda firmaram Termo de Cooperação e apresentaram acordo em cerca de 60 mil processos judiciais, dos quais houve aproximadamente 20 mil aderentes.

- Incorporação da Gratificação de Incentivo Tecnológico: trata-se de reclamatória trabalhista ajuizada contra o IPERGS no ano de 1991 (processo nº 9083800-92.1991.5.04.0018), em que 107 reclamantes obtiveram diferenças salariais decorrentes da condenação a título de Gratificação de Incentivo Tecnológico - GIT, desde 1989, em parcelas vencidas e vincendas, na proporção em que a GIT vinha sendo paga, em relação ao salário-base, computados os valores da Gratificação de Estímulo Previdenciário (GEP) incorporados a este, com reflexos. Atualmente o processo está em fase de execução de sentença.

- Vantagens Temporais (Triênios, Adicionais por Tempo de Serviço) e incorporação da Parcela Gratificação SUDS: A Lei Estadual nº 9.077, de 04 de junho de 1990, criou a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Rossler – FEPAM, que assumiu integralmente as atribuições e objetivos do Departamento do Meio Ambiente – DMA, absorvendo, também, os empregados lotados naquele órgão, mediante opção, nos termos do Decreto nº 33.765, de 28 de dezembro de 1990. Na época em que estavam vinculados ao DMA, esses servidores beneficiavam-se de avanços trienais de 5% e, ao serem incorporados ao quadro da FEPAM, passaram a receber avanços quinquenais de 5%. A mudança de quadros também implicou diferenças nos Adicionais por tempo de serviço (15% e 25%) e na complementação da parcela do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS/RS). Há 62 demandas judiciais em fase de execução de sentença.

- Adicional de Insalubridade de Servidores de Escola: trata-se de ações judiciais e recursos impetrados por uma parte dos servidores ocupantes do cargo Agente Educacional (manutenção de infraestrutura, serviços gerais, auxiliar de serviços complementares ou alimentação), objetivando a percepção de adicional de insalubridade sob a alegação de que exercem atividades insalubres, sem o recebimento dos equipamentos de proteção individual adequados. Em alguns casos, há pretensão de indenização por danos morais.

- Reflexo das horas extras na Gratificação-Natalina: Refere-se a inúmeras ações ordinárias ajuizadas por servidores, especialmente os ligados à área da segurança pública, com pedido de pagamento de diferenças a título de gratificação-natalina, sob o fundamento de que as horas extraordinárias realizadas nos meses de dezembro devem compor a base de cálculo da referida vantagem. Atualmente tramitam cerca de cinco mil ações postulando a integração de horas extras ou horas aulas na base de cálculo da gratificação-natalina.

- Ação Civil Pública – FPERGS (Jornada de Trabalho): Trata-se de ação ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho da 4ª Região contra a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul, na qual há decisão transitada em julgado, em 25 de fevereiro de 2016, para que a Fundação se abstenha de prorrogar a jornada de seus empregados além dos limites legais ou previstos em normas coletivas. A estimativa foi baseada no valor da multa diária de R\$ 2.000,00 por jornada prorrogada além dos limites legais.

A tabela a seguir evidencia as provisões para riscos fiscais, relacionadas a demandas tributárias. Logo após, são apresentados esclarecimentos sobre cada item da tabela.

Provisão para Riscos Fiscais	Em milhões de R\$	
	Valor	
Creditamento de ICMS incidente na aquisição de serv. de energia elétrica por empresas de telecomunicação	326,7	
Total	326,7	

- Creditamento de ICMS incidente na aquisição de serviços de energia elétrica por empresas de telecomunicação: São ações ajuizadas por empresas do setor de telecomunicações, as quais defendem que sua atividade é de industrialização (ou equiparável a esta), como pressuposto para reduzir o ICMS a pagar mediante o aproveitamento de créditos de energia elétrica. O valor estimado se refere à possibilidade de desconstituição dos créditos tributários lançados e também de crédito extemporâneo por parte das empresas em função de períodos em que não foram realizados créditos.

A tabela a seguir evidencia as provisões para riscos cíveis. Logo após, são apresentados esclarecimentos sobre cada item da tabela.

Provisão para Riscos Cíveis	Em milhões de R\$	
	Valor	%
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	92,2	86,01%
Ações Indenizatórias por superlotação e/ou condições degradantes dos presídios	15,0	13,99%
Total	107,2	100,00%

- Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios): Refere-se a diversas ações propostas pelos consórcios que assumiram as estradas estaduais e federais delegadas no Programa

Estadual de Concessões Rodoviárias, mediante a cobrança de pedágio. As ações discutem a não concessão de reajustes para o ano de 2012, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos ou o termo final do prazo de concessão.

- Ações Indenizatórias por superlotação e/ou condições degradantes dos presídios: recentemente, o STF julgou o tema 365, que é relacionado a danos, inclusive morais, de responsabilidade do Estado, quando não forem mantidos no presídio os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico. O valor foi calculado conforme expectativa de 3 mil processos postulando danos morais em torno de R\$ 5 mil reais cada.

3.2.6.4 - Provisão de Pensões Integrais a Pagar

A Lei nº 7.672, de 18 de junho de 1982, que dispôs sobre o IPERGS, estabeleceu, em seu art. 27, a forma do cálculo da pensão por morte, correspondente a quarenta e cinco por cento do Salário de Benefício, acrescida de quotas de cinco por cento por dependente habilitado, até o máximo de onze dependentes. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o benefício da pensão por morte deveria corresponder à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, porém o IPERGS continuou realizando os pagamentos nos moldes da lei citada. Em decorrência disso, foram ajuizadas inúmeras ações judiciais requerendo diferenças de integralidade de pensão por morte, que foram julgadas procedentes, gerando uma enorme dívida de Precatórios para o IPERGS.

O débito inscrito em precatório (ou em RPV) compreende as parcelas não prescritas (vencidas em até cinco anos antes do ajuizamento da ação judicial) até o trânsito em julgado da ação judicial. As diferenças de integralidade referentes às parcelas após o trânsito em julgado deveriam ter sido pagas administrativamente pelo IPERGS, o que nem sempre ocorreu. O valor da provisão (R\$ 118,7 milhões) corresponde ao montante apurado pelo IPERGS de parcelas vencidas após o trânsito em julgado das ações judiciais, relacionadas a débitos de diferenças de integralidade de pensão por morte (R\$ 117,8 milhões) e de outras diferenças de pensão (R\$ 0,9 milhão).

3.2.7 - Resultado Diferido

Este representa a arrecadação efetuada de forma antecipada, ou seja, antes de ter ocorrido o fato gerador. O valor refere-se à arrecadação antecipada do IPVA, que ocorreu no mês de dezembro de 2018 e o fato gerador em 1º de janeiro de 2019.

	Em milhões de R\$
Resultado Diferido	2018
IPVA de 2019 arrecadado em 2018	819,6
(-) Custo Diferido: Repartição com os Municípios	(409,8)
Total	409,8

O IPVA do exercício de 2019 foi liberado para pagamento a partir do dia 11 de dezembro de 2018. Os proprietários de veículos que recolheram o imposto até 28 de dezembro de 2018 tiveram redução por antecipação de 3%, além de manterem a Unidade de Padrão Fiscal (UPF/RS) sem atualização, que foi de 3,86%.

3.2.8 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido corresponde aos resultados acumulados do Estado, e está dividido em Resultados de Exercícios Anteriores, Resultado Patrimonial do Exercício e Ajustes de Exercícios Anteriores. Em 31 de dezembro de 2018, o Patrimônio Líquido totalizou R\$ 62,13 bilhões negativos e apresentou variação de R\$ 8,39 bilhões negativos em relação ao exercício anterior, sendo R\$ 6,36 bilhões negativos referentes ao Resultado Patrimonial do Exercício e R\$ 2,02 bilhões negativos referentes aos Ajustes de Exercícios Anteriores.

	Em milhões de R\$
Resultados acumulados	
Saldo de 31/12/2017	(53.742,1)
Resultado Patrimonial do Exercício	(6.364,5)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(2.023,3)
Saldo de 31/12/2018	(62.129,9)

3.2.8.1 - Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial do Período, que em 2018 foi negativo em R\$ 6,36 bilhões, é apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, que evidencia as alterações ocorridas no Patrimônio do Estado, resultantes ou independentes da execução orçamentária.

	Em milhões de R\$	
Demonstração das Variações Patrimoniais	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	161.023,9	590.987,3
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	40.801,0	38.381,2
Contribuições	16.722,5	15.401,5
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	357,6	412,0
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	670,3	775,1
Transferências e Delegações Recebidas	8.852,9	12.220,2
Valorização e Ganhos Com Ativos	19.879,6	72.580,5
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	73.740,0	451.216,8
Variações Patrimoniais Diminutivas	167.388,5	590.440,0
Pessoal e Encargos	27.012,6	25.203,2
Benefícios Previdenciárias e Assistenciais	15.747,1	14.547,5
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	6.999,4	6.182,7
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	15.396,0	66.254,5
Transferências e Delegações Concedidas	17.378,7	19.927,1
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	14.356,2	9.748,7
Tributárias	699,9	399,7
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	69.798,5	448.176,5
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(6.364,5)	547,3

3.2.8.2 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Os Ajustes de Exercícios Anteriores totalizaram R\$ 2,02 bilhões negativos em 2018. Referem-se ao reconhecimento de variações patrimoniais relacionadas a exercícios anteriores, seja por causa de efeitos da mudança de política contábil, seja por retificação de operações que não possam ser atribuídas a fatos subsequentes. A partir do exercício de 2016, todos os empenhos liquidados no elemento 92 (Despesas de Exercícios Anteriores), desde que não relacionados a despesas de capital, geraram débito na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

Em milhões de R\$	
Ajustes de Exercícios Anteriores	Valor
Débito	(2.365,8)
Despesas de Exercícios Anteriores - Orçamentárias	(1.632,5)
Despesas de Exercícios Anteriores - Pendentes de Execução Orçamentária	(532,8)
Ajustes de Erros de Exercícios Anteriores - Financeiros	(181,6)
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	(18,8)
Crédito	342,5
Desreconhecimento de Passivos Inscritos em Exercícios Anteriores	272,6
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	69,9
IMPACTO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 2018	(2.023,3)

3.2.8.3 - Resultado de Exercícios Anteriores

Os Resultados de Exercícios Anteriores, que representam os resultados acumulados até 31 de dezembro de 2017, totalizaram R\$ 53,74 bilhões negativos. Ressalta-se que 67,75% desse valor (R\$ 36,41 bilhões) refere-se ao resultado apurado no exercício de 2015, primeiro exercício a ter o reconhecimento de ajuste para perdas em Dívida Ativa (de R\$ 28,34 bilhões).

3.3 – Contas de Controle

Nos itens 3.1 e 3.2 foram detalhados os valores que compõem o patrimônio do Estado, ou seja, os Ativos e Passivos. As Contas de Controle compreendem os registros dos atos potenciais (ativos e passivos), dos passivos contingentes e de outros controles específicos.

3.3.1 - Atos Ativos e Passivos

Compreende as contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam afetá-lo, exceto as que dizem respeito a atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira e às contas com função precípua de controle. Tais valores, evidenciados no quadro das Compensações do Balanço Patrimonial, estão detalhados no quadro a seguir:

Em milhões de R\$	
Atos Potenciais Ativos	5.346,6
Garantias e Contrapartidas Recebidas	1.028,7
Cauções em Títulos e Valores	1.025,2
Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos	3,1
Outras Garantias e Contrapartidas Recebidas	0,3
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	84,9
Auxílios a Comprovar - FAPERGS	58,3
Auxílios a Comprovar - Administração Direta	16,5
Auxílios a Comprovar - Demais Entidades	10,0
Outros Atos Potenciais Ativos	4.233,0
Contratos e Convênios em Execução - Administração Direta	1.145,4
Contratos e Convênios em Execução - Demais Entidades	82,2
Valores em Discussão - DAER - Prestação de Serviços	1.991,6
COMPENSA - Solicitações em Andamento	966,1
Lei 12.069/2004 - Saldo não Utilizado dos Depósitos Judiciais	47,7
Atos Potenciais Passivos	343,2
Garantias e Contrapartidas Concedidas	126,8
Avais Concedidos	126,8
Obrigações Contratuais	13,0
Contratos em Execução	13,0
Outros Atos Potenciais Passivos	203,5
SPH - Responsabilidade Sobre Valores em Consignação	129,1
Recursos FUNDOPEM para Aumento Capital Banrisul	26,7
Lei 12.069/2004 - Saldo não Utilizado dos Depósitos Judiciais	47,7

- Cauções em Títulos e Valores: trata-se de registro de avais, fianças e garantias similares recebidas. No DAER, o valor de R\$ 1,03 bilhão refere-se a seguros garantia contratados pelas empreiteiras responsáveis pelas obras em rodovias. Os valores contratados reverterão ao DAER, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da empreiteira contratada. Por força da Instrução Normativa DAER DG nº 002-17, o valor da garantia deve corresponder a 5% do valor atualizado do contrato.

- Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos: são seguros contratados pela administração, com, dentro outros, imóveis, veículos e obras.

- Auxílios a comprovar: constituem auxílios concedidos pelo Estado a Pessoas Físicas ou Jurídicas que estão sujeitos a comprovação. Enquanto o credor do auxílio não prestar contas o valor fica registrado como ato potencial ativo. A maior parte (R\$ 58,3 milhões) refere-se a apoio financeiro concedido pela FAPERGS a pesquisadores.

- Contratos e Convênios em Execução: enquadram-se aqui contratos e convênios em que o Estado é o contratante/concedente e o contratado/conveniente tem a obrigação de prestar contas dos valores recebidos.

- Prestações de Serviços – Valores em Discussão: são os prováveis, mas não totalmente certos, ingressos futuros de recursos relacionados a prestações de serviços. O valor de R\$ 1,99 bilhão refere-se a obras executadas pelo DAER por delegação do Governo Federal – DNIT.

- COMPENSA - Solicitações em andamento: solicitações em andamento do programa COMPENSA/RS, que regulamentou a compensação de precatórios com dívida ativa. O Decreto Estadual nº 53.974, de 21 de março de 2018, instituiu o programa, em regulamentação à Lei nº 15.038, de 16 de novembro de 2017. Podem ser compensados os créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa até 25 de março de 2015, com qualquer precatório vencido do Estado do Rio Grande do Sul, suas Autarquias ou Fundações. Os valores compensados são baixados do Ativo de Dívida Ativa e do Passivo de Precatórios, por meio da execução orçamentária, ou seja, os precatórios são empenhados e a Dívida Ativa é registrada como Receita Orçamentária, de acordo com a natureza do valor compensado. As solicitações em andamento ficam registradas nas contas de Atos Potenciais Ativos, com a seguinte composição.

COMPENSA/RS - Compensações em Andamento	Em milhões de R\$	
	Valor	%
Solicitações não homologadas	837,9	86,73%
Compensações homologadas, em processo de compensação	114,3	11,84%
Compensações efetuadas, pendentes de execução orçamentária	13,8	1,43%
Total	966,1	100,00%

- Lei nº 12.069/2004 - Saldo não utilizado dos depósitos judiciais: demonstra o montante de recursos disponíveis e não utilizados pelo Estado. Há duas contas que registram este saldo, uma nos atos potenciais ativos (pelo potencial ingresso de caixa) e outra nos atos potenciais passivos (pelo potencial acréscimo de passivo). O Estado pode utilizar até 95% dos depósitos judiciais, conforme § 1º, art. 1º, da Lei nº 12.069 de 22 de abril de 2004. O valor representa o saldo disponível, ou seja, o que o Estado ainda poderia utilizar para completar os 95%. Todavia, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 15.138, de 26 de março de 2018, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, previsto na Lei Complementar Federal nº 159, de 19 de maio de 2017, o Estado estará impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 151, de 05 de agosto de 2015.

- Avais Concedidos: representam potenciais passivos assumidos pelo Estado ao conceder Avais a Terceiros. A maior parte do valor (R\$ 126,8 milhões) corresponde a Avais concedidos pelo Estado a CEEE e a CORSAN, em contratos de empréstimo.

- Responsabilidade sobre valores em consignação: compreende o valor recebido em consignação e não repassado. A totalidade do saldo refere-se a dívidas da SPH para com o IPERGS, referente a períodos compreendidos entre janeiro de 1991 e dezembro de 2008.

- Recursos FUNDOPEM para aumento de Capital do Banrisul: representa a parcela de 30% dos retornos de financiamento destinada ao aumento de capital do BADESUL, conforme art. 15 da Lei Estadual nº 11.916, de 02 de junho de 2003, alterado pela Lei Estadual nº 14.744, de 24 de dezembro de 2015.

3.3.2 – Passivos Contingentes

São riscos fiscais de média probabilidade de ocorrência (não provável, mas possível). O registro contábil em contas de controle ocorreu por força do art. 5º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. Os passivos contingentes totalizaram R\$ 35,15 bilhões no exercício de 2018, 49,33% do valor registrado em 2017. O decréscimo decorre, principalmente: a) da reclassificação como provisão (registro no passivo, conforme detalhado no item 3.2.6.3); e b) da baixa em razão da remota possibilidade de ocorrência. Uma das fontes de informação é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014. Esse documento foi efetuado a partir do relatório de passivos contingentes previsto no § 4º do art. 6º do referido Decreto, elaborado pela Procuradoria-Geral do Estado, que contém os riscos fiscais referentes às ações judiciais nas quais a Administração Pública Estadual está envolvida. A seguir, demonstra-se a composição do saldo de 2018, em comparação a 2017.

Objeto dos Passivos Contingentes	Em milhões de R\$	
	2018	2017
Revisão Geral Anual	-	45.487,6
Implantação Piso Nacional do Magistério	28.600,0	13.100,0
Brasil Telecom	5.000,0	5.000,0
Ações Cíveis Públicas - Investimentos na área da saúde	-	3.203,3
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	-	1.010,4
FGTS de Servidores Temporários	383,5	383,5
Responsabilidade Subsidiária s/ Prestação de Serviços por Terceirizados	-	382,2
Indenização por vícios construtivos - ERGS sucessor da COHAB	300,0	300,0
Outros	872,1	2.398,5
Total	35.155,5	71.265,6

- Revisão Geral Anual: esse passivo contingente foi baixado das contas de controle em razão da remota probabilidade de ocorrência. Refere-se a cerca de 1.500 ações judiciais e recursos envolvendo pretensões de servidores ativos, inativos e pensionistas, de reconhecimento do direito à revisão geral anual prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

- Implantação do Piso Nacional do Magistério: a Procuradoria-Geral do Estado vem atuando na defesa do Estado em milhares de demandas individuais e na Ação Coletiva nº 011.1.11.0246307-9, ajuizada pelo Ministério Público, postulando a implantação do piso salarial nacional do magistério, previsto no artigo 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, além do pagamento de diferenças pretéritas.

- Brasil Telecom: a Brasil Telecom/Oi ajuizou demanda (processo nº 1.06.0215436-0) na qual postula a condenação do Estado do Rio Grande do Sul a ressarcir-lhe os valores despendidos nas milhares de ações judiciais propostas pelos usuários dos serviços de telefonia fixa discutindo o valor das ações referentes às linhas telefônicas da extinta Companhia Riograndense de Telecomunicações – CRT.

- Ações Cíveis Públicas (Investimentos na Saúde): este passivo contingente foi baixado das contas de controle, em razão da remota probabilidade de ocorrência. O Ministério Público Estadual ajuíza, para cada exercício, desde o ano 2003, ações cíveis públicas contra o Estado do Rio Grande do Sul com o intuito de compeli-lo a depositar os recursos próprios destinados às ações e serviços de saúde pública executados pela Secretaria da Saúde, no percentual de 12%, conforme previsão constitucional.

- Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios): este passivo contingente foi baixado das contas de controle e reconhecido como provisão (no passivo), em razão da alta probabilidade de ocorrência. O valor inscrito foi de R\$ 92,2 milhões. Existem várias ações propostas pelos consórcios que assumiram as estradas estaduais e federais delegadas no Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, mediante a cobrança de pedágio. As ações discutem a não concessão de reajustes para o ano de 2012, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos ou o termo final do prazo de concessão.

- FGTS de Servidores Temporários: refere-se a centenas de ações judiciais propostas por servidores contratados emergencialmente, sobretudo por integrantes do magistério e servidores de escola, que alegam nulidade das renovações sucessivas dos contratos e postulam o depósito/pagamento de FGTS.

- Responsabilidade Subsidiária sobre a Prestação de Serviços por Terceirizados: este passivo contingente foi baixado das contas de controle em razão da remota probabilidade de ocorrência. Refere-se a reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados contratados pelas empresas de terceirização de mão de obra. O objeto das ações é a responsabilidade subsidiária do estado quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas.

- Indenização por Vícios Construtivos: como sucessor legal da antiga Companhia Estadual de Habitação – COHAB, o Estado foi condenado a reparar os vícios das construções adquiridas pelos autores das ações judiciais. A ação de execução foi inaugurada (001/1.13.0236969-6), e o Estado apresentou embargos à execução (001/1.05.2352199-9), postulando a prescrição da execução e a exclusão de valores.

Além desses, existem Passivos Contingentes que não possuem estimativa confiável, mas têm média ou alta probabilidade de ocorrência, como os evidenciados na tabela a seguir.

Objeto dos Passivos Contingentes	Probabilidade de Ocorrência
Adicional Noturno SEDUC e SSP	Alta
Parcelamento dos vencimentos/proventos/13º salário	Alta
Reflexo do abono família e do auxílio-transporte na gratificação natalina	Alta
Poupança, Planos Econômicos	Média
Habilitação de Marido e companheiro junto ao IPERGS na condição de pensionista	Alta
Corte de Pensões que excedam o teto remuneratório (IPERGS)	Média

- Adicional Noturno SEDUC e SSP: passivo contingente de alta probabilidade de ocorrência, que não foi inscrito no passivo por não ter valor estimado em bases confiáveis. Refere-se a ações judiciais ajuizadas por professores, policiais e outros servidores que laboram após as 22 horas.

- Parcelamento dos vencimentos, proventos, 13º Salário: passivo contingente de alta probabilidade de ocorrência, que não foi inscrito no passivo por não ter valor estimado em bases confiáveis. Refere-se a ações judiciais ajuizadas por servidores públicos estaduais, insurgindo-se contra o parcelamento dos vencimentos/proventos e 13º salário. Tais ações postulam o cumprimento do art. 35 da Constituição Estadual, com o pagamento da remuneração/proventos até o último dia útil de cada mês, bem como o pagamento do décimo terceiro salário até 20 de dezembro, cumulado ou não com a pretensão de indenização por danos materiais e/ou morais.

- Reflexo do abono família e do auxílio-transporte na gratificação natalina: passivo contingente de alta probabilidade de ocorrência, que não foi inscrito no passivo por não ter valor estimado em bases confiáveis. Refere-se a ações ajuizadas por servidores públicos estaduais, requerendo o pagamento do abono família e do auxílio transporte no décimo terceiro salário.

- Poupança, Planos Econômicos: passivo contingente de média probabilidade de ocorrência e com valor inestimado. Refere-se aos processos ajuizados contra o Estado, como sucessor da extinta Caixa Econômica Estadual, requerendo as diferenças de remuneração das cadernetas de poupança, oriundas dos seguintes planos econômicos: Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I, Plano Collor II.

- Habilitação de marido e companheiro junto ao IPERGS na condição de pensionista: passivo contingente de alta probabilidade de ocorrência, que não foi inscrito no passivo por não ter valor estimado em bases confiáveis. Refere-se a ações judiciais em que os autores, na condição de marido ou companheiro de servidora pública estadual falecida, ajuizaram contra o IPERGS postulando o reconhecimento do seu direito à condição de pensionista. A ação, por sua natureza, teve repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, onde, até o momento, aguarda julgamento.

- Corte de pensões que excedam o teto remuneratório (IPERGS): passivo contingente de média probabilidade de ocorrência e com valor inestimado. O IPERGS editou a Resolução nº 416-2017, regulamentando o art. 5º da Lei Complementar nº 14.967, de 29 de dezembro de 2016, que determinou que a percepção cumulativa do benefício de pensão por morte com subsídio, vencimentos, salários, proventos de inatividade ou outra espécie remuneratória deverá observar, em qualquer caso, o limite único estabelecido no art. 33, § 7º, da Constituição Estadual, para fins de observância do disposto no § 12, art. 37, da Constituição Federal. Dessa forma, desde maio de 2017, o IPERGS realiza dedução da parcela excedente sobre o valor da pensão por morte (aproximadamente 200 pensões). Existem 25 processos sobre o tema, incluindo Sindicatos e Associações, e ainda não há perspectiva de como irão se posicionar os tribunais locais e superiores.

3.3.3 - Outros Controles

São contas criadas para controle de outros fatos/transações/operações/saldos que não se enquadram em nenhuma outra conta do PCASP. Demonstra-se, a seguir, alguns valores relevantes registrados.

Outros Controles	Em milhões de R\$
	Valor
Montante dos Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 11.667-2001	10.795,8
Participações Societárias em empresas controladas - capital subscrito	5.953,2

- Montante dos Depósitos Judiciais, Lei Estadual nº 11.667-2001: Registra o montante dos depósitos judiciais, em dinheiro, referidos na Lei nº 11.667, de 11 de setembro de 2001, sujeito ao limite de 95% a ser disponibilizado para o Estado, conforme § 1º, art. 1º, da Lei nº 12.069, de 22 de abril de 2004. A diferença entre o valor utilizado pelo Estado e o limite máximo de utilização (R\$ 47,7 milhões) está registrada nas contas de atos potenciais ativos e passivos, conforme item 3.3.1.

Cabe destacar que o Banrisul, instituição que gerencia os depósitos judiciais, apartou desta conta aqueles em que o Estado é parte, para fins de alinhamento com a Lei Complementar nº 151, de 05 de agosto de 2015, que determina o limite de 70% para esses depósitos. Assim, além dos R\$ 10,21 bilhões utilizados pelo Estado, por força da Lei nº 12.069, de 22 de abril de 2004, também foram utilizados R\$ 482,8 milhões de um total de R\$ 848,9 milhões de depósitos judiciais em que o Estado é parte, conforme orientação do Ofício 242/2015 SECPRES-TJRS. A seguir, apresenta-se o resumo da utilização dos depósitos judiciais pelo Estado.

Tipo de Depósito	Saldo total	Em milhões de R\$	
		Valor utilizado	Percentual
Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 12.069-04	10.795,8	10.208,3	94,56%
Depósitos Judiciais - Ofício 242/2015 SECPRES-TJRS	848,9	482,8	56,88%
Total	11.644,6	10.691,1	91,81%

- Participações Societárias em empresas controladas, capital subscrito: demonstram o valor do capital subscrito nas empresas controladas pelo Estado. O montante do investimento é calculado pelo Método de Equivalência Patrimonial e reconhecido no Ativo Não Circulante.

4 – MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Nesse capítulo, demonstra-se o patrimônio e a movimentação financeira consolidada segundo a classificação prevista no art. 105 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Apresenta-se a seguir o balanço financeiro, conjugando-se as disponibilidades iniciais com os ingressos e desembolsos, de modo a evidenciar os saldos de disponibilidades existentes quando do término do exercício.

	Em milhões R\$
INGRESSOS	2018
Receita Orçamentária (I)	66.617,4
Ordinários	23.913,2
Vinculada	42.704,2
Educação	8.213,3
Saúde	5.046,6
Previdência	14.990,6
Transferências Obrigatórias de Outros Entes	346,1
Transferências Voluntárias de Outros Entes	283,6
Fundos Estaduais	13.532,5
Operações de Crédito	291,4
Transferências Financeiras Recebidas (II)	-
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	-
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	65.939,5
Inscrição Restos a Pagar Processados	7.210,6
Inscrição Restos a Pagar Não Processados	560,9
Ajuste de Exercícios Anteriores	52.443,8
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.724,3
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-
Saldo do Exercício Anterior (IV)	20.527,5
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.726,7
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12.800,8
	-
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	153.084,4

	Em milhões de R\$
DISPÊNDIOS	2018
Despesa Orçamentária (VI)	69.355,1
Ordinários	26.903,2
Vinculada	42.452,0
Educação	8.346,7
Saúde	4.981,0
Previdência	14.925,9
Transferências Obrigatórias de Outros Entes	248,1
Transferências Voluntárias de Outros Entes	324,1
Fundos Estaduais	13.195,6
Operações de Crédito	430,5
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	-
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	-
	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	60.866,8
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	3.781,9
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	537,2
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	50.576,3
Outros Pagamentos Extraorçamentários	5.971,3
Ajustes de Exercícios Anteriores	-
Saldo do Exercício Seguinte (IX)	22.862,5
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.542,3
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	13.320,3
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	153.084,4

As disponibilidades no exercício de 2018 (R\$ 22.862,5 milhões) apresentadas no Balanço Financeiro compreendem as contas Caixa e Equivalentes de Caixa (Subgrupo 111 – R\$ 9.542,3 milhões), Vinculado em Conta-Corrente Bancária (Subitem 1135199 – R\$ 11.442,0 milhões) e Investimentos do RPPS (Subgrupo 114 – R\$ 1.878,3 milhões), discriminados na tabela Composição do Patrimônio Financeiro.

4.1 - Patrimônio Financeiro

A seguir, são apresentados os principais itens do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro.

	Em R\$ milhões
Títulos	2018
ATIVO FINANCEIRO	26.890,5
111 - Caixa e Equivalente de Caixa	9.542,3
Recursos livres	2.126,6
Recursos vinculados	7.404,9
Recursos previdenciários	10,7
112 - Créditos a Curto Prazo	-
113 - Demais Créditos a Curto Prazo	15.424,7
Depósitos restituíveis vinculados	8.947,6
Devedores / Responsáveis	1.928,1
Outros	4.549,0
114 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.878,3
Títulos e Valores Mobiliários	1.878,3
121 - Ativo Realizável a Longo Prazo	45,2
21 - PASSIVO FINANCEIRO	42.634,8
211 - Obrig. Trab., Previd. e Assist. a Pagar a C. Prazo	3.037,0
2111 - Pessoal a Pagar	2.153,8
2112 - Benefícios Previdenciários a Pagar	393,9
2114 - Encargos Sociais a Pagar	489,3
212 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	4.201,6
2121 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno	4.201,6
2122 - Empréstimos a Curto Prazo - Externo	-
213 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	638,4
2131 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	638,4
2132 - Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	-
214 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo	22,6
2141 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	22,2
2142 - Diversos Tributos e Contribuições Estaduais a Recolher	0,1
2143 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	0,3
215 - Obrigações de Repartição a Outros Entes	178,6
2150 - Obrigações de Repartição a Outros Entes Municípios	178,6
218 - Demais Obrigações a Curto Prazo	33.328,9
2188 - Valores Restituíveis	32.891,0
Depósitos Judiciais-L 12.069/04	10.691,1
Depósitos Judiciais-L 11.686/01	-
Resgates do SIAC	18.946,6
Demais	3.253,2
2189 - Outras Obrigações a Curto Prazo	437,9
631 - Execução de Restos a Pagar Não Processados	1.227,7
6311 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar	163,5
6317 - Restos a Pagar Não Processados Inscrição no Exercício	1.064,2
3 - SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA	(15.744,3)

As contas do Ativo, em especial as dos subgrupos 111 (Caixa e Equivalente de Caixa) e 113 (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo) são analisadas no Capítulo 3.

Os saldos de Restos a Pagar e de Serviço da Dívida a Pagar que, por sua natureza, possuem atributo “Financeiro” estão computados nos subgrupos Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo (211), Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (212), Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (213), Obrigações Fiscais a Curto Prazo (214), Obrigações de Repartição a Outros Entes (215) e, parcialmente, nos itens Demais dos Títulos e Valores Restituíveis (2188) e Outras Obrigações a Curto Prazo (2189). Na tabela a seguir é apresentada a movimentação dos Restos a Pagar no exercício.

TÍTULOS	Em milhões de R\$		
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
SALDO EM 31-12-2017	5.074,7	1.216,8	6.291,5
Anulações e Baixas	(50,1)	(503,3)	(553,4)
Pagamentos	(3.781,9)	(537,2)	(4.319,1)
Inscrições ao final do exercício	7.260,7	1.064,2	8.324,9
SALDO EM 31-12-2018	8.503,4	1.240,5	9.743,8

Os Restos a Pagar são analisados no Capítulo 3, item 3.2.1.

4.2 - Recursos Vinculados e Situação Financeira Potencial

Denominam-se recursos vinculados as receitas que a Administração, em decorrência de dispositivos constitucionais e legais, é obrigada a aplicar em determinados fins.

As referidas receitas estão apresentadas e discriminadas, individualmente, com a respectiva aplicação, no Demonstrativo dos Recursos Vinculados, nos Volumes II (Administração Direta) e IV (Autarquias e Fundações), que compõem esta Prestação de Contas. Cada recurso é identificado mediante código numérico de quatro algarismos e seu respectivo nome.

Conforme tabela seguinte, apesar de serem vinculados, não são considerados para fins desta análise, os recursos relativos:

a) à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que funcionam como agregadores de despesas, não tendo, portanto, receitas diretamente vinculadas, sendo formados por transposição de valores do recurso geral, ou seja, da receita arrecadada não vinculada;

b) à alienação de bens e direitos, por constituírem de receitas próprias, cujos recursos foram criados apenas para controle do disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio

de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe que essas receitas não podem ser aplicadas no custeio de despesa corrente, exceto as destinadas por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos; e

c) às receitas de contribuições previdenciárias e do plano de assistência médica dos servidores que, com a reestruturação do IPERGS, foram vinculadas ao recurso geral (8000) do RPPS e do IPE-SAÚDE.

Recursos não Analisados	
Ref.	Títulos
a	0002 - Tesouro - Educação 0003 - Tesouro - Pesquisa 0004 - Tesouro - Universidades 0006 - Tesouro - Vinculado à Saúde 0010 - Tesouro ART 3 Lei 15232-2018 0011 - Tesouro - Outros Poderes 0012 - Tesouro - Educação Consulta Popular 0013 - Tesouro - Educação Consulta Popular 0014 - Tesouro - Ensino Superior Consulta Popular 0015 - Tesouro - Consulta Popular 0016 - Tesouro - Saúde - Consulta Popular 5001 - Contrapartida Recursos do Tesouro - Livres 5002 - Contrapartida Recursos do Tesouro - Educação 5003 - Contrapartida Recursos do Tesouro - Pesquisa 5004 - Contrapartida Recursos do Tesouro - Universidades 5006 - Contrapartida Recursos do Tesouro - Saúde 5011 - Contrapartida Recursos do Tesouro - Outros Poderes 5300 - Contrapartida - Tesouro - Operações de Crédito 6001 - Contrapartida a Operações de Crédito Recursos do Tesouro - Livres 6011 - Contrapartida a Operações de Crédito Recursos do Tesouro - Outros Poderes 7005 - Contrapartida de Recursos Próprios - Fundações
b	0096 - Tesouro - Alienação de Bens e Direitos 7096 - Recursos das Fundações Alienação de Bens e Direitos 8096 - Recursos das Autarquias Alienação de Bens e Direitos
c	8002 - Quota Melhoria de Pensões 8027 - Convênio MPAS/IPERGS - COMPREV 8108 - Recurso Próprio do IPERGS oriundo do Poder Executivo 8135 - Recurso Próprio do IPERGS oriundo das Autarquias 8200 - Contribuição dos Servidores ao RPPS 8201 - Contribuição Patronal ao RPPS/RS 8202 - Contribuição para Cobertura do Déficit de Pensões

4.2.1 – Receita Arrecadada e Parcelas Vinculadas

A receita arrecadada teve as seguintes parcelas vinculadas, segundo a fonte dos recursos, considerando-se, inclusive, o produto das respectivas aplicações financeiras, multas, restituições e anulação de Restos a Pagar.

Recursos	Em milhões de R\$			
	2018		2017	
	Arrecadação	%	Arrecadação	%
Tesouro-Vinculado pela Constituição	15.226,3	72,43%	14.287,0	75,39%
Tesouro-Vinculado por Lei	3.402,6	16,19%	2.195,5	11,58%
Convênios	1.225,2	5,83%	1.115,7	5,89%
Operações de Crédito Externas	225,6	1,07%	492,6	2,60%
Operações de Crédito Internas	73,4	0,35%	76,4	0,40%
Próprios das Autarquias	863,5	4,11%	779,9	4,12%
Transferências Obrigatórias	4,4	0,02%	3,5	0,02%
Próprios das Fundações	0,6	0,00%	0,9	0,00%
Total	21.021,7	100,00%	18.951,7	100,00%

Em 2017, as receitas vinculadas representaram 31,16% da receita total do Estado, que foi de R\$ 60.807,5 milhões. Em 2018, quando a receita total atingiu R\$ 66.617,4 milhões, a participação das receitas vinculadas foi de 31,56%, mantendo-se no mesmo nível em termos percentuais.

4.2.2 - Movimentação Financeira dos Recursos Vinculados

A movimentação financeira dos recursos vinculados é representada pelos valores recebidos e sua respectiva aplicação, os quais, conjugados com os saldos do exercício anterior, resultam nos novos saldos, que passam para o próximo exercício.

Em 2018, as movimentações apresentaram o seguinte comportamento.

Em milhões de R\$							
Recursos	Receita	Despesa	Recebimentos de Numerários	Transferências de Numerários	Recebimentos de Recursos	Transferências de Recurso	Resultado
Tesouro-Vinculado pela Constituição	15.226,3	(15.451,0)	53,1	(53,1)	821,8	(553,2)	44,0
Tesouro-Vinculado por Lei	3.402,6	(3.146,0)	360,9	(70,0)	1.088,5	(1.804,1)	(168,0)
Convênios	1.225,2	(1.273,8)	17,3	(16,5)	33,4	(3,8)	(18,1)
Próprios das Autarquias	863,5	(276,1)	-	-	292,9	(292,9)	587,4
Operações de Crédito Externas	225,6	(426,7)	298,1	(298,1)	-	-	(201,1)
Operações de Crédito Internas	73,4	(47,5)	36,9	(36,9)	12,1	(1,9)	36,0
Transferências Obrigatórias	4,4	(4,5)	2,1	-	0,7	-	2,6
Próprios das Fundações	0,6	(0,2)	-	-	-	-	0,3
Total	21.021,7	(20.626,0)	768,4	(474,6)	2.249,5	(2.655,8)	283,1

Alguns recursos vinculados individualmente tiveram movimentação relevante, conforme tabela que segue:

Em milhões de R\$							
Recursos	Receita	Despesa	Recebimentos de Numerários	Transferências de Numerários	Recebimentos de Recursos	Transferências de Recurso	Resultado
Participação Municípios Receitas do Estado	10.232,9	(10.240,5)	7,6	-	-	-	0,0
FUNDEB	4.483,4	(4.424,4)	-	-	-	-	59,1
FUNDO DE REFORMA DO ESTADO (FRE)	1.277,5	(1.425,2)	98,7	(35,5)	374,4	(46,7)	243,3
GESTÃO PLENA - SUS	789,5	(781,0)	-	-	-	-	8,5
FUNDOPREV	643,3	(108,3)	-	-	289,1	(289,1)	535,0
Salário Educação	375,4	(447,5)	-	-	-	-	(72,1)
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO	321,3	(4,0)	-	-	46,0	(783,0)	(419,7)
FUNDO AMPARA RS	292,9	(320,8)	22,1	(22,1)	-	-	(27,9)
FESP	248,1	228,9	221,6	-	2,2	(270,8)	429,9
PROREDES - BIRD	225,6	(319,4)	291,7	(291,7)	-	-	(93,8)

As Participações dos Municípios nas Receitas do Estado são representadas por recursos orçamentários específicos, que foram somados para fins dessa análise. As receitas vinculadas a esses recursos compõem a parte devida pelo Estado na arrecadação de tributos e transferências. Já as despesas, os valores empenhados para repasse aos Municípios. A análise dessas participações é objeto do Capítulo 1.4.4.

Quanto ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o valor das receitas demonstradas na tabela refere-se principalmente ao retorno desse fundo recebido pelo Estado.

O Fundo de Reforma do Estado (FRE) foi criado pela Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995, e suas receitas são oriundas de créditos concedidos, tais como dividendos e juros sobre capital próprio de companhias em que o Estado possui participação acionária, além de até 95% do superavit financeiro de fundos e autarquias, conforme prevê o art. 46 da Lei nº 15.018, de 17 de julho de 2017 (LDO). Os recursos vinculados ao FRE devem ser utilizados na redução da dívida fundada do Estado, no suprimento transitório de insuficiências do tesouro estadual e em investimentos e/ou financiamentos à implantação de empreendimentos no Estado.

O recurso de Gestão Plena do SUS é composto por transferências do Governo Federal para custeio do Sistema Único de Saúde. Já o Salário Educação está previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal e é destinado a programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública.

O FUNDROPREV tem sua movimentação detalhada no Capítulo 2 – Gestão Fiscal.

O Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário - FRPJ tinha como principal receita a diferença entre a remuneração do depósito judicial pela instituição financeira e a remuneração de poupança devida ao depositante. Em 2018, porém, teve seu saldo financeiro cancelado e transferido para o Tesouro do Estado nos termos do artigo 2º da Lei Estadual nº 15.232, de 01 de outubro de 2018. Além disso, essa Lei previu algumas obrigações, ao tesouro estadual, de reposição ao FRPJ de parte desses valores.

O recurso de operação de crédito do PROREDES – BIRD teve ingressos de receitas e aplicações em 2018, conforme relatado no Capítulo 1 – Gestão Orçamentária.

O Fundo Ampara/RS tem como receitas as arrecadações do adicional de alíquota de 2% instituído sobre produtos considerados supérfluos. Essas arrecadações totalizaram R\$ 292,9 milhões, e as aplicações dos recursos, R\$ 320,8 milhões.

Já o Fundo Especial de Segurança Pública (FESP) tem como sua principal receita a participação em arrecadações do DETRAN. Esses valores são transferidos do DETRAN para a Secretaria de Segurança Pública, que realiza despesas em ações determinadas na lei de criação do Fundo.

A conjugação da movimentação dos recursos vinculados com os saldos do exercício anterior e com o saldo que passou para o próximo exercício está demonstrada a seguir.

Recursos	Em milhões de R\$							
	Saldo do Exercício Anterior	Receita Arrecadada	Despesa Empenhada	Recebimentos de Numerários	Transferências de Numerário	Recebido Recurso	Transferido Recurso	Saldo a Empenhar
Tesouro-Vinculado pela Constituição	1.547,7	15.226,3	(15.451,0)	53,1	(53,1)	821,8	(553,2)	1.591,7
Tesouro-Vinculado por Lei	2.108,2	3.402,6	(3.146,0)	360,9	(70,0)	1.088,5	(1.804,1)	1.940,1
Convênios	726,9	1.225,2	(1.273,8)	17,3	(16,5)	33,4	(3,8)	708,8
Próprios das Autarquias	1.033,0	863,5	(276,1)	-	-	292,9	(292,9)	1.620,4
Operações de Crédito Externas	243,2	225,6	(426,7)	298,1	(298,1)	-	-	42,1
Operações de Crédito Internas	48,8	73,4	(47,5)	36,9	(36,9)	12,1	(1,9)	84,8
Transferências Obrigatórias	10,7	4,4	(4,5)	2,1	-	0,7	-	13,3
Próprios das Fundações	0,4	0,6	(0,2)	-	-	-	-	0,8
Total	5.718,9	21.021,7	(20.626,0)	768,4	(474,6)	2.249,5	(2.655,8)	6.002,1

Como se observa, houve um aumento de R\$ 283,1 milhões no saldo dos recursos vinculados, com a seguinte composição.

Em milhões de R\$	
Recursos	Variação
Tesouro-Vinculado pela Constituição	44,0
Tesouro-Vinculado por Lei	(168,0)
Convênios	(18,1)
Próprios das Autarquias	587,4
Operações de Crédito Externas	(201,1)
Operações de Crédito Internas	36,0
Transferências Obrigatórias	2,6
Próprios das Fundações	0,3
Total	283,1

O aumento ocorreu sobretudo nos recursos “Próprios das Autarquias”, destacando-se aqueles vinculados ao FUNDOPREV, uma vez que há poucos benefícios previdenciários sendo pagos por esse Fundo. Na redução dos recursos do Tesouro Vinculado por Lei, destaca-se a transferência para o Tesouro do Estado do superavit financeiro do Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário, já referida. Nas operações de crédito externas, a redução se explica pela aplicação, no exercício de 2018, de recursos que ingressaram em exercícios anteriores.

4.3 – Situação Líquida Financeira

A situação líquida financeira é apurada a partir do saldo patrimonial financeiro e do saldo a empenhar dos recursos vinculados.

4.3.1 – Situação Líquida Financeira Real

A Situação Líquida Financeira Real, conforme item 4.1, corresponde ao Saldo Patrimonial Financeiro do exercício anterior mais o resultado do exercício financeiro de 2018, ajustado pelas variações líquidas independentes da execução orçamentária.

Em milhões de R\$	
Título	Valor
Saldo Patrimonial Financeiro - 2017	(12.824,9)
Deficit Financeiro Ajustado do Exercício	(2.919,4)
Saldo Patrimonial Financeiro Atual	(15.744,3)

O deficit financeiro ajustado de 2018 foi de R\$ 2.919,4 milhões, apurado da seguinte forma.

Em milhões de R\$			
Título	Recursos Vinculados	Recursos Não Vinculados e Vinculados Não Analisados	Total
Receita	21.021,7	45.595,7	66.617,4
Despesa	(20.626,0)	(48.729,2)	(69.355,1)
1 - Resultado Orçamentário	395,7	(3.133,5)	(2.737,8)
Ajustes de Exercícios Anteriores		(181,6)	(181,6)
2 - Resultado das Variações	-	(181,6)	(181,6)
Deficit Financeiro Ajustado (1+2)	395,7	(3.315,1)	(2.919,4)

4.3.2 - Situação Líquida Financeira Ajustada

A Situação Líquida Financeira Ajustada – SLFA – é obtida pelo acréscimo da Situação Líquida Financeira Potencial à Situação Líquida Financeira Real.

Em milhões de R\$	
Título	Valor
Saldo Financeiro Real	(15.744,3)
Saldo Financeiro Potencial (Saldo a empenhar dos recursos analisados)	(6.002,1)
Saldo Financeiro Ajustado	(21.746,4)

A conjugação do deficit financeiro real de R\$ 15.744,3 milhões com o deficit potencial de R\$ 6.002,1 milhões resulta na situação líquida financeira ajustada deficitária de R\$ 21.746,4 milhões. Ou seja, este é o valor que falta para que o Estado possa saldar as obrigações do seu passivo financeiro e as despesas a empenhar correspondentes aos saldos de recursos vinculados.

**ABREVIATURAS
E
SIGLAS**

8 - ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AGERGS - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS
AGO - Assembleia Geral ordinária
AGOE - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
AL - Assembleia Legislativa
AL-GIA - Auto de Lançamentos - Guia de Informação do ICMS
APE - Administração do Patrimônio do Estado
AUL - Auto de Lançamento
ASPS - Aplicações em Ações e Serviços Públicos em Saúde
BAGERGS - Banrisul Armazéns Gerais S.A.
BANRISUL - Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A.
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BJCI - Banco Japonês para a Cooperação Internacional (Japan Bank International Cooperation)
BM - Brigada Militar
BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CADIN/RS - Cadastro Informativo de Pendências
CADIP - Caixa de Administração da Dívida Pública do Estado S.A.
CAGE - Contadoria e Auditoria-Geral do Estado
CEASA - Centrais de Abastecimento do RS
CEED - Conselho Estadual de Educação
CEEE-D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica
CEEE-GT - Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
CEEE-Par - Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações
CEERGS - Caixa Econômica do Estado do RS
CEF - Caixa Econômica Federal
CEASA - Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A
CESA - Companhia Estadual de Silos e Armazéns
CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira
CFIL/RS - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar
CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CIENTEC - Fundação de Ciência e Tecnologia
CMN - Conselho Monetário Nacional
CONFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COHAB - Companhia de Habitação do RS - extinta
COM - Companhia Operadora de Mineração
COMUDE - Conselho Municipal de Desenvolvimento
CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária

CORAG - Companhia Riograndense de Artes Gráficas
COREDE - Conselho Regional de Desenvolvimento
CORSAN - Companhia Riograndense de Saneamento
CRM - Companhia Riograndense de Mineração
DAER - Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens
DAT - Sistema de Cobrança de Crédito Tributário Inscrito em Dívida Ativa
DCC - Divisão de Custos e Controle Especiais
DCD - Divisão de Controle da Administração Direta
DCI - Divisão de Controle da Administração Indireta
DDiP - Divisão da Dívida Pública
DEE - Divisão de Estudos Econômicos
DEO - Divisão de Estudos e Orientação
DETRAN/RS - Departamento Estadual de Trânsito
DM - Deutsche Mark (Marco Alemão)
DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre
DNC - Divisão de Informação e de Normatização Contábil
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOE - Diário Oficial do Estado
DPE - Defensoria Pública do Estado
DTP - Divisão de Tecnologia e Projetos
EJA - Programa de Educação de Jovens Adultos
EGR - Empresa Gaúcha de Rodovias
ELETROBRÁS - Centaris Elétricas Brasileiras S.A.
ELETROSUL - Centrais Elétricas S.A.
EMATER/RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAC - Fundo de Apoio à Cultura
FADERS - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades do RS
FAMURS - Federação das Associações dos Municípios do RS
FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS
FASE - Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS
FAS - Fundo de Assistência à Saúde
FBERGS - Fundação BANRISUL de Seguridade Social
FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais
FDRH - Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos
FEAPER - Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais
FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social
FEDUC - Fundo Especial da Educação
FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FEGEP - Fundo Estadual de Gestão Patrimonial
FEMA - Fundo Estadual do Meio Ambiente

FEPAGRO - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler
FEPPS - Fundação Estadual de Proteção e Pesquisa em Saúde
FES - Fundo Estadual da Saúde
FESA - Fundo Estadual de Sanidade Animal
FESP - Fundo Estadual de Segurança Pública
FETLSVC - Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha
FGLTDPE - Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual
FGTAS - Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIGTF - Fundação Instituto de Tradição e Folclore
FINAME - Agência Especial de Financiamento da Indústria
FINEP - Financiamento de Estudos e Projetos
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNS - Fundo Nacional da Saúde
FOSPA - Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
FPE-DF - Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal
FPE - Finanças Públicas Estaduais do Estado do RS
FPERGS - Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
FRE - Fundo de Reforma do Estado
FRH - Fundo de Recursos Hídricos
FRPJ - Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário
FRTE - Fundação Rádio e Televisão Educativa
FTSP - Fundação Teatro São Pedro
FUGAST - Fundação Riograndense Universitária de Gastroenterologia
FUNAFIR - Fundo de Apoio Financeiro e de Recuperação dos Hospitais Privados, sem fins Lucrativos e Hospitais Públicos
FUNAMEP - Fundo de Apoio à Microempresa, ao Microprodutor e à Empresa de Pequeno Porte
FUNDECOOP - Fundo de Apoio ao Cooperativismo
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDERGS - Fundação de Esporte e Lazer do RS
FUNDETUR - Fundo de Desenvolvimento do Turismo
FUNDOPIMES - Fundo de Investimentos do Programa Integrado de Melhoria Social
FUNDOVITIS - Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura
FUNTERRA - Fundo de Terras do Estado do RS
FZB - Fundação Zoobotânica do RS
IDESE - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IEF - Integração Estado-Fornecedor
ICMS - Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação
IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado
IGTF - Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPERGS - Instituto de Previdência do Estado do RS
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRGA - Instituto Riograndense do Arroz
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI - Imposto sobre a Transmissão inter vivos, por ato oneroso, de bens imóveis de direitos reais a eles relativos
ITCD - Imposto sobre Transmissão Mortis Causa e Doação de Quaisquer Bens ou Direito
JUCISRS - Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei do Orçamento Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
METROPLAN - Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
MJ - Ministério da Justiça
MP - Ministério Público
NAD - Natureza de Despesa
NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
PNAFE - Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PC - Polícia Civil
PGE - Procuradoria-Geral do Estado
PIB - Produto Interno Bruto
PJ - Poder Judiciário
PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PPA - Plano Plurianual
PROCONFIS - Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal
PRÓ-GUAÍBA - Fundo de Investimento do Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba
PRÓ-RURAL - Fundo de Investimentos do Programa de Manejo de Recursos Naturais e Alívio à Pobreza Rural
PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS

PROES - Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária
PROFISCO - Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado
PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
PROMOFAZ - Programa de Modernização Fazendária
PROREDES - Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do RS
PROTEÇÃO - Fundação Proteção do RS
RCL - Receita Corrente Líquida
RDAT - Relatório da Dívida Ativa Tributária
REFAZ - Programa de Recuperação de Créditos
REFIS - Programa de Recuperação Fiscal
RFPE - Relatório do Sistema de Finanças Públicas do Estado
RGF - Relatório de Gestão Fiscal
RHE - Recursos Humanos do Estado
RLIT - Receita Líquida de Impostos e Transferências
RLR - Receita Líquida Real
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social
RPV - Requisição de Pequeno Valor
RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária
RTL - Receita Tributária Líquida
SAC - Sistema de Amortização Constante
SAM - Sistema de Administração de Materiais
SAR - Sistema de Arrecadação da Secretaria da Fazenda
SARH - Secretaria da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
SAT - Sistema de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda
SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
SDECT - Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
SEAPI - Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação
SEDAC - Secretaria da Cultura
SEFAZ - Secretaria da Fazenda
SE - Secretaria da Educação
SDECT - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SEMA - Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEPLAN - Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão
SES - Secretaria Estadual da Saúde
SETEL - Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer
SIAC - Sistema Integrado de Administração de Caixa
SISBEX - Sistema de negociação de Títulos Públicos e Outros Ativos
SisCHE - Sistema de Cadastro de Habilitados do Estado - Convênios
SISPARCI - Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã
SJDH - Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos
SLFP - Situação Líquida Financeira Potencial
SME - Secretaria de Minas e Energia

SOP - Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação
SPH - Superintendência de Portos e Hidrovias
SSP-PC - Secretaria da Segurança Pública - Polícia Civil
STDS - Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social
STF - Supremo Tribunal Federal
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SULGÁS - Companhia de Gás do Estado do RS
SUPRG - Superintendência do Porto de Rio Grande
TBF - Taxa Básica Financeira
TCE - Tribunal de Contas do Estado
TFIs - Transferências Financeiras Intragovernamentais
TJ - Tribunal de Justiça
TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
TJM - Tribunal de Justiça Militar
TNI - Transferência de Numerário Intragovernamental
TR - Taxa Referencial
TVE - Fundação Piratini - Rádio e Televisão
UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UO - Unidade Orçamentária
VEA - Valor de Entrega Alternativo

**DEMONSTRATIVOS
CONSOLIDADOS DO
SETOR GOVERNAMENTAL**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA TRIBUTARIA	41.620.558.439,63	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.407.950.182,07
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.597.790.379,60	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.571.499.645,80
RECEITA PATRIMONIAL	871.830.222,07	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.225.445.476,65
RECEITA AGROPECUARIA	1.621.071,17		
RECEITA INDUSTRIAL	5.800,93	SOMA.....	66.204.895.304,52
RECEITA DE SERVIÇOS	344.933.695,10		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.641.054.002,38	TOTAL.....	66.204.895.304,52
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.984.900.825,07	DESPESA CAPITAL	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES INTRAORÇAMENTARIAS	13.340.143.963,32	INVESTIMENTOS	1.641.970.246,72
RECEITA DE SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTARIOS	13.093.665,47	INVERSOES FINANCEIRAS	109.279.549,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	31.862.202,18	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.398.981.183,35
SOMA.....	71.447.794.266,92	SOMA.....	3.150.230.979,71
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	6.184.319.663,27-	TOTAL.....	69.355.126.284,23
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	941.420.700,87		
TOTAL.....	66.204.895.304,52		
RECEITAS DE CAPITAL			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	270.199.089,27		
ALIENAÇÃO DE BENS	851.974.509,58		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	25.069.452,25		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	206.647.003,87		
SOMA.....	1.353.890.054,97		
DEFICIT	2.737.761.625,61		
TOTAL.....	69.355.126.284,23		
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	65.263.474.603,65	DESPESAS CORRENTES.....	66.204.895.304,52
RECEITAS DE CAPITAL.....	1.353.890.054,97	DESPESAS DE CAPITAL.....	3.150.230.979,71
DEFICIT.....	2.737.761.625,61	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	69.355.126.284,23	TOTAL.....	69.355.126.284,23

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
01	LEGISLATIVA	14.088.787,63	658.429.400,56	672.518.188,19
01.0031	ACAO LEGISLATIVA	10.630.027,14	324.828.266,07	335.458.293,21
01.0031.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		271.284.297,68	271.284.297,68
01.0031.0488	ACAO LEGISLATIVA	10.630.027,14	53.543.968,39	64.173.995,53
01.0032	CONTROLE EXTERNO	3.254.950,68	289.633.045,55	292.887.996,23
01.0032.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		268.516.785,52	268.516.785,52
01.0032.0517	FISCALIZACAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA EXTERNA	3.254.950,68	21.116.260,03	24.371.210,71
01.0122	ADMINISTRACAO GERAL	203.809,81		203.809,81
01.0122.0488	ACAO LEGISLATIVA	203.809,81		203.809,81
01.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		1.023.814,04	1.023.814,04
01.0128.0517	FISCALIZACAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA EXTERNA		1.023.814,04	1.023.814,04
01.0131	COMUNICACAO SOCIAL		6.980.000,00	6.980.000,00
01.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		6.980.000,00	6.980.000,00
01.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		167.791,70	167.791,70
01.0302.0517	FISCALIZACAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA EXTERNA		167.791,70	167.791,70
01.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		35.796.483,20	35.796.483,20
01.0846.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		35.796.483,20	35.796.483,20
02	JUDICIARIA	490.499.412,53	1.893.277.970,75	2.383.777.383,28
02.0061	ACAO JUDICIARIA	490.499.412,53	1.703.703.977,11	2.194.203.389,64
02.0061.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		1.380.444.064,56	1.380.444.064,56
02.0061.0522	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DA JUSTICA MILITAR ESTADUAL	5.659,20	2.841.582,68	2.847.241,88
02.0061.0526	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTICA	490.493.753,33	320.418.329,87	810.912.083,20
02.0122	ADMINISTRACAO GERAL		185.270.059,53	185.270.059,53
02.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		135.478.495,01	135.478.495,01
02.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		49.791.564,52	49.791.564,52
02.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		3.356.516,01	3.356.516,01
02.0128.0522	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DA JUSTICA MILITAR ESTADUAL		12.472,00	12.472,00
02.0128.0526	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTICA		3.344.044,01	3.344.044,01
02.0131	COMUNICACAO SOCIAL		947.418,10	947.418,10
02.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		947.418,10	947.418,10
03	ESSENCIAL A JUSTICA	39.693.090,92	1.380.864.720,02	1.420.557.810,94
03.0091	DEFESA DA ORDEM JURIDICA		1.342,69	1.342,69
03.0091.0503	ACOMPANHAMENTO E EXECUCAO DA DEFESA DA ORDEM JURIDICA, DO REGIME DEMOCRATICO E D		1.342,69	1.342,69
03.0092	REPR.JUDIC./EXTRAJUDICIAL	3.558.252,63	121.089,98	3.679.342,61
03.0092.0539	REPRESENTACAO JUDICIAL, CONCILIAAO E CONSULTORIA AO ESTADO	3.558.252,63	121.089,98	3.679.342,61
03.0122	ADMINISTRACAO GERAL	36.134.838,29	1.380.732.247,41	1.416.867.085,70
03.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		1.252.822.897,81	1.252.822.897,81
03.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		50.895.639,53	50.895.639,53
03.0122.0485	ORIENTACAO JURIDICA, PROMOCAO DOS DIREITOS HUMANOS E DEFESA DOS DIREITOS INDIVID	9.250.792,37	41.601.624,93	50.852.417,30
03.0122.0503	ACOMPANHAMENTO E EXECUCAO DA DEFESA DA ORDEM JURIDICA, DO REGIME DEMOCRATICO E D	26.884.045,92	14.403.096,27	41.287.142,19
03.0122.0539	REPRESENTACAO JUDICIAL, CONCILIAAO E CONSULTORIA AO ESTADO		21.008.988,87	21.008.988,87
03.0131	COMUNICACAO SOCIAL		10.039,94	10.039,94
03.0131.0485	ORIENTACAO JURIDICA, PROMOCAO DOS DIREITOS HUMANOS E DEFESA DOS DIREITOS INDIVID		5.500,00	5.500,00
03.0131.0539	REPRESENTACAO JUDICIAL, CONCILIAAO E CONSULTORIA AO ESTADO		4.539,94	4.539,94
04	ADMINISTRACAO	57.117.943,72	1.596.844.559,81	1.653.962.503,53
04.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	3.810.286,25	1.946.861,25	5.757.147,50
04.0121.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		524.336,09	524.336,09
04.0121.0475	PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	3.810.286,25	1.177.255,40	4.987.541,65
04.0121.0536	PESQUISAS SOCIOECONOMICAS E INFORMACOES ESTATISTICAS		245.269,76	245.269,76
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	30.885.256,23	1.485.322.764,29	1.516.208.020,52
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	8.953.702,73	876.998.985,85	885.952.688,58
04.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		4.007.651,76	4.007.651,76
04.0122.0467	SERVICOS TECNICOS E DE MODERNIZACAO DE TRANSITO		584.620.815,95	584.620.815,95
04.0122.0535	SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL	158.959,05		158.959,05
04.0122.0538	GOVERNO PARA RESULTADOS	61,50	224.840,00	224.901,50
04.0122.0542	REGULACAO DOS SERVICOS DELEGADOS	670.456,77		670.456,77
04.0122.0544	EXCELENCIA EM GESTAO PUBLICA		173.780,88	173.780,88
04.0122.0545	RENOVACAO E OTIMIZACAO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	21.102.076,18	19.296.689,85	40.398.766,03
04.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		11.020.653,33	11.020.653,33
04.0123.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		237.224,24	237.224,24
04.0123.0535	SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		10.783.429,09	10.783.429,09
04.0124	CONTROLE INTERNO		5.771.762,80	5.771.762,80

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES, SUBFUNCÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.0124.0535	SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		5.771.762,80	5.771.762,80
04.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		2.545.744,32	2.545.744,32
04.0125.0466	DECADA DE ACAO PELA SEGURANCA NO TRANSITO		2.545.744,32	2.545.744,32
04.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	39.965,63	23.533.350,59	23.573.316,22
04.0126.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		23.533.350,59	23.533.350,59
04.0126.0497	FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA	39.965,63		39.965,63
04.0127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	22.382.435,61		22.382.435,61
04.0127.0474	PRODUCAO, GESTAO E ANALISE DE DADOS ESPACIAIS	22.382.435,61		22.382.435,61
04.0129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS		53.972.271,50	53.972.271,50
04.0129.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		3.372.764,74	3.372.764,74
04.0129.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		3.780.000,00	3.780.000,00
04.0129.0535	SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		46.819.506,76	46.819.506,76
04.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES		1.176.831,57	1.176.831,57
04.0130.0542	REGULACAO DOS SERVICOS DELEGADOS		1.176.831,57	1.176.831,57
04.0131	COMUNICACAO SOCIAL		10.223.627,70	10.223.627,70
04.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		206.114,72	206.114,72
04.0131.0466	DECADA DE ACAO PELA SEGURANCA NO TRANSITO		10.017.512,98	10.017.512,98
04.0182	DEFESA CIVIL		602.241,26	602.241,26
04.0182.0534	DEFESA CIVIL		602.241,26	602.241,26
04.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ		728.451,20	728.451,20
04.0391.0497	FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA		728.451,20	728.451,20
06	SEGURANCA PUBLICA	168.952.619,62	8.665.851.802,40	8.834.804.422,02
06.0122	ADMINISTRACAO GERAL	14.206.479,44	69.504.274,80	83.710.754,24
06.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	953.233,84	66.157.814,53	67.111.048,37
06.0122.0523	ADMINISTRACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	13.253.245,60		13.253.245,60
06.0122.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE		3.346.460,27	3.346.460,27
06.0181	POLICIAMENTO	91.507.260,72	3.099.526.312,07	3.191.033.572,79
06.0181.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		2.795.450.855,95	2.795.450.855,95
06.0181.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	91.507.260,72	304.075.456,12	395.582.716,84
06.0182	DEFESA CIVIL	13.333.365,28	341.783.253,92	355.116.619,20
06.0182.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		316.418.016,54	316.418.016,54
06.0182.0524	PROMOCAO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	13.333.365,28	25.365.237,38	38.698.602,66
06.0183	INFORMACAO E INTELIGENCIA	26.577.424,91	34.323.074,72	60.900.499,63
06.0183.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	26.577.424,91	34.323.074,72	60.900.499,63
06.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	5.175.725,87	11.983.596,76	17.159.322,63
06.0302.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	5.175.725,87	11.983.596,76	17.159.322,63
06.0421	CUSTODIA E REINT SOCIAL	18.152.363,40	610.522.712,31	628.675.075,71
06.0421.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		610.522.712,31	610.522.712,31
06.0421.0523	ADMINISTRACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	18.152.363,40		18.152.363,40
06.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF		180.265.277,86	180.265.277,86
06.0422.0523	ADMINISTRACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL		180.265.277,86	180.265.277,86
06.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		4.317.943.299,96	4.317.943.299,96
06.0846.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		4.317.943.299,96	4.317.943.299,96
08	ASSISTENCIA SOCIAL	232.243,65	361.003.554,38	361.235.798,03
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL		7.463.497,56	7.463.497,56
08.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		7.463.497,56	7.463.497,56
08.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		5.932.805,12	5.932.805,12
08.0125.0491	INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		5.932.805,12	5.932.805,12
08.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		11.301,13	11.301,13
08.0128.0473	PROTECAO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO		11.301,13	11.301,13
08.0131	COMUNICACAO SOCIAL		19.554,88	19.554,88
08.0131.0492	POLITICA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS		19.554,88	19.554,88
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	232.243,65	339.428.176,79	339.428.176,79
08.0243.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		300.728.958,38	300.728.958,38
08.0243.0473	PROTECAO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO		7.521.438,87	7.521.438,87
08.0243.0518	ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO RS	232.243,65	30.945.535,89	31.177.779,54
08.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		6.923.480,54	6.923.480,54
08.0244.0492	POLITICA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS		6.923.480,54	6.923.480,54
08.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		1.456.982,01	1.456.982,01
08.0302.0473	PROTECAO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO		1.456.982,01	1.456.982,01
09	PREVIDENCIA SOCIAL	2.438.704,27	18.712.644.265,88	18.715.082.970,15
09.0122	ADMINISTRACAO GERAL		27.629.555,07	27.629.555,07
09.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		27.629.555,07	27.629.555,07
09.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	2.438.704,27		2.438.704,27
09.0126.0494	GESTAO DE PREVIDENCIA DO(A) SERVIDOR(A) ESTADUAL	2.438.704,27		2.438.704,27
09.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		18.640.457.917,35	18.640.457.917,35
09.0272.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		4.328.419.048,35	4.328.419.048,35
09.0272.0494	GESTAO DE PREVIDENCIA DO(A) SERVIDOR(A) ESTADUAL		14.312.038.869,00	14.312.038.869,00
09.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		27.813.114,50	27.813.114,50
09.0273.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		27.813.114,50	27.813.114,50
09.0274	PREVIDENCIA ESPECIAL		16.743.678,96	16.743.678,96
09.0274.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		285.470,52	285.470,52
09.0274.0494	GESTAO DE PREVIDENCIA DO(A) SERVIDOR(A) ESTADUAL		16.458.208,44	16.458.208,44
10	SAUDE	433.910.565,39	6.504.232.317,71	6.938.142.883,10

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL	7.702.454,92	990.930.826,84	998.633.281,76
10.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		615.756.003,61	615.756.003,61
10.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		366.021.684,43	366.021.684,43
10.0122.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA	7.702.454,92	9.153.138,80	16.855.593,72
10.0124	CONTROLE INTERNO		568.856,56	568.856,56
10.0124.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA		568.856,56	568.856,56
10.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		78.431,33	78.431,33
10.0125.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA		78.431,33	78.431,33
10.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	23.906.771,50		23.906.771,50
10.0126.0501	GOVERNANCA DA INFORMACAO EM SAUDE	23.906.771,50		23.906.771,50
10.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		10.668.531,99	10.668.531,99
10.0128.0499	EDUCACAO, CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE		10.668.531,99	10.668.531,99
10.0131	COMUNICACAO SOCIAL		1.664.056,79	1.664.056,79
10.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		11.570,33	11.570,33
10.0131.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA ATENCAO BASICA	108.091.297,96	1.652.486,46	1.652.486,46
10.0301	ATENCAO BASICA		158.819.213,00	266.910.510,96
10.0301.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	108.091.297,96	158.819.213,00	266.910.510,96
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	294.210.041,01	4.251.825.930,03	4.546.035.971,04
10.0302.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA	294.210.041,01	2.198.680.110,07	2.492.890.151,08
10.0302.0516	GESTAO DA SAUDE DO(A) SERVIDOR(A) PUBLICO(A)		2.023.500.872,05	2.023.500.872,05
10.0302.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE		29.644.947,91	29.644.947,91
10.0303	SUP.PROFILAT.TERAPEUTICO		703.613.202,75	703.613.202,75
10.0303.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA		448.280.382,94	448.280.382,94
10.0303.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA		255.332.819,81	255.332.819,81
10.0304	VIGILANCIA SANITARIA		6.245.643,86	6.245.643,86
10.0304.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA		6.245.643,86	6.245.643,86
10.0305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		9.391.201,08	9.391.201,08
10.0305.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA		9.391.201,08	9.391.201,08
10.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR		3.169.495,29	3.169.495,29
10.0331.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA		3.169.495,29	3.169.495,29
10.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF		214.012,03	214.012,03
10.0422.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA		214.012,03	214.012,03
10.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL		3.602.773,24	3.602.773,24
10.0541.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA		3.602.773,24	3.602.773,24
10.0571	DESENV CIENTIFICO		347.967,89	347.967,89
10.0571.0499	EDUCACAO, CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE		347.967,89	347.967,89
10.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO		204.184,96	204.184,96
10.0573.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA		204.184,96	204.184,96
10.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		362.887.990,07	362.887.990,07
10.0846.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		362.887.990,07	362.887.990,07
11	TRABALHO		52.766.062,83	52.766.062,83
11.0122	ADMINISTRACAO GERAL		200.651,16	200.651,16
11.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		200.651,16	200.651,16
11.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		1.535.033,19	1.535.033,19
11.0244.0491	INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		1.535.033,19	1.535.033,19
11.0334	FOMENTO AO TRABALHO		51.030.378,48	51.030.378,48
11.0334.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		44.854.753,11	44.854.753,11
11.0334.0489	EMPREGO, TRABALHO E RENDA		6.175.625,37	6.175.625,37
12	EDUCACAO	161.980.720,51	8.063.608.958,41	8.225.589.678,92
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL	32.550.372,37	4.587.287.147,01	4.619.837.519,38
12.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		342.957.733,35	342.957.733,35
12.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		4.228.071.801,85	4.228.071.801,85
12.0122.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE		16.257.611,81	16.257.611,81
12.0122.0529	ACESSO E PERMANENCIA COM QUALIDADE NA EDUCACAO BASICA	29.918.522,26		29.918.522,26
12.0122.0532	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FISICA E DOS ESPACOS ESCOLARES	2.631.850,11		2.631.850,11
12.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		5.727.795,69	5.727.795,69
12.0125.0529	ACESSO E PERMANENCIA COM QUALIDADE NA EDUCACAO BASICA		5.727.795,69	5.727.795,69
12.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	2.871.475,60		2.871.475,60
12.0126.0530	DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICACAO DA APRENDIZAGEM	2.871.475,60		2.871.475,60
12.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	349.854,07	5.779.294,81	6.129.148,88
12.0128.0530	DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICACAO DA APRENDIZAGEM		5.779.294,81	5.779.294,81
12.0128.0531	AMPLIACAO DO ACESSO E QUALIFICACAO TECNICA DE NIVEL MEDIO DA EDUCACAO PROFISSION	349.854,07		349.854,07
12.0131	COMUNICACAO SOCIAL		32.239,31	32.239,31
12.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		32.239,31	32.239,31

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES, SUBFUNCÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
12.0363	ENSINO PROFISSIONAL	1.171.279,93	97.486.180,82	98.657.460,75
12.0363.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		86.190.397,13	86.190.397,13
12.0363.0515	AMPLIACAO DO ACESSO COM QUALIDADE NA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA DA FUND	570.042,00	479.049,35	1.049.091,35
12.0363.0531	AMPLIACAO DO ACESSO E QUALIFICACAO TECNICA DE NIVEL MEDIO DA EDUCACAO PROFISSION	601.237,93	10.816.734,34	11.417.972,27
12.0365	ENSINO INFANTIL		3.311.385,43	3.311.385,43
12.0365.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		3.311.385,43	3.311.385,43
12.0367	EDUCACAO ESPECIAL		20.493.379,62	20.493.379,62
12.0367.0510	ACESSO E GARANTIA A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS E A INCLUSAO DAS PESSOAS COM DEF		105.493,27	105.493,27
12.0367.0529	ACESSO E PERMANENCIA COM QUALIDADE NA EDUCACAO BASICA		20.387.886,35	20.387.886,35
12.0368	EDUCACAO BASICA	125.037.738,54	3.343.491.535,72	3.468.529.274,26
12.0368.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		2.847.546.032,03	2.847.546.032,03
12.0368.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE		302.800,61	302.800,61
12.0368.0529	ACESSO E PERMANENCIA COM QUALIDADE NA EDUCACAO BASICA	281.104,24	477.984.502,04	478.265.606,28
12.0368.0530	DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICACAO DA APRENDIZAGEM	36.856,73	16.843.598,30	16.880.455,03
12.0368.0532	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FISICA E DOS ESPACOS ESCOLARES	124.719.777,57	814.602,74	125.534.380,31
13	CULTURA	1.465.691,52	76.315.488,82	77.781.180,34
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL		60.604.548,39	60.604.548,39
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		60.604.548,39	60.604.548,39
13.0131	COMUNICACAO SOCIAL		226.957,07	226.957,07
13.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		226.957,07	226.957,07
13.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ		7.082.447,54	7.082.447,54
13.0391.0469	JUNTOS PELA CULTURA		7.082.447,54	7.082.447,54
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	1.465.691,52	8.401.535,82	9.867.227,34
13.0392.0469	JUNTOS PELA CULTURA	1.464.051,52	8.401.535,82	9.865.587,34
13.0392.0527	MODERNIZACAO, AMPLIACAO E QUALIFICACAO DA TVE E DA RADIO FM CULTURA	1.640,00		1.640,00
14	DIREITOS DA CIDADANIA	47.708.808,38	22.423.645,97	70.132.454,35
14.0062	DEF.INT.PUB.PROC.JUDICIAR		1.738.047,66	1.738.047,66
14.0062.0486	PROTECAO E ACESSO A JUSTICA		1.738.047,66	1.738.047,66
14.0122	ADMINISTRACAO GERAL		5.286.925,14	5.286.925,14
14.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		5.155.756,44	5.155.756,44
14.0122.0482	PROTECAO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR		19.610,73	19.610,73
14.0122.0484	INTEGRACAO E TRANSVERSALIDADE DAS POLITICAS PUBLICAS DE DIREITOS HUMANOS		111.557,97	111.557,97
14.0131	COMUNICACAO SOCIAL	850.000,00	21.565,48	871.565,48
14.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		21.565,48	21.565,48
14.0131.0483	PROGRAMA DE OPORTUNIDADE E DIREITOS	850.000,00		850.000,00
14.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	4.454.379,24		4.454.379,24
14.0243.0484	INTEGRACAO E TRANSVERSALIDADE DAS POLITICAS PUBLICAS DE DIREITOS HUMANOS	2.099.693,24		2.099.693,24
14.0243.0486	PROTECAO E ACESSO A JUSTICA	2.354.686,00		2.354.686,00
14.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO		656.082,95	656.082,95
14.0306.0490	GESTAO DA POLITICA DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTAVEL		656.082,95	656.082,95
14.0334	FOMENTO AO TRABALHO	91.525,52		91.525,52
14.0334.0480	POLITICAS PARA AS MULHERES	91.525,52		91.525,52
14.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	42.312.903,62	14.721.024,74	57.033.928,36
14.0422.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		14.492.133,38	14.492.133,38
14.0422.0480	POLITICAS PARA AS MULHERES	851.271,87		851.271,87
14.0422.0482	PROTECAO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	244.884,00	19.063,51	263.947,51
14.0422.0483	PROGRAMA DE OPORTUNIDADE E DIREITOS	41.098.630,83		41.098.630,83
14.0422.0484	INTEGRACAO E TRANSVERSALIDADE DAS POLITICAS PUBLICAS DE DIREITOS HUMANOS	118.116,92	209.827,85	327.944,77
15	URBANISMO	2.970.739,86	14.503.699,37	17.474.439,23
15.0122	ADMINISTRACAO GERAL		14.503.699,37	14.503.699,37
15.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		14.503.699,37	14.503.699,37
15.0127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	2.870.000,00		2.870.000,00
15.0127.0512	PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIOES METROPOLITANAS, MICRORREGIOES E AGLOME	2.870.000,00		2.870.000,00
15.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	7.609,43		7.609,43
15.0451.0512	PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIOES METROPOLITANAS, MICRORREGIOES E AGLOME	7.609,43		7.609,43
15.0482	HABITACAO URBANA	93.130,43		93.130,43
15.0482.0541	PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUCAO HABITACIONAL, REGULARIZACAO FUNDIARIA E REASSENTAM	93.130,43		93.130,43
16	HABITACAO	5.368.560,00	35.998.322,29	41.366.882,29
16.0122	ADMINISTRACAO GERAL		35.967.156,91	35.967.156,91
16.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		35.967.156,91	35.967.156,91
16.0131	COMUNICACAO SOCIAL		31.165,38	31.165,38
16.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		31.165,38	31.165,38
16.0482	HABITACAO URBANA	5.368.560,00		5.368.560,00

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
16.0482.0541	PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUÇÃO HABITACIONAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REASSENTAM	5.368.560,00		5.368.560,00
17	SANEAMENTO	10.607.102,64	61.046.778,16	71.653.880,80
17.0511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	10.080.926,14		10.080.926,14
17.0511.0476	PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO	7.348.135,14		7.348.135,14
17.0511.0540	GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS	2.732.791,00		2.732.791,00
17.0512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	526.176,50	61.046.778,16	61.572.954,66
17.0512.0476	PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO	526.176,50	61.046.778,16	61.572.954,66
18	GESTÃO AMBIENTAL	22.647.266,12	137.419.869,13	160.067.135,25
18.0122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		59.793.973,87	59.793.973,87
18.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		59.793.973,87	59.793.973,87
18.0131	COMUNICAÇÃO SOCIAL		34.960,68	34.960,68
18.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		34.960,68	34.960,68
18.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL	12.904.324,43	5.009.612,92	17.913.937,35
18.0541.0471	SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	12.904.324,43	5.009.612,92	17.913.937,35
18.0542	CONTROLE AMBIENTAL	9.172.729,39	72.581.321,66	81.754.051,05
18.0542.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		62.634.378,11	62.634.378,11
18.0542.0471	SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	9.172.729,39	9.946.943,55	19.119.672,94
18.0544	RECURSOS HÍDRICOS	570.212,30		570.212,30
18.0544.0540	GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS	570.212,30		570.212,30
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5.727.170,90	165.618.842,83	171.346.013,73
19.0122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		48.308.979,60	48.308.979,60
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		48.308.979,60	48.308.979,60
19.0131	COMUNICAÇÃO SOCIAL		99.016,37	99.016,37
19.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		99.016,37	99.016,37
19.0364	ENSINO SUPERIOR	5.717.815,33	78.545.678,78	84.263.494,11
19.0364.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	563.579,23	75.288.980,26	75.852.559,49
19.0364.0493	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLOGICO SUSTENTÁVEIS, DO SETOR PROD	5.154.236,10	3.256.698,52	8.410.934,62
19.0571	DESENV CIENTÍFICO		38.655.445,04	38.655.445,04
19.0571.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		73.438,32	73.438,32
19.0571.0493	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLOGICO SUSTENTÁVEIS, DO SETOR PROD		38.582.006,72	38.582.006,72
19.0572	DESENV TECNOL ENGENHARIA	9.355,57	9.723,04	19.078,61
19.0572.0493	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLOGICO SUSTENTÁVEIS, DO SETOR PROD	9.355,57	9.723,04	19.078,61
20	AGRICULTURA	135.165.359,56	469.183.369,79	604.348.729,35
20.0122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	768.336,98	196.552.561,77	197.320.898,75
20.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	768.336,98	195.149.301,76	195.917.638,74
20.0122.0477	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL		1.403.260,01	1.403.260,01
20.0131	COMUNICAÇÃO SOCIAL		2.260.285,57	2.260.285,57
20.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		2.260.285,57	2.260.285,57
20.0273	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR		8.316.653,51	8.316.653,51
20.0273.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		8.316.653,51	8.316.653,51
20.0571	DESENV CIENTÍFICO		10.478.043,14	10.478.043,14
20.0571.0514	PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA		10.478.043,14	10.478.043,14
20.0573	DIF CONHEC CIENTÍFICO	2.358.007,08	11.474.831,21	13.832.838,29
20.0573.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS		11.408.504,21	11.408.504,21
20.0573.0514	PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA	2.358.007,08	66.327,00	2.424.334,08
20.0605	ABASTECIMENTO	695.514,00	3.345.738,67	4.041.252,67
20.0605.0477	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	695.514,00	3.345.738,67	4.041.252,67
20.0606	EXTENSÃO RURAL	21.525.459,06	229.610.637,48	251.136.096,54
20.0606.0477	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	13.830.172,37	19.079.220,75	32.909.393,12
20.0606.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS	1.747.560,57		1.747.560,57
20.0606.0519	APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL	5.926.941,12		5.926.941,12
20.0606.0520	APOIO E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO GAUCHO	20.785,00		20.785,00
20.0606.0521	FOMENTO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EX		210.531.416,73	210.531.416,73
20.0607	IRRIGAÇÃO	23.830.283,94		23.830.283,94
20.0607.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS	2.724.078,69		2.724.078,69
20.0607.0519	APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL	4.301.396,61		4.301.396,61
20.0607.0543	PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA	16.804.808,64		16.804.808,64
20.0608	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	4.741.053,00	2.824.273,61	7.565.326,61
20.0608.0477	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL		2.824.273,61	2.824.273,61
20.0608.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS	4.741.053,00		4.741.053,00
20.0609	DEFESA AGROPECUÁRIA	77.597.105,01	938.510,45	78.535.615,46
20.0609.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS	75.339.249,17		75.339.249,17
20.0609.0528	DEFESA AGROPECUÁRIA ESTADUAL	2.257.855,84	938.510,45	3.196.366,29
20.0631	REFORMA AGRÁRIA	832.138,21	265.592,89	1.097.731,10
20.0631.0477	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	832.138,21	265.592,89	1.097.731,10
20.0692	COMERCIALIZAÇÃO	2.817.462,28	3.116.241,49	5.933.703,77
20.0692.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS	2.817.462,28	3.116.241,49	5.933.703,77

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
22	INDUSTRIA	2.680.455,06	1.336.086,10	4.016.541,16
22.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL	2.680.455,06	1.336.086,10	4.016.541,16
22.0661.0495	PROMOCAO DE UM AMBIENTE FAVORAVEL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO ESTADO	186.386,32	1.336.086,10	1.522.472,42
22.0661.0513	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVACAO TECNOLOGICA	2.494.068,74		2.494.068,74
23	COMERCIO E SERVICOS	1.298.419,14	17.012.277,13	18.310.696,27
23.0122	ADMINISTRACAO GERAL		13.315.733,13	13.315.733,13
23.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		13.315.733,13	13.315.733,13
23.0691	PROMOCAO COMERCIAL		396.259,26	396.259,26
23.0691.0513	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVACAO TECNOLOGICA		396.259,26	396.259,26
23.0694	SERVICOS FINANCEIROS		2.801.941,64	2.801.941,64
23.0694.0513	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVACAO TECNOLOGICA		2.801.941,64	2.801.941,64
23.0695	TURISMO	1.298.419,14	498.343,10	1.796.762,24
23.0695.0504	CAMINHOS DO RIO GRANDE DO SUL		498.343,10	498.343,10
23.0695.0506	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TURISMO	1.298.419,14		1.298.419,14
24	COMUNICACOES		33.135.498,49	33.135.498,49
24.0122	ADMINISTRACAO GERAL		14.134.468,84	14.134.468,84
24.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		14.134.468,84	14.134.468,84
24.0131	COMUNICACAO SOCIAL		19.001.029,65	19.001.029,65
24.0131.0533	INOVACAO E MODERNIZACAO EM COMUNICACAO SOCIAL		19.001.029,65	19.001.029,65
25	ENERGIA	980.618,59	40.455.031,76	41.435.650,35
25.0122	ADMINISTRACAO GERAL		2.372.706,65	2.372.706,65
25.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		2.372.706,65	2.372.706,65
25.0131	COMUNICACAO SOCIAL		7.852,26	7.852,26
25.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		7.852,26	7.852,26
25.0751	CONSERVACAO DE ENERGIA	719.522,30	74.472,85	793.995,15
25.0751.0508	ENERGIA PELO RIO GRANDE	719.522,30	74.472,85	793.995,15
25.0752	ENERGIA ELETRICA	261.096,29		261.096,29
25.0752.0508	ENERGIA PELO RIO GRANDE	261.096,29		261.096,29
25.0753	COMBUSTIVEIS MINERAIS		38.000.000,00	38.000.000,00
25.0753.0508	ENERGIA PELO RIO GRANDE		38.000.000,00	38.000.000,00
26	TRANSPORTE	722.086.293,23	264.251.964,90	986.338.258,13
26.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO		199.796,39	199.796,39
26.0121.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		199.796,39	199.796,39
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL	9.341.295,82	214.372.397,14	223.713.692,96
26.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	9.341.295,82	214.372.397,14	223.713.692,96
26.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	274.405,62		274.405,62
26.0123.0512	PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIOES METROPOLITANAS, MICRORREGIOES E AGLOME	274.405,62		274.405,62
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL		1.104.265,41	1.104.265,41
26.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		1.049.853,30	1.049.853,30
26.0131.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE MULTIMODAL		54.412,11	54.412,11
26.0181	POLICIAMENTO		11.161.745,93	11.161.745,93
26.0181.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE MULTIMODAL		11.161.745,93	11.161.745,93
26.0453	TRANSP COLETIVOS URBANOS		14.982.476,74	14.982.476,74
26.0453.0512	PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIOES METROPOLITANAS, MICRORREGIOES E AGLOME		14.982.476,74	14.982.476,74
26.0781	TRANSPORTE AEREO	3.050.775,81	4.436.135,92	7.486.911,73
26.0781.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE MULTIMODAL	3.050.775,81	4.436.135,92	7.486.911,73
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	709.080.620,16	7.232.985,04	716.313.605,20
26.0782.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	23.992.233,91		23.992.233,91
26.0782.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE MULTIMODAL	685.088.386,25	7.232.985,04	692.321.371,29
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	13.354,00	10.762.162,33	10.775.516,33
26.0784.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		10.762.162,33	10.762.162,33
26.0784.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE MULTIMODAL	13.354,00		13.354,00
26.0785	TRANSPORTES ESPECIAIS	325.841,82		325.841,82
26.0785.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE MULTIMODAL	325.841,82		325.841,82
27	DESPORTO E LAZER	3.633.171,78	198.734,81	3.831.906,59
27.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO		72.000,00	72.000,00
27.0811.0505	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER		72.000,00	72.000,00
27.0812	DESPORTO COMUNITARIO	3.633.171,78	126.734,81	3.759.906,59
27.0812.0505	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER	3.633.171,78	126.734,81	3.759.906,59
28	ENCARGOS ESPECIAIS		17.795.449.316,91	17.795.449.316,91
28.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		516.954.036,47	516.954.036,47
28.0123.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		516.954.036,47	516.954.036,47
28.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		622.657.883,01	622.657.883,01
28.0272.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		622.657.883,01	622.657.883,01
28.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		15.756.966,74	15.756.966,74
28.0273.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		15.756.966,74	15.756.966,74
28.0841	REFINANÇ DIVIDA INTERNA		76.345,08	76.345,08

EXERCÍCIO DE 2018

SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)

RFPE061/00007

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADESANEXO N. 7
R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
28.0841.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		76.345,08	76.345,08
28.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA		3.507.966.214,13	3.507.966.214,13
28.0843.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		3.507.966.214,13	3.507.966.214,13
28.0844	SERVICO DA DIVIDA EXTERNA		433.581.858,40	433.581.858,40
28.0844.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		433.581.858,40	433.581.858,40
28.0845	OUTRAS TRANSFERENCIAS		10.344.506.911,49	10.344.506.911,49
28.0845.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		10.344.506.911,49	10.344.506.911,49
28.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		2.353.949.101,59	2.353.949.101,59
28.0846.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		3.336.983,45	3.336.983,45
28.0846.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		2.298.958.475,27	2.298.958.475,27
28.0846.0494	GESTAO DE PREVIDENCIA DO(A) SERVIDOR(A) ESTADUAL		51.653.642,87	51.653.642,87
TOTAL GERAL=>		2.331.253.745,02	67.023.872.539,21	69.355.126.284,23

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2018

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
01	LEGISLATIVA	672.156.972,57	361.215,62	672.518.188,19
01.0031	ACAO LEGISLATIVA	335.458.293,21		335.458.293,21
01.0031.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	271.284.297,68		271.284.297,68
01.0031.0488	ACAO LEGISLATIVA	64.173.995,53		64.173.995,53
01.0032	CONTROLE EXTERNO	292.526.780,61	361.215,62	292.887.996,23
01.0032.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	268.516.785,52		268.516.785,52
01.0032.0517	FISCALIZACAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA EXTERNA	24.009.995,09	361.215,62	24.371.210,71
01.0122	ADMINISTRACAO GERAL	203.809,81		203.809,81
01.0122.0488	ACAO LEGISLATIVA	203.809,81		203.809,81
01.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	1.023.814,04		1.023.814,04
01.0128.0517	FISCALIZACAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA EXTERNA	1.023.814,04		1.023.814,04
01.0131	COMUNICACAO SOCIAL	6.980.000,00		6.980.000,00
01.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	6.980.000,00		6.980.000,00
01.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	167.791,70		167.791,70
01.0302.0517	FISCALIZACAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA EXTERNA	167.791,70		167.791,70
01.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	35.796.483,20		35.796.483,20
01.0846.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	35.796.483,20		35.796.483,20
02	JUDICIARIA	2.125.385.312,74	258.392.070,54	2.383.777.383,28
02.0061	ACAO JUDICIARIA	1.939.343.634,73	254.859.754,91	2.194.203.389,64
02.0061.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.380.444.064,56		1.380.444.064,56
02.0061.0522	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DA JUSTICA MILITAR ESTADUAL	5.659,20	2.841.582,68	2.847.241,88
02.0061.0526	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTICA	558.893.910,97	252.018.172,23	810.912.083,20
02.0122	ADMINISTRACAO GERAL	183.699.503,25	1.570.556,28	185.270.059,53
02.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	133.907.938,73	1.570.556,28	135.478.495,01
02.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	49.791.564,52		49.791.564,52
02.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	2.342.174,76	1.014.341,25	3.356.516,01
02.0128.0522	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DA JUSTICA MILITAR ESTADUAL		12.472,00	12.472,00
02.0128.0526	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTICA	2.342.174,76	1.001.869,25	3.344.044,01
02.0131	COMUNICACAO SOCIAL		947.418,10	947.418,10
02.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		947.418,10	947.418,10
03	ESSENCIAL A JUSTICA	1.387.077.408,05	33.480.402,89	1.420.557.810,94
03.0091	DEFESA DA ORDEM JURIDICA		1.342,69	1.342,69
03.0091.0503	ACOMPANHAMENTO E EXECUCAO DA DEFESA DA ORDEM JURIDICA, DO REGIME DEMOCRATICO E D REPR.JUDIC./EXTRAJUDICIAL		1.342,69	1.342,69
03.0092	REPRESENTACAO JUDICIAL, CONCILIAAO E CONSULTORIA AO ESTADO		3.679.342,61	3.679.342,61
03.0092.0539	REPRESENTACAO JUDICIAL, CONCILIAAO E CONSULTORIA AO ESTADO		3.679.342,61	3.679.342,61
03.0122	ADMINISTRACAO GERAL	1.387.071.908,05	29.795.177,65	1.416.867.085,70
03.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.252.822.897,81		1.252.822.897,81
03.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	50.895.639,53		50.895.639,53
03.0122.0485	ORIENTACAO JURIDICA, PROMOCAO DOS DIREITOS HUMANOS E DEFESA DOS DIREITOS INDIVID		10.193.353,60	10.193.353,60
03.0122.0503	ACOMPANHAMENTO E EXECUCAO DA DEFESA DA ORDEM JURIDICA, DO REGIME DEMOCRATICO E D	40.659.063,70		40.659.063,70
03.0122.0539	REPRESENTACAO JUDICIAL, CONCILIAAO E CONSULTORIA AO ESTADO	40.694.682,91	592.459,28	41.287.142,19
03.0131	COMUNICACAO SOCIAL	1.999.624,10	19.009.364,77	21.008.988,87
03.0131.0485	ORIENTACAO JURIDICA, PROMOCAO DOS DIREITOS HUMANOS E DEFESA DOS DIREITOS INDIVID	5.500,00	4.539,94	10.039,94
03.0131.0539	REPRESENTACAO JUDICIAL, CONCILIAAO E CONSULTORIA AO ESTADO	5.500,00	4.539,94	10.039,94
04	ADMINISTRACAO	1.375.533.404,94	278.429.098,59	1.653.962.503,53
04.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	1.535.285,80	4.221.861,70	5.757.147,50
04.0121.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		524.336,09	524.336,09
04.0121.0475	PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1.290.016,04	3.697.525,61	4.987.541,65
04.0121.0536	PESQUISAS SOCIOECONOMICAS E INFORMACOES ESTATISTICAS	245.269,76		245.269,76
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	1.366.308.009,07	149.900.011,45	1.516.208.020,52
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	832.746.635,70	53.206.052,88	885.952.688,58
04.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	4.007.651,76		4.007.651,76
04.0122.0467	SERVICOS TECNICOS E DE MODERNIZACAO DE TRANSITO	528.484.582,46	56.136.233,49	584.620.815,95
04.0122.0535	SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		158.959,05	158.959,05
04.0122.0538	GOVERNO PARA RESULTADOS	224.901,50		224.901,50
04.0122.0542	REGULACAO DOS SERVICOS DELEGADOS	670.456,77		670.456,77
04.0122.0544	EXCELENCIA EM GESTAO PUBLICA	173.780,88		173.780,88
04.0122.0545	RENOVACAO E OTIMIZACAO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL		40.398.766,03	40.398.766,03
04.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	237.224,24	10.783.429,09	11.020.653,33
04.0123.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	237.224,24		237.224,24
04.0123.0535	SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		10.783.429,09	10.783.429,09
04.0124	CONTROLE INTERNO		5.771.762,80	5.771.762,80

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04.0124.0535	SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		5.771.762,80	5.771.762,80
04.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		2.545.744,32	2.545.744,32
04.0125.0466	DECADA DE ACAO PELA SEGURANCA NO TRANSITO		2.545.744,32	2.545.744,32
04.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	99.310,40	23.474.005,82	23.573.316,22
04.0126.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	59.344,77	23.474.005,82	23.533.350,59
04.0126.0497	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA	39.965,63		39.965,63
04.0127	ORDENAMENTO TERRITORIAL		22.382.435,61	22.382.435,61
04.0127.0474	PRODUCAO, GESTAO E ANALISE DE DADOS ESPACIAIS		22.382.435,61	22.382.435,61
04.0129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS	4.965.558,69	49.006.712,81	53.972.271,50
04.0129.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.185.558,69	2.187.206,05	3.372.764,74
04.0129.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	3.780.000,00		3.780.000,00
04.0129.0535	SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		46.819.506,76	46.819.506,76
04.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES	851.209,56	325.622,01	1.176.831,57
04.0130.0542	REGULACAO DOS SERVICOS DELEGADOS	851.209,56	325.622,01	1.176.831,57
04.0131	COMUNICACAO SOCIAL	206.114,72	10.017.512,98	10.223.627,70
04.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	206.114,72		206.114,72
04.0131.0466	DECADA DE ACAO PELA SEGURANCA NO TRANSITO		10.017.512,98	10.017.512,98
04.0182	DEFESA CIVIL	602.241,26		602.241,26
04.0182.0534	DEFESA CIVIL	602.241,26		602.241,26
04.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ	728.451,20		728.451,20
04.0391.0497	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA	728.451,20		728.451,20
06	SEGURANCA PUBLICA	8.256.774.755,37	578.029.666,65	8.834.804.422,02
06.0122	ADMINISTRACAO GERAL	55.443.295,32	28.267.458,92	83.710.754,24
06.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	52.096.835,05	15.014.213,32	67.111.048,37
06.0122.0523	ADMINISTRACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL		13.253.245,60	13.253.245,60
06.0122.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	3.346.460,27		3.346.460,27
06.0181	POLICIAMENTO	2.912.923.900,43	278.109.672,36	3.191.033.572,79
06.0181.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.795.450.855,95		2.795.450.855,95
06.0181.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	117.473.044,48	278.109.672,36	395.582.716,84
06.0182	DEFESA CIVIL	333.504.285,29	21.612.333,91	355.116.619,20
06.0182.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	316.418.016,54		316.418.016,54
06.0182.0524	PROMOCAO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	17.086.268,75	21.612.333,91	38.698.602,66
06.0183	INFORMACAO E INTELIGENCIA	32.399,94	60.868.099,69	60.900.499,63
06.0183.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	32.399,94	60.868.099,69	60.900.499,63
06.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		17.159.322,63	17.159.322,63
06.0302.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE		17.159.322,63	17.159.322,63
06.0421	CUSTODIA E REINT SOCIAL	616.346.085,24	12.328.990,47	628.675.075,71
06.0421.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	610.522.712,31		610.522.712,31
06.0421.0523	ADMINISTRACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	5.823.372,93	12.328.990,47	18.152.363,40
06.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	20.581.489,19	159.683.788,67	180.265.277,86
06.0422.0523	ADMINISTRACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	20.581.489,19	159.683.788,67	180.265.277,86
06.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	4.317.943.299,96		4.317.943.299,96
06.0846.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	4.317.943.299,96		4.317.943.299,96
08	ASSISTENCIA SOCIAL	337.413.550,69	23.822.247,34	361.235.798,03
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL	7.418.385,11	45.112,45	7.463.497,56
08.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	7.418.385,11	45.112,45	7.463.497,56
08.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO	5.932.805,12		5.932.805,12
08.0125.0491	INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	5.932.805,12		5.932.805,12
08.0128	FORMACAO RECURSOS HUMANOS	11.301,13		11.301,13
08.0128.0473	PROTECAO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO	11.301,13		11.301,13
08.0131	COMUNICACAO SOCIAL		19.554,88	19.554,88
08.0131.0492	POLITICA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS		19.554,88	19.554,88
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	318.075.320,76	21.352.856,03	339.428.176,79
08.0243.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	300.728.958,38		300.728.958,38
08.0243.0473	PROTECAO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO	1.668.922,47	5.852.516,40	7.521.438,87
08.0243.0518	ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO RS	15.677.439,91	15.500.339,63	31.177.779,54
08.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	4.544.164,36	2.379.316,18	6.923.480,54
08.0244.0492	POLITICA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS	4.544.164,36	2.379.316,18	6.923.480,54
08.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	1.431.574,21	25.407,80	1.456.982,01
08.0302.0473	PROTECAO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO	1.431.574,21	25.407,80	1.456.982,01
09	PREVIDENCIA SOCIAL	18.306.775.194,66	408.307.775,49	18.715.082.970,15
09.0122	ADMINISTRACAO GERAL	27.629.555,07		27.629.555,07
09.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	27.629.555,07		27.629.555,07
09.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		2.438.704,27	2.438.704,27
09.0126.0494	GESTAO DE PREVIDENCIA DO(A) SERVIDOR(A) ESTADUAL		2.438.704,27	2.438.704,27
09.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	18.234.874.316,65	405.583.600,70	18.640.457.917,35
09.0272.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	4.031.138.838,41	297.280.209,94	4.328.419.048,35
09.0272.0494	GESTAO DE PREVIDENCIA DO(A) SERVIDOR(A) ESTADUAL		108.303.390,76	14.312.038.869,00
09.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	14.203.735.478,24		14.203.735.478,24
		27.813.114,50		27.813.114,50

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
09.0273.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	27.813.114,50		27.813.114,50
09.0274	PREVIDENCIA ESPECIAL	16.458.208,44	285.470,52	16.743.678,96
09.0274.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		285.470,52	285.470,52
09.0274.0494	GESTAO DE PREVIDENCIA DO(A) SERVIDOR(A) ESTADUAL	16.458.208,44		16.458.208,44
10	SAUDE	6.062.100.724,68	876.042.158,42	6.938.142.883,10
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL	991.092.453,93	7.540.827,83	998.633.281,76
10.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	614.745.811,14	1.010.192,47	615.756.003,61
10.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	366.021.684,43		366.021.684,43
10.0122.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA	10.324.958,36	6.530.635,36	16.855.593,72
10.0124	CONTROLE INTERNO		568.856,56	568.856,56
10.0124.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA		568.856,56	568.856,56
10.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO	6.211,50	72.219,83	78.431,33
10.0125.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA	6.211,50	72.219,83	78.431,33
10.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	20.637.568,00	3.269.203,50	23.906.771,50
10.0126.0501	GOVERNANCA DA INFORMACAO EM SAUDE	20.637.568,00	3.269.203,50	23.906.771,50
10.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	9.854.763,16	813.768,83	10.668.531,99
10.0128.0499	EDUCACAO, CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE	9.854.763,16	813.768,83	10.668.531,99
10.0131	COMUNICACAO SOCIAL	11.570,33	1.652.486,46	1.664.056,79
10.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	11.570,33		11.570,33
10.0131.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA		1.652.486,46	1.652.486,46
10.0301	ATENCAO BASICA	263.220.496,41	3.690.014,55	266.910.510,96
10.0301.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA	263.220.496,41	3.690.014,55	266.910.510,96
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	3.747.445.650,02	798.590.321,02	4.546.035.971,04
10.0302.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA	1.694.299.830,06	798.590.321,02	2.492.890.151,08
10.0302.0516	GESTAO DA SAUDE DO(A) SERVIDOR(A) PUBLICO(A)	2.023.500.872,05		2.023.500.872,05
10.0302.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	29.644.947,91		29.644.947,91
10.0303	SUP.PROFILAT.TERAPEUTICO	658.356.906,50	45.256.296,25	703.613.202,75
10.0303.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA	448.280.382,94		448.280.382,94
10.0303.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA	210.076.523,56	45.256.296,25	255.332.819,81
10.0304	VIGILANCIA SANITARIA	2.261.295,21	3.984.348,65	6.245.643,86
10.0304.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA	2.261.295,21	3.984.348,65	6.245.643,86
10.0305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	2.905.253,91	6.485.947,17	9.391.201,08
10.0305.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA	2.905.253,91	6.485.947,17	9.391.201,08
10.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR	2.785.000,00	384.495,29	3.169.495,29
10.0331.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA	2.785.000,00	384.495,29	3.169.495,29
10.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	214.012,03		214.012,03
10.0422.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA	214.012,03		214.012,03
10.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL	12.670,15	3.590.103,09	3.602.773,24
10.0541.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA	12.670,15	3.590.103,09	3.602.773,24
10.0571	DESENV CIENTIFICO	347.967,89		347.967,89
10.0571.0499	EDUCACAO, CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE	347.967,89		347.967,89
10.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	60.915,57	143.269,39	204.184,96
10.0573.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA	60.915,57	143.269,39	204.184,96
10.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	362.887.990,07		362.887.990,07
10.0846.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	362.887.990,07		362.887.990,07
11	TRABALHO	50.301.493,72	2.464.569,11	52.766.062,83
11.0122	ADMINISTRACAO GERAL	200.651,16		200.651,16
11.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	200.651,16		200.651,16
11.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	1.535.033,19		1.535.033,19
11.0244.0491	INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.535.033,19		1.535.033,19
11.0334	FOMENTO AO TRABALHO	48.565.809,37	2.464.569,11	51.030.378,48
11.0334.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	44.854.753,11		44.854.753,11
11.0334.0489	EMPREGO, TRABALHO E RENDA	3.711.056,26	2.464.569,11	6.175.625,37
12	EDUCACAO	3.127.790.212,54	5.097.799.466,38	8.225.589.678,92
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL	2.924.834.362,68	1.695.003.156,70	4.619.837.519,38
12.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	234.836.038,40	108.121.694,95	342.957.733,35
12.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	2.671.198.732,47	1.556.873.069,38	4.228.071.801,85
12.0122.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	16.257.611,81		16.257.611,81
12.0122.0529	ACESSO E PERMANENCIA COM QUALIDADE NA EDUCACAO BASICA	2.541.980,00	27.376.542,26	29.918.522,26
12.0122.0532	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FISICA E DOS ESPACOS ESCOLARES		2.631.850,11	2.631.850,11
12.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		5.727.795,69	5.727.795,69
12.0125.0529	ACESSO E PERMANENCIA COM QUALIDADE NA EDUCACAO BASICA		5.727.795,69	5.727.795,69
12.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		2.871.475,60	2.871.475,60

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
12.0126.0530	DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICACAO DA APRENDIZAGEM		2.871.475,60	2.871.475,60
12.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	349.854,07	5.779.294,81	6.129.148,88
12.0128.0530	DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICACAO DA APRENDIZAGEM		5.779.294,81	5.779.294,81
12.0128.0531	AMPLIACAO DO ACESSO E QUALIFICACAO TECNICA DE NIVEL MEDIO DA EDUCACAO PROFISSION	349.854,07		349.854,07
12.0131	COMUNICACAO SOCIAL	32.239,31		32.239,31
12.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	32.239,31		32.239,31
12.0363	ENSINO PROFISSIONAL	98.657.460,75		98.657.460,75
12.0363.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	86.190.397,13		86.190.397,13
12.0363.0515	AMPLIACAO DO ACESSO COM QUALIDADE NA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA DA FUND	1.049.091,35		1.049.091,35
12.0363.0531	AMPLIACAO DO ACESSO E QUALIFICACAO TECNICA DE NIVEL MEDIO DA EDUCACAO PROFISSION	11.417.972,27		11.417.972,27
12.0365	ENSINO INFANTIL	3.311.385,43		3.311.385,43
12.0365.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.311.385,43		3.311.385,43
12.0367	EDUCACAO ESPECIAL	105.493,27	20.387.886,35	20.493.379,62
12.0367.0510	ACESSO E GARANTIA A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS E A INCLUSAO DAS PESSOAS COM DEF	105.493,27		105.493,27
12.0367.0529	ACESSO E PERMANENCIA COM QUALIDADE NA EDUCACAO BASICA		20.387.886,35	20.387.886,35
12.0368	EDUCACAO BASICA	100.499.417,03	3.368.029.857,23	3.468.529.274,26
12.0368.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	97.993.644,11	2.749.552.387,92	2.847.546.032,03
12.0368.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	302.800,61		302.800,61
12.0368.0529	ACESSO E PERMANENCIA COM QUALIDADE NA EDUCACAO BASICA	2.202.972,31	476.062.633,97	478.265.606,28
12.0368.0530	DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICACAO DA APRENDIZAGEM		16.880.455,03	16.880.455,03
12.0368.0532	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FISICA E DOS ESPACOS ESCOLARES		125.534.380,31	125.534.380,31
13	CULTURA	68.676.278,83	9.104.901,51	77.781.180,34
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL	60.604.548,39		60.604.548,39
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	60.604.548,39		60.604.548,39
13.0131	COMUNICACAO SOCIAL	226.957,07		226.957,07
13.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	226.957,07		226.957,07
13.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ	7.082.447,54		7.082.447,54
13.0391.0469	JUNTOS PELA CULTURA	7.082.447,54		7.082.447,54
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	762.325,83	9.104.901,51	9.867.227,34
13.0392.0469	JUNTOS PELA CULTURA	760.685,83	9.104.901,51	9.865.587,34
13.0392.0527	MODERNIZACAO, AMPLIACAO E QUALIFICACAO DA TVE E DA RADIO FM CULTURA	1.640,00		1.640,00
14	DIREITOS DA CIDADANIA	20.746.110,83	49.386.343,52	70.132.454,35
14.0062	DEF.INT.PUB.PROC.JUDICIAR	381.884,13	1.356.163,53	1.738.047,66
14.0062.0486	PROTECAO E ACESSO A JUSTICA	381.884,13	1.356.163,53	1.738.047,66
14.0122	ADMINISTRACAO GERAL	5.271.115,71	15.809,43	5.286.925,14
14.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	5.155.756,44		5.155.756,44
14.0122.0482	PROTECAO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	3.801,30	15.809,43	19.610,73
14.0122.0484	INTEGRACAO E TRANSVERSALIDADE DAS POLITICAS PUBLICAS DE DIREITOS HUMANOS	111.557,97		111.557,97
14.0131	COMUNICACAO SOCIAL	21.565,48	850.000,00	871.565,48
14.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	21.565,48		21.565,48
14.0131.0483	PROGRAMA DE OPORTUNIDADE E DIREITOS		850.000,00	850.000,00
14.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	146.692,00	4.307.687,24	4.454.379,24
14.0243.0484	INTEGRACAO E TRANSVERSALIDADE DAS POLITICAS PUBLICAS DE DIREITOS HUMANOS		2.099.693,24	2.099.693,24
14.0243.0486	PROTECAO E ACESSO A JUSTICA	146.692,00	2.207.994,00	2.354.686,00
14.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO	16.660,21	639.422,74	656.082,95
14.0306.0490	GESTAO DA POLITICA DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTAVEL	16.660,21	639.422,74	656.082,95
14.0334	FOMENTO AO TRABALHO		91.525,52	91.525,52
14.0334.0480	POLITICAS PARA AS MULHERES		91.525,52	91.525,52
14.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	14.908.193,30	42.125.735,06	57.033.928,36
14.0422.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	14.492.133,38		14.492.133,38
14.0422.0480	POLITICAS PARA AS MULHERES	297.943,00	553.328,87	851.271,87
14.0422.0482	PROTECAO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR		263.947,51	263.947,51
14.0422.0483	PROGRAMA DE OPORTUNIDADE E DIREITOS		41.098.630,83	41.098.630,83
14.0422.0484	INTEGRACAO E TRANSVERSALIDADE DAS POLITICAS PUBLICAS DE DIREITOS HUMANOS	118.116,92	209.827,85	327.944,77
15	URBANISMO	10.366.007,59	7.108.431,64	17.474.439,23
15.0122	ADMINISTRACAO GERAL	10.362.792,69	4.140.906,68	14.503.699,37
15.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	10.362.792,69	4.140.906,68	14.503.699,37
15.0127	ORDENAMENTO TERRITORIAL		2.870.000,00	2.870.000,00
15.0127.0512	PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIOES METROPOLITANAS, MICRORREGIOES E AGLOME		2.870.000,00	2.870.000,00
15.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	3.214,90	4.394,53	7.609,43
15.0451.0512	PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIOES METROPOLITANAS, MICRORREGIOES E AGLOME		4.394,53	7.609,43
15.0482	HABITACAO URBANA		93.130,43	93.130,43

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
15.0482.0541	PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUCAO HABITACIONAL, REGULARIZACAO FUNDIARIA E REASSENTAM		93.130,43	93.130,43
16	HABITACAO	36.366.882,29	5.000.000,00	41.366.882,29
16.0122	ADMINISTRACAO GERAL	35.967.156,91		35.967.156,91
16.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	35.967.156,91		35.967.156,91
16.0131	COMUNICACAO SOCIAL	31.165,38		31.165,38
16.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	31.165,38		31.165,38
16.0482	HABITACAO URBANA	368.560,00	5.000.000,00	5.368.560,00
16.0482.0541	PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUCAO HABITACIONAL, REGULARIZACAO FUNDIARIA E REASSENTAM			
17	SANEAMENTO	368.560,00	5.000.000,00	5.368.560,00
17.0511	SANEAMENTO BASICO RURAL	2.732.791,00	68.921.089,80	71.653.880,80
17.0511.0476	PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO	2.732.791,00	7.348.135,14	10.080.926,14
17.0511.0540	GESTAO DE OBRAS PUBLICAS		7.348.135,14	7.348.135,14
17.0512	SANEAMENTO BASICO URBANO	2.732.791,00		2.732.791,00
17.0512.0476	PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO		61.572.954,66	61.572.954,66
18	GESTAO AMBIENTAL	99.972.163,68	60.094.971,57	160.067.135,25
18.0122	ADMINISTRACAO GERAL	43.186.192,16	16.607.781,71	59.793.973,87
18.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	43.186.192,16	16.607.781,71	59.793.973,87
18.0131	COMUNICACAO SOCIAL		34.960,68	34.960,68
18.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		34.960,68	34.960,68
18.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL	561.872,05	17.352.065,30	17.913.937,35
18.0541.0471	SUSTENTABILIDADE E GESTAO AMBIENTAL INTEGRADA	561.872,05	17.352.065,30	17.913.937,35
18.0542	CONTROLE AMBIENTAL	55.653.887,17	26.100.163,88	81.754.051,05
18.0542.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	55.108.838,06	7.525.540,05	62.634.378,11
18.0542.0471	SUSTENTABILIDADE E GESTAO AMBIENTAL INTEGRADA	545.049,11	18.574.623,83	19.119.672,94
18.0544	RECURSOS HIDRICOS	570.212,30		570.212,30
18.0544.0540	GESTAO DE OBRAS PUBLICAS	570.212,30		570.212,30
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	151.487.739,87	19.858.273,86	171.346.013,73
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL	48.308.979,60		48.308.979,60
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	48.308.979,60		48.308.979,60
19.0131	COMUNICACAO SOCIAL	99.016,37		99.016,37
19.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	99.016,37		99.016,37
19.0364	ENSINO SUPERIOR	77.945.173,84	6.318.320,27	84.263.494,11
19.0364.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	75.791.073,84	61.485,65	75.852.559,49
19.0364.0493	PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO SUSTENTAVEIS, DO SETOR PROD	2.154.100,00	6.256.834,62	8.410.934,62
19.0571	DESENV CIENTIFICO	25.122.447,02	13.532.998,02	38.655.445,04
19.0571.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	73.438,32		73.438,32
19.0571.0493	PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO SUSTENTAVEIS, DO SETOR PROD	25.049.008,70	13.532.998,02	38.582.006,72
19.0572	DESENV TECNOL ENGENHARIA	12.123,04	6.955,57	19.078,61
19.0572.0493	PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO SUSTENTAVEIS, DO SETOR PROD	12.123,04	6.955,57	19.078,61
20	AGRICULTURA	313.862.019,26	290.486.710,09	604.348.729,35
20.0122	ADMINISTRACAO GERAL	171.116.608,43	26.204.290,32	197.320.898,75
20.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	169.713.348,42	26.204.290,32	195.917.638,74
20.0122.0477	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL	1.403.260,01		1.403.260,01
20.0131	COMUNICACAO SOCIAL	2.182.248,17	78.037,40	2.260.285,57
20.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.182.248,17	78.037,40	2.260.285,57
20.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	8.316.653,51		8.316.653,51
20.0273.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	8.316.653,51		8.316.653,51
20.0571	DESENV CIENTIFICO	10.149.542,64	328.500,50	10.478.043,14
20.0571.0514	PESQUISA E INOVACAO TECNOLOGICA AGROPECUARIA	10.149.542,64	328.500,50	10.478.043,14
20.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	12.076.024,94	1.756.813,35	13.832.838,29
20.0573.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUARIAS	11.408.504,21		11.408.504,21
20.0573.0514	PESQUISA E INOVACAO TECNOLOGICA AGROPECUARIA	667.520,73	1.756.813,35	2.424.334,08
20.0605	ABASTECIMENTO	1.997.321,87	2.043.930,80	4.041.252,67
20.0605.0477	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL	1.997.321,87	2.043.930,80	4.041.252,67
20.0606	EXTENSAO RURAL	90.730.874,19	160.405.222,35	251.136.096,54
20.0606.0477	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL	16.967.528,62	15.941.864,50	32.909.393,12
20.0606.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUARIAS	1.747.560,57		1.747.560,57
20.0606.0519	APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL		5.926.941,12	5.926.941,12
20.0606.0520	APOIO E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO GAUCHO	20.785,00		20.785,00
20.0606.0521	FOMENTO A EDUCACAO PROFISSIONAL, FORMACAO, CAPACITACAO, ASSISTENCIA TECNICA E EX	71.995.000,00	138.536.416,73	210.531.416,73
20.0607	IRRIGACAO	4.881.059,60	18.949.224,34	23.830.283,94
20.0607.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUARIAS	2.724.078,69		2.724.078,69
20.0607.0519	APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL	2.156.980,91	2.144.415,70	4.301.396,61
20.0607.0543	PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGACAO E USOS MULTIPLOS DA AGUA		16.804.808,64	16.804.808,64
20.0608	PROMOCAO DA PRODUCAO AGROPECUARIA	6.759.550,41	805.776,20	7.565.326,61
20.0608.0477	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL	2.824.273,61		2.824.273,61
20.0608.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUARIAS	3.935.276,80	805.776,20	4.741.053,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
20.0609	DEFESA AGROPECUARIA	1.560.604,91	76.975.010,55	78.535.615,46
20.0609.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS			
	AGROPECUARIAS		75.339.249,17	75.339.249,17
20.0609.0528	DEFESA AGROPECUARIA ESTADUAL	1.560.604,91	1.635.761,38	3.196.366,29
20.0631	REFORMA AGRARIA	975.289,10	122.442,00	1.097.731,10
20.0631.0477	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL	975.289,10	122.442,00	1.097.731,10
20.0692	COMERCIALIZACAO	3.116.241,49	2.817.462,28	5.933.703,77
20.0692.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS			
	AGROPECUARIAS	3.116.241,49	2.817.462,28	5.933.703,77
22	INDUSTRIA	1.361.362,28	2.655.178,88	4.016.541,16
22.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL	1.361.362,28	2.655.178,88	4.016.541,16
22.0661.0495	PROMOCAO DE UM AMBIENTE FAVORAVEL PARA O			
	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO ESTADO	1.361.362,28	161.110,14	1.522.472,42
22.0661.0513	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO,			
	EMPREENDEDORISMO E A INOVACAO TECNOLOGICA		2.494.068,74	2.494.068,74
23	COMERCIO E SERVICOS	15.010.411,53	3.300.284,74	18.310.696,27
23.0122	ADMINISTRACAO GERAL	13.315.733,13		13.315.733,13
23.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	13.315.733,13		13.315.733,13
23.0691	PROMOCAO COMERCIAL	396.259,26		396.259,26
23.0691.0513	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO,			
	EMPREENDEDORISMO E A INOVACAO TECNOLOGICA	396.259,26		396.259,26
23.0694	SERVICOS FINANCEIROS		2.801.941,64	2.801.941,64
23.0694.0513	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO,			
	EMPREENDEDORISMO E A INOVACAO TECNOLOGICA		2.801.941,64	2.801.941,64
23.0695	TURISMO	1.298.419,14	498.343,10	1.796.762,24
23.0695.0504	CAMINHOS DO RIO GRANDE DO SUL		498.343,10	498.343,10
23.0695.0506	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TURISMO	1.298.419,14		1.298.419,14
24	COMUNICACOES	33.135.498,49		33.135.498,49
24.0122	ADMINISTRACAO GERAL	14.134.468,84		14.134.468,84
24.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	14.134.468,84		14.134.468,84
24.0131	COMUNICACAO SOCIAL	19.001.029,65		19.001.029,65
24.0131.0533	INOVACAO E MODERNIZACAO EM COMUNICACAO SOCIAL	19.001.029,65		19.001.029,65
25	ENERGIA	40.633.802,94	801.847,41	41.435.650,35
25.0122	ADMINISTRACAO GERAL	2.372.706,65		2.372.706,65
25.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.372.706,65		2.372.706,65
25.0131	COMUNICACAO SOCIAL		7.852,26	7.852,26
25.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		7.852,26	7.852,26
25.0751	CONSERVACAO DE ENERGIA		793.995,15	793.995,15
25.0751.0508	ENERGIA PELO RIO GRANDE		793.995,15	793.995,15
25.0752	ENERGIA ELETRICA	261.096,29		261.096,29
25.0752.0508	ENERGIA PELO RIO GRANDE	261.096,29		261.096,29
25.0753	COMBUSTIVEIS MINERAIS	38.000.000,00		38.000.000,00
25.0753.0508	ENERGIA PELO RIO GRANDE	38.000.000,00		38.000.000,00
26	TRANSPORTE	519.580.359,99	466.757.898,14	986.338.258,13
26.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	162.380,75	37.415,64	199.796,39
26.0121.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	162.380,75	37.415,64	199.796,39
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL	212.986.270,29	10.727.422,67	223.713.692,96
26.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	212.986.270,29	10.727.422,67	223.713.692,96
26.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		274.405,62	274.405,62
26.0123.0512	PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIOES			
	METROPOLITANAS, MICRORREGIOES E AGLOME		274.405,62	274.405,62
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL	816.062,64	288.202,77	1.104.265,41
26.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	816.062,64	233.790,66	1.049.853,30
26.0131.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE			
	MULTIMODAL		54.412,11	54.412,11
26.0181	POLICIAMENTO		11.161.745,93	11.161.745,93
26.0181.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE			
	MULTIMODAL		11.161.745,93	11.161.745,93
26.0453	TRANSP COLETIVOS URBANOS	14.982.476,74		14.982.476,74
26.0453.0512	PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIOES			
	METROPOLITANAS, MICRORREGIOES E AGLOME	14.982.476,74		14.982.476,74
26.0781	TRANSPORTE AEREO	2.232.365,87	5.254.545,86	7.486.911,73
26.0781.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE			
	MULTIMODAL	2.232.365,87	5.254.545,86	7.486.911,73
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	277.625.287,37	438.688.317,83	716.313.605,20
26.0782.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	23.992.233,91		23.992.233,91
26.0782.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE			
	MULTIMODAL	253.633.053,46	438.688.317,83	692.321.371,29
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	10.775.516,33		10.775.516,33
26.0784.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	10.762.162,33		10.762.162,33
26.0784.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE			
	MULTIMODAL	13.354,00		13.354,00
26.0785	TRANSPORTES ESPECIAIS		325.841,82	325.841,82
26.0785.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE			
	MULTIMODAL		325.841,82	325.841,82
27	DESPORTO E LAZER	126.734,81	3.705.171,78	3.831.906,59
27.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO		72.000,00	72.000,00
27.0811.0505	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER		72.000,00	72.000,00
27.0812	DESPORTO COMUNITARIO	126.734,81	3.633.171,78	3.759.906,59

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
27.0812.0505	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER	126.734,81	3.633.171,78	3.759.906,59
28	ENCARGOS ESPECIAIS	6.320.016.869,81	11.475.432.447,10	17.795.449.316,91
28.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	516.954.036,47		516.954.036,47
28.0123.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	516.954.036,47		516.954.036,47
28.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	622.657.883,01		622.657.883,01
28.0272.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	622.657.883,01		622.657.883,01
28.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	15.756.966,74		15.756.966,74
28.0273.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	15.756.966,74		15.756.966,74
28.0841	REFINANC DIVIDA INTERNA	76.345,08		76.345,08
28.0841.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	76.345,08		76.345,08
28.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	2.612.436.007,42	895.530.206,71	3.507.966.214,13
28.0843.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	2.612.436.007,42	895.530.206,71	3.507.966.214,13
28.0844	SERVICO DA DIVIDA EXTERNA	201.153.580,50	232.428.277,90	433.581.858,40
28.0844.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	201.153.580,50	232.428.277,90	433.581.858,40
28.0845	OUTRAS TRANSFERENCIAS		10.344.506.911,49	10.344.506.911,49
28.0845.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		10.344.506.911,49	10.344.506.911,49
28.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.350.982.050,59	2.967.051,00	2.353.949.101,59
28.0846.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.336.983,45		3.336.983,45
28.0846.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	2.295.991.424,27	2.967.051,00	2.298.958.475,27
28.0846.0494	GESTAO DE PREVIDENCIA DO(A) SERVIDOR(A) ESTADUAL	51.653.642,87		51.653.642,87
TOTAL GERAL =>		49.335.384.063,16	20.019.742.221,07	69.355.126.284,23

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2018

EXERCÍCIO DE 2018	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE063/00001
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	ANEXO N.9
		R\$

FUNÇÕES	LEGISLATIVA	JUDICIARIA	ESSENCIAL A JUSTICA	ADMINISTRACAO
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	672.518.188,19	2.383.777.383,28	1.420.557.810,94	901.482.127,70
AUTARQUIAS				735.971.441,98
FUNDAÇÕES				16.508.933,85
TOTAL.....	672.518.188,19	2.383.777.383,28	1.420.557.810,94	1.653.962.503,53

FUNÇÕES	SEGURANCA PUBLICA	ASSISTENCIA SOCIAL	PREVIDENCIA SOCIAL	SAUDE
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	8.834.804.422,02	12.875.840,54	4.354.032.153,88	4.858.217.419,53
AUTARQUIAS			14.360.400.217,87	2.075.114.576,03
FUNDAÇÕES		348.359.957,49	650.598,40	4.810.887,54
TOTAL.....	8.834.804.422,02	361.235.798,03	18.715.082.970,15	6.938.142.883,10

FUNÇÕES	TRABALHO	EDUCACAO	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	91.982,83	8.149.369.230,77	42.624.302,30	70.132.454,35
AUTARQUIAS			14.543.478,37	
FUNDAÇÕES	52.674.080,00	76.220.448,15	20.613.399,67	
TOTAL.....	52.766.062,83	8.225.589.678,92	77.781.180,34	70.132.454,35

FUNÇÕES	URBANISMO	HABITACAO	SANEAMENTO	GESTAO AMBIENTAL
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	93.130,43	41.366.882,29	71.653.880,80	76.371.429,18
AUTARQUIAS				
FUNDAÇÕES	17.381.308,80			83.695.706,07
TOTAL.....	17.474.439,23	41.366.882,29	71.653.880,80	160.067.135,25

FUNÇÕES	CIENCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO E SERVICOS
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	20.444.532,56	549.107.586,84	4.016.541,16	4.994.963,14
AUTARQUIAS		55.241.142,51		13.315.733,13
FUNDAÇÕES	150.901.481,17			
TOTAL.....	171.346.013,73	604.348.729,35	4.016.541,16	18.310.696,27

FUNÇÕES	COMUNICACOES	ENERGIA	TRANSPORTE	DESPORTO E LAZER
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	33.135.498,49	41.435.650,35	43.656.283,74	3.831.906,59
AUTARQUIAS			927.425.092,03	
FUNDAÇÕES			15.256.882,36	
TOTAL.....	33.135.498,49	41.435.650,35	986.338.258,13	3.831.906,59

FUNÇÕES	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL		
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	16.727.005.192,69	49.317.596.794,59		
AUTARQUIAS	925.891.784,47	19.107.903.466,39		
FUNDAÇÕES	142.552.339,75	929.626.023,25		
TOTAL.....	17.795.449.316,91	69.355.126.284,23		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2018

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
10000000000	RECEITAS CORRENTES	62.282.107.053,00	58.062.694.435,95	4.219.412.617,05-
11000000000	RECEITA TRIBUTARIA	39.900.796.034,00	41.620.558.439,63	1.719.762.405,63
11100000000	IMPOSTOS	37.971.469.816,00	39.746.034.107,60	1.774.564.291,60
11120000000	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	5.458.303.393,00	6.192.579.176,55	734.275.783,55
11120400000	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA E ADICIONAL	2.522.876.905,00	2.742.688.179,89	219.811.274,89
11120431000	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	2.224.365.722,00	2.639.804.150,83	415.438.428,83
111204310001	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - DEFENSORIA PUBLICA	36.271.322,00	36.699.159,13	427.837,13
111204310002	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - DEFENSORIA PUBLICA	14.444.345,00	11.502.462,18	2.941.882,82-
111204310007	TRANSFERENCIA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - AUTARQUIAS E FUNDAC	15.886,00	6.438,90	9.447,10-
111204310009	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA FISICA	401.723,00	543.618,20	141.895,20
111204310035	IRRF - REMUNERACAO SERVIDORES ADM INDIRETA - ATIVOS	113.912.085,00	125.494.035,30	11.581.950,30
111204310036	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - PODER EXECUTIVO	641.832.319,00	763.581.559,88	121.749.240,88
111204310037	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - PODER EXECUTIVO	781.958.588,00	864.989.470,15	83.030.882,15
111204310038	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - PODER EXECUTIVO	3.803.754,00	267.345.873,95	263.542.119,95
111204310039	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	41.044.395,00	36.739.279,34	4.305.115,66-
111204310040	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	31.474.040,00	28.010.601,25	3.463.438,75-
111204310041	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	47.564,00	40.581,94	6.982,06-
111204310042	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS-TRIBUNAL CONTAS ESTADO	43.710.762,00	38.519.093,26	5.191.668,74-
111204310043	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - TRIBUNAL DE CONTAS	36.839.335,00	37.221.632,75	382.297,75
111204310044	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	122.971,00	93.636,37	29.334,63-
111204310045	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - PODER JUDICIARIO	221.523.243,00	194.540.389,70	26.982.853,30-
111204310046	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - PODER JUDICIARIO	117.472.008,00	107.593.898,36	9.878.109,64-
111204310047	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - PODER JUDICIARIO	1.661.234,00	836.478,28	824.755,72-
111204310048	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - MINISTERIO PUBLICO	110.852.712,00	100.573.552,08	10.279.159,92-
111204310049	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - MINISTERIO PUBLICO	22.007.949,00	20.811.341,07	1.196.607,93-
111204310050	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - MINISTERIO PUBLICO	663.899,00	1.000.187,72	336.288,72
111204310054	IRRF - REMUNERACAO SERVIDORES ADM INDIRETA - INATIVOS	288.637,00	329.817,52	41.180,52
111204310056	IRRF - REMUNERACAO SERVIDORES JUSTICA MILITAR - ATIVOS	2.514.075,00	2.284.357,84	229.717,16-
111204310057	IRRF - REMUNERACAO SERVIDORES - JUSTICA MILITAR - INATIVOS	1.373.703,00	1.042.623,40	331.079,60-
111204310058	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - JUSTICA MILITAR	129.173,00	4.062,26	125.110,74-
111204340000	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	298.511.183,00	102.884.029,06	195.627.153,94-
111204340008	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA JURIDIC	340.464,00	257.598,48	82.865,52-
111204340010	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE ALUGUEIS	147.196,00	171.031,64	23.835,64
111204340034	IRRF - OUTROS RENDIMENTOS - PESSOA JURIDICA	298.023.523,00	95.525.174,76	202.498.348,24-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
111204340036	IRRF SOBRE PRECATORIOS COMPENSADOS COM DIVIDA ATIVA	0,00	6.930.224,18	6.930.224,18
111205000000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	2.478.044.897,00	2.879.176.651,55	401.131.754,55
111205010000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	2.478.044.897,00	2.879.176.651,55	401.131.754,55
111205010001	IPVA - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	2.478.044.897,00	2.879.176.651,55	401.131.754,55
111207000000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSAO "CAUSA MORTIS" E DOACAO DE BENS E DIREITOS	453.960.708,00	567.017.309,93	113.056.601,93
111207010000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSAO "CAUSA MORTIS" E DOACAO DE BENS E DIREITOS	453.960.708,00	567.017.309,93	113.056.601,93
111207010001	ITCD - IMPOSTO S/TRANSMISSAO CAUSA MORTIS E DOACAO DE QUAISQUER NATUREZA	453.960.708,00	567.017.309,93	113.056.601,93
111208000000	IMPOSTO S/ TRANSMISSAO "INTER VIVOS" BENS IMOVEIS E DE DIREITOS REAIS S/ IMO	3.420.883,00	3.697.035,18	276.152,18
111208010000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSAO "INTER VIVOS" DE BENS IMOVEIS E DE DIREITOS REAIS	3.420.883,00	3.697.035,18	276.152,18
111208010001	ITBI - IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSAO DE BENS IMOVEIS	3.420.883,00	3.697.035,18	276.152,18
111300000000	IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO	32.513.166.423,00	33.553.454.931,05	1.040.288.508,05
111302000000	IMP S/OPER RELAT CIRC MERC S/PREST SERV TRANSP INTERESTE INTERMUNIC E DE COM	32.513.166.423,00	33.553.454.931,05	1.040.288.508,05
111302010000	IMPOSTO SOBRE OPERACOES RELATIVAS A CIRCULACAO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTA	32.233.573.318,00	33.265.970.993,05	1.032.397.675,05
111302010002	ICMS - IMP S/OPER REL CIRC DE MERCAD E S/PREST DE SERV DE TRANSP E DE COMUNI	31.441.472.890,00	32.358.977.087,82	917.504.197,82
111302010012	ICMS-IMP S/OPER REL CIRC DE MERCAD E S/ PREST DE SERV DE TRANSP E DE COMUNIC	792.100.428,00	906.993.905,23	114.893.477,23
111302020000	ICMS - IMP S OPER CIRC MERCAD E S PREST SERV TRANSP E COMUNIC - AMPARA-RS	279.593.105,00	287.483.938,00	7.890.833,00
111302020001	ICMS - IMP S/OPER CIRC MERCAD E S/PREST SERV TRANSP E COMUNIC - AMPARA/RS	278.691.904,00	282.322.770,05	3.630.866,05
111302020012	ICMS-IMP S/OPER REL CIRC MERC E S/PREST SERV TRANSP E COMUNIC-AUL- AMPARA-RS	901.201,00	5.161.167,95	4.259.966,95
112000000000	TAXAS	1.929.326.218,00	1.874.524.332,03	54.801.885,97-
112100000000	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	20.233.084,00	27.414.757,05	7.181.673,05
112199000000	OUTRAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	20.233.084,00	27.414.757,05	7.181.673,05
112199990000	DIVERSAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	20.233.084,00	27.414.757,05	7.181.673,05
112199990001	TAXA DE FISCALIZACAO DE AGENCIAS E ESTACOES RODOVIARIAS	1.712.500,00	1.764.267,22	51.767,22
112199990002	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL - TCFA-RS	18.520.584,00	25.650.489,83	7.129.905,83
112200000000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.909.093.134,00	1.847.109.574,98	61.983.559,02-
112208000000	CUSTAS JUDICIAIS	409.678.912,00	251.739.604,65	157.939.307,35-
112208990000	DIVERSOS EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	409.678.912,00	251.739.604,65	157.939.307,35-
112208990001	CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS	0,00	796,52	796,52
112208990003	CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS - LEI 12.613/06	195.853.242,00	49.785.045,16	146.068.196,84-
112208990004	CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS-SERVICOS INDIVIDUALIZADOS - LEI 12.613/06	1.025.670,00	546.543,63	479.126,37-
112208990005	TAXA UNICA DE SERVICOS JUDICIAIS	212.800.000,00	201.407.219,34	11.392.780,66-
112212000000	EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS	608.880,00	686.213,15	77.333,15
112212990000	DIVERSOS EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS	608.880,00	686.213,15	77.333,15
112212990001	TAXA DE SERVICOS EM GERAL	512.168,00	499.959,74	12.208,26-
112212990002	EMOLUMENTOS ABERTURA E ANDAMENTO OUTORGAS-FUNDO RECURSOS HIDRICOS	0,00	130.778,08	130.778,08
112212990030	TAXA DE SERVICOS DA SECRETARIA DA FAZENDA	96.712,00	55.475,33	41.236,67-
112299000000	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.498.805.342,00	1.594.683.757,18	95.878.415,18
112299990000	DIVERSAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.498.805.342,00	1.594.683.757,18	95.878.415,18

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
112299990002	TAXA JUDICIARIA - LEI 12.613/06	35.879.138,00	23.926.646,50	11.952.491,50-
112299990007	TAXA DE SERVICOS DE TRANSITO - UTILIZACAO DE RODOVIAS	0,00	208,56	208,56
112299990009	TAXA DE SERVICOS DE FLORESTAMENTO/REFLORESTAMENTO - FUNDEFLOLOR	2.000.000,00	2.485.509,08	485.509,08
112299990011	TAXA DE SERVICOS CULTURAIS - SECRETARIA DA CULTURA	223.684,00	212.094,68	11.589,32-
112299990012	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - SECRETARIA DA JUSTICA E DA SEGURANCA	3.255,00	7.616,62	4.361,62
112299990013	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - BRIGADA MILITAR	1.922.270,00	1.540.481,43	381.788,57-
112299990014	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - COORDENADORIA-GERAL DE PERICIAS	25.849.128,00	29.455.574,75	3.606.446,75
112299990016	SERVICOS DE SAUDE PUBLICA - FEASP	11.806.609,00	8.727.548,97	3.079.060,03-
112299990017	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - FEASP	752.891,00	680.201,94	72.689,06-
112299990018	SERVICOS RELATIVOS A EXPEDICAO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO - DETRAN	130.000.000,00	145.740.768,47	15.740.768,47
112299990019	SERVICOS RELATIVOS A EXAME DE SAUDE E PSICOTECNICO - DETRAN	89.000.000,00	98.706.708,34	9.706.708,34
112299990020	SERVICOS DE EXAME DE LEGISLACAO DE TRANSITO E PRATICO DE DIRECAO - DETRAN	38.000.000,00	39.081.743,14	1.081.743,14
112299990021	SERVICOS RELATIVOS A EXPEDICAO DE CRV/CRLV	605.000.000,00	677.662.781,35	72.662.781,35
112299990022	SERVICOS DE VISTORIA E IDENTIFICACAO DE VEICULOS - DETRAN	102.000.000,00	111.643.590,89	9.643.590,89
112299990023	SERVICOS RELATIVOS A ALTERACAO DE REGISTRO DE VEICULOS AUTOMOTORES - DETRAN	200.000.000,00	196.698.858,60	3.301.141,40-
112299990025	LICENCA E FISCALIZACAO DE EVENTOS NA VIA PUBLICA - DETRAN	3.500.000,00	3.934.205,00	434.205,00
112299990026	SERVICOS DE REMOCAO E DEPOSITOS DE VEICULOS - DETRAN	58.000.000,00	68.825.696,07	10.825.696,07
112299990027	SERVICO DE ALVARAS DE CREDENCIAMENTO - HABILITACAO - DETRAN	1.000.000,00	1.029.266,32	29.266,32
112299990028	TAXAS - AGERGS	12.998.912,00	12.763.136,74	235.775,26-
112299990029	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - FUNDOVITIS	8.369.611,00	13.008.648,78	4.639.037,78
112299990031	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - FUNDOVINOS	1.299.177,00	1.811.818,99	512.641,99
112299990032	SERVICO DE ALVARAS DE CREDENCIAMENTO - VEICULOS - DETRAN	1.000.000,00	1.005.491,98	5.491,98
112299990033	SERVICOS DE SAUDE PUBLICA - FESA	46.093,00	37.551,34	8.541,66-
112299990037	TAXA DE COOPERACAO - OVINOS	614,00	6,52	607,48-
112299990039	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - POLICIA CIVIL	912.830,00	1.216.725,28	303.895,28
112299990040	TAXA DE MANUTENCAO E SERVICOS DE RODOVIAS	4.925.000,00	5.035.566,57	110.566,57
112299990043	TAXA DE COOPERACAO E DEFESA DA ORIZICULTURA	98.500.000,00	59.671.408,38	38.828.591,62-
112299990044	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - INSTITUTO-GERAL DE PERICIAS	5.948,00	46.364,87	40.416,87
112299990045	TAXA DE AVALIACAO DE BENS	9.302.925,00	9.520.055,24	217.130,24
112299990047	SERVICOS REGISTRO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEICULO	50.000.000,00	72.840.892,82	22.840.892,82
112299990048	TAXA DE SERVICOS DE TRANSITO-COMUNICACAO DE VENDA	4.500.000,00	4.603.740,91	103.740,91
112299990049	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA-FUNDOMATE	1.168.226,00	1.239.399,81	71.173,81
112299990050	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA-FUNDOLEITE	839.031,00	1.519.200,09	680.169,09
112299990052	TAXA ALVARA DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS - DETRAN	0,00	4.248,15	4.248,15
120000000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	3.300.369.635,00	3.597.790.379,60	297.420.744,60
121000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS	3.300.369.635,00	3.597.790.379,60	297.420.744,60
121029000000	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO	1.740.517.352,00	1.946.889.075,62	206.371.723,62
121029070000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - ATIVO CIVIL	911.094.994,00	949.225.775,75	38.130.781,75

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121029070001	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-EXECUTIVO	88.595.173,00	229.151.028,84	140.555.855,84
121029070002	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-AVULSAS	1.985.186,00	2.505.199,79	520.013,79
121029070003	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FASE	6.915,00	17.200,81	10.285,81
121029070006	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FIGTF	2.297,00	0,00	2.297,00-
121029070007	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	9.606.906,00	8.651.857,00	955.049,00-
121029070008	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-METROPLAN	21.901,00	13.355,79	8.545,21-
121029070010	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-TRIBUNAL DE CONTAS	20.762.474,00	19.340.619,37	1.421.854,63-
121029070012	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FEE	7.870,00	0,00	7.870,00-
121029070016	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-MINISTERIO PUBLICO	58.708.474,00	56.567.266,59	2.141.207,41-
121029070030	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-JUSTICA MILITAR	1.347.669,00	1.354.691,22	7.022,22
121029070033	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-TRIBUNAL DE JUSTICA	114.284.684,00	104.391.861,71	9.892.822,29-
121029070034	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SECRETARIA DA EDUCACAO	250.480.389,00	222.955.671,66	27.524.717,34-
121029070037	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SECRETARIA DA SAUDE	35.689.462,00	33.330.905,32	2.358.556,68-
121029070055	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-CEERGS	8.298.004,00	7.568.091,28	729.912,72-
121029070056	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-DAER	4.802.838,00	5.103.448,60	300.610,60
121029070058	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SPH	999.555,00	718.307,65	281.247,35-
121029070059	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-IRGA	5.229,00	10.907,18	5.678,18
121029070062	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-AGERGS	772.794,00	802.050,47	29.256,47
121029070064	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-IPERGS	2.409.197,00	3.241.129,33	831.932,33
121029070066	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SUPRG	2.731.154,00	2.497.385,93	233.768,07-
121029070068	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIALATIVO CIVIL-DETRAN	6.795.213,00	6.604.441,99	190.771,01-
121029070070	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FOSPA	1.334.167,00	1.137.546,55	196.620,45-
121029070072	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FEPAGRO	645.065,00	13.020,46	632.044,54-
121029070074	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FEPPS	83.327,00	0,00	83.327,00-
121029070078	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-DEFENSORIA PUBLICA	17.673.368,00	14.180.654,59	3.492.713,41-
121029070079	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-FADERS	3.524,00	3.011,03	512,97-
121029070081	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-AGDI	48.630,00	26.910,66	21.719,34-
121029070083	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL ATIVO CIVIL-TVE	3.556,00	1.675,90	1.880,10-
121029070085	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-JUCERGS	300.330,00	640.347,10	340.017,10
121029070086	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-CEDIDOS	13.801,00	50.747,57	36.946,57
121029070087	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SEGURANCA	138.885.193,00	0,00	138.885.193,00-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121029070101	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-EXECU	13.208.004,00	109.827.514,16	96.619.510,16
121029070107	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-ASSEMBLEIA	600.000,00	105.634,32	494.365,68-
121029070108	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-METRO	4.384,00	3.892,18	491,82-
121029070110	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-TRIBUNAL DE CON	6.200.000,00	6.270.229,94	70.229,94
121029070115	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIVIL-FPERG	14.297,00	13.102,71	1.194,29-
121029070116	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-MINISTERIO PUBL	9.750.000,00	7.682.566,59	2.067.433,41-
121029070130	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIVIL-JUSTICA MILIT	90.326,00	116.836,02	26.510,02
121029070133	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-TRIBUNAL DE JUS	22.835.996,00	28.151.578,93	5.315.582,93
121029070134	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-SEC EDUCAC	36.901.791,00	50.959.601,97	14.057.810,97
121029070137	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-SEC SAU	4.805.400,00	8.955.177,23	4.149.777,23
121029070156	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-DAER	1.085.855,00	0,00	1.085.855,00-
121029070159	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-IRGA	969.827,00	1.146.965,53	177.138,53
121029070162	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-AGERGS	404.592,00	430.847,79	26.255,79
121029070164	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-IPERGS	966.553,00	940.372,36	26.180,64-
121029070168	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-DETRAN	4.691.652,00	4.685.067,34	6.584,66-
121029070170	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-FO	0,00	256.665,57	256.665,57
121029070172	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-FEPAGRO	791.912,00	7.140,00	784.772,00-
121029070178	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-DEF PUB	6.956.351,00	8.308.919,52	1.352.568,52
121029070181	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-AG	508.551,00	474.928,37	33.622,63-
121029070185	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-JUCERGS	39.539,00	9.400,83	30.138,17-
121029070187	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-SEGURAN	32.965.619,00	0,00	32.965.619,00-
121029080000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - ATIVO MILITA	190.348.431,00	232.403.036,27	42.054.605,27
121029080002	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO MILITAR-EXECUTIVO	163.930.717,00	184.496.362,74	20.565.645,74
121029080102	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT MIL-EXECUTI	26.417.714,00	47.906.673,53	21.488.959,53
121029090000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - INATIVO CIVI	344.247.621,00	370.501.368,71	26.253.747,71
121029090001	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-EXECUTIVO	80.717.588,00	228.631.631,58	147.914.043,58
121029090007	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	18.888.855,00	18.286.883,68	601.971,32-
121029090010	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-TRIBUNAL DE CONTAS	21.998.632,00	23.988.884,58	1.990.252,58
121029090012	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-FEE	210.687,00	113.033,04	97.653,96-
121029090016	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-MINISTERIO PUBLICO	13.723.006,00	13.662.638,04	60.367,96-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121029090030	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-TRIBUNAL MILITAR	885.563,00	797.219,59	88.343,41-
121029090033	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-TRIBUNAL DE JUSTICA	62.043.616,00	62.651.489,55	607.873,55
121029090034	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SECRETARIA EDUCACAO	14.076.180,00	0,00	14.076.180,00-
121029090037	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SECRETARIA DA SAUDE	14.674.978,00	0,00	14.674.978,00-
121029090055	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-CEERGS	4.611.315,00	4.459.923,20	151.391,80-
121029090056	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-DAER	4.734.177,00	4.321.807,00	412.370,00-
121029090058	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SPH	1.836.533,00	2.218.969,88	382.436,88
121029090059	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-IRGA	5.883,00	5.541,51	341,49-
121029090062	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-AGERGS	28.855,00	42.837,34	13.982,34
121029090064	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-IPERGS	2.237.544,00	1.724.475,92	513.068,08-
121029090066	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SUPRG	523.954,00	588.217,20	64.263,20
121029090068	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-DETRAN	145.353,00	165.982,04	20.629,04
121029090072	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-FEPAGRO	2.668,00	0,00	2.668,00-
121029090078	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-DEFENSORIA PUBLICA	9.078.681,00	8.841.834,56	236.846,44-
121029090087	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SEGURANCA	93.823.553,00	0,00	93.823.553,00-
121029100000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - INATIVO MILI	157.893.384,00	235.586.849,78	77.693.465,78
121029100002	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO MILITAR-EXECUTIVO	157.893.384,00	235.586.849,78	77.693.465,78
121029110000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - PENSIONISTA	97.092.099,00	99.482.872,41	2.390.773,41
121029110001	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-EXECUTIVO	56.412.975,00	59.965.800,48	3.552.825,48
121029110007	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISLATI	4.375.287,00	4.037.607,03	337.679,97-
121029110010	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL DE CONTAS	2.523.647,00	2.562.940,18	39.293,18
121029110016	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-MINISTERIO PUBLICO	5.300.824,00	5.190.388,17	110.435,83-
121029110030	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL MILITAR	499.379,00	502.258,62	2.879,62
121029110033	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL DE JUSTICA	20.408.996,00	19.728.467,75	680.528,25-
121029110034	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SECRETARIA DA EDUCAC	1.082.729,00	1.046.232,62	36.496,38-
121029110037	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SECRETARIA DA SAUDE	1.749.667,00	1.678.602,92	71.064,08-
121029110056	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-DAER	2.287.639,00	2.274.946,11	12.692,89-
121029110058	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SPH	787.569,00	747.453,78	40.115,22-
121029110059	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-IRGA	120.893,00	116.249,65	4.643,35-
121029110064	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-IPERGS	550.074,00	667.867,56	117.793,56

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121029110066	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SUPRG	63.375,00	56.352,52	7.022,48-
121029110070	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-FOSPA	42.505,00	37.447,47	5.057,53-
121029110078	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-DEFENSORIA PUBLICA	662.651,00	692.814,16	30.163,16
121029110079	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-DETRAN	1.569,00	1.280,88	288,12-
121029110087	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SEGURANCA	63.449,00	0,00	63.449,00-
121029110099	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-PREFEITURAS	122.090,00	121.496,50	593,50-
121029110101	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-EXECUTIVO	5.594,00	9.397,58	3.803,58
121029110110	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL	29.725,00	44.848,20	15.123,20
121029110178	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-DEFEN PUB	542,00	420,23	121,77-
121029110187	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-SEGURANCA	920,00	0,00	920,00-
121029120000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - PENSIONISTA	39.840.823,00	59.689.172,70	19.848.349,70
121029120006	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL - PODER EXECUTIVO - PENSIONISTAS - MIL	39.840.823,00	59.689.172,70	19.848.349,70
121099000000	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.559.852.283,00	1.650.901.303,98	91.049.020,98
121099010000	CONTRIBUICOES AO PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS PARLAMENTARES DO ESTADO DO R	930.497,00	770.090,05	160.406,95-
121099010001	CONTRIBUICAO AO PLANO SEG SOCIAL DOS PARLAMENTARES DO ESTADO DO RS - SEGURAD	420.000,00	354.512,00	65.488,00-
121099010002	CONTRIBUICAO RETROATIVA - PLANO SEG SOC PARLAMENTARES DO ESTADO DO RS - SEGU	510.497,00	415.578,05	94.918,95-
121099490000	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA SERVIDORES VINCULADOS REGIME PREV PROPR	1.516.766.332,00	1.616.207.224,79	99.440.892,79
121099490001	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-P EXEC-PESSOAL CIVIL ATIVO	11.255.559,00	58.709.702,07	47.454.143,07
121099490002	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-P EXECUTIVO-PES MILITAR - AT	46.739.560,00	47.025.781,47	286.221,47
121099490003	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES P EXECUTIVO-PES CIVIL-INATIV	21.975.884,00	66.499.614,30	44.523.730,30
121099490004	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES P EXECUTIVO-PES MILITAR-INAT	75.868.626,00	95.622.247,42	19.753.621,42
121099490005	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS P EXECUTIVO - CIVIL	24.164.530,00	26.603.288,03	2.438.758,03
121099490006	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS PODER EXECUTIVO - MILITAR	23.229.491,00	29.513.820,93	6.284.329,93
121099490007	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-ASSEMB LEGISLATIVA-P CIVIL-A	6.500.000,00	4.452.036,55	2.047.963,45-
121099490008	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES- A LEGISLATIVA-PES CIVIL-INA	6.000.000,00	4.153.549,80	1.846.450,20-
121099490009	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-CIV	0,00	1.147.278,85	1.147.278,85
121099490010	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-TRIB CONTAS-PESSOAL CIVIL-AT	4.100.000,00	3.304.279,25	795.720,75-
121099490011	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-TRIB CONTAS-PESSOAL CIVIL-IN	5.100.000,00	4.729.059,89	370.940,11-
121099490012	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-TRIBUNAL CONTAS ESTADO-CIV	0,00	636.224,63	636.224,63
121099490015	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-PODER JUDICIARIO-CIVIL	0,00	6.310.886,03	6.310.886,03

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121099490016	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES M PUBLICO-PESSOAL CIVIL-ATIV	8.100.000,00	7.860.975,18	239.024,82-
121099490017	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES M PUBLICO-PESSOAL CIVIL-INAT	2.640.000,00	2.566.455,13	73.544,87-
121099490018	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-MINISTERIO PUBLICO - CIVIL	0,00	1.044.512,85	1.044.512,85
121099490019	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-AVULSAS	60.173.675,00	81.453.863,38	21.280.188,38
121099490021	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES AUTARQUIAS-PESSOAL CIVIL-ATI	0,00	481,90	481,90
121099490022	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-AUTARQUIAS-PESSOAL CIVIL-INA	0,00	10.162,87	10.162,87
121099490023	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA - PENSIONISTAS - AUTARQUIAS	0,00	923,25	923,25
121099490027	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA - PRECATORIOS/RPV	13.762.834,00	13.542.295,34	220.538,66-
121099490028	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-TRIBUNAL JUSTICA-P CIVIL-ATI	32.009.932,00	25.700.351,42	6.309.580,58-
121099490029	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-TRIBUNAL JUSTICA-P CIVIL-INA	24.683.075,00	21.252.297,32	3.430.777,68-
121099490030	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-TRIBUNAL DE JUSTICA - CIVIL	0,00	309.240,74	309.240,74
121099490031	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-JUSTICA MILITAR-P CIVIL-ATIV	332.169,00	305.820,85	26.348,15-
121099490032	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-JUSTICA MILITAR-P CIVIL-INAT	337.997,00	254.611,38	83.385,62-
121099490033	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-JUSTICA MILITAR - CIVIL	0,00	145.635,03	145.635,03
121099490034	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PESSOAL CIVIL-INATIVOS FERROVIARIOS-EST	622.115,00	463.560,46	158.554,54-
121099490036	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PESSOAL CIVIL-INATIVOS DA EXTINTA CEERG	5.044.303,00	4.874.201,46	170.101,54-
121099490037	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-ATIVOS-DEFENSORIA PUBLICA	2.420.624,00	2.217.419,42	203.204,58-
121099490038	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-INATIVOS-DEFENSORIA PUBLICA	2.254.173,00	2.065.149,56	189.023,44-
121099490039	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-DEFENSORIA PUBLICA	0,00	166.644,95	166.644,95
121099490040	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SPH	289.381,00	271.467,98	17.913,02-
121099490041	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-IPERGS	734.609,00	2.762.532,70	2.027.923,70
121099490042	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-DAER	1.236.345,00	1.267.196,70	30.851,70
121099490043	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-IRGA	378.664,00	390.723,88	12.059,88
121099490044	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FOSPA	258.745,00	296.085,23	37.340,23
121099490045	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FIGTF	7.835,00	0,00	7.835,00-
121099490046	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SUPRG	568.378,00	552.397,52	15.980,48-
121099490047	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-AGERGS	229.460,00	228.722,64	737,36-
121099490048	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-DETRAN	2.306.846,00	2.175.319,04	131.526,96-
121099490050	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FASE	1.428,00	3.512,84	2.084,84
121099490052	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FTSP	3.884,00	0,00	3.884,00-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121099490054	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-CIENTEC	0,00	121.514,51	121.514,51
121099490055	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FEE	1.995,00	0,00	1.995,00-
121099490056	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-METROPLAN	3.690,00	3.772,28	82,28
121099490058	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-TVE	0,00	53.548,99	53.548,99
121099490059	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FADERS	505,00	617,03	112,03
121099490062	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FEPAGRO	230.637,00	4.017,94	226.619,06-
121099490063	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FEPPS	93.080,00	0,00	93.080,00-
121099490067	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FPERGS	2.384,00	391,98	1.992,02-
121099490068	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-AGDI	98.071,00	92.792,05	5.278,95-
121099490069	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SPH	982.105,00	1.264.316,08	282.211,08
121099490070	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-IPERGS	2.337.872,00	572.372,48	1.765.499,52-
121099490071	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-DAER	3.596.724,00	3.442.209,76	154.514,24-
121099490072	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-IRGA	448.337,00	408.422,37	39.914,63-
121099490075	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SUPRG	294.604,00	326.351,68	31.747,68
121099490076	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-AGERGS	10.672,00	15.826,80	5.154,80
121099490077	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-DETRAN	65.269,00	71.556,23	6.287,23
121099490084	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-FEE	40.633,00	17.974,51	22.658,49-
121099490091	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-FEPAGRO	4.543,00	0,00	4.543,00-
121099490097	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-SPH	937.519,00	967.385,21	29.866,21
121099490098	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-IPERGS	519.551,00	600.448,66	80.897,66
121099490099	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-DAER	3.280.455,00	3.404.366,79	123.911,79
121099490100	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-IRGA	63.655,00	69.420,16	5.765,16
121099490101	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-FOSPA	19.350,00	17.849,85	1.500,15-
121099490102	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-FIGTF	2.913,00	2.502,99	410,01-
121099490103	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-SUPRG	42.159,00	50.014,52	7.855,52
121099490105	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-DETRAN	1.097.917,00	2.185,04	1.095.731,96-
121099490125	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SECRETARIA DA SAUDE	8.320.735,00	6.676.979,83	1.643.755,17-
121099490126	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SECRETARIA DA EDUCACA	74.981.210,00	72.466.593,22	2.514.616,78-
121099490127	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SECRETARIA DA SAUDE	8.954.126,00	7.249.428,44	1.704.697,56-
121099490128	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SECRETARIA DA EDUCA	121.535.912,00	121.112.868,20	423.043,80-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121099490129	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-SECRETARIA DA SAUDE	1.674.614,00	1.781.562,86	106.948,86
121099490130	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-SECRETARIA DA EDUCACAO	4.290.992,00	6.104.032,46	1.813.040,46
121099490132	CONTRIBUICAO ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-PREFEITURAS	411.710,00	422.624,24	10.914,24
121099490133	CONTRIBUICAO ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-JUCERGS	61.489,00	93.703,27	32.214,27
121099490134	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SEGURANCA	36.476.795,00	0,00	36.476.795,00-
121099490135	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SEGURANCA	37.379.781,00	0,00	37.379.781,00-
121099490203	CONTRIBUICOES DO PAMES	171.000.599,00	180.984.729,51	9.984.130,51
121099490204	CONTRIBUICOES DO PAC	266.565.972,00	277.609.352,99	11.043.380,99
121099490205	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA - PREFEITURAS	335.181.084,00	349.999.144,21	14.818.060,21
121099490206	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA - CONVENIOS	52.426.551,00	59.306.017,41	6.879.466,41
121099880000	CONTRIBUICOES DE OUTROS PENSIONISTAS	2.845.405,00	3.703.702,29	858.297,29
121099880001	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-EXECUTIVO	1.180.726,00	2.208.117,98	1.027.391,98
121099880007	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	20.931,00	20.249,71	681,29-
121099880010	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	76.585,00	78.429,65	1.844,65
121099880016	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-MINISTERIO PUBLICO	46.211,00	31.892,74	14.318,26-
121099880030	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL MILITAR	51.902,00	50.617,55	1.284,45-
121099880033	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL DE JUSTICA	1.469.050,00	1.314.394,66	154.655,34-
121099990000	DIVERSAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	39.310.049,00	30.220.286,85	9.089.762,15-
121099990004	PREMIO DO PECULIO FACULTATIVO	3.147.068,00	2.863.656,31	283.411,69-
121099990005	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SOBRE PAGAMENTOS EXTRA-FOLHA	206.360,00	262.267,24	55.907,24
121099990027	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL - PRECATORIOS-REV	34.785.256,00	25.777.987,92	9.007.268,08-
121099990208	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PATRONAL-CEDIDOS CIVIS	1.171.365,00	1.316.375,38	145.010,38
130000000000	RECEITA PATRIMONIAL	978.616.011,00	871.830.222,07	106.785.788,93-
131000000000	RECEITAS IMOBILIARIAS	68.988.619,00	65.933.667,05	3.054.951,95-
131100000000	ALUGUEIS	8.109.938,00	7.964.491,53	145.446,47-
131199000000	OUTROS ALUGUEIS	8.109.938,00	7.964.491,53	145.446,47-
131199990000	DIVERSOS ALUGUEIS	8.109.938,00	7.964.491,53	145.446,47-
131199990002	ALUGUEIS DE BENS IMOVEIS - VPA	6.739.397,00	6.105.726,81	633.670,19-
131199990003	ALUGUEIS - FUNDO PENITENCIARIO	782.507,00	1.239.521,55	457.014,55
131199990007	ALUGUEIS - FESP (BRIGADA MILITAR)	472.764,00	308.272,13	164.491,87-
131199990020	ALUGUEIS - FEGEP	115.270,00	0,00	115.270,00-
131199990022	RECEBIMENTO DE ALUGUEIS DE BENS IMOVEIS	0,00	310.971,04	310.971,04
131200000000	ARRENDAMENTOS	58.383.620,00	56.496.502,41	1.887.117,59-
131299000000	OUTROS ARRENDAMENTOS	58.383.620,00	56.496.502,41	1.887.117,59-
131299990000	DIVERSOS ARRENDAMENTOS	58.383.620,00	56.496.502,41	1.887.117,59-
131299990002	ARRENDAMENTOS - NAO VINCULADA	58.383.620,00	56.496.502,41	1.887.117,59-
131300000000	FOROS	438.439,00	535.058,42	96.619,42
131399000000	OUTROS FOROS	438.439,00	535.058,42	96.619,42
131399990000	DIVERSOS FOROS	438.439,00	535.058,42	96.619,42
131399990002	FOROS - FEGEP	438.439,00	535.058,42	96.619,42
131400000000	LAUDEMIOS	1.339.340,00	462.913,64	876.426,36-
131499000000	OUTROS LAUDEMIOS	1.339.340,00	462.913,64	876.426,36-
131499990000	LAUDEMIOS DIVERSOS	1.339.340,00	462.913,64	876.426,36-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
131499990002	LAUDEMIOS - FEGET	1.339.340,00	462.913,64	876.426,36-
131900000000	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	717.282,00	474.701,05	242.580,95-
131901000000	TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS	717.282,00	474.701,05	242.580,95-
131901030000	TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS	717.282,00	474.701,05	242.580,95-
131901030001	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS - NAO VINCULADA	503.000,00	245.268,26	257.731,74-
131901030002	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS - FEGET	214.282,00	229.432,79	15.150,79
132000000000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	661.241.123,00	761.070.250,96	99.829.127,96
132100000000	JUROS DE TITULOS DE RENDA	174.981,00	200.483,44	25.502,44
132199000000	OUTROS JUROS DE TITULOS DE RENDA	174.981,00	200.483,44	25.502,44
132199990000	DIVERSOS JUROS DE TITULOS DE RENDA	174.981,00	200.483,44	25.502,44
132199990003	JUROS DE TITULOS DE RENDA - NAO VINCULADA	174.981,00	200.483,44	25.502,44
132200000000	DIVIDENDOS	425.766.517,00	456.485.577,68	30.719.060,68
132201000000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	197.022,00	459.268,44	262.246,44
132201990000	DIVIDENDOS DE SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	197.022,00	459.268,44	262.246,44
132201990009	DIVIDENDOS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA - NAO VINCULADA	197.022,00	459.268,44	262.246,44
132202000000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	15.407.604,00	281.662,02	15.125.941,98-
132202990000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	15.407.604,00	281.662,02	15.125.941,98-
132202990001	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-GERDAU S.A.	0,00	85.207,56	85.207,56
132202990002	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-MET GERDAU S.A.	0,00	23.676,16	23.676,16
132202990006	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-BANRISUL CORRETORA	14.856.971,00	0,00	14.856.971,00-
132202990010	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.	0,00	157,50	157,50
132202990016	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS - TELEFONICA BRASIL S A	0,00	523,07	523,07
132202990018	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS - KLABIN SA	550.633,00	172.020,33	378.612,67-
132202990099	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-RECURSOS LIVRES E PROPRIOS	0,00	77,40	77,40
132203000000	JUROS SOBRE O CAPITAL PROPRIO	7.851,00	5.040.806,49	5.032.955,49
132203990000	DIVERSOS JUROS SOBRE O CAPITAL PROPRIO	7.851,00	5.040.806,49	5.032.955,49
132203990008	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO - BANRISUL CORRETORA	7.851,00	4.973.446,22	4.965.595,22
132203990020	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO-KLABIN S/A	0,00	67.360,27	67.360,27
132204000000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL -CONTROL	42.534.748,00	53.352.709,18	10.817.961,18
132204990000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL -CONTROL	42.534.748,00	53.352.709,18	10.817.961,18
132204990001	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL -BANRISU	10.240.935,00	10.080.189,16	160.745,84-
132204990002	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL -CORSAN	5.018,00	10.270.232,07	10.265.214,07
132204990009	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL - SULGAS	32.288.795,00	33.002.287,95	713.492,95
132206000000	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO - CONTROLADAS	367.619.292,00	397.351.131,55	29.731.839,55
132206990000	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO - CONTROLADAS	367.619.292,00	397.351.131,55	29.731.839,55
132206990001	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO DE CONTROLADAS - BANRISUL	295.987.938,00	251.957.938,37	44.029.999,63-
132206990002	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO DE CONTROLADAS - CORSAN	67.752.622,00	142.105.204,42	74.352.582,42
132206990009	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO DE CONTROLADAS - SULGAS	3.878.732,00	3.287.988,76	590.743,24-
132500000000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	123.201.252,00	93.922.307,66	29.278.944,34-
132501000000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	108.986.434,00	89.943.404,19	19.043.029,81-
132501020000	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO RECURSO VINCULADO-FUNDEF	1.542.597,00	24.784,81	1.517.812,19-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132501020002	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FUNDO DE EDUCACAO	1.542.597,00	24.784,81	1.517.812,19-
132501030000	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO RECURSO VINCULADO-FUNDO DE SAUDE	9.117.500,00	4.460.840,55	4.656.659,45-
132501030001	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO SAUDE-PISO ATENCAO BASICA	5.000,00	1.635,91	3.364,09-
132501030002	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO SAUDE-TETO FIN VIGILANCIA SAUD	750.000,00	248.744,12	501.255,88-
132501030005	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO SAUDE-ATENCAO SAUDE TRABALHADO	72.000,00	8.343,95	63.656,05-
132501030006	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO SAUDE-GESTAO PLENA SES-RES 6/2	2.084.000,00	1.310.705,90	773.294,10-
132501030007	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO SAUDE-HIV/AIDS E OUTRAS DSTS	224.000,00	158.130,70	65.869,30-
132501030008	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO SAUDE-HIV/AIDS-FORMULA INFANTI	0,00	3,01	3,01
132501030009	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO SAUDE-SERVICO ATENDIMENTO MOVE	161.000,00	16.184,24	144.815,76-
132501030010	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO SAUDE-GESTAO VIGILANCIA EM SAU	0,00	3,19	3,19
132501030012	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-FATOR INCENTIVO LABORATORIO C	122.000,00	25.709,71	96.290,29-
132501030013	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-LACEN ACOES DIAGNOSTICO LABORATORIAL	1.000,00	286,86	713,14-
132501030014	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-DOENCA AGRAVO NAO-TRANSMISSIV	64.000,00	25.122,93	38.877,07-
132501030016	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-SERVICOS RESIDENCIAIS TERAPEU	0,00	13,71	13,71
132501030017	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-REGISTRO CANCER BASE POPULACI	12.000,00	5.836,62	6.163,38-
132501030018	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-ALIMENTACAO E NUTRICAO	18.000,00	19.829,81	1.829,81
132501030019	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-SUBSIST NAEL EPID	1.000,00	372,16	627,84-
132501030020	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-FF-MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	789.000,00	181.732,93	607.267,07-
132501030185	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-ASPS-SERVICOS DE SAUDE	1.052.000,00	892.557,07	159.442,93-
132501030203	REM DEP BAN VINCULADO - TRANSF SUS - COMPLEXO REGULADORES	2.000,00	572,49	1.427,51-
132501030204	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-COLEGIADO GESTAO REGIONAL	10.000,00	70,16	9.929,84-
132501030205	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-PLANEJASUS	592.000,00	76.488,50	515.511,50-
132501030206	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-EDUCACAO EM SAUDE	65.000,00	16.493,02	48.506,98-
132501030207	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-MULTAS SISTEMA ESTADUAL AUDITORIA SU	14.000,00	9.528,11	4.471,89-
132501030209	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-LACEN	1.000,00	170,35	829,65-
132501030213	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-SISTEMA GESTAO DE QUALIDADE	45.000,00	22.675,77	22.324,23-
132501030218	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-SISTEMA DE AUDITORIA	3.000,00	449,74	2.550,26-
132501030219	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO MS/SS 2971/07-PROC GESTAO	60.000,00	39.326,16	20.673,84-
132501030228	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-PAB VARL-AT INTEGL SAUDE HOMEM	5.000,00	997,87	4.002,13-
132501030229	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-PAB VARL-ATENCAO SAUDE ADOLES	3.000,00	227,08	2.772,92-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132501030230	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-VIG SAN-PISO ESTRATEGICO	662.000,00	298.425,65	363.574,35-
132501030302	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO REMUNERADO-CONVENIO SENAD-PR/SS 3/2007	8.000,00	2.810,14	5.189,86-
132501030307	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-QUAL-POL E PROM SAUDE	81.000,00	39.698,48	41.301,52-
132501030311	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-UNIDADE PRONTO ATENDIMENTO	121.000,00	33.217,43	87.782,57-
132501030312	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNS-VIG EP AMBL-CONTROLE SURTOS	6.000,00	2.106,79	3.893,21-
132501030314	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-QUALIFICACAO-PARTICIPA	12.000,00	6.291,30	5.708,70-
132501030315	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-QUAL-AGENTES COMUNITAR	46.000,00	16.029,79	29.970,21-
132501030316	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-VIG SAN-GESTAO PESSOAS	36.000,00	19.023,12	16.976,88-
132501030318	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TR SUS PAB VARL PROESF 2	24.000,00	10.363,02	13.636,98-
132501030319	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-QUAL-PROFAPS	88.000,00	34.040,30	53.959,70-
132501030320	REMUNER DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-TR SUS-VIG SAN-MONIT ALIMENTOS-LACEN-	31.000,00	16.716,66	14.283,34-
132501030323	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC-TR SUS-GEST-PROJ INCL SOC TRAB-SAUDE MENT	0,00	10,43	10,43
132501030324	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-IMP AC SERV SAUDE-CAPS	1.000,00	305,97	694,03-
132501030325	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-CONVENIO FNS-FEPPS 727956/2009	50.000,00	44.594,57	5.405,43-
132501030326	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-TR SUS-INVEST-SERV HEMAT E HEMOT	137.000,00	72.543,27	64.456,73-
132501030327	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-PAB VARIAVEL-SAUDE ADOL CONFL	60.000,00	30.596,94	29.403,06-
132501030328	REMUNERACAO DE DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-VS-GEST PES-ANVISA-FNS	9.000,00	5.185,36	3.814,64-
132501030329	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-PFVISA-FINLACEN-VISA	165.000,00	77.738,14	87.261,86-
132501030330	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - FNS PORTARIA 3209 PVVPS	180.000,00	104.926,52	75.073,48-
132501030332	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GEST-QUAL-IMPL FORT PARTICIPA	9.000,00	1.092,58	7.907,42-
132501030333	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-INV-SEG TR QUAL SANGUE HEMODE	146.000,00	43.750,17	102.249,83-
132501030334	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-PROG NAC PLANT MEDIC E FITOTE	117.000,00	55.415,88	61.584,12-
132501030335	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-SERV RESID TERAPEUTICO	170.000,00	86.613,76	83.386,24-
132501030336	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA SUS-QUALIF GESTAO-INOV	2.000,00	568,82	1.431,18-
132501030338	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-QUAL REG ACESSO SAUDE	10.000,00	5.033,24	4.966,76-
132501030341	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA SUS-INVESTIMENTO-REDE	378.000,00	156.075,87	221.924,13-
132501030342	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-LEITOS SAUDE MENTAL	3.000,00	197,97	2.802,03-
132501030343	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-INCENT REAB PSICOSSOCI	0,00	14,79	14,79
132501030344	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-INV-ESTR UNID ATEND ESPECIAL	19.000,00	1.701,31	17.298,69-
132501030345	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-VIG SAUDE-PROJ VIDA TRANSITO	18.000,00	8.116,65	9.883,35-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132501030346	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANFERENCIA SUS-VIG SAUDE-VIG S AMB	1.000,00	144,11	855,89-
132501030347	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA SUS-GESTAO-PROVAB	500,00	10.287,20	9.787,20
132501030348	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-PROG NAC REORIENT SAUD	24.000,00	6.759,67	17.240,33-
132501030349	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FUNASA-SEHABS TC PAC 509-11	0,00	42.627,73	42.627,73
132501030351	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-PARTICIPASUS FOCO COAP	53.000,00	29.256,30	23.743,70-
132501030352	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-ATENCAO MAC-CENTRAIS TRANSPLA	117.000,00	24.222,31	92.777,69-
132501030353	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 794410-2013 FNS-FEPPS	60.000,00	21.791,80	38.208,20-
132501030354	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TR FNS PES PRIV DE LIBER PRIS ASSIT	58.000,00	60.158,13	2.158,13
132501030355	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TR CONV FNS-FEPPS 792571-2013	20.000,00	7.301,86	12.698,14-
132501030357	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 801814-2014 FNS-SS	10.000,00	4.113,99	5.886,01-
132501030358	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO FNS-FEPPS 794305-2013	30.000,00	10.973,93	19.026,07-
132501030359	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SES 836834-16	0,00	6.027,20	6.027,20
132501030360	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONV FNS-SES 836272-16	0,00	1.759,33	1.759,33
132501050000	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO RECURSO VINCULADO-MDE-FNDE	6.220.068,00	3.181.167,32	3.038.900,68-
132501050001	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS - SALARIO-EDUCACAO	0,00	21.670,10	21.670,10
132501050005	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-ALIMENTACAO ESCOLAR QUILOMBOS-PNAQ-P	0,00	1,43	1,43
132501050006	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-DINHEIRO DIRETO ESCOLA-PDDE	45.219,00	12.538,30	32.680,70-
132501050007	REMUNERACAO DEPOSITO RECURSO VINCULADO-TR FNDE-ALIMENTACAO ESCOLAR - PNAE	0,00	598,59	598,59
132501050008	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSPORTE ESCOLAR-RES CD/FNDE 18/04	30.075,00	4.618,72	25.456,28-
132501050009	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-ALIMENTACAO ESCOLAR CHECHE-P	0,00	15,13	15,13
132501050010	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-ALIMENTACAO ESCOLA INDIGENA-	0,00	336,34	336,34
132501050072	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE/SE-EDUCACAO JOVEM E AD	0,00	269,44	269,44
132501050083	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO INDESP-CAIXA/SE-GINASIO POL	0,00	9,68	9,68
132501050111	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-MEC/SE 812033-INDIGENA	0,00	13.235,66	13.235,66
132501050117	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-MEC/SE 864005/06	0,00	24,80	24,80
132501050168	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE/SE 806053/07	0,00	166,92	166,92
132501050169	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSF FNDE-PROGRAMA BRASIL ALFABETI	117.291,00	28.868,31	88.422,69-
132501050170	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-PNAE PRE-ESCOLA	0,00	216,84	216,84
132501050171	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE/SE 864012/07	0,00	137,01	137,01
132501050183	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO ME-SE 750029-2008	0,00	781,82	781,82

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132501050186	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-PNAEI	0,00	873,67	873,67
132501050187	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-PNAE DIV	3.293.283,00	1.635.134,10	1.658.148,90-
132501050190	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS CONVENIO FNDE/MEC/SE 700001/2010	0,00	45,24	45,24
132501050193	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-CONVENIO FNDE-SE 658799-2009-PAR	76.560,00	35.123,74	41.436,26-
132501050195	RECUMERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO INEP ME SE 755934 11	0,00	11,69	11,69
132501050197	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FNDE PROJOVEM URBANO	956.045,00	352.713,51	603.331,49-
132501050202	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO ME-FNDE/SEDUC 710371-08	0,00	19,53	19,53
132501050203	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAC 203588	120.000,00	67.511,63	52.488,37-
132501050204	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAC 203600	69.200,00	48.531,72	20.668,28-
132501050206	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FINEP-MCT UERGS 701412 2011	210.000,00	51.623,66	158.376,34-
132501050207	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FNDE-ME-SEDUC TC 4859-2012	0,00	4.140,58	4.140,58
132501050208	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-SEDUC 658473/2009	0,00	82.778,72	82.778,72
132501050214	REMUNERACAOD EPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-SE 6458/2012	0,00	4.602,35	4.602,35
132501050215	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-SEDUC 203704/2012	202.800,00	112.235,53	90.564,47-
132501050216	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-SEDUC 203694/12	236.800,00	120.698,15	116.101,85-
132501050218	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC 7399/2012	293.120,00	93.658,36	199.461,64-
132501050223	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO ME-UERGS 774986-2012	5.552,00	9.744,71	4.192,71
132501050224	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/UERGS 788704/2013	12.725,00	0,00	12.725,00-
132501050225	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME-SEDUC PAR 201304509	0,00	877,22	877,22
132501050228	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC-PAR 201300880	0,00	1.742,63	1.742,63
132501050229	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/UERGS 779177/2012	212.180,00	142.127,75	70.052,25-
132501050231	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAR 24215	0,00	1.837,09	1.837,09
132501050234	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO ME-UERGS 43-2013 - PNAEST	88.558,00	72.330,44	16.227,56-
132501050236	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -CONVENIO 813052-2014 MEC-UERGS	136.600,00	112.515,54	24.084,46-
132501050237	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -CONVENIO 824050-2015 ME-UERGS	15.600,00	7.758,39	7.841,61-
132501050239	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MEC-UERGS 839097-16	6.064,00	3.679,78	2.384,22-
132501050240	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR FNDE - PROGRAMA IMPLANT ETI	92.396,00	115.999,92	23.603,92
132501050241	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO FNDE-UERGS EMENDA PARL 19830020	0,00	2.900,60	2.900,60
132501050242	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO ME-UERGS -SDR 0202 2017-	0,00	8.402,37	8.402,37
132501050243	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - PDDE - FNDE RESOLUCAO 10-2013	0,00	3.762,27	3.762,27

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132501050245	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO FNDE-UERGS 840750-16	0,00	4.297,34	4.297,34
132501990000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	92.106.269,00	82.276.611,51	9.829.657,49-
132501990004	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-ATENCAO A CRIANCA-ABRIGO	1.000,00	0,00	1.000,00-
132501990010	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-PISO ALTA COMPLEXIDADE I	16.607,00	192,89	16.414,11-
132501990011	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-PISO FIXO MEDIA COMPLEXIDADE	56.462,00	614.344,00	557.882,00
132501990057	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA SUS-ATENDIMENTO AMBULA	5.000,00	1.365,43	3.634,57-
132501990094	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO RECURSO VINCULADO-FUNDO PREVIDENCIARIO	0,00	48,90	48,90
132501990140	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SPR-MIN/SAA 045/2004	0,00	10.899,16	10.899,16
132501990146	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MC/SC E84/96-OSPA	0,00	31.197,97	31.197,97
132501990147	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO RECURSO VINCULADO-CONVENIO MJ-DPRF/SJS-DETRAN	10.000,00	2.195,72	7.804,28-
132501990188	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO REAPARELHAMENTO PODER JU	0,00	177,95	177,95
132501990200	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDOREAPARELHAMENTO MINISTERIO	4.638.949,00	2.779.411,20	1.859.537,80-
132501990214	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - RECURSO 0179-ASSEMBLEIA LEGISLATIV	6.285.000,00	329.183,18	5.955.816,82-
132501990216	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PODER JUDICIARIO	3.100.000,00	1.851.116,34	1.248.883,66-
132501990223	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRIBUICAO INTERVENCAO DOMINIO ECO	2.916.529,00	1.962.136,55	954.392,45-
132501990224	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO ESPECIAL DO PTEROLEO	0,00	332.786,20	332.786,20
132501990225	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-COMPENSACAO FIN RECURSO HIDRIC	1.502.114,00	231.779,88	1.270.334,12-
132501990235	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TAXAS CUSTAS E EMOLUMENTOS-JUDICIA	4.100.000,00	2.495.033,29	1.604.966,71-
132501990312	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONV ANEEL-MME/AGERGS-DESC ATIV ENER	767.000,00	228.675,01	538.324,99-
132501990349	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-DPRF/SJS-DETRAN-MULTAS T	1.300,00	38,10	1.261,90-
132501990374	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SGPR/SJS 37/05-PROTEG	0,00	24,30	24,30
132501990377	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO CEF-MDSCF/STCAS 176628-85/2	1.500,00	0,00	1.500,00-
132501990380	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TERMO MDSCF/STCAS 22-CADASTRO UNICO	200.000,00	103.337,22	96.662,78-
132501990429	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FUNDO MUNICIPAL SAUDE-	257,00	53,32	203,68-
132501990430	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO ESTADUAL CRIANCA E ADOLESCENTE	0,00	244,72	244,72
132501990434	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNORE	1.500.000,00	1.050.145,09	449.854,91-
132501990477	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIOS FAPERGS	0,00	4.611,53	4.611,53
132501990478	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MIN/SEXTR 120/07	683.323,00	155.119,86	528.203,14-
132501990493	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-APRIMORAMENTO GESTAO	5.000,00	0,00	5.000,00-
132501990494	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS - FUNDO ESTL DO MEIO AMBIENTE	69.798,00	74.129,65	4.331,65

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132501990495	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 236769-73-2007	0,00	387.745,32	387.745,32
132501990499	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO CEF-MDA-SEAPPA 282776-24/20	140.000,00	0,00	140.000,00-
132501990513	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID/SEHADUR 0224353-90/07	0,00	1.788.135,62	1.788.135,62
132501990514	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID/SEHADUR 0237828-05/07	0,00	66.473,55	66.473,55
132501990517	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID/SEHADUR 0237831-52/07	0,00	92.372,16	92.372,16
132501990552	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNORE-PJ-SELO DIGITAL PJ RECEITA	1.000.000,00	566.610,11	433.389,89-
132501990553	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO-FUNORE-PJ-SELO DIGITAL SERVENTIAS ATOS GRATUIT	4.500.000,00	2.542.417,26	1.957.582,74-
132501990554	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNORE-SELO DIGITAL SERVENTI COMPL R	1.400.000,00	257.000,58	1.142.999,42-
132501990558	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MDA/FEPAGRO 262099-09/2008	0,00	50.810,00	50.810,00
132501990561	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-DOACOES A FPERGS	2.000,00	0,00	2.000,00-
132501990563	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIAS PRO-IRRIGACAO	640.618,00	0,00	640.618,00-
132501990578	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSF REC VINC POR LEI-PODER JUDICI	40.500.000,00	34.671.340,54	5.828.659,46-
132501990600	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO PMPA - SSP-BM 22-2009	0,00	7.642,24	7.642,24
132501990601	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO INFRAERO-MDEF - SSP-BM 21-2	0,00	20.324,96	20.324,96
132501990602	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PGTO PRECS TJ-ART 97, § 6, ADCT-CF	0,00	451.239,09	451.239,09
132501990603	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PGTO PRECS TJ-ART 97, § 8, ADCT-CF	0,00	13.731.340,57	13.731.340,57
132501990604	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PGTO PRECS TRT-ART 97, § 6, ADCT-CF	0,00	164.203,46	164.203,46
132501990605	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PGTO PRECS TRT-ART 97, § 8, ADCT-CF	0,00	153.792,32	153.792,32
132501990609	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS - ACORDO BIRD-SEMA TF095979	36.000,00	0,00	36.000,00-
132501990632	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-COTA-PARTE FUNDESP	9.392,00	1.228,90	8.163,10-
132501990636	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO EMBRAPA-FEPAGRO 1020009-026	0,00	86.881,04	86.881,04
132501990658	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 756494-11	0,00	8.075,65	8.075,65
132501990660	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 756477-11	0,00	3.965,02	3.965,02
132501990664	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO 75991911 FNCA-SEDH/TJ	0,00	5.098,09	5.098,09
132501990667	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONV EMBRAPA-MAPA-FEPAGRO 1020010-02	0,00	125.633,60	125.633,60
132501990672	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SEPM-SSP 762152-11	0,00	736,65	736,65
132501990675	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SEHADUR 0290807	0,00	16.296,46	16.296,46
132501990684	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSF CONVENIO SPM-PR/SPM 762617/11	10.000,00	2.550,11	7.449,89-
132501990689	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FNAS-IGDSUAS	215.473,00	50.398,48	165.074,52-
132501990690	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO DE REFORMA DO ESTADO	0,00	0,05	0,05

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132501990691	RENUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULTADO CONVENIO MCULT-SCULT 763224	100.000,00	98.346,72	1.653,28-
132501990696	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MINC/SOPS 0242/2011	0,00	38.624,37	38.624,37
132501990697	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MINC/SOPS 244/2011	0,00	48.605,46	48.605,46
132501990701	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MC-SEDAC 763465-2011	200.000,00	116.028,25	83.971,75-
132501990708	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351139-78-2011	0,00	7.404,58	7.404,58
132501990709	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351151-46-2011	0,00	3.151,45	3.151,45
132501990710	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351085-34/2011	0,00	657,66	657,66
132501990711	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351083-15/2011	0,00	891,16	891,16
132501990712	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351086-48/2011	0,00	292,86	292,86
132501990713	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONTRATO MCID-SEHABS 351084-29-2011	0,00	644,81	644,81
132501990714	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351152-51/2011	0,00	688,04	688,04
132501990715	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351148-89-2011	0,00	3.515,47	3.515,47
132501990716	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351157-01/2011	0,00	4.299,07	4.299,07
132501990717	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351087-53/2011	0,00	4.344,29	4.344,29
132501990718	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351140-05/2011	0,00	9.793,72	9.793,72
132501990720	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351095-50/2011	0,00	3.808,78	3.808,78
132501990721	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351153-65/2011	0,00	6.480,17	6.480,17
132501990722	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351098-82/2011	0,00	290,90	290,90
132501990723	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351142-23/2011	0,00	3.753,73	3.753,73
132501990724	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351088-67/2011	0,00	437,45	437,45
132501990725	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351141-19/2011	0,00	6.874,48	6.874,48
132501990726	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351092-26/2011	0,00	529,53	529,53
132501990727	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351091-12/2011	0,00	529,35	529,35
132501990728	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351136-452011	0,00	7.753,23	7.753,23
132501990729	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351155-84/2011	0,00	2.113,43	2.113,43
132501990730	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351144-41/2011	0,00	8.114,98	8.114,98
132501990731	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351097-78/2011	0,00	3.155,53	3.155,53
132501990732	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351150-32/2011	0,00	2.214,67	2.214,67
132501990740	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FNAS-CAPACITACAO SUAS	155.249,00	45.871,43	109.377,57-
132501990744	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FINEP-FEE 112010100	0,00	33,12	33,12

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132501990745	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIAS AO PRONAC	0,00	1.442,30	1.442,30
132501990750	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MINC-SEDAC 763465/2011-CONT	100.000,00	61.377,94	38.622,06-
132501990760	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MTUR-SETUR 385256-26/2012	0,00	28.018,32	28.018,32
132501990761	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MTE-FGTAS 04/2012-	480.000,00	216.544,75	263.455,25-
132501990763	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MAPA-SEAPA 369989-43-2011	224.006,00	100.290,06	123.715,94-
132501990764	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MDA-SEAPA 371393-81-2011	7.189,00	0,00	7.189,00-
132501990765	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TERMO COMPROMISSO FNS-SEHABS 137/201	0,00	12.555,38	12.555,38
132501990766	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TERMO COMPROMISSO FNS-SEHABS 150/201	0,00	26.575,15	26.575,15
132501990767	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDS-STDS 77438/2012	20.000,00	6.651,47	13.348,53-
132501990770	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDS-SDRPC-777118-12	350.000,00	627.400,83	277.400,83
132501990772	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SENASP-MJ/SSP 774258-2012	0,00	6.155,02	6.155,02
132501990773	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VICNULADO-CONVENIO SENASP-MJ/SSP 776442/12	0,00	31.977,01	31.977,01
132501990776	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SPM/PR-SPM 149/2012	10.000,00	0,00	10.000,00-
132501990780	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDA-INCRA/SDR 776410/12	600.000,00	128.955,18	471.044,82-
132501990781	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TRANSF INSTI PRIMADAS FEAI P	100.000,00	19.277,95	80.722,05-
132501990789	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ/SSP 774563-2012	27.000,00	18.342,42	8.657,58-
132501990790	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-MCID-SEHABS TC 35083253-11	0,00	770.072,71	770.072,71
132501990791	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35086771-11	0,00	718.524,67	718.524,67
132501990792	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 3579503-11	0,00	48.263,78	48.263,78
132501990793	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35086667-11	0,00	68.022,56	68.022,56
132501990794	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35092806-11	0,00	47.567,73	47.567,73
132501990795	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35093585-11	0,00	17.527,85	17.527,85
132501990797	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35083471-11	0,00	172.041,58	172.041,58
132501990798	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35093048-11	0,00	29.936,06	29.936,06
132501990800	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35092689-11	0,00	42.335,93	42.335,93
132501990801	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35075960-11	0,00	65.535,92	65.535,92
132501990802	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO MPA-SDR 765060/12	370.000,00	21.394,96	348.605,04-
132501990805	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO INFRAERO/CBM PELotas/FESP 1	15.800,00	78.776,52	62.976,52
132501990812	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-PISO ALTA COMPLEXIDADE I -FP	7.034,00	52,14	6.981,86-
132501990817	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV INCRA SDR 780917 12	120.000,00	88.063,29	31.936,71-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132501990819	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCT-FINEP-CIENTEC-113007700	0,00	1.078,41	1.078,41
132501990820	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 117/12	0,00	159.014,29	159.014,29
132501990821	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 119/12	0,00	96.430,63	96.430,63
132501990822	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 120/12	0,00	184.002,39	184.002,39
132501990823	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 121/12	0,00	5.763,59	5.763,59
132501990824	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 127/12	0,00	166.384,94	166.384,94
132501990825	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 139/12	0,00	7.244,05	7.244,05
132501990826	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 151/12	0,00	159.204,51	159.204,51
132501990827	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 152/12	0,00	145.266,38	145.266,38
132501990828	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 156/12 ES	0,00	82.404,99	82.404,99
132501990829	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 167/12	0,00	164.711,99	164.711,99
132501990830	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MAPA-SEAPA 778183/12	6.031,00	3.749,22	2.281,78-
132501990831	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MAPA-SEAPA 771474/12	12.930,00	35.479,75	22.549,75
132501990832	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SEDH-PR/SJDH 780343/12	0,00	43,74	43,74
132501990833	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SNJ-PR/SJDH 776120/12	0,00	1.721,73	1.721,73
132501990834	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MINC-SEDAC 761921/2011	100.000,00	36.518,92	63.481,08-
132501990836	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MINC-FAPERGS-778585-12	0,00	1.582,69	1.582,69
132501990838	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MI-SDR 769273-12	960.000,00	0,00	960.000,00-
132501990840	RECUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO SNPDMJ-SJDH 774590	0,00	4,76	4,76
132501990843	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FINEP-FEPAGRO 00-12-0113-00	14.083,00	61.625,20	47.542,20
132501990844	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SPM-PR/SPM 778919/12	30.000,00	2.282,42	27.717,58-
132501990849	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSF CONVENIO SPM-PR/SPM-779039-12	20.000,00	0,00	20.000,00-
132501990852	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MPA-SDR 26022/12	143.978,00	0,00	143.978,00-
132501990867	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 781071-12	1.330.000,00	657.829,31	672.170,69-
132501990870	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO BNDES/SDR-ASSENT REFORMA AG	740.000,00	12.758,45	727.241,55-
132501990871	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FINEP-MCT-FAPERGS 01130180	0,00	53,11	53,11
132501990872	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONV SAC-SEINFRA 761586-2011	0,00	12.014,76	12.014,76
132501990874	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MDS-SDR 774849/12	130.000,00	0,00	130.000,00-
132501990877	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SPM-PR/SSP 788231/2013	133.500,00	14.002,76	119.497,24-
132501990878	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 784735/2013	353.000,00	72.102,99	280.897,01-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132501990879	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SPM-PR/SSP 788210/13	0,00	1.585,78	1.585,78
132501990880	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SPM-PR/SSP 788538/13	8.450,00	1.943,41	6.506,59-
132501990882	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 792979/13	365.200,00	175.834,65	189.365,35-
132501990885	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 794445/2013	79.282,00	34.864,85	44.417,15-
132501990889	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TAXA DE CONTROLE FISCALIZACAO AMBIEN	479.416,00	192.800,90	286.615,10-
132501990893	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 351158-15/20	0,00	656,62	656,62
132501990894	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 351154-79/11	0,00	2.539,80	2.539,80
132501990905	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SEPM 788233 2013	5.000,00	3.570,10	1.429,90-
132501990906	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SEDH-DEF PUBLICA 793183 201	4.600,00	0,00	4.600,00-
132501990909	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDA-SDR 795533/2013	470.000,00	0,00	470.000,00-
132501990911	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDA-SEAPA 51790/2013	6.224,00	0,00	6.224,00-
132501990914	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDA-SDR 787974 2013	5.618,00	12.459,95	6.841,95
132501990915	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDA-SDR 781065/2012	36.000,00	26.599,63	9.400,37-
132501990916	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDA-SDR 793995/13	150.000,00	421.563,65	271.563,65
132501990918	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FINEP-CIENTEC 0113038800	30.000,00	26.012,25	3.987,75-
132501990919	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MAPA-SEAPA 799221/2013	52.459,00	375,80	52.083,20-
132501990920	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SDH-PR/SPM 793061/2013	30.000,00	76.772,41	46.772,41
132501990921	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FINEP-PAPERGS 525/2012	0,00	14.229,26	14.229,26
132501990929	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDS-SDR 804904/2014	1.430.000,00	797.673,08	632.326,92-
132501990931	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO IPHAN-SEDAC 111/14	100.000,00	10.761,33	89.238,67-
132501990932	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO IPHAN/SEDAC 110/2014	100.000,00	1.203,13	98.796,87-
132501990933	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO IPHAN/SEDAC 109/2014	100.000,00	8.176,00	91.824,00-
132501990934	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO IPHAN/SEDAC 108-2014	100.000,00	10.993,44	89.006,56-
132501990935	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-COTA-PARTE CIDE-OBRA ESPECIAIS	14.608,00	8.777,87	5.830,13-
132501990936	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC 133/12	0,00	4.979,35	4.979,35
132501990937	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC 138/12	0,00	7.225,73	7.225,73
132501990939	REMUNERACAO DE DEPOSITO BANCARIO CONVENIO TC MIN-SOP	0,00	33.130,75	33.130,75
132501990942	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO 114-2013 ANA-SEMA	0,00	16.817,26	16.817,26
132501990945	REMUNERACAO DE DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TRANSF MDS-STDS ERRADIC TRAB INFRA	52.538,00	23.801,14	28.736,86-
132501990947	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO FINEP-CIENTEC 0113007700	0,00	35,69	35,69

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132501990948	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO FINEP-CIENTEC 0113038800	0,00	786,26	786,26
132501990949	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MJ-SSP 813495-2014	17.797,00	18.092,76	295,76
132501990953	REMUNERACAO DE DEPOSITO BANCARIO CONVENIO TC MIN-SOP BARRAGEM DO ARROIO JAGU	0,00	60.191,81	60.191,81
132501990957	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC CONV TC 0408.646-32-2013 MC-CEF-SEHABS SE	0,00	8.153,25	8.153,25
132501990959	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC CONV TC 0408.701-15-2013 MC-CEF-SEHABS SE	0,00	19.326,73	19.326,73
132501990961	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC CONV TC 0408702-29-2013 MC-CEF-SEHABS PAR	0,00	891,98	891,98
132501990964	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 774523-2012 MJ-CEF-SSP	58.300,00	48.146,03	10.153,97-
132501990966	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 798423-2013 CEF-SSP	720.000,00	714.029,49	5.970,51-
132501990967	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - MULT FASE-ALIBEM-CONSTR	7.384,00	169,51	7.214,49-
132501990969	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - MULTA TERMO AJUSTE CONDUTA FASE-RE	0,00	42,27	42,27
132501990970	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 813545-2014 MDS-SDR	816.000,00	159.436,71	656.563,29-
132501990971	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO INCRA-SDR 796851-2013	0,00	366.023,59	366.023,59
132501990972	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 2014-0013 INFRAERO-BM	29.480,00	50.425,86	20.945,86
132501990976	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA CONVENIO MJ-SSP 774524	215.140,00	0,00	215.140,00-
132501990988	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -CONVENIO MCID-SEHABS TC35086447-11	0,00	323.503,14	323.503,14
132501990989	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -CONVENIO MAPA-SEAPA 804019-2014	2.942,00	1.047,32	1.894,68-
132501990991	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794758-2013	0,00	21.269,78	21.269,78
132501990992	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794274-2013	0,00	18.199,52	18.199,52
132501990993	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO TC/PAC 1199/2015 MC-METROPL	0,00	30.538,99	30.538,99
132501990994	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO TC/PAC 1203/2015 MC-METROPL	0,00	140.065,19	140.065,19
132501990995	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO TC/PAC 1202/2015 MC-METROPL	0,00	68.828,51	68.828,51
132501990996	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO TC/PAC 1201/2015 MC-METROPL	0,00	26.345,12	26.345,12
132501990997	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - PLANO SEG SOCIAL PARLAMENTARES DO	1.893.577,00	757.677,60	1.135.899,40-
132501990999	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 020223-2013 SINDICALC-FEP	0,00	1.562,67	1.562,67
132501991000	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794470-2013	0,00	67.953,79	67.953,79
132501991001	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC CONTRAP PROGR PROINVESTE-BNDES	0,00	20.777,03	20.777,03
132501991003	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR CEEE - TAC - MPT - FASE	99.133,00	9.331,08	89.801,92-
132501991004	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC - COMPENSACAO AMBIENTAL - SEMA	25.894,00	23.565,31	2.328,69-
132501991008	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO BACEN-SSP 08-2016	18.000,00	10.774,30	7.225,70-
132501991009	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 822383-2015 MJ-SSP	0,00	19.566,92	19.566,92

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132501991010	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 822131-15 MJ-SSP	0,00	51.594,67	51.594,67
132501991012	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -FUNDO DE RECONSTITUICAO DE BENS LES	100.000,00	327.832,95	227.832,95
132501991014	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR ANTAQ-SUPRG FUNDO DEPRECIACAO	18.840,00	3.911,76	14.928,24-
132501991017	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIOS VINCULADOS-CONVENIO P M CANOAS-SSP-140-16	30.000,00	9.444,64	20.555,36-
132501991018	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR FUNDOPEN-MJ PORT 1414-2016	2.150.000,00	1.179.950,09	970.049,91-
132501991019	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONV PGJ-SEDUC 1035-2016	0,00	49.959,76	49.959,76
132501991020	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC - MPT-FASE	395,00	2,52	392,48-
132501991021	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-P CRIANCA FELIZ	63.141,00	15.805,18	47.335,82-
132501991022	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TAC FASE-SALA CABELEIREIRO	140,00	305,45	165,45
132501991023	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 842285-2016	531.600,00	209.966,60	321.633,40-
132501991024	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 842267-2016	3.743,00	207.867,99	204.124,99
132501991025	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONV MDA-SDR 839160-2016	400.000,00	234.719,72	165.280,28-
132501991026	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SEDH-SJDH 839395-16	30.000,00	7.887,74	22.112,26-
132501991027	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-MAPA-SEAPI-839573-16	72.746,00	0,00	72.746,00-
132501991028	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - QUALIAGUAS - MONIT E DIVULG QUALID	0,00	6.075,21	6.075,21
132501991029	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO CNPQ - FAPERGS 837596-16	0,00	37.422,41	37.422,41
132501991030	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO ESTADUAL ASSISTENCIA SOCIAL-FE	3.500,00	0,00	3.500,00-
132501991031	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MAPA - SDR 840059-2016	0,00	14.356,97	14.356,97
132501991032	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TAC FASE - CURSO INST HID - CECONP	500,00	293,97	206,03-
132501991033	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC FASE PROJ EST GRAVACAO CECONP	500,00	330,69	169,31-
132501991034	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TAC FASE - PROJ. CURSO DE CHAPEACAO	5.000,00	2.756,20	2.243,80-
132501991035	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MAPA SDR 1865-2016	0,00	43.748,82	43.748,82
132501991036	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDA-SDR 839972-2016	0,00	16.509,96	16.509,96
132501991037	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TC 85-2017 OI SA-SSP-PC	0,00	1.017,15	1.017,15
132501991038	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MDA-SDR 839460-2016	0,00	42.215,97	42.215,97
132501991039	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO SEDH-PRO EST PROT AUX E ASSIST A TES	0,00	4.783,11	4.783,11
132501991040	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO INEP-SSP 849395-17	0,00	19.842,31	19.842,31
132501991042	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 850469-2017 MAPA-SEAPI	0,00	704.102,75	704.102,75
132501991045	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULAO-TC FRAPORT-SSP TC 188-17	0,00	31.218,89	31.218,89
132501991047	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO CEF-SEDUC 822768-2015	0,00	5.701,50	5.701,50

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132501991048	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 853721-2017	0,00	254.262,84	254.262,84
132501991049	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 853747-2017	0,00	21.685,06	21.685,06
132501991050	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 855948-2017	0,00	1.301,74	1.301,74
132501991051	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 855949-2017	0,00	67.794,18	67.794,18
132501991052	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 853717-2017	0,00	971,64	971,64
132501991054	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 853719-17	0,00	290.392,68	290.392,68
132501991055	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR COMDICAU - FASE - PROJETO RECOM	0,00	153,96	153,96
132501991061	REMUNERAÇÃO DEPÓSITO BANCÁRIO VINCULADO - CONTRAPARTIDA DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	31.554,64	31.554,64
132502000000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	14.214.818,00	3.978.903,47	10.235.914,53-
132502990000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	14.214.818,00	3.978.903,47	10.235.914,53-
132502990001	REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	14.209.723,00	3.953.749,67	10.255.973,33-
132502990002	REMUNERACAO DE RECURSOS APLICADOS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINS DE CAIXA -	5.000,00	845,55	4.154,45-
132502990004	REMUNERACAO DE DEPOSITO JUDICIAL OU RECURSAL - NAO VINCULADOS	0,00	19.596,23	19.596,23
132502990005	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-NAO VINCULADO-OUTROS PODERES	95,00	6,13	88,87-
132502990008	REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS - SES	0,00	4.705,89	4.705,89
132800000000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR	112.090.561,00	208.583.225,57	96.492.664,57
132810000000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR EM	112.090.561,00	208.583.225,57	96.492.664,57
132810010000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR E	112.090.561,00	208.583.225,57	96.492.664,57
132810010001	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS RPPS RENDA FIXA-FUNDOPREV-CIVIL	96.601.077,00	179.827.113,94	83.226.036,94
132810010002	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO RPPS EM RENDA FIXA-FUNDOPREV-MILITAR	15.489.484,00	28.756.111,63	13.266.627,63
132900000000	OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	7.812,00	1.878.656,61	1.870.844,61
132999000000	OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	7.812,00	1.878.656,61	1.870.844,61
132999010000	DIVERSAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	7.812,00	1.878.656,61	1.870.844,61
132999010005	JUROS E CORRECAO MONETARIA DE RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	7.812,00	17.203,79	9.391,79
132999010016	JUROS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS C/RECURSO DO EMPRESTIMOBID-PRO-GUAIBA 776/OC	0,00	1.524.901,02	1.524.901,02
132999010019	JUROS E OUTRAS RENDAS DA CARTEIRA DE CREDITO IMOBILIARIO DA EXTINTA CEERGS	0,00	162.370,83	162.370,83
132999010030	REMUNERACAO DEPOSITOS JUDICIAIS-SPH	0,00	350,61	350,61
132999010099	JUROS E CORRECAO MONETARIA DIVERSOS	0,00	173.830,36	173.830,36
133000000000	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	15.454.742,00	17.235.649,63	1.780.907,63
133100000000	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICOS	8.744.943,00	10.014.639,92	1.269.696,92
133101000000	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICOS DE TRANSPORTE	8.744.943,00	10.014.639,92	1.269.696,92
133101050000	RECEITA DE OUTORGA DOS SERVICOS DE TRANSPORTE COLETIVO LOCAL E INTERMUNICIPAL	8.332.943,00	9.019.378,61	686.435,61
133101050001	CONCESSOES E PERMISSOES DE SERVICOS - SETM	8.332.943,00	9.019.378,61	686.435,61
133101070000	RECEITA DE OUTORGA PARA EXPLORACAO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIARI	412.000,00	995.261,31	583.261,31

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
133101070001	RECEITA DE CONCESSAO PARA EXPLORACAO DE SERVICOS DE ESTACAO RODOVIARIA	412.000,00	995.261,31	583.261,31
133300000000	RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES-DIREITOS DE USO DE BENS PUBLICOS	6.709.799,00	7.221.009,71	511.210,71
133399000000	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES - DIREITOS DE USO DE BENS PUBLICO	6.709.799,00	7.221.009,71	511.210,71
133399010000	RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES DE DIREITOS DE USO DE AREAS EM AEROPORTO	1.201.193,00	1.462.027,16	260.834,16
133399010001	CONCESSAO DIREITO USO AREA AEROPORTOS	1.201.193,00	1.462.027,16	260.834,16
133399990000	DIVERSAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES DE USO	5.508.606,00	5.758.982,55	250.376,55
133399990001	CONCESSAO DE USO - PARQUE ZOOLOGICO	400.000,00	334.035,65	65.964,35-
133399990002	CONCESSAO DE USO - JARDIM BOTANICO	15.000,00	14.222,00	778,00-
133399990003	PERMISSAO USO - JARDIM BOTANICO	70.000,00	45.103,38	24.896,62-
133399990004	CONCESSAO DE USO - DEPENDENCIAS DE FOROS - FRPJ	4.100.000,00	4.353.522,27	253.522,27
133399990006	CONCESSOES E PERMISSOES DE USO DE BEM - FAPERGS	103.490,00	84.229,44	19.260,56-
133399990012	RECEITA DA PERMISSAO DE USO ONEROSO DA FAIXA DE DOMINIO - DAER	0,00	187.397,39	187.397,39
133399990015	PERMISSAO DE USO - MINISTERIO PUBLICO	0,00	24.905,04	24.905,04
133399990017	CONCESSAO DE USO - FEPEG	552.836,00	495.676,64	57.159,36-
133399990018	PERMISSAO DE USO - FUNDO ESTADUAL DE GESTAO PATRIMONIAL-FEPEG	0,00	6,94	6,94
133399990019	RECEITA CONCESSAO DE USO PARQUES-FUNDETUR	267.280,00	219.883,80	47.396,20-
135000000000	EXPLORACAO DO PATRIMONIO INTANGIVEL	2.518.102,00	6.182.216,50	3.664.114,50
135003000000	ROYALTIES PELA EXPLORACAO DO PATRIMONIO GENETICO OU CONHEC TRADICIONAL ASSOC	2.518.102,00	6.182.216,50	3.664.114,50
135003100000	ROYALTIES PELA EXPLORACAO DO PATRIMONIO GENETICO OU CONHECIMENTO TRADICIONAL	2.518.102,00	6.182.216,50	3.664.114,50
135003100001	ROYALTIES SEMENTES - IRGA	2.518.102,00	6.182.216,50	3.664.114,50
136000000000	RECEITA DA CESSAO DE DIREITOS	5.000.000,00	1.249.317,88	3.750.682,12-
136100000000	RECEITA DE RECEITA DE CESSAO DO DIREITO DE OPERACIONALIZACAO DE PAGAMENTOS	5.000.000,00	1.249.317,88	3.750.682,12-
136101000000	RECEITA DE CESSAO DO DIREITO DE OPERACIONALIZACAO FOLHA DE PAGAMENTO DE PESS	5.000.000,00	1.249.317,88	3.750.682,12-
136101010000	RECEITA DE CESSAO DO DIREITO DE OPERACIONALIZACAO FOLHA DE PAGAMENTO DE PESS	5.000.000,00	1.249.317,88	3.750.682,12-
136101010002	RECEITA DE CESSAO DO DIREITO DE OPERAC DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL - TJ	0,00	243.462,90	243.462,90
136101010003	RECEITA DE CESSAO DO DIREITO DE OPERAC DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL - MP	5.000.000,00	1.005.854,98	3.994.145,02-
139000000000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	225.413.425,00	20.159.120,05	205.254.304,95-
139099000000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	225.413.425,00	20.159.120,05	205.254.304,95-
139099010000	DIVERSAS RECEITAS PATRIMONIAIS	225.413.425,00	20.159.120,05	205.254.304,95-
139099010002	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS DO FUNDO ESTADUAL DE GESTAO PATRIMONIAL-FEPEG	241.006,00	242.825,71	1.819,71
139099010014	AUTORIZACAO DE USO - FUNDO ESTADUAL DE GESTAO PATRIMONIAL-FEPEG	2.246.483,00	2.437.097,78	190.614,78
139099010015	ALUGUEIS DE BENS MOVEIS	341.267,00	321.324,55	19.942,45-
139099010016	RECEITA COM PUBLICIDADE NA FAIXA DE DOMINIO - DAER	100,00	0,00	100,00-
139099010017	RECEITA POR AUTORIZACAO E ACESSO A FAIXA DE DOMINIO - DAER	900,00	723,38	176,62-
139099010020	RECEITAS REFERENTES AOS DEPOSITOS JUDICIAIS-FRPJ	220.000.000,00	1.853.865,15	218.146.134,85-
139099010024	RENDIMENTO DEPOSITOS JUDICIAIS LEI 11667-01-FESP	0,00	702,67	702,67
139099010026	RENDIMENTOS DOS DEPOSITOS JUDICIAIS-PODER EXECUTIVO, LEI 14739-2015	2.583.669,00	8.672.810,12	6.089.141,12
139099010027	RECEITA CONTRAPARTIDA DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	6.629.770,69	6.629.770,69

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
14000000000	RECEITA AGROPECUARIA	1.058.641,00	1.621.071,17	562.430,17
14100000000	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	544.789,00	698.980,97	154.191,97
14100100000	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	544.789,00	698.980,97	154.191,97
14100199000	DIVERSAS RECEITAS DA PRODUCAO VEGETAL	544.789,00	698.980,97	154.191,97
14100199005	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL - NAO VINCULADA	544.789,00	694.122,26	149.333,26
14100199007	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL - FUNDEFLO	0,00	4.858,71	4.858,71
14200000000	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	513.852,00	922.090,20	408.238,20
14200100000	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	513.852,00	922.090,20	408.238,20
14200199000	DIVERSAS RECEITAS DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	513.852,00	922.090,20	408.238,20
14200199003	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS - FES	0,00	106.717,40	106.717,40
14200199005	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS - NAO VINCULADA	509.405,00	609.032,80	99.627,80
14200199007	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS - FESP (BRIGADA MILITAR)	4.447,00	206.340,00	201.893,00
15000000000	RECEITA INDUSTRIAL	13.105,00	5.800,93	7.304,07-
15200000000	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	13.105,00	5.800,93	7.304,07-
15202900000	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	6.896,00	2.564,00	4.332,00-
15202999000	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	6.896,00	2.564,00	4.332,00-
15202999004	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA - FRPJ	0,00	2.064,00	2.064,00
15202999005	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA - NAO VINCULADA	6.896,00	500,00	6.396,00-
15209900000	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	6.209,00	3.236,93	2.972,07-
15209901000	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	6.209,00	3.236,93	2.972,07-
15209901001	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO - FEASP	6.209,00	26,93	6.182,07-
15209901003	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO - NAO VINCULADA	0,00	3.210,00	3.210,00
16000000000	RECEITA DE SERVICOS	350.809.737,00	344.933.695,10	5.876.041,90-
16000100000	SERVICOS COMERCIAIS	748.640,00	374.146,80	374.493,20-
16000103000	SERVICOS DE COMERCIALIZACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS	748.640,00	369.773,12	378.866,88-
16000103009	RECEITA DA COMERCIALIZACAO DE SEMENTES	0,00	362.638,00	362.638,00
16000103010	RECEITA DA COMERCIALIZACAO DE SEMENTES - PROJETO "TROCA-TROCA"	0,00	7.135,12	7.135,12
16000103012	RECEITA DE COMERCIALIZACAO DE ARROZ	374.320,00	0,00	374.320,00-
16000103013	RECEITA DE COMERCIALIZACAO DE ARROZ	374.320,00	0,00	374.320,00-
16000199000	DIVERSOS SERVICOS COMERCIAIS	0,00	4.373,68	4.373,68
16000199011	RECEITA DE SERVICOS COMERCIAIS - FESP (BRIGADA MILITAR)	0,00	4.373,68	4.373,68
16000200000	SERVICOS FINANCEIROS	70.671,00	2.109.553,60	2.038.882,60
16000299000	DIVERSOS SERVICOS FINANCEIROS	70.671,00	2.109.553,60	2.038.882,60
16000299001	RECEITA DE SERVICOS FINANCEIROS - NAO VINCULADA	70.671,00	49.808,92	20.862,08-
16000299002	COMISSAO DE CONCESSAO DE GARANTIA - CGC - FUNAMEP - CONVENIO 001-2012	0,00	2.059.744,68	2.059.744,68
16000300000	SERVICOS DE TRANSPORTE	0,00	1.000,00	1.000,00
16000304000	SERVICOS DE TRANSPORTE AEREO	0,00	1.000,00	1.000,00
16000304004	RECEITA DE SERVICOS DE TRANSPORTE AEREO	0,00	1.000,00	1.000,00
16000400000	SERVICOS DE COMUNICACAO	1.103.449,00	559.000,11	544.448,89-
16000499000	DIVERSOS SERVICOS DE COMUNICACAO	1.103.449,00	559.000,11	544.448,89-
16000499002	RECEITAS DE VEICULACAO DE CAMPANHAS PUBLICITARIAS	1.024.966,00	488.401,59	536.564,41-
160004990234	RECEITA DE SERVICOS DE LOCALICAO DE SISTEMA DE LINK	78.483,00	70.598,52	7.884,48-
16000500000	SERVICOS DE SAUDE	12.605.000,00	16.417.562,19	3.812.562,19

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
160005010000	SERVICOS HOSPITALARES	350.000,00	445.548,95	95.548,95
160005010001	SERVICOS HOSPITALARES - HOSPITAIS DA BRIGADA MILITAR	350.000,00	445.548,95	95.548,95
160005030000	SERVICOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS	12.255.000,00	15.931.084,08	3.676.084,08
160005030004	RECEITA DE SERVICOS DE SAUDE - IPB	1.441.000,00	0,00	1.441.000,00-
160005030005	RECEITA DE SERVICOS DE SAUDE - SUS	8.240.000,00	15.037.291,77	6.797.291,77
160005030010	RECEITA SERVICOS SAUDE-PROCEDIMENTOS SANGUE CONVENIADOS	0,00	893.792,31	893.792,31
160005030013	RECEITA SERVICOS SAUDE-PROCEDIMENTOS SANGUE CONVENIADOS-HEMOPOA	611.000,00	0,00	611.000,00-
160005030014	RECEITA SERVICOS SAUDE-PROCEDIMENTOS SANGUE CONVENIADOS-HEMOPEL	534.000,00	0,00	534.000,00-
160005030015	RECEITA SERVICOS SAUDE-PROCEDIMENTOS SANGUE CONVENIADOS-HEMOSM	305.000,00	0,00	305.000,00-
160005030016	RECEITA SERVICOS SAUDE-PROCEDIMENTOS SANGUE CONVENIADOS-HEMOPASSO	812.000,00	0,00	812.000,00-
160005030017	RECEITA SERVICOS SAUDE-PROCEDIMENTOS SANGUE CONVENIADOS-HEMOPALM	52.000,00	0,00	52.000,00-
160005030018	RECEITA SERVICOS SAUDE-PROCEDIMENTOS SANGUE CONVENIADOS-HEMOCRUZ	260.000,00	0,00	260.000,00-
160005990000	DIVERSOS SERVICOS DE SAUDE	0,00	40.929,16	40.929,16
160005990003	RECEITA DE SERVICOS DE SAUDE - NAO VINCULADA	0,00	138,36	138,36
160005990007	RECEITA DE SERVICOS DE SAUDE - FESP (BRIGADA MILITAR)	0,00	3.311,35	3.311,35
160005990008	SERVICOS DE SAUDE DIVERSOS-HOSPITAIS DA BRIGADA MILITAR	0,00	37.479,45	37.479,45
160006000000	SERVICOS PORTUARIOS	84.029.002,00	83.252.270,21	776.731,79-
160006990000	DIVERSOS SERVICOS PORTUARIOS	84.029.002,00	83.252.270,21	776.731,79-
160006990002	RECEITA OPERACIONAL DO PORTO DE PORTO ALEGRE	8.912.504,00	6.621.051,20	2.291.452,80-
160006990003	RECEITA OPERACIONAL DO PORTO DE RIO GRANDE	74.195.857,00	75.523.171,78	1.327.314,78
160006990004	RECEITA OPERACIONAL DO PORTO DE PELOTAS	920.641,00	1.108.047,23	187.406,23
160010000000	SERVICOS DE INFORMACOES ESTATISTICAS	295.229,00	0,00	295.229,00-
160010010000	SERVICOS ESTATISTICOS	295.229,00	0,00	295.229,00-
160010010001	SERVICOS ESTATISTICOS-FEE	295.229,00	0,00	295.229,00-
160012000000	SERVICOS TECNOLOGICOS	12.000.000,00	5.206.181,24	6.793.818,76-
160012990000	DIVERSOS SERVICOS TECNOLOGICOS	12.000.000,00	5.206.181,24	6.793.818,76-
160012990003	RECEITA DOS SERVICOS DE ANALISES, TESTES E ENSAIOS - CIENTEC	3.300.000,00	440.373,11	2.859.626,89-
160012990004	RECEITA DOS SERVICOS DE ANALISES, TESTES E ENSAIOS (LEI 6719/74) - CIENTEC	8.700.000,00	4.765.808,13	3.934.191,87-
160013000000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	49.324.897,00	54.601.774,87	5.276.877,87
160013010000	SERVICOS DE INSCRICAO EM CONCURSOS PUBLICOS	19.324.208,00	21.722.339,98	2.398.131,98
160013010001	TAXA INSCRICAO CONCURSO PUBLICO	0,00	16.429.917,29	16.429.917,29
160013010009	SERVICOS ADMINISTRATIVOS - CONCURSOS - FURPGE	1.743.133,00	0,00	1.743.133,00-
160013010012	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO - NAO VINCULADA	31.075,00	321.527,27	290.452,27
160013010018	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO-RECEITAS OPER FUNDO REAP PODER JUDICIA	13.300.000,00	125.302,46	13.174.697,54-
160013010028	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO - FRTCE	1.500.000,00	656.443,86	843.556,14-
160013010033	TAXA INSCRICAO CONCURSO PUBLICO-AUDITOR FISCAL RECEITA ESTADUAL-AUDITOR ESTA	0,00	2.465.769,10	2.465.769,10
160013010034	TAXA DE INSCRICAO DO PROGRAMA DE RESIDENCIA MEDICA	0,00	171.060,00	171.060,00
160013010035	TAXA INSCRICAO CONCURSO PUBLICO - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	2.750.000,00	1.552.320,00	1.197.680,00-
160013040000	SERVICOS DE EXPEDICAO DE CERTIFICADOS	0,00	180,00	180,00
160013040001	SERVICOS DE EXPEDICAO DE CERTIFICADOS	0,00	180,00	180,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
160013070000	SERVICOS DE FOTOCOPIAS OU COPIAS HELIOGRAFICAS	1.449,00	4.493,76	3.044,76
160013070001	SERVICOS DE FOTOCOPIAS OU COPIAS HELIOGRAFICAS	1.449,00	4.493,76	3.044,76
160013990000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	29.999.240,00	32.874.761,13	2.875.521,13
160013990002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NAO VINCULADOS	19.448.130,00	21.878.289,16	2.430.159,16
160013990003	SERVICOS DE CANAIS DE DESCONTO-CONSIGNATARIOS EM GERAL	4.640.714,00	1.559.654,53	3.081.059,47-
160013990006	RECEITA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FRPJ	200.000,00	263.401,48	63.401,48
160013990010	RECEITAS DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FADEP	3.000,00	114.159,65	111.159,65
160013990016	RECEITA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FRMP	435.217,00	189.673,93	245.543,07-
160013990023	RECEITA AUTORIZACAO PARA UTILIZACAO DE VIA - RS 389 - ESTRADA DO MAR	160.000,00	182.475,02	22.475,02
160013990024	RECEITA DE AUTORIZACAO ESPECIAL DE TRANSITO - LEI FEDERAL 9.503/97-CTB	2.460.000,00	2.474.357,30	14.357,30
160013990025	RECEITA DE AUTORIZACAO DE TRANSPORTE ESPECIAL - RECEFITUR	1.345.000,00	1.122.776,26	222.223,74-
160013990029	RECEITA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FRTCE	2.000,00	4.721,74	2.721,74
160013990030	SERVICOS DE CANAIS DE DESCONTOS-CONSIGNATARIOS DO PODER LEGISLATIVO	373.572,00	355.076,46	18.495,54-
160013990034	SERVICOS CANAIS DE DESCONTOS-CONSIGNATARIOS REGIME PROPRIO PREVIDENCIA SOCIA	928.752,00	4.730.175,60	3.801.423,60
160013990036	RECEITA SERVICO DE REMESSA DE CONTRA CHEQUE	2.855,00	0,00	2.855,00-
160014000000	SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO	130.000,00	503.127,53	373.127,53
160014990000	DIVERSOS SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO	130.000,00	503.127,53	373.127,53
160014990003	RECEITA DE SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO - NAO VINCULADA	10.000,00	14.380,49	4.380,49
160014990004	SERVICO DE MONITORAMENTO E DIVULGACAO DE DADOS DE QUALIDADE DE AGUA	120.000,00	488.747,04	368.747,04
160016000000	SERVICOS EDUCACIONAIS	7.942.412,00	7.289.207,26	653.204,74-
160016990000	DIVERSOS SERVICOS EDUCACIONAIS	7.942.412,00	7.289.207,26	653.204,74-
160016990001	RECEITA DE SERVICOS EDUCACIONAIS - NAO VINCULADA	7.935.412,00	7.037.897,11	897.514,89-
160016990027	RECEITA DE SERVICOS EM CURSOS DE EXTENSAO-UERGS	7.000,00	14.170,86	7.170,86
160016990030	SERVICO DE AGENCIAMENTO DE ALUNOS-LIBERATO	0,00	237.139,29	237.139,29
160017000000	SERVICOS AGROPECUARIOS	1.971.533,00	1.607.458,06	364.074,94-
160017990000	DIVERSOS SERVICOS AGROPECUARIOS	1.971.533,00	1.607.458,06	364.074,94-
160017990002	RECEITA DE SERVICOS AGROPECUARIOS - NAO VINCULADA	1.971.533,00	1.607.458,06	364.074,94-
160019000000	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAI	14.891.249,00	13.283.537,90	1.607.711,10-
160019990000	DIVERSOS SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAI	14.891.249,00	13.283.537,90	1.607.711,10-
160019990001	RECEITA DE SERVICOS RECREATIVOS, ARTISTICOS E CULTURAI - NAO VINCULADA	761.253,00	814.097,58	52.844,58
160019990003	RECEITA DE INGRESSO DE VISITACAO NO PARQUE ZOOLOGICO DE SAPUCAIA DO SUL	3.450.847,00	2.250.533,94	1.200.313,06-
160019990004	RECEITA DE INGRESSO DE VISITACAO NO JARDIM BOTANICO	370.000,00	218.975,50	151.024,50-
160019990008	RECEITA DE VISITACAO EM PARQUES VINCULADOS A SEC. DO TURISMO	2.000.000,00	1.229.159,12	770.840,88-
160019990009	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAI-FUNPEEAB	8.206.918,00	8.397.472,54	190.554,54
160019990010	RECEITA INGRESSO PARQUES-FEMA	102.231,00	373.299,22	271.068,22
160020000000	SERVICO DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	43.767.136,00	49.347.185,26	5.580.049,26
160020010000	SERVICOS DE ANALISE PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL	43.662.691,00	49.042.544,44	5.379.853,44
160020010001	RECEITA DE DECLARACAO DE LICENCIAMENTO	0,00	1.850,17	1.850,17
160020010002	RECEITA DE LICENCIAMENTO PREVIO	4.161.624,00	4.035.872,60	125.751,40-
160020010003	RECEITA DE LICENCIAMENTO DE INSTALACAO	3.686.405,00	3.064.826,62	621.578,38-
160020010004	RECEITA DE LICENCIAMENTO DE OPERACAO	30.829.036,00	32.711.360,49	1.882.324,49

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
160020010005	RECEITA DE SERVICOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	4.985.626,00	9.228.634,56	4.243.008,56
160020990000	DIVERSOS SERVICOS DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	104.445,00	304.640,82	200.195,82
160020990001	ANALISE DE PROJETOS DE PARCELAMENTO DE SOLO - ANUENCIA PREVIA	104.445,00	304.640,82	200.195,82
160022000000	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	45.000,00	0,00	45.000,00-
160022990000	DIVERSOS SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	45.000,00	0,00	45.000,00-
160022990004	RECEITA DE SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS - NAO VINCULADA	45.000,00	0,00	45.000,00-
160024000000	SERVICOS DE REGISTRO DO COMERCIO	30.929.804,00	31.024.908,84	95.104,84
160024990000	DIVERSOS SERVICOS DE REGISTRO DO COMERCIO	30.929.804,00	31.024.908,84	95.104,84
160024990001	RECEITA DE SERVICOS DA JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL	30.929.804,00	31.024.908,84	95.104,84
160031000000	TARIFAS AEROPORTUARIAS	2.665.899,00	4.701.241,82	2.035.342,82
160031010000	TARIFA AEROPORTUARIA	2.665.899,00	4.701.241,82	2.035.342,82
160031010001	TARIFAS AEROPORTUARIAS - NAO VINCULADA	2.648.424,00	4.677.222,62	2.028.798,62
160031010002	OPERACOES AEROPORTUARIAS EM HORARIO EXTRAORDINARIO	17.475,00	24.019,20	6.544,20
160099000000	OUTROS SERVICOS	88.289.816,00	74.655.539,41	13.634.276,59-
160099010000	SERVICOS PARA UTILIZACAO E COMERCIALIZACAO DAS FAIXAS DE DOMINIO	49.000,00	51.607,12	2.607,12
160099010031	SERVICO DE ANALISE DE PROJETO DE REDE E LINHA TRANSVERSAL	30.000,00	37.267,84	7.267,84
160099010033	SERVICO DE ANALISE DE PROJETO DE ACESSO COMERCIAL E DE SERVICIO	19.000,00	14.339,28	4.660,72-
160099990000	DIVERSOS SERVICOS	88.240.816,00	74.603.932,29	13.636.883,71-
160099990009	RECEITA SERVICIO GERENCIAMENTO SIST ARRECADACAO MULTAS INFRACAO TRANSITO - DE	86.000.000,00	72.822.299,33	13.177.700,67-
160099990011	OUTROS SERVICOS - SETM	1.136.552,00	1.166.835,34	30.283,34
160099990013	RECEITA DE SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - FESP - BM	0,00	1.647,19	1.647,19
160099990020	RECEITA DOS SERVICOS DE ANALISES LABORATORIAIS	758.663,00	446.797,99	311.865,01-
160099990028	RECEITA DE OUTROS SERVICOS - NAO VINCULADA	85.988,00	74.755,44	11.232,56-
160099990030	RECEITA DE SERVICOS DE CURSOS	446,00	0,00	446,00-
160099990032	RECEITA SERVICIO ACESSO AQUAVIARIO FORA DO CAIS	259.167,00	91.597,00	167.570,00-
170000000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	9.097.259.230,00	8.641.054.002,38	456.205.227,62-
172000000000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.960.849.009,00	8.568.314.724,99	392.534.284,01-
172100000000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	4.416.087.146,00	4.085.275.299,49	330.811.846,51-
172101000000	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	2.768.921.747,00	2.623.315.896,25	145.605.850,75-
172101010000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS	2.233.470.959,00	2.038.270.800,73	195.200.158,27-
172101010001	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS (FPE)	2.233.470.959,00	2.038.270.800,73	195.200.158,27-
172101120000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES	429.490.321,00	509.349.302,40	79.858.981,40
172101120001	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES	429.490.321,00	509.349.302,40	79.858.981,40
172101130000	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	105.960.467,00	75.695.725,44	30.264.741,56-
172101130013	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	105.960.467,00	75.695.725,44	30.264.741,56-
172101320000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERACOES DE CREDITO, CAMBIO E SEGURO, OU RELATI	0,00	67,68	67,68
172101320032	COTA-PARTE DO IMP S/OPERACOES CRED, CAMBIO E SEGURO - COMERCIALIZACAO DO OUR	0,00	67,68	67,68
172122000000	TRANSFERENCIAS DA COMPENSACAO FINANCEIRA PELA EXPLORACAO DE RECURSOS NATURAI	66.903.906,00	34.311.985,43	32.591.920,57-
172122110000	COTA-PARTE DA COMPENSACAO FINANCEIRA DE RECURSOS HIDRICOS	59.000.861,00	25.347.644,70	33.653.216,30-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
172122110011	COTA-PARTE DA COMPENSACAO FINANCEIRA DE RECURSOS HIDRICOS-CFRH	59.000.861,00	25.347.644,70	33.653.216,30-
172122200000	COTA-PARTE DA COMPENSACAO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFRM	3.745.721,00	3.595.067,94	150.653,06-
172122200020	COTA-PARTE DA COMPENSACAO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS-CFRM	3.745.721,00	3.595.067,94	150.653,06-
172122700000	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO - FEP	4.157.324,00	5.369.272,79	1.211.948,79
172122700070	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO-FEP	4.157.324,00	5.369.272,79	1.211.948,79
172133000000	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - REPASSE FUNDO A FUNDO	845.505.000,00	826.795.328,93	18.709.671,07-
172133120000	TRANSFERENCIAS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE-ATENCAO DE MAC AMBULATORIAL E HOSPI	797.864.000,00	770.811.029,22	27.052.970,78-
172133120011	TRANSFERENCIAS DO SUS-LF MACAH-TETO FINANCEIRO	622.364.000,00	509.040.966,45	113.323.033,55-
172133120012	TRANSFERENCIAS DO SUS-LF MACAH-SERVICOS ATENDIMENTO MOVEL URGENCIA-SAMU	2.083.000,00	0,00	2.083.000,00-
172133120015	TRANSFERENCIAS DO SUS-LF MACAH-CENTRO REFERENCIA SAUDE DO TRABALHADOR	517.000,00	0,00	517.000,00-
172133120028	TRANSFERENCIAS DO SUS-FAEC-TRANSPLANTES-OUTROS	2.521.000,00	0,00	2.521.000,00-
172133120029	TRANSFERENCIA SUS-ATENCAO MAC AMBULAT HOSP-PLANO APOIO CENTRAIS TRANSPLANTES	646.000,00	0,00	646.000,00-
172133120050	ASSISTENCIA DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB E HOSP - PORTARIA GM 3992-2017	0,00	255.708.023,49	255.708.023,49
172133120099	TRANSFERENCIAS DO SUS-FAEC-OUTROS	89.435.000,00	6.062.039,28	83.372.960,72-
172133120999	TRANSFERENCIAS DO SUS-LF MAC-OUTROS	80.298.000,00	0,00	80.298.000,00-
172133130000	TRANSFERENCIAS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - VIGILANCIA EM SAUDE	22.149.000,00	24.705.735,01	2.556.735,01
172133130001	TRANSFERENCIAS DO SUS-VIG EPID AMBL-TETO FINANCEIRO	8.861.000,00	0,00	8.861.000,00-
172133130002	TRANSFERENCIA DO SUS-VIG SAN-REDE NACIONAL LABORATORIOS-FINLACEN	828.000,00	0,00	828.000,00-
172133130005	TRANSFERENCIAS SUS-VIGILANCIA SANITARIA-PISO ESTRATEGICO GERENCIAMENTO RISCO	4.363.000,00	0,00	4.363.000,00-
172133130006	TRANSFERENCIAS DO SUS-VIG EPID AMBL-HIV/AIDS E OUTRAS DSTS	4.572.000,00	0,00	4.572.000,00-
172133130012	TRANSFERENCIA SUS-VIGILANCIA SAUDE-AMPLIACAO SUSTENTABILIDADE PROJ VIDA TRAN	252.000,00	0,00	252.000,00-
172133130050	VIGILANCIA EM SAUDE - PORTARIA GM 3992-2017	0,00	24.705.735,01	24.705.735,01
172133130089	TRANSFERENCIAS DO SUS-VIG EPID AMBL-FORTALECIMENTO LABORATORIO	2.580.000,00	0,00	2.580.000,00-
172133130100	TRANSFERENCIA FNS-VIGILANCIA EM SAUDE PVPVS - PORTARIA 3209 - HEPATITES VIRA	693.000,00	0,00	693.000,00-
172133140000	TRANSFERENCIAS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - ASSISTENCIA FARMACEUTICA	24.145.000,00	25.502.567,49	1.357.567,49
172133140030	TRANSFERENCIAS DO SUS-ASSIST FARM-COMPONENTE:MEDICAMENTO DISPENSACAO EXCEPCI	24.145.000,00	0,00	24.145.000,00-
172133140050	ASSISTENCIA FARMACEUTICA - PORTARIA GM 3992-2017	0,00	25.502.567,49	25.502.567,49
172133150000	TRANSFERENCIA DO SISTEMA UNICO DA SAUDE - GESTAO	1.347.000,00	5.775.997,21	4.428.997,21
172133150012	TRANSFERENCIA SUS-GESTAO-IMPLANTACAO ACOES SERVICOS-SERV RESID TERAPEUTICOS-	1.347.000,00	0,00	1.347.000,00-
172133150050	ATENCAO BASICA - PORTARIA GM 3992-2017	0,00	4.852.797,21	4.852.797,21
172133150150	GESTAO DO SUS - PORTARIA GM 3992-2017	0,00	923.200,00	923.200,00
172134000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FNAS	3.148.789,00	0,00	3.148.789,00-
172134990000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS	3.148.789,00	0,00	3.148.789,00-
172134990010	TRANSFERENCIA FNAS-PISO ALTA COMPLEXIDADE I	219.159,00	0,00	219.159,00-
172134990011	TRANSFERENCIA FNAS-PISO FIXO MEDIA COMPLEXIDADE	1.544.840,00	0,00	1.544.840,00-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
172134990020	TRANSFERENCIA FNAS-INDICE GESTAO DESCENTR SISTEMA UNICO ASSISTENC SOCIAL-IGD	505.000,00	0,00	505.000,00-
172134990022	TRANSFERENCIA FNAS-PROGRAMA CRIANCA FELIZ	879.790,00	0,00	879.790,00-
172135000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO-	448.025.685,00	444.254.863,34	3.770.821,66-
172135010000	TRANSFERENCIAS DO SALARIO-EDUCACAO	364.455.685,00	358.615.478,34	5.840.206,66-
172135010001	TRANSFERENCIAS DO SALARIO-EDUCACAO	364.455.685,00	358.615.478,34	5.840.206,66-
172135020000	TRANSFERENCIAS DIRETA DO FNDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	120.000,00	121.133,64	1.133,64
172135020020	TRANSFERENCIAS FNDE-PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA-PDDE	120.000,00	2.023,64	117.976,36-
172135020030	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE - FNDE RESOLUCAO 10-2013	0,00	119.110,00	119.110,00
172135030000	TRANSFERENCIAS DIRETA DO FNDE - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR - P	81.000.000,00	78.448.921,65	2.551.078,35-
172135030003	TRANSFERENCIAS FNDE-PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR-DIVERSOS	81.000.000,00	78.448.921,65	2.551.078,35-
172135040000	TRANSFERENCIAS DIRETA DO FNDE - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESC	950.000,00	249.664,73	700.335,27-
172135040030	TRANSFERENCIAS FNDE-PROGRAMA NACIONAL APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR-PNATE	950.000,00	249.664,73	700.335,27-
172135990000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUC	1.500.000,00	6.819.664,98	5.319.664,98
172135990016	TRANSFERENCIA FNDE - PROGRAMA DE FOMENTO A IMPLANTACAO DE ESCOLAS TEMPO INTE	1.500.000,00	6.819.664,98	5.319.664,98
172136000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERACAO - L.C. 87/96	146.900.228,00	143.886.889,56	3.013.338,44-
172136010000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERACAO LC 87/96	146.900.228,00	143.886.889,56	3.013.338,44-
172136010001	TRANSFERENCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERACAO - L.C. 87/96	146.900.228,00	143.886.889,56	3.013.338,44-
172199000000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	136.681.791,00	12.710.335,98	123.971.455,02-
172199990000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	136.681.791,00	12.710.335,98	123.971.455,02-
172199990011	AUXILIO FINANCEIRO - FOMENTO AS EXPORTACOES DO PAIS	130.447.834,00	0,00	130.447.834,00-
172199990033	COTA-PARTE DO FUNDESP FEDERAL	6.233.957,00	5.783.370,71	450.586,29-
172199990038	TRANSFERENCIA FUNDOPEN-MJ FUNDOPEN-SSP PORTARIA 1414-2016	0,00	6.926.965,27	6.926.965,27
172300000000	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	1.000,00	11.551,59	10.551,59
172301000000	TRANSFERENCIA DOS MUNICIPIOS - SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS	1.000,00	0,00	1.000,00-
172301990000	DIVERSAS TRANSFERENCIA DOS MUNICIPIOS - SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS	1.000,00	0,00	1.000,00-
172301990001	TRANSFERENCIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO ALEGRE	1.000,00	0,00	1.000,00-
172399000000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	0,00	11.551,59	11.551,59
172399990000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	0,00	11.551,59	11.551,59
172399990007	TRANSFERENCIA COMDICAU - FASE - PROJETO RECOMECAR	0,00	11.551,59	11.551,59
172400000000	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.544.760.863,00	4.483.027.873,91	61.732.989,09-
172401000000	TRANSFERENCIAS DOS FUNDOS DE EDUCACAO	4.544.760.863,00	4.483.027.873,91	61.732.989,09-
172401990000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DOS FUNDOS DE EDUCACAO	4.544.760.863,00	4.483.027.873,91	61.732.989,09-
172401990002	TRANSFERENCIA FUNDO MANUTENCAO DESENV EDUCACAO BASICA VALORIZACAO PROFL EDUC	4.544.760.863,00	4.483.027.873,91	61.732.989,09-
173000000000	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	17.147.651,00	12.096.691,94	5.050.959,06-
173099000000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	17.147.651,00	12.096.691,94	5.050.959,06-
173099990000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	17.147.651,00	12.096.691,94	5.050.959,06-
173099990003	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS-NAO VINCULAD	21.550,00	60.000,00	38.450,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
173099990004	DOACOES INSTITUICOES PRIVADAS AO FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANCA E O ADOLESCEN	2.882.309,00	2.592.868,58	289.440,42-
173099990033	DOACOES DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FESP-BM	5.301,00	0,00	5.301,00-
173099990057	TERMO DE COOPERACAO 85-2017 OI SA - SSP - PC DELEGACIA REPRESS CRIME PATR CO	0,00	230.517,79	230.517,79
173099990159	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FAC-FUNDO DE APOIO A CULTURA	8.750.000,00	6.593.677,25	2.156.322,75-
173099990161	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FUNDO DE INCENTIVO AO ESPORTE	5.000.000,00	1.588.315,06	3.411.684,94-
173099990162	TRANSFERENCIAS INSTITUIC PRIVADAS- FUNDO ESTADUAL DE APOIO A INCLUSAO PRODUT	370.545,00	484.542,86	113.997,86
173099990167	TRANSFERENCIA BANRISUL-FASE-JOGOS DE CONFRATERNIZACAO	80.000,00	0,00	80.000,00-
173099990169	TRANFERENCIA TERMO AJUSTE CONDUTA TAC FASE- CURSO INSTALACAO HIDRAULICA - CE	14.625,00	7.500,00	7.125,00-
173099990171	TRANFERENCIA TERMO AJUSTE CONDUTA TAC FASE- CURSO DE CHAPEACAO E SOLDA-CECON	23.321,00	30.000,00	6.679,00
173099990172	TERMO DE COOPERACAO TECNICA - RGE - FETLSVC - PROGRAMA EFICIENTIZACAO ENERGE	0,00	509.270,40	509.270,40
174000000000	TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00	18.936,00	18.936,00
174099000000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00	18.936,00	18.936,00
174099990000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00	18.936,00	18.936,00
174099990006	DOACOES RECEBIDAS DO EXTERIOR	0,00	18.936,00	18.936,00
175000000000	TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	1.293.487,00	424.402,97	869.084,03-
175099000000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	1.293.487,00	424.402,97	869.084,03-
175099990000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	1.293.487,00	424.402,97	869.084,03-
175099990014	DOACOES DE PESSOAS FISICAS AO FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANCA E O ADOLESCENTE	83.381,00	118.668,27	35.287,27
175099990025	TRANSFERENCIA DE PESSOAS-FUNDO ESTADUAL DA PESSOA IDOSA-FUNEPI	1.000.000,00	102.187,68	897.812,32-
175099990028	DEVOLUCAO ESPONTANEA DE REMUNERACAO - PODER EXECUTIVO	118.234,00	131.010,02	12.776,02
175099990029	DEVOLUCAO ESPONTANEA DE REMUNERACAO - PODER LEGISLATIVO	91.872,00	72.537,00	19.335,00-
176000000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	117.969.083,00	60.199.246,48	57.769.836,52-
176100000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	82.464.005,00	21.043.316,44	61.420.688,56-
176102000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO PARA PROGRAMAS DE EDUCACAO	20.000.000,00	150.150,32	19.849.849,68-
176102990000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO PARA PROGRAMAS DE EDUCACAO	20.000.000,00	150.150,32	19.849.849,68-
176102990101	TRANSFERENCIA CONVENIO FNDE-SE 658799-2009 FORM PROFESSORES E PROFISSIONAIS-	0,00	150,32	150,32
176102990120	TRANSFERENCIA CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAR 24215-AMPLIACAO REFORMA ESCOLAS	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00-
176102990131	CONVENIO FNDE-UERGS 840750-16- AQUISICAO EQUIPAMENTOS INFORMATICA E LABORATO	0,00	150.000,00	150.000,00
176104000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE A FOM	500.000,00	0,00	500.000,00-
176104010000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE A FOM	500.000,00	0,00	500.000,00-
176104010006	TRANSFERENCIA TERMO MDSCF/STCAS 22-CADASTRO UNICO PROGRAMA SOCIAL-BOLSA-FAMI	500.000,00	0,00	500.000,00-
176199000000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	61.964.005,00	20.893.166,12	41.070.838,88-
176199990000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	61.964.005,00	20.893.166,12	41.070.838,88-
176199990182	TRANSFERENCIAS CONVENIO ANEEL-MME/AGERGS-DESCENTRALIZACAO ATIVIDADES ENERGIA	2.220.000,00	2.348.480,63	128.480,63
176199990183	TRANSFERENCIAS CONVENIO MJ-DPRF/ST-DAER 2/99-CONTROLADORES DE VELOCIDADE	0,00	453,48	453,48

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
176199990192	TRANSFERENCIA CONVENIO ANTT/ST 013/2002-FISCALIZACAO VALE-PEDAGIO TRANSPORTE	870.000,00	0,00	870.000,00-
176199990356	TRANSF CONV M CULT- SEC CULT - 763224-11 - IMPLANT REDE DE PTOS DE CULTURA N	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00-
176199990379	TRANSFERECIA CONVENIO MTE-FGTAS 04/2012-ACOES SISTEMA EMPREGO TRABALHO E REN	9.000.000,00	1.007,19	8.998.992,81-
176199990382	TRANSFERENCIA CONVENIO MDS-SDRPC-777118/12-ACESSO AGUA PRODUCAO RURAL	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00-
176199990402	TRANSFERENCIA CONVENIOS SDH-PRS JDH 021 2011	5.000,00	0,00	5.000,00-
176199990403	TRANSFERENCIA CONVENIOS INCRA-SDR 780917 12 KITS PRODUTIV E CAPACIT FAMILIAS	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00-
176199990407	TRANSFERENCIA CONVENIO MINC-SEDAC 761921/2011-CRIATIVA BIRO	500.000,00	0,00	500.000,00-
176199990413	TRANSFERENCIA CONVENIO FINEP-MCT/FEPAGRO 01/12/0113/00-MAIS AGUA	0,00	175,96	175,96
176199990442	CONVENIO MDA-SDR 793995/13-CADASTRO GEOREFERENCIAMENTO ACOA REG FUNDIARIA	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00-
176199990443	CONVENIO FINEP-CIENTEC 0113038800-MELHORIA SISTEMA INTEGRADO NAVEGACAO-SISNA	320.000,00	0,00	320.000,00-
176199990446	CONVENIO FINEP-FAPERGS 525/2012-APOIO INOVACAO MICROEMPRESAS E PEQUENO PORTE	0,00	222,14	222,14
176199990447	CONVENIO MDS-SDR 804904/2014-AQUISICAO ALIMENTOS AGRICULTURA FAMILIAR	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00-
176199990449	TRANSFERENCIA CONVENIO IPHAN-SEDAC 111/14-RESTAURACAO MUSEU HIPOLITO JOSE CO	110.000,00	0,00	110.000,00-
176199990450	TRANSFERENCIA CONVENIO IPHAN/SEDAC 110/2014-RESTAURACAO MUSEU DE ARTE DO RS	60.000,00	0,00	60.000,00-
176199990451	TRANSFERENCIA CONVENIO IPHAN/SEDAC 109/2014-RESTAURACAO MUSEU JULIO DE CASTI	120.000,00	0,00	120.000,00-
176199990452	CONVENIO IPHAN/SEDAC 108-2014-RESTAURACAO CORREIOS MEMORIAL ARQUIVO HISTORIC	110.000,00	0,00	110.000,00-
176199990454	CONVENIO ANA-SEMA 114-2013 PROGESTAO PROG CONSOLID PACTO PELA GESTAO DAS AGU	750.000,00	664.950,00	85.050,00-
176199990458	TRANSFERENCIA CONVENIO FINEP-CIENTEC 0113038800 - SISNAVEGA	0,00	19.816,00	19.816,00
176199990467	CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794758-2013 APOIO A NUCLEOS EMERGENTES DE PESQUISA	0,00	687.450,00	687.450,00
176199990468	CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794274-2013 PROGRAMA PRIMEIROS PROJETOS - PPP	0,00	687.450,00	687.450,00
176199990469	CONVENIO TC/PAC 1199/2015 MC-METROPLAN -PROTECAO CONTRA CHEIAS DO RIO GRAVAT	1.374.620,00	6.013.195,84	4.638.575,84
176199990470	CONVENIO TC/PAC 1203/2015 MC-METROPLAN -GESTAO DAS INUNDACOES E EST RIO GRAV	11.720.570,00	1.487.361,45	10.233.208,55-
176199990471	CONVENIO TC/PAC 1202/2015 MC-METROPLAN -GESTAO DAS INUNDACOES RIO DOS SINOS	6.098.300,00	1.514.689,30	4.583.610,70-
176199990472	CONVENIO TC/PAC 1201/2015 MC-METROPLAN -PROTECAO CONTRA CHEIAS DO RIO JACUI	1.275.205,00	42.204,97	1.233.000,03-
176199990474	CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794470-2013 PROGRAMA DE APOIO A NUCLEOS DE EXCELENCIA	0,00	3.819.453,76	3.819.453,76
176199990476	CONVENIO BACEN-SSP 08-2016-ESCOLTA VALORES AEROPORTO SALGADO FILHO	80.000,00	0,00	80.000,00-
176199990480	CONVENIO CNPQ - FAPERGS 837596-16 PROGRAMA PESQUISA SUS - GESTAO COMP EM SAU	3.375.000,00	3.375.000,00	0,00
176199990481	CONVENIO MAPA-SDR 840059-2016-QUALIFICACAO CADEIA PRODUTIVA QUEIJO ARTESANAL	470.310,00	0,00	470.310,00-
176199990483	CONVENIO SEDH- PROGR EST PROT AUX E ASSIST A TESTEM AMEACADAS-MANUTENCAO PRO	0,00	6,29	6,29
176199990484	TRANSF CONVENIO INEP-SSP 849395-17 APOIAR SEGURANCA E SIGILO INSTRUMENTOS IN	0,00	231.249,11	231.249,11
176199999999	RECEITA DE CONVENIOS - PARA FINS DE ORCAMENTO	105.000,00	0,00	105.000,00-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
17620000000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDA	13.325.199,00	15.185.103,45	1.859.904,45
17629900000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS	13.325.199,00	15.185.103,45	1.859.904,45
17629999000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	13.325.199,00	15.185.103,45	1.859.904,45
176299990011	CONVENIO TJ-SSP-OBRA PROJETO RECONSTRUINDO IPF	2.325.199,00	0,00	2.325.199,00-
176299990012	CONVENIO 906-2016 CONFAZ - SEFAZ RS - SEFAZ VIRTUAL	11.000.000,00	15.185.103,45	4.185.103,45
17630000000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTIDADES	6.095.879,00	7.086.337,05	990.458,05
17639900000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS MUNICIPIOS	6.095.879,00	7.086.337,05	990.458,05
17639999000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE MUNICIPIOS	6.095.879,00	7.086.337,05	990.458,05
176399990001	TRANSFERENCIA CONVENIO FAMURS/BM-FISCALIZACAO DE TRANSITO	6.095.879,00	6.822.167,11	726.288,11
176399990016	TERMO COOPERACAO P M CANOAS-SSP-QUALIFICACAO USO ARMAS DE FOGO	0,00	264.169,94	264.169,94
17640000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	16.084.000,00	16.884.489,54	800.489,54
17649900000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	16.084.000,00	16.884.489,54	800.489,54
17649999000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	16.084.000,00	16.884.489,54	800.489,54
176499990001	TRANSFERENCIA CONVENIO AES SUL/PC 14/05-DELEGACIA REPRESSAO CRIME C/PATRIMON	204.000,00	34.132,75	169.867,25-
176499990024	TRANSFERENCIA CONVENIO EGR/SSP-BM-81/2013-ATENDIMENTO VITIMAS ACIDENTES TRAN	0,00	3.352,79	3.352,79
176499990036	TRANSFERENCIA TCT BANRISUL/SEFAZ - 828-2016	0,00	1.848.036,84	1.848.036,84
176499990037	TRANSFERENCIA CONVENIO FENASEG/DETRAN 1/08-SISTEMA NACIONAL DE GRAVAMES	0,00	445.307,85	445.307,85
176499990038	TRANSFERENCIA CONVENIO FENASEG/DETRAN 2/08-APARELHAMENTO E MODERNIZACAO DETR	4.500.000,00	3.128.929,41	1.371.070,59-
176499990042	TRANSFERENCIA CONVENIO CORSAN-AGERGS-REGULACAO SANEAMENTO	11.380.000,00	11.407.729,90	27.729,90
176499990052	CONVENIO SSP-CORSAN PROGR APOIO ADMIN POLIC CIVIL - OPER DELEG REPRES CRIMES	0,00	17.000,00	17.000,00
19000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.653.184.660,00	2.984.900.825,07	5.668.283.834,93-
19100000000	MULTAS E JUROS DE MORA	915.953.810,00	1.123.812.216,84	207.858.406,84
19110000000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	319.111.776,00	332.431.479,11	13.319.703,11
19110200000	MULTAS E JUROS DE MORA - IMPOSTOS DE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	0,00	276,27	276,27
19110203000	MULTAS E JUROS DE MORA DE IMPOSTOS SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES	0,00	276,27	276,27
191102030012	MULTAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES	0,00	226,39	226,39
191102030013	JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES	0,00	49,88	49,88
19112000000	MULTAS E JUROS DE MORA IMPOSTO S/ TRANSMISSAO CAUSA MORTIS DOACAO BENS DIREIT	6.640.980,00	10.288.569,17	3.647.589,17
19112001000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ITCD	6.640.980,00	10.288.569,17	3.647.589,17
191120010001	JUROS DE MORA DO ITCD	3.175.931,00	5.218.935,71	2.043.004,71
191120010002	MULTAS DO ITCD	3.465.049,00	5.069.633,46	1.604.584,46
19114100000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE VEICULOS AUTOMOTORES-I	80.546.470,00	54.510.566,61	26.035.903,39-
19114101000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA	80.546.470,00	54.510.566,61	26.035.903,39-
191141010001	MULTAS DO IPVA	64.941.227,00	47.563.913,59	17.377.313,41-
191141010002	JUROS DE MORA DO IPVA	15.605.243,00	6.946.653,02	8.658.589,98-
19114200000	MULTAS E JUROS MORA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULACAO DE MERCADORIAS E SERVICOS -	231.327.541,00	267.074.774,19	35.747.233,19

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
191142010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS	231.139.764,00	266.666.904,73	35.527.140,73
191142010001	JUROS DE MORA DO ICMS	3.939.835,00	3.818.066,11	121.768,89-
191142010002	MULTAS DO ICMS	15.283.144,00	10.966.829,63	4.316.314,37-
191142010011	JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO	60.078.256,00	99.218.117,75	39.139.861,75
191142010012	MULTAS DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO	40.423.329,00	63.391.599,90	22.968.270,90
191142010014	MULTAS MORATORIAS DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO	111.415.200,00	89.272.291,34	22.142.908,66-
191142020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS - AMPARA-RS	187.777,00	407.869,46	220.092,46
191142020001	JUROS DE MORA DO ICMS - AMPARA-RS	5.352,00	3.369,81	1.982,19-
191142020002	MULTA DE MORA DO ICMS - AMPARA-RS	76.971,00	30.394,91	46.576,09-
191142020003	JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO - AMPARA-RS	9.817,00	228.886,09	219.069,09
191142020004	MULTA DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO - AMPARA - RS	95.637,00	113.623,98	17.986,98
191142020005	MULTA MATERIAL DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO - AMPARA - RS	0,00	31.594,67	31.594,67
191199000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	596.785,00	557.292,87	39.492,13-
191199010000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	596.785,00	557.292,87	39.492,13-
191199010001	JUROS DE MORA DE TAXAS	763,00	0,00	763,00-
191199010006	MULTAS E JUROS DE MORA SOBRE A TAXA DE COOPERACAO E DEFESA ORIZICULTURA	200.000,00	92.678,53	107.321,47-
191199010029	MULTA DA TAXA DE FISCALIZACAO DE AGENCIAS E ESTACOES RODOVIARIAS	121.000,00	60.952,61	60.047,39-
191199010030	JUROS DE MORA-DA TAXA DE FISCALIZACAO DE AGENCIAS E ESTACOES RODOVIARIAS	12.000,00	898,48	11.101,52-
191199010031	MULTAS DE MORA-TAXA DE MANUTENCAO E SERVICOS DE RODOVIAS	13.000,00	23.836,75	10.836,75
191199010032	JUROS DE MORA-TAXA DE MANUTENCAO E SERVICOS DE RODOVIAS	2.000,00	3.912,15	1.912,15
191199010033	MULTAS DE TAXAS DE SERVICOS SECRETARIA DA AGRICULTURA - FUNDOVINOS	0,00	17.552,53	17.552,53
191199010034	JUROS DE MORA SOBRE TAXA DE SERVICOS SECRETARIA AGRICULTURA-FUNDOVINOS	0,00	3.145,78	3.145,78
191199010035	MULTAS DE TAXAS DE SERVICOS SECRETARIA DA AGRICULTURA -FUNDOLEITE	19.845,00	2.909,81	16.935,19-
191199010036	JUROS DE MORA SOBRE TAXA DE SERVICOS SECRETARIA AGRICULTURA-FUNDOLEITE	9.333,00	205,29	9.127,71-
191199010071	MULTAS DE CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS - LEI 12.613/06	1.485,00	278,24	1.206,76-
191199010072	JUROS DE MORA DA TAXA JUDICIARIA - LEI 12.613/06	4.017,00	322,45	3.694,55-
191199010073	MULTA DA TAXA JUDICIARIA - L12.613/06	2.240,00	144,25	2.095,75-
191199010074	MULTAS DE TAXAS DE SERVICOS DO FUNDOVITIS	44.627,00	63.309,30	18.682,30
191199010075	JUROS DE MORA DE TAXA DE SERVICOS DO FUNDOVITIS	56.483,00	58.062,84	1.579,84
191199010076	MULTA DE TAXAS DE SERVICOS DO FESP-BM	69.138,00	59.335,29	9.802,71-
191199010077	JUROS DE MORA DE TAXA DE SERVICOS DO FESP-BM	31.377,00	54.193,69	22.816,69
191199010082	MULTA DA TAXA DE SERVICOS FLORESTAIS - FUNDEFLO	0,00	31.941,45	31.941,45
191199010083	JURO DE MORA DA TAXA DE SERVICOS FLOESTAL - FUNDEFLO	0,00	21.691,55	21.691,55
191199010084	MULTA DA TAXA DO FUNDOMATE	1.453,00	4.471,65	3.018,65
191199010085	JURO DE MORA DA TAXA DO FUNDOMATE	385,00	973,92	588,92
191199010086	JUROS DE MORA TAXA AGERGS	7.639,00	4.596,88	3.042,12-
191199010087	MULTA DE MORA-TAXA DE SERVICOS-FEASP	0,00	45.770,68	45.770,68
191199010088	JUROS DE MORA-TAXA DE SERVICOS-FEASP	0,00	6.108,75	6.108,75
191300000000	MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	365.728.934,00	530.811.106,20	165.082.172,20
191314000000	MULTAS JUROS MORA DIVIDA ATIVA IMPOSTO SOBRE A 173 PROPRIEDADE VEICULOS AUTOMOTO	40.591.658,00	50.328.874,95	9.737.216,95

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
191314010000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA	40.591.658,00	50.328.874,95	9.737.216,95
191314010002	MULTA MORA DIVIDA ATIVA IPVA	29.400.605,00	37.740.313,65	8.339.708,65
191314010003	JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA (ART 69, LEI 6537/73)	11.191.053,00	12.586.146,35	1.395.093,35
191314010004	PRECAT COMPE - JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA	0,00	2.120,38	2.120,38
191314010005	PRECAT COMPE - MULTA MORA DIVIDA ATIVA IPVA	0,00	294,57	294,57
191315000000	MULTAS JUROS MORA DIVIDA ATIVA IMPOSTO S/ CIRCULACAO MERCADORIAS E SERVICOS-	320.385.666,00	474.233.529,70	153.847.863,70
191315010000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	319.500.253,00	474.119.792,70	154.619.539,70
191315010002	MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	64.583.855,00	58.965.065,89	5.618.789,11-
191315010003	JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS (ART 69, LEI 6537/73)	211.021.593,00	267.207.729,30	56.186.136,30
191315010004	MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	43.894.805,00	62.342.248,86	18.447.443,86
191315010009	PRECAT COMPE - JURO DE MORA DIVIDA ATIVA ICMS	0,00	63.766.815,52	63.766.815,52
191315010010	PRECAT COMPE - MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	0,00	16.111.491,02	16.111.491,02
191315010011	PRECAT COMPE - MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	0,00	5.726.442,11	5.726.442,11
191315020000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - AMPARA-RS	885.413,00	113.737,00	771.676,00-
191315020001	MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - AMPARA-RS	686.418,00	80.100,58	606.317,42-
191315020002	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - ART 69 LEI 6537-73 - AMPARA-RS	198.995,00	24.817,52	174.177,48-
191315020003	MULTA MATERIAL DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - AMPARA -RS	0,00	8.818,90	8.818,90
191316000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	195.797,00	79.127,59	116.669,41-
191316990000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS CUSTAS JUDICIAIS	195.797,00	79.127,59	116.669,41-
191316990001	MULTAS DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	2.216,00	235,71	1.980,29-
191316990002	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS (ART 69, LEI 6537/73)	9.694,00	1.075,83	8.618,17-
191316990003	MULTAS DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS - LEI 12.613/06	23.890,00	7.005,03	16.884,97-
191316990004	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS (ART.69) - LEI 12.613/06	159.997,00	62.831,46	97.165,54-
191316990006	PRECAT COMPE - MULTA E JUROS DA DIVIDA ATIVA DE CUSTOS JUDICIAIS - LEI 12613	0,00	7.979,56	7.979,56
191320000000	MULTA JUROS MORA DIV ATIVA IMPOSTO S/TRANSM CAUSA MORTIS DOACAO BENS E DIREIT	2.182.589,00	3.840.003,90	1.657.414,90
191320010000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD	2.182.589,00	3.840.003,90	1.657.414,90
191320010002	MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD	854.306,00	1.746.443,58	892.137,58
191320010003	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD (ART 69, LEI 6537/73)	1.328.283,00	2.034.535,75	706.252,75
191320010004	PRECAT COMPE - ITCD - DIVIDA ATIVA JUROS DE MORA	0,00	39.437,01	39.437,01
191320010005	PRECAT COMPE - MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD	0,00	19.587,56	19.587,56
191399000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	2.373.224,00	2.329.570,06	43.653,94-
191399990000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	2.373.224,00	2.329.570,06	43.653,94-
191399990003	MULTA SOBRE A TAXA DE COOPERACAO E DEFESA DA ORIZICULTURA EM DIVIDA ATIVA	150.000,00	35.528,45	114.471,55-
191399990005	JUROS DE MORA SOBRE TAXA COOPERACAO DEFESA ORIZICULTURA EM DIVIDA ATIVA	400.000,00	87.371,80	312.628,20-
191399990006	MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	4.489,00	1.458,34	3.030,66-
191399990007	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS (ART 69, LEI 6537/73)	18.432,00	4.872,34	13.559,66-
191399990011	MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE TAXAS DO DAER	50.000,00	192.859,60	142.859,60

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
191399990012	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS DO DAER (ART 69, LEI 6537/73)	35.000,00	204.520,57	169.520,57
191399990015	JURO MORA DIVIDA ATIVA TAXA DE SERVICOS DO FUNDOVITIS (ART 69, LEI 6537/73)	858.825,00	383.659,24	475.165,76-
191399990016	MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS FESP-BM	83.684,00	131.759,08	48.075,08
191399990017	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS FESP-BM (ART 69, LEI 6537/)	62.164,00	107.218,71	45.054,71
191399990018	MULTA MORATORIA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS DIVERSOS-NAO VINCULADA	5.572,00	6.352,08	780,08
191399990019	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS (ART 69, LEI 6537/73)-NAO	29.175,00	37.096,47	7.921,47
191399990020	MULTAS DIVIDA ATIVA TAXA SERVICOS-FUNDOVITIS	356.530,00	185.823,45	170.706,55-
191399990021	MULTAS DA DIVIDA ATIVA DA TAXA JUDICIARIA - LEI 12.613/06	72.286,00	19.699,21	52.586,79-
191399990022	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA JUD (ART. 69) - LEI 12.613/06	236.086,00	76.166,24	159.919,76-
191399990038	MULTAS DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FESA	4.530,00	17.543,82	13.013,82
191399990039	JUROS DE MORA DA TAXA DE SERVICOS (ART. 69, LEI 6537/73) - FESA	6.451,00	30.283,48	23.832,48
191399990047	PRECAT COMPE - JURO MORA DIVIDA ATIVA TAXA DE SERVICOS DO FUNDOVITIS	0,00	508.070,70	508.070,70
191399990048	PRECAT COMPE - MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS FESP-BM	0,00	17.505,09	17.505,09
191399990049	PRECAT COMPE - JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS FESP-BM	0,00	47.652,25	47.652,25
191399990050	PRECAT COMPE - DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS DIVERSOS-NAO VINCULADA	0,00	5.288,87	5.288,87
191399990051	PRECAT COMPE - JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS	0,00	29.095,41	29.095,41
191399990052	PRECAT COMPE - MULTAS DIVIDA ATIVA TAXA SERVICOS-FUNDOVITIS	0,00	198.387,70	198.387,70
191399990053	PRECAT COMPE - MULTAS DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FESA	0,00	501,94	501,94
191399990054	PRECAT COMPE - MULTA E JUROS TAXA DE SERVICOS - FESA	0,00	855,22	855,22
191500000000	MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	11.570.588,00	13.726.153,33	2.155.565,33
191599000000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	11.570.588,00	13.726.153,33	2.155.565,33
191599010000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	11.570.588,00	13.726.153,33	2.155.565,33
191599010002	MULTAS DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	1.257.397,00	1.678.903,44	421.506,44
191599010003	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA (ART 69, LEI 6537/73)	2.850.030,00	1.612.157,28	1.237.872,72-
191599010006	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DO FUNDEFLORE (ART 69, LEI 6537/)	0,00	84.846,19	84.846,19
191599010007	JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA POR DANOS AO MEIO AMBIENTE (ART 69 LEI 6537/73)	421.194,00	478.183,64	56.989,64
191599010009	JUROS MORA DIVIDA ATIVA DESCUMPRIMENTO FORMALIDADE FISCAL-ART 69, LEI 6537/7	1.665.131,00	2.267.630,71	602.499,71
191599010010	MULTAS DA DIVIDA ATIVA POR DESCUMPRIMENTO DE FORMALIDADE FISCAL	5.180.837,00	7.178.368,17	1.997.531,17
191599010011	JUROS DE MORA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA-FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUM	79.579,00	212.149,75	132.570,75
191599010021	MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA-FUNDEFLORE	116.420,00	156.561,99	40.141,99
191599010025	PRECAT COMPE - MULTA E JUROS DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - NAO VINCULADO	0,00	50.018,78	50.018,78

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
191599010033	MULTAS E JUROS DE MORA DIVIDA ATIVA MULTA FISCALIZACAO PRODUTOS DE ORIGEM AN	0,00	7.333,38	7.333,38
191800000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	565.579,00	491.677,38	73.901,62-
191899000000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	565.579,00	491.677,38	73.901,62-
191899010000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS - DIVERSOS	565.579,00	491.677,38	73.901,62-
191899010001	JUROS DE MORA SOBRE RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FURPGE	660,00	477,51	182,49-
191899010002	JUROS DE MORA SOBRE RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FADEP	7.000,00	3.675,25	3.324,75-
191899010003	JUROS DE MORA DA RECEITA NAO TRIBUTARIA	370.618,00	139.522,24	231.095,76-
191899010005	ENCARGOS DE MORA - PECULIO FACULTATIVO	75,00	74,61	0,39-
191899010006	ENCARGOS DE MORA - PAMES	41.988,00	84.535,71	42.547,71
191899010007	ENCARGOS DE MORA - PAC	126.761,00	262.780,00	136.019,00
191899010011	MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA NAO TRIBUTARIA - FESEP	18.477,00	611,65	17.865,35-
191899010015	JUROS E ENCARGOS DE MORA INDENIZACAO DANOS MEIO AMBIENTE DECORRENTES DE TACS	0,00	0,41	0,41
191900000000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	218.976.933,00	246.351.800,82	27.374.867,82
191910000000	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO SANITARIA	2.472.639,00	2.776.428,31	303.789,31
191910990000	DIVERSAS MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO SANITARIA	2.472.639,00	2.776.428,31	303.789,31
191910990001	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO SANITARIA-FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	294.000,00	538.742,36	244.742,36
191910990003	MULTAS DE AUTO DE INFRACAO AS NORMAS SANITARIAS - PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	1.109.130,00	1.530.140,51	421.010,51
191910990004	MULTAS DE AUTO DE INFRACAO AS NORMAS SANITARIAS - PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	1.069.509,00	707.545,44	361.963,56-
191915000000	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO DE TRANSITO	198.969.185,00	225.130.048,30	26.160.863,30
191915990000	DIVERSAS MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO DE TRANSITO	198.969.185,00	225.130.048,30	26.160.863,30
191915990001	MULTAS DE INFRACAO DE TRANSITO	90.000.000,00	122.965.114,51	32.965.114,51
191915990002	MULTA INFRACAO TRANSITO MANUAL BATALHAO POLICIA RODOVIARIA - DAER	40.287.588,00	37.690.117,84	2.597.470,16-
191915990003	MULTA INFRACAO TRANSITO POR CONTROLADORES ELETRONICOS - DAER	48.769.909,00	45.298.344,08	3.471.564,92-
191915990005	MULTAS DE INFRACAO DE TRANSITO - CONVENIO DETRAN-BM	18.200.000,00	16.933.651,48	1.266.348,52-
191915990006	MULTAS DE INFRACAO DE TRANSITO-CONVENIO DETRAN-BM/PMPA 371/2009	1.675.200,00	2.229.922,37	554.722,37
191915990017	MULTAS INFRACOES ADMINISTRATIVAS - DESMANCHES - DETRAN RS	36.488,00	12.898,02	23.589,98-
191927000000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	2.339.589,00	5.802.168,18	3.462.579,18
191927030000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - SAUDE	45.925,00	9.168,22	36.756,78-
191927030006	MULTAS E JUROS MORA-TR SUS-FINLACEN	6.000,00	0,00	6.000,00-
191927030046	MULTA CONTRATUAL - RECURSOS FEMA	35.425,00	0,00	35.425,00-
191927030048	MULTAS E JUROS DE MORA-TR SUS-SISTEMA GESTAO DE QUALIDADE	4.000,00	0,00	4.000,00-
191927030109	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS - RECURSO 0006 - VINC SAUDE	0,00	9.168,22	9.168,22
191927030112	MULTA CONTRATUAL - CONV MTA-FPERGS 18-92 ATENDIMENTO AMBULATORIAL	500,00	0,00	500,00-
191927050000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - EDUCACAO	186.800,00	172.117,03	14.682,97-
191927050009	MULTAS CONTRATUAIS - SALARIO-EDUCACAO	184.196,00	170.357,92	13.838,08-
191927050023	MULTAS POR ATRASO NA DEVOLUCAO DE MATERIAL BIBLIOGRAFICO-UERGS	1.000,00	1.759,11	759,11
191927050031	MULTAS CONTRATUAIS-CONTRAPARTIDA OPERACOES DE CREDITO-SALARIO EDUCACAO	1.604,00	0,00	1.604,00-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
191927990000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	2.106.864,00	5.620.882,93	3.514.018,93
191927990016	MULTAS CONTRATUAIS - FURPGE	34.425,00	6.863,26	27.561,74-
191927990017	MULTAS CONTRATUAIS - FADEP	0,00	9.400,00	9.400,00
191927990020	MULTAS CONTRATUAIS - COMPENSACAO FINANCEIRA PELA UTILIZACAO DE RECURSOS HIDR	0,00	20.198,40	20.198,40
191927990022	MULTAS CONTRATUAIS - FEASP	20.227,00	5.507,84	14.719,16-
191927990026	MULTAS CONTRATUAIS - FRPJ	1.000.000,00	1.055.380,98	55.380,98
191927990030	MULTAS CONTRATUAIS - FESP (FUNDESP)	19.566,00	4.639,12	14.926,88-
191927990031	MULTAS CONTRATUAIS - FESP (BRIGADA MILITAR)	6.465,00	24.824,13	18.359,13
191927990032	MULTAS CONTRATUAIS - FESP (POLICIA CIVIL)	0,00	1.084,00	1.084,00
191927990037	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS - NAO VINCULADA	751.951,00	3.388.240,05	2.636.289,05
191927990041	MULTAS CONTRATUAIS-RECEITAS DEPARTAMENTO ESTUDUAL TRANSITO VINCULADA AO FESP	44.134,00	24.882,13	19.251,87-
191927990075	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS-RECEITAS DE SERVICOS DETRAN-FESP-LEI 10.847/96	10.006,00	89.753,66	79.747,66
191927990077	MULTAS CONTRATUAIS - FESEP	130.585,00	57.346,37	73.238,63-
191927990083	MULTAS CONTRATUAIS - OUTROS PODERES	13.673,00	126.220,53	112.547,53
191927990091	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS-RENDIMENTOS DEPOSITOS JUDICIAIS - FRPJ	0,00	26.247,14	26.247,14
191927990100	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS-TRANSF REC VINC POR LEI-PODER JUDICIARIO	0,00	321.580,51	321.580,51
191927990112	MULTAS CONTRATUAIS-FRAL	0,00	1.780,35	1.780,35
191927990114	MULTAS CONTRATUAIS-PROGRAMA DE APOIO A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO-PROREDES-	0,00	71.652,15	71.652,15
191927990121	MULTAS CONTRATUAIS-PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO-PROINVESTE-BNDES	0,00	64.661,79	64.661,79
191927990122	MULTAS E JUROS-PROGRAMA DE MODERNIZACAO FISCAL-PROFISCO-BID	0,00	121,41	121,41
191927990168	MULTAS E JUROS MORA-TAXA DE SERVICIO SAUDE PUBLICA - SAA - FEASP	75.832,00	7.473,90	68.358,10-
191927990170	MULTA CONTRATUAL - RECURSOS 8016 - MULTAS DE TRANSITO	0,00	266.742,22	266.742,22
191927990172	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS - RECURSOS DO TESOURO - ADMINISTRACAO INDIRETA	0,00	54,42	54,42
191927990174	MULTAS CONTRATUAIS-PROGRAMA APOIO A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO-PROREDES-BND	0,00	4.234,65	4.234,65
191927990181	MULTAS CONTRATUAIS-TRANSFERENCIA TCT BANRISUL/SEFAZ - 828-2016	0,00	14.760,20	14.760,20
191927990182	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS - TCFA	0,00	130,00	130,00
191927990183	MULTAS CONTRATUAIS-FRTCE	0,00	21.693,68	21.693,68
191927990184	MULTA CONTRATUAL - RECURSO 2705	0,00	5.410,04	5.410,04
191928000000	MULTAS DECORRENTES DA OPERACAO DO TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIROS E CAR	2.072.000,00	1.127.554,23	944.445,77-
191928990000	DIVERSAS MULTAS DECORRENTES DA OPERACAO DO TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEI	2.072.000,00	1.127.554,23	944.445,77-
191928990010	MULTAS DE TERMINAIS RODOVIARIOS	37.000,00	32.431,93	4.568,07-
191928990014	MULTAS DE FISCALIZACAO DE TRANSPORTE COLETIVO - REGULAR	185.000,00	170.404,27	14.595,73-
191928990015	MULTAS DE FISCALIZACAO DE TRANSPORTE COLETIVO - FRETAMENTO E TURISMO	1.825.000,00	905.885,63	919.114,37-
191928990016	MULTAS DE FISCALIZACAO DE TRANSPORTE COLETIVO - NAO OFICIAL	25.000,00	18.832,40	6.167,60-
191932000000	MULTAS DE SENTENCA PENAL CONDENATORIA	1.300.000,00	1.375.507,81	75.507,81
191932990000	DIVERSAS MULTAS DE SENTENCA PENAL CONDENATORIA	1.300.000,00	1.375.507,81	75.507,81
191932990007	MULTAS DE SENTENCA PENAL CONDENATORIA - FUNDO PENITENCIARIO	1.300.000,00	1.375.507,81	75.507,81

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
191935000000	MULTAS POR DANO AO MEIO AMBIENTE	3.022.253,00	1.028.852,19	1.993.400,81-
191935990000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	3.022.253,00	1.028.852,19	1.993.400,81-
191935990001	MULTAS DANOS AO MEIO AMBIENTE-TERMOS DE AJUSTE DE CONDUTA DO MINISTERIO PUBL	200.000,00	278.214,51	78.214,51
191935990002	MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE-FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE-FEMA	2.822.253,00	750.637,68	2.071.615,32-
191948000000	MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	1.553.115,00	1.093.021,19	460.093,81-
191948990000	DIVERSAS MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	1.553.115,00	1.093.021,19	460.093,81-
191948990009	MULTAS APLICADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	1.553.115,00	1.093.021,19	460.093,81-
191999000000	OUTRAS MULTAS	7.248.152,00	8.018.220,61	770.068,61
191999990000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	7.248.152,00	8.018.220,61	770.068,61
191999990001	MULTAS DE FISCALIZACAO DO FUNDO DE APOIO A CULTURA - FAC	12.359,00	15.600,00	3.241,00
191999990002	MULTAS E JUROS DE MORA SOBRE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-NAO VINCULADOS	5.216,00	3.548,19	1.667,81-
191999990004	MULTAS E JUROS DE MORA POR DESCUMPRIMENTO DE FORMALIDADE FISCAL	4.332.838,00	4.934.304,97	601.466,97
191999990011	MULTAS DA RECEITA NAO TRIBUTARIA	10.499,00	17.092,76	6.593,76
191999990012	MULTAS DE FISCALIZACAO DAS NORMAS S/ SISTEMAS DE PREVENCAO E PROTECAO INCEND	2.115,00	79,39	2.035,61-
191999990017	MULTAS FISCALIZACAO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL REGIAO METROPOLITANA - METROPL	620.000,00	594.598,35	25.401,65-
191999990018	MULTAS DE FISCALIZACAO DAS NORMAS DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FECON	1.961.703,00	0,00	1.961.703,00-
191999990022	MULTAS SOBRE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - FUNDOPEN	1.043,00	223,00	820,00-
191999990028	MULTAS SOBRE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - RECURSO 8008	0,00	1.237,23	1.237,23
191999990029	MULTAS SOBRE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - RECURSO 8013	0,00	1.240,60	1.240,60
191999990030	MULTAS APLICADAS A SERVIDORES PUBLICOS	53.759,00	119.979,15	66.220,15
191999990032	MULTAS POR INFRACOES PREVISTAS EM LEI - PROCON	76.735,00	642.566,61	565.831,61
191999990036	MULTAS DA RECEITA NAO TRIBUTARIA - FEGEP	15.497,00	3.699,35	11.797,65-
191999990043	MULTAS ATOS ILICITOS EM LICITACAO	123.458,00	424.686,31	301.228,31
191999990045	MULTAS E JUROS-FUNDO NOTARIAL E REGISTRAL - FUNORE	0,00	1.086.865,12	1.086.865,12
191999990051	MULTAS APLICADAS PELA AGERGS - RESOLUCAO NORMATIVA N 13-2014	32.930,00	171.782,65	138.852,65
191999990053	MULTAS SOBRE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - FURPGE	0,00	716,93	716,93
192000000000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.120.022.688,00	380.560.702,20	6.739.461.985,80-
192100000000	INDENIZACOES	6.876.947.151,00	8.256.256,39	6.868.690.894,61-
192105000000	INDENIZACOES PREVISTAS NA LEGISLACAO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	1.855.017,00	6.877.837,95	5.022.820,95
192105990000	DIVERSAS INDENIZACOES PREVISTAS NA LEGISLACAO SOBRE DEFESA DE DIREITOS DIFUS	1.855.017,00	6.877.837,95	5.022.820,95
192105990001	INDENIZACAO DANOS MEIO AMBIENTE DECORRENTES DE TERMOS DE AJUSTE DE CONDUTA-T	855.017,00	1.993.304,68	1.138.287,68
192105990002	INDENIZACOES FUNDO DE RECONSTITUICAO DE BENS LESADOS	1.000.000,00	4.884.533,27	3.884.533,27
192106000000	INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	452.176,00	569.362,09	117.186,09
192106990000	DIVERSAS INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	452.176,00	569.362,09	117.186,09
192106990001	INDENIZACOES POR DANOS AO PATRIMONIO-NAO VINCULADAS	452.176,00	569.362,09	117.186,09
192199000000	OUTRAS INDENIZACOES	6.874.639.958,00	809.056,35	6.873.830.901,65-
192199990000	DIVERSAS INDENIZACOES	6.874.639.958,00	809.056,35	6.873.830.901,65-
192199990002	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS-NAO VINCULADAS	358.359,00	309.959,74	48.399,26-
192199990007	INDENIZACOES - PODER LEGISLATIVO	35.460,00	285.568,98	250.108,98

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
192199990008	INDENIZACOES ORIUNDAS DE CONDENACOES JUDICIAIS - FECON	0,00	43.814,86	43.814,86
192199990010	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS-DETRAN-FESP-REC 8008	14.702,00	319,66	14.382,34-
192199990011	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS-DETRAN-FESP-REC 8013	2.547,00	1.435,17	1.111,83-
192199990013	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS - FESP-BM-REC 0170	103.237,00	50.218,84	53.018,16-
192199990014	INDENIZACOES-OUTROS PODERES	0,00	26.720,10	26.720,10
192199990016	INDENIZACAO POR CONVERSÃO DE GARANTIA EM CAUCAO	0,00	5.975,66	5.975,66
192199990018	INDENIZACAO USO BENS PATRIMONIAIS-FUNDO REAPALHAMENTO TRIBUNAL CONTAS DO EST	30.000,00	53.306,29	23.306,29
192199990019	INDENIZACOES PELO USO BENS PATRIMONIAIS-RECEITAS OPERACIONAIS-FUNDOPEN-REC01	2.142,00	1.205,75	936,25-
192199990020	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS - FESP-PC-REC 0171	29.453,00	734,00	28.719,00-
192199990021	INDENIZACOES PELO USO BENS PATRIMONIAIS-MULTAS SENTENCAS PENAS-FUNDOPEN-REC	962,00	0,00	962,00-
192199990022	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS-SERVICOS TRANSITO-FESP-REC 0199	1.097,00	3.959,91	2.862,91
192199990023	INDENIZACOES POR DANOS EM BENS PATRIMONIAIS-NAO VINCULADAS	0,00	1.250,00	1.250,00
192199990026	INDENIZACOES DE DEBITOS FIXADOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	17.597,00	24.587,39	6.990,39
192199990999	DEMAIS COMPENSAÇOES FINANCEIRAS DA UNIAO (SOMENTE PARA FINS DE ORCAMENTO)	6.874.044.402,00	0,00	6.874.044.402,00-
192200000000	RESTITUICOES	243.075.537,00	372.304.445,81	129.228.908,81
192201000000	RESTITUICOES DE CONVENIOS	20.826.286,00	16.945.928,57	3.880.357,43-
192201990000	DIVERSAS RESTITUICOES DE CONVENIOS	20.826.286,00	16.945.928,57	3.880.357,43-
192201990003	RESTITUICOES DE CONVENIOS E AUXILIOS-NAO VINCULADAS	15.957.395,00	12.006.546,90	3.950.848,10-
192201990025	RESTITUICOES DE CONVENIOS DA SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - RECURSOS LIVR	7.778,00	0,00	7.778,00-
192201990027	RESTITUICOES DE CONVENIOS-COTA-PARTE FUNDESP-ACORDO E GLOSA DE VALORES	11.150,00	0,00	11.150,00-
192201990034	RESTITUICOES DE CONVENIOS-COTA-PARTE FUNDESP-OUTROS	29.713,00	192.755,12	163.042,12
192201990035	RESTITUICAO DE CONVENIOS-FEASP	265.909,00	9.894,54	256.014,46-
192201990036	RESTITUICOES DE CONVENIOS - BIRD - PROREDES	0,00	898.783,88	898.783,88
192201990037	RESTITUICOES DE CONVENIOS-SETM	2.033,00	0,00	2.033,00-
192201990038	RESTITUICOES DE CONVENIOS-PROINVESTE BNDES	0,00	501.101,92	501.101,92
192201990040	RESTITUICOES DE CONVENIOS-BIRD-PROREDES TA	0,00	122,99	122,99
192201990047	RESTITUICOES DE CONVENIOS E AUXILIOS - RECURSO 0006	4.336.411,00	789.512,20	3.546.898,80-
192201990048	RESTITUICOES CONVENIOS PROREDES	0,00	307.219,80	307.219,80
192201990051	RESTITUICOES DE CONVENIOS - FUNDO NACIONAL DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO	215.437,00	72.461,01	142.975,99-
192201990052	RESTITUICOES - CONV ANEEL-MME/AGERGS-DESC ATIV ENERGIA	460,00	0,01	459,99-
192201990055	RESTITUICOES DE CONVENIOS - FRH	0,00	2.166.040,21	2.166.040,21
192201990057	RESTITUICOES CONVENIOS-ANA-SEMA PROGESTAO	0,00	1.489,99	1.489,99
192210000000	COMPENSAÇOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS DE PREVID	54.420.302,00	79.548.782,40	25.128.480,40
192210990000	COMPENSAÇOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS DE PREVI	54.420.302,00	79.548.782,40	25.128.480,40
192210990001	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES DE PREVIDENCIA SOCIAL DA UNIAO E EST	54.420.302,00	79.548.782,40	25.128.480,40
192299000000	OUTRAS RESTITUICOES	167.828.949,00	275.809.734,84	107.980.785,84

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
192299010000	OUTRAS RESTITUICOES - SAUDE	38.650.000,00	24.640.566,03	14.009.433,97-
192299010001	RESTITUICOES - SERVICOS DE SAUDE - SUS	5.440.000,00	680.886,53	4.759.113,47-
192299010004	RESTITUICOES ADIANTAMENTOS E DIARIAS-TR SUS-TETO FINANCEIRO	7.000,00	896,00	6.104,00-
192299010005	RESTITUICOES - FES	1.000,00	41.578,71	40.578,71
192299010007	RESTITUICOES ADIANTAMENTOS E DIARIAS-TR SUS-CENTRO SAUDE TRABALHADOR	1.000,00	0,00	1.000,00-
192299010009	RESTITUICAO ADIANTAMENTOS E DIARIAS-TR SUS-HIV/AIDS E OUTRAS DST	0,00	61,50	61,50
192299010012	RESTITUICOES DE PAGAMENTO ANTECIPADO DE SERVICOS DO SUS	2.212.000,00	819.097,46	1.392.902,54-
192299010014	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-TR SUS-PLANEJASUS	0,00	2.077,18	2.077,18
192299010016	RESTITUICOES ADIANTAMENTOS E DIARIAS - TR SUS-VIG SAN-PISO ESTRATEGICO	0,00	227,26	227,26
192299010019	RESTITUICAO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS-TRANSFERENCIAS DO SUS-FAEC	0,00	231.695,79	231.695,79
192299010021	RESTITUICOES-TR-SUS-MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	0,00	272,00	272,00
192299010025	RESTITUICOES ADIANTAMENTOS E DIARIAS-VINCULADO SAUDE	0,00	52.581,32	52.581,32
192299010027	RESTITUICOES DE PAGAMENTO ANTECIPADO DE SERVICOS DO SUS - VINCULADO SAUDE	0,00	2.937.794,01	2.937.794,01
192299010028	RESTITUICOES TRANSFERENCIA REPASSE FUNDO A FUNDO-VINCULADO SAUDE	0,00	1.758.263,58	1.758.263,58
192299010029	RESTITUICOES RECURSO 1681 - GESTAO PLENA DO SISTEMA ESTADUAL DE SAUDE	30.989.000,00	16.335.966,29	14.653.033,71-
192299010031	RESTITUICOES ADIANT E DIARIAS-TR SUS ASSIST FARMAC-PROGR NAC DE PLANT MED E	0,00	75,16	75,16
192299010033	RESTITUICOES ADIANTAMENTO E DIARIAS - REC 182 SERVICOS DE SAUDE - SUS	0,00	44,49	44,49
192299010034	RESTITUICOES - RECURSO 0006	0,00	1.454,47	1.454,47
192299010036	RESTITUICOES - RECURSO DA SAUDE	0,00	1.777.594,28	1.777.594,28
192299020000	OUTRAS RESTITUICOES - EDUCACAO	6.745.026,00	4.810.439,60	1.934.586,40-
192299020002	RESTITUICOES - SALARIO-EDUCACAO	2.548.011,00	3.840.926,59	1.292.915,59
192299020003	RESTITUICOES FUNDO DE EDUCACAO	1.254,00	0,01	1.253,99-
192299020007	RESTITUICOES-PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR	4.195.761,00	969.513,00	3.226.248,00-
192299990000	DIVERSAS RESTITUICOES	122.433.923,00	246.358.729,21	123.924.806,21
192299990005	RESTITUICOES - PODER LEGISLATIVO	708.540,00	188.167,50	520.372,50-
192299990006	ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	0,00	3.660,39	3.660,39
192299990007	RESTITUICOES DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS-NAO VINCULADAS	8.234.397,00	25.376.693,16	17.142.296,16
192299990012	RESTITUICOES - FRPJ	0,00	26.809,76	26.809,76
192299990013	RESTITUICOES - PASEP	0,00	139,91	139,91
192299990014	RESTITUICOES DE SALDOS NAO APLICADOS-PROGRAMA SOLIDARIEDADE-LEI 12.022/2003	201.949,00	75.288,76	126.660,24-
192299990015	RESTITUICOES DE VALORES PAGOS POR RESPONSAVEIS DECORRENTES DE DECISOES JUDIC	16.242.968,00	25.050.580,33	8.807.612,33
192299990022	RESTITUICOES - FRE	0,00	28.703,22	28.703,22
192299990028	RESTITUICOES - ITBI	0,00	7,33	7,33
192299990029	RESTITUICOES DE PAGAMENTOS INDEVIDOS-NAO VINCULADAS	5.093.897,00	7.916.603,85	2.822.706,85
192299990036	RESTITUICOES - FEASP	5.383,00	0,00	5.383,00-
192299990037	RESTITUICOES-PAGAMENTO DE APENADOS-FUNDO PENITENCIARIO	2.803.002,00	1.910.588,58	892.413,42-
192299990039	RESTITUICOES - FURPGE	0,00	106.156,26	106.156,26
192299990044	RESTITUICOES - MINISTERIO PUBLICO	6.158,00	2.403,57	3.754,43-
192299990045	RESTITUICOES - PODER JUDICIARIO	4.000.000,00	4.472.154,03	472.154,03

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
192299990046	RESTITUICOES - COMPENSACAO FINANCEIRA PELA UTILIZACAO DE RECURSOS HIDRICOS	0,00	15.046,71	15.046,71
192299990049	RESTITUICOES DE VALES-REFEICAO E AUXILIO-TRANSPORTE	9.260.962,00	8.827.167,92	433.794,08-
192299990051	RESTITUICOES-SISTEMA ESTADUAL TRANSPORTE METROPOLITANO COLETIVO PASSAGEIROS-	69.927,00	2.482,64	67.444,36-
192299990056	OUTRAS RESTITUICOES	2.200.294,00	11.830.880,24	9.630.586,24
192299990060	RESTITUICOES DE PREMIOS DE SEGUROS	100,00	24,34	75,66-
192299990062	RESTITUICOES DE DESPESAS BANCARIAS	1.830.917,00	823.256,09	1.007.660,91-
192299990065	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - FESP-BM-REC 0170	2.864,00	47,48	2.816,52-
192299990066	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - FESP-PC-REC 0171	0,00	200,00	200,00
192299990067	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - FESP-CGP-REC 0174	0,00	7,15	7,15
192299990070	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-DETRAN-FESP-REC 8008	40.135,00	66.023,70	25.888,70
192299990071	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-DETRAN-FESP-REC 8013	1.753,00	41.402,76	39.649,76
192299990074	RESTITUICOES-FUNDO DE REAPARELHAMENTO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	0,00	539.939,26	539.939,26
192299990080	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-FEMA	0,00	7.978,50	7.978,50
192299990081	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-TCFA	0,00	64.417,08	64.417,08
192299990100	RESTITUICAO DE BLOQUEIOS OU DEPOSITOS JUDICIAIS OU DEPOSITOS RECURSAIS	45.291,00	6.301,98	38.989,02-
192299990101	RESTITUICAO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS - OUTROS PODERES	3.000,00	75.734,69	72.734,69
192299990102	OUTRAS RESTITUICOES - OUTROS PODERES	1.000.000,00	2.189.416,55	1.189.416,55
192299990103	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-NAO VINCULADAS	9.245,00	1.067.655,83	1.058.410,83
192299990104	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-INDIRETA	10.400.897,00	10.103.508,29	297.388,71-
192299990106	RESTITUICOES - FAC	782.398,00	593.436,37	188.961,63-
192299990108	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-DIRETA	54.484.537,00	58.564.202,02	4.079.665,02
192299990109	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-FUNDO DE EDUCACAO	818.536,00	385.490,21	433.045,79-
192299990111	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-OUTROS PODERES	0,00	1.664.168,22	1.664.168,22
192299990112	RESTITUICOES DIVERSAS FUNDESP	351,00	0,00	351,00-
192299990117	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS - FEASP	135.270,00	114.796,38	20.473,62-
192299990119	RESTITUICOES DE PAGAMENTOS INDEVIDOS-FUNORE-SELO DIGITAL COMPL RENDA	0,00	2.240,13	2.240,13
192299990120	RESTITUICOES DE REMUNERACOES E INDENIZACOES PAGAS INDEVIDAMENTE A SERVIDORES	54.857,00	1.603.950,90	1.549.093,90
192299990121	RESTITUICOES VALORES PAG POR RESPONSAVEIS DECORRENTES DE DECISOES JUD - REC	0,00	36.765.210,96	36.765.210,96
192299990122	RESTITUICOES DE PAGAMENTOS INDEVIDOS - CONTRIBUICAO PREV INSS	0,00	7.108,48	7.108,48
192299990123	RESTITUICOES PAGAMENTOS A ESTAGIARIOS - FDRH	39.806,00	0,00	39.806,00-
192299990124	RESTITUICAO DE PAGAMENTOS INATIVOS FUNDOPREV - OUTROS PODERES	34.000,00	22.979,79	11.020,21-
192299990188	RESTITUICOES DE PAGAMENTOS INDEVIDOS-FUNORE-SELO DIGITAL ATOS GRATUITOS	0,00	186.933,72	186.933,72
192299990189	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS DIARIAS-PROGRAMA MODERNIZACAO FISCAL-PROFISCO-	0,00	523,48	523,48
192299990191	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS- SIST ESTADUAL TRANSPORTE METROPOLIT	1.033,00	4.041,63	3.008,63
192299990192	RESTITUICOES DE RPVS	0,00	42.614.225,34	42.614.225,34
192299990195	RESTITUICOES-PASSE LIVRE ESTUDANTIL	337.110,00	87.460,98	249.649,02-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
192299990197	RESTITUICOES DE GARANTIAS FUNAMEP	3.000.000,00	1.277.264,83	1.722.735,17-
192299990199	RESTITUICOES FUNSEFAZ	184.346,00	356.917,62	172.571,62
192299990201	RESTITUICOES-FRPJ	0,00	791,93	791,93
192299990202	RESTITUICOES DE CONTRIBUICAO AO FCVS E DO SEGURO HABITACIONAL - COHAB	0,00	3.970,69	3.970,69
192299990205	RESTITUICOES - FUNDO DE INCENTIVO AO ESPORTE	0,00	35.434,43	35.434,43
192299990207	RESTITUICOES - RECURSO 8015	400.000,00	0,00	400.000,00-
192299990211	RESTITUICOES NAO VINCULADAS-BAIXA ATIVO	0,00	37.752,90	37.752,90
192299990213	RESTITUICOES DE CONVENIOS DO MINISTERIO PUBLICO - RECURSO 11	0,00	124.107,94	124.107,94
192299990214	RESTITUICOES - FRMP	0,00	87.410,76	87.410,76
192299990215	RESTITUICAO ADIANTAMENTO DIARIAS-CONVENIO EGR/SSP-BM-81/201	0,00	3.699,09	3.699,09
192299990216	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS- RECURSO 1165	0,00	35.454,40	35.454,40
192299990217	RESTITUICOES - CIDE - REC 0231	0,00	15.246,26	15.246,26
192299990218	RESTITUICOES - TCFA	0,00	3.072,59	3.072,59
192299990221	RESTITUICOES-RECURSO DA CONSULTA POPULAR	0,00	941.389,30	941.389,30
193000000000	RECEITAS DA DIVIDA ATIVA	406.696.662,00	706.062.973,19	299.366.311,19
193100000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	399.186.473,00	699.945.912,23	300.759.439,23
193107000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	324.781,00	47.008,72	277.772,28-
193107990000	DIVERSAS RECEITAS DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	324.781,00	47.008,72	277.772,28-
193107990001	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS - LEI 12.613/06	321.087,00	44.004,13	277.082,87-
193107990002	PRECAT COMPE - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS - LEI 12.613/06	0,00	2.611,68	2.611,68
193107990016	RECEITA DAS CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS EM DIVIDA ATIVA	3.694,00	392,91	3.301,09-
193114000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA	118.077.806,00	151.179.070,76	33.101.264,76
193114010000	RECEITAS DA DIVIDA ATIVA DO IPVA	118.077.806,00	151.179.070,76	33.101.264,76
193114010001	RECEITA DO IPVA EM DIVIDA ATIVA	118.077.806,00	151.177.719,00	33.099.913,00
193114010002	PRECAT COMPE - RECEITA DO IPVA EM DIVIDA ATIVA	0,00	1.351,76	1.351,76
193115000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	277.958.875,00	543.882.576,40	265.923.701,40
193115010000	RECEITAS DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	275.211.042,00	509.522.994,81	234.311.952,81
193115010001	RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA	275.211.042,00	457.611.701,78	182.400.659,78
193115010002	PRECAT COMPE - RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA	0,00	51.911.293,03	51.911.293,03
193115020000	RECEITAS DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - AMPARA-RS	2.747.833,00	360.078,61	2.387.754,39-
193115020001	RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA - AMPARA-RS	2.747.833,00	360.078,61	2.387.754,39-
193115030000	DIVIDA ATIVA ICMS - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017	0,00	33.999.502,98	33.999.502,98
193115030001	DIVIDA ATIVA ICMS - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017	0,00	33.999.502,98	33.999.502,98
193120000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD	1.447.614,00	3.189.134,35	1.741.520,35
193120010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD	1.447.614,00	2.880.046,05	1.432.432,05
193120010001	RECEITA DO ITCD EM DIVIDA ATIVA	1.447.614,00	2.847.400,09	1.399.786,09
193120010002	PRECAT COMPE - RECEITA DO ITCD EM DIVIDA ATIVA	0,00	32.645,96	32.645,96
193120020000	DIVIDA ATIVA ITCD - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017	0,00	309.088,30	309.088,30
193120020001	DIVIDA ATIVA ITCD - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017	0,00	309.088,30	309.088,30
193199000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	1.377.397,00	1.648.122,00	270.725,00
193199010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	1.377.397,00	1.561.894,43	184.497,43

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
193199010001	RECEITA DE OUTROS TRIBUTOS EM DIVIDA ATIVA	3.116,00	830,40	2.285,60-
193199010002	TAXA DE COOPERACAO E DEFESA DA ORIZICULTURA EM DIVIDA ATIVA	750.000,00	113.012,84	636.987,16-
193199010003	TAXAS E MULTAS DE TRANSITO VINCULADAS AO DAER, EM DIVIDA ATIVA	50.000,00	477.816,77	427.816,77
193199010005	TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA-FESA	7.553,00	29.239,82	21.686,82
193199010019	RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FUNDOVITIS	297.109,00	309.707,53	12.598,53
193199010028	RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FESP (BM)	139.470,00	214.094,84	74.624,84
193199010043	RECEITA DA TAXA DE SERVICOS DIVERSOS EM DIVIDA ATIVA	9.287,00	10.586,79	1.299,79
193199010053	RECEITA DA TAXA JUDICIARIA EM DIVIDA ATIVA - LEI 12.613/06	120.704,00	36.040,46	84.663,54-
193199010054	TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS EM DIVIDA ATIVA-ACAO FISCAL	158,00	0,00	158,00-
193199010055	PRECAT COMPE - RECEITA DE OUTROS TRIBUTOS EM DIVIDA ATIVA	0,00	8.814,80	8.814,80
193199010058	PRECAT COMPE - TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA-FESA	0,00	836,58	836,58
193199010061	PRECAT COMPE - RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FUNDOVITIS	0,00	330.646,18	330.646,18
193199010062	PRECAT COMPE - RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FESP (BM)	0,00	29.175,18	29.175,18
193199010063	PRECAT COMPE - RECEITA DA TAXA JUDICIARIA EM DIVIDA ATIVA - LEI 12.613/06	0,00	1.092,24	1.092,24
193199020000	DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017	0,00	86.227,57	86.227,57
193199020001	DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017	0,00	86.227,57	86.227,57
193200000000	RECEITAS DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	7.510.189,00	6.117.060,96	1.393.128,04-
193299000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS	7.510.189,00	6.117.060,96	1.393.128,04-
193299010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	7.510.189,00	6.111.322,95	1.398.866,05-
193299010001	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS-PRINCIPAL	3.746.833,00	2.192.067,09	1.554.765,91-
193299010002	DIVIDA ATIVA DAS MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	2.331.864,00	2.169.642,37	162.221,63-
193299010003	PRECAT COMPE - RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	15.362,43	15.362,43
193299010008	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - FUNDEFOR	0,00	3.793,58	3.793,58
193299010010	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA-FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDO	758.888,00	1.123.869,82	364.981,82
193299010019	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - SERVICOS PORTUARIOS	672.604,00	580.377,95	92.226,05-
193299010033	DIVIDA ATIVA MULTA FISCALIZACAO PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	0,00	26.209,71	26.209,71
193299020000	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017	0,00	5.738,01	5.738,01
193299020001	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017	0,00	5.738,01	5.738,01
199000000000	RECEITAS DIVERSAS	210.511.500,00	774.464.932,84	563.953.432,84
199002000000	RECEITAS DE ONUS DE SUCUMBENCIA DE ACOES JUDICIAIS	0,00	506.490,69	506.490,69
199002010000	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	0,00	506.490,69	506.490,69
199002010001	HONORARIOS ADVOCATICIOS POR SUCUMBENCIA JUDICIAL-NAO VINCULADAS	0,00	7.203,06	7.203,06
199002010002	RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - DIVIDA ATIVA - FURPGE	0,00	499.287,63	499.287,63
199003000000	RECEITAS DECORRENTES DE ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	0,00	146.335,34	146.335,34
199003010000	RECEITA DE ALIENACAO DE MERCADORIAS APREENDIDAS	0,00	146.335,34	146.335,34

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
199003010001	RECEITA ALIENACAO DE SUCATA DESTRUIDA- LEI 14787-15	0,00	146.335,34	146.335,34
199021000000	RECEITA DE SEGUROS DE INDENIZACAO POR SINISTRO	0,00	31.465,30	31.465,30
199021990000	DIVERSAS RECEITA DE SEGUROS DE INDENIZACAO POR SINISTRO	0,00	31.465,30	31.465,30
199021990014	RECEITA DE SEGUROS DE INDENIZACAO POR SINISTRO-NAO VINCULADA	0,00	31.465,30	31.465,30
199098000000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	5.120.324,00	2.542.554,36	2.577.769,64-
199098990000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	5.120.324,00	2.542.554,36	2.577.769,64-
199098990001	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS-CONVENIO HOSPITAIS DA BRIGADA MILITAR/IPERGS	0,00	2.500,00	2.500,00
199098990002	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS-FUNDO REAPARELHAMENTO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTA	0,00	256,92	256,92
199098990003	RECEITAS EVENTUAIS-FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PUBLICA-POLICIA CIVIL	102.955,00	0,00	102.955,00-
199098990099	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS-NAO VINCULADAS	5.017.369,00	2.539.797,44	2.477.571,56-
199099000000	OUTRAS RECEITAS	205.391.176,00	771.238.087,15	565.846.911,15
199099020000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	53.753.434,52	53.753.434,52
199099020002	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RECURSOS LIVRES E PROPRIOS	0,00	31.527.839,72	31.527.839,72
199099020004	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-RECURSOS DO TESOURO UTILIZADOS PELOS OUTROS PODER	0,00	17.857.382,41	17.857.382,41
199099020006	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-CONTRAPARTIDA TESOURO-CONVENIOS	0,00	405.067,08	405.067,08
199099020007	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONTRAPARTIDA OC-REC TES-LIVRES	0,00	8.558,99	8.558,99
199099020176	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RECURSOS DO TESOURO - ADMINISTRACAO INDIRETA	0,00	3.954.586,32	3.954.586,32
199099030000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS VINCULADOS - SAUDE	0,00	29.657.988,21	29.657.988,21
199099030001	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RECURSO 0006	0,00	28.480.301,70	28.480.301,70
199099030002	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FES	0,00	7.703,21	7.703,21
199099030003	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - SERVICOS DE SAUDE - SUS	0,00	33.028,90	33.028,90
199099030050	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TRANSFERENCIA SUS-EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCA	0,00	60.760,16	60.760,16
199099030067	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TRANSFERENCIA FNS-ATENCAO SAUDE TRABALHADOR	0,00	11.254,00	11.254,00
199099030068	ANULACAO RESTOS A PAGAR-GESTAO PLENA SISTEMA ESTADUAL SAUDE-RESOLUCAO CES/RS	0,00	6.786,20	6.786,20
199099030069	ANULACAO RESTOS A PAGAR-PROGRAMA NACIONAL HIV/AIDS E OUTRAS DSTS	0,00	196.573,98	196.573,98
199099030075	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TR FATOR INC LAB CENT SAU PUB-FINLACEN-PORT GM-MS 26	0,00	66.052,30	66.052,30
199099030094	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TR SUS-ALIMENTACAO E NUTRICAO	0,00	1.101,00	1.101,00
199099030097	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TR-SUS-MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	0,00	272.806,60	272.806,60
199099030108	ANULACAO RESTOS A PAGAR-SUS-VIG SAN-REDE NACIONAL LABORATORIOS-FINLACEN	0,00	115,60	115,60
199099030110	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-TR SUS-PLANEJASUS	0,00	4.407,13	4.407,13
199099030115	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-TR SUS-EDUCACAO EM SAUDE	0,00	5.031,74	5.031,74
199099030116	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-TR SUS-PAB VARL-AT INTEGL SAUDE HOMEM	0,00	3.968,86	3.968,86
199099030117	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-TR SUS-VIG SAN-PISO ESTRATEGICO	0,00	27.593,00	27.593,00
199099030133	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TR SUS-ASSIST FARMAC-PROGR NAC DE PLANT MEDICINAIS	0,00	11.000,00	11.000,00
199099030134	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TR SUS-GESTAO-SERV RESID TERAPEUTICO-SRT	0,00	29.713,80	29.713,80

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
199099030140	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TR SUS-GEST - PARTICIPASUS	0,00	1.200,00	1.200,00
199099030141	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TR SUS-GESTAO-QUAL REG ACESSO SAUDE	0,00	942,28	942,28
199099030142	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TRANSFERENCIA SUS-INVESTIMENTO-REDE FRIO	0,00	219.011,53	219.011,53
199099030144	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TR MAC AMBULAT HOSP-PLANO APOIO CENTRAIS TRANSPLAN	0,00	203.634,38	203.634,38
199099030146	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TRANSFERENCIAS DO SUS-GESTAO-QUALIFICACAO	0,00	8.001,08	8.001,08
199099030147	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TRANSFERENCIA SUS-QUALIFICACAO GESTAO- INOVASUS	0,00	7.000,76	7.000,76
199099050000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS VINCULADOS - EDUCACAO	0,00	29.066.166,84	29.066.166,84
199099050005	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - SALARIO-EDUCACAO	0,00	12.798.430,85	12.798.430,85
199099050095	ANULACAO RESTOS A PAGAR-PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR-DIVERSOS	0,00	26.124,00	26.124,00
199099050107	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONV FNDE-SE 658799-2009	0,00	400,52	400,52
199099050111	ANULACAO RESTOS A PAGAR-CONTRAPARTIDA OPERACOES DE CREDITO-SALARIO EDUCACAO	0,00	11.046.022,84	11.046.022,84
199099050116	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO FNDE-ME/SEDUC 7399/2012-PLANO DE ACOES AR	0,00	50.299,22	50.299,22
199099050117	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAC 203588/12 CONST Q	0,00	1.675.098,91	1.675.098,91
199099050118	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAC 203600/12	0,00	2.014.635,20	2.014.635,20
199099050123	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - CONV ME-UERGS 43/2013 - PROGR. NAC. ASSIST. EST	0,00	88,00	88,00
199099050125	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONV FINEP-MCTUERGS 701412 2011	0,00	270,00	270,00
199099050126	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TRANSFERENCIA CONVENIO FNDE-SEDUC 203694/12	0,00	708.893,92	708.893,92
199099050127	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TR CONVENIO FNDE-SEDUC 203704/2012	0,00	745.271,38	745.271,38
199099050128	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO 824050-2015 ME-UERGS	0,00	632,00	632,00
199099970000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	440.925.156,59	440.925.156,59
199099970008	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RECEITAS DO FUNDOVITIS	0,00	2.894,00	2.894,00
199099970012	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FEASP	0,00	480.798,40	480.798,40
199099970013	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FUNDO PENITENCIARIO	0,00	132.125,47	132.125,47
199099970014	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FRPJ	0,00	5.690.478,37	5.690.478,37
199099970022	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FURPGE	0,00	1.280.769,83	1.280.769,83
199099970023	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FADEP	0,00	8.968,00	8.968,00
199099970027	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FESP (BRIGADA MILITAR)	0,00	509.539,68	509.539,68
199099970028	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FESP (POLICIA CIVIL)	0,00	23.449,20	23.449,20
199099970030	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FESP - COORDENADORIA GERAL DE PERICIAS	0,00	306.536,08	306.536,08
199099970032	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - MULTAS E TAXAS DE SERVICOSFLORESTAMENTO - FUNDE	0,00	450,00	450,00
199099970036	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-RECEITAS FINANCEIRAS VINCULADAS AO PODER JUDICIAR	0,00	19.830,93	19.830,93
199099970040	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FUNDO PENITENCIARIO - MULTAS PENAS	0,00	11.512,18	11.512,18
199099970041	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - TAXAS E MULTAS DE INFRACAO DE TRANSITO	0,00	346.312,52	346.312,52
199099970042	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-MULTAS DE INFRACAO TRANSITO - PARTICIPACAO MUNICI	0,00	0,02	0,02

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
199099970045	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - COTA-PARTE DO FUNDESP FEDERAL	0,00	840.241,47	840.241,47
199099970053	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FUNDO ESPECIAL - PETROLEO PRODUCAO NACIONAL-EST	0,00	0,01	0,01
199099970079	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FECON	0,00	255.631,29	255.631,29
199099970082	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RECEITAS VINCULADAS AO FUNDO ESTL DO MEIO AMBI	0,00	1.463.724,80	1.463.724,80
199099970084	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RENDIMENTOS REFERENTES A DEPOSITOS JUDICIAIS -	0,00	319.397.671,60	319.397.671,60
199099970086	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-SERVICOS SAUDE HOSPITAIS BRIGADA MILITAR	0,00	546.394,56	546.394,56
199099970118	ANULACAO RESTOS A PAGAR CONVENIO AES SUL.../PC-SJS 14	0,00	12.183,48	12.183,48
199099970133	ANULACAO RESTOS A PAGAR-REC VINC SIST ESTADUAL TRANSP METROP COLETIVO PASSAG	0,00	105.246,49	105.246,49
199099970168	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RECURSO 8008	0,00	3.253.378,65	3.253.378,65
199099970170	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-CONVENIO ANEEL/AGERGS 08/98 COOP VISANDO DESCENT	0,00	6.093,51	6.093,51
199099970171	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RECURSO 8013	0,00	1.679.531,15	1.679.531,15
199099970172	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-MULTAS INFRACAO TRANSITO APLICADAS POLICIA RODOVI	0,00	497.041,14	497.041,14
199099970173	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-MTS INFRACAO TRANSITO APLICADAS POR CONTR ELETR-	0,00	1.524.946,55	1.524.946,55
199099970181	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-REC PROVENIENTES UTILIZACAO E COMERC FAIXAS DOMI	0,00	21.541,49	21.541,49
199099970182	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TERMO MDSCF/STCAS 22-CADASTRO PROGRAMAS SOCIAIS	0,00	9.084,11	9.084,11
199099970207	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - COMPENSACAO FINANCEIRA P/ UTILIZ RECURSOS HIDRI	0,00	10.195.721,94	10.195.721,94
199099970242	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR CONVENIO BANRISUL/ESTADO RS 1959/07 - SIST REMUN	0,00	7.569,41	7.569,41
199099970243	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TR FNDE-DINHEIRO DIRETO ESCOLA-PDDE	0,00	1.740,00	1.740,00
199099970255	ANULACAO RESTOS A PAGAR - MULTAS DE TRANSITO - REC 8033	0,00	1.498.816,12	1.498.816,12
199099970257	ANULACAO RESTOS A PAGAR - COTA PARTE CIDE - PARTE ESTADO REC 0231	0,00	5.329.588,36	5.329.588,36
199099970402	ANULACAO RESTOS A PAGAR-FUNDO GESTAO PATR-FEGEP	0,00	208.612,57	208.612,57
199099970403	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO DETRAN/BM-MULTAS INFRACAO DE TRANSITO	0,00	56.000,00	56.000,00
199099970404	ANULACAO RESTOS A PAGAR-FUNSEFAZ/RS	0,00	662.219,30	662.219,30
199099970406	ANULACAO RESTOS A PAGAR-RECURSO 0015	0,00	60.000,00	60.000,00
199099970408	ANULACAO RESTOS A PAGAR-CONVENIO FINEP/FAPERGS 4555	0,00	6.889,11	6.889,11
199099970413	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CUSTEIO JUSTICA - LEI 12.613/06	0,00	8.229,60	8.229,60
199099970414	ANULACAO RESTOS A PAGAR CONVENIO ANTT/ST 13/02	0,00	7.621,15	7.621,15
199099970446	ANULACAO RESTOS A PAGAR-MULTAS DE TRANSITO DESTINADAS AO BATALHAO POLICIA RO	0,00	308.885,68	308.885,68
199099970456	ANULACAO RESTOS A PAGAR-CONVENIO FENASEG-DPVAT - DETRAN 2-08	0,00	94.336,26	94.336,26
199099970460	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TR FNAS-PISO TRANSICAO	0,00	1.446,00	1.446,00
199099970470	ANULACAO DE RESTOS DA PARTICIPACAO NA REMUN DE SERV CONC PEDAGIOS DAER	0,00	61,50	61,50
199099970476	ANULACAO RESTOS A PAGAR-PGTO PRECATORIOS-REC 8	0,00	591.035,32	591.035,32
199099970493	ANULACAO RESTOS A PAGAR-PESQUISA CULTURA DO ARROZ	0,00	91.000,00	91.000,00
199099970495	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-TR REC VINC P/LEI-PJ	0,00	39.005.281,02	39.005.281,02
199099970505	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TRANSF TESOIRO PARA PACTO PRECATORIOS - OUTR MODALID	0,00	408,70	408,70

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
199099970508	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-TERMO COMPROMISSO REFAP/SEMA	0,00	17.299,46	17.299,46
199099970515	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-RECEITA DE COMERCIALIZACAO DE ARROZ	0,00	7.958,00	7.958,00
199099970519	ANULACAO DE RESTOS S PAGAR-RECURSO DESTINADO AO CUSTEIO DE RPVS - LEI 13756/	0,00	3.088,75	3.088,75
199099970526	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR- FUNDO DE APOIO A CULTURA	0,00	511.687,09	511.687,09
199099970527	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-ALIENACOES BENS IMOVEIS LEIS 10793 E 10794/96	0,00	9.390,00	9.390,00
199099970537	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-TRANSFERENCIA FNAS-IGDSUAS	0,00	98.109,62	98.109,62
199099970540	ANULACAO RESTOS A PAGAR-PROGRAMA APOIO RETOMADA DESENVOLVIMENTO-PROREDES-BIR	0,00	11.120.171,04	11.120.171,04
199099970551	ANULACAO RESTOS A PAGAR-PROGRAMA DE MODERNIZACAO FISCAL-PROFISCO-BID	0,00	2.558.542,75	2.558.542,75
199099970560	ANULACAO RESTOS A PAGAR-PROREDES-BNDES	0,00	8.300.747,83	8.300.747,83
199099970574	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - CONTRAP OC-PROINVESTE	0,00	2.899.674,45	2.899.674,45
199099970577	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-PROINVESTE-BNDES	0,00	40.889,56	40.889,56
199099970580	ANULACAO RESTOS A PAGAR-CONVENIO MAPA-SEAPA 772218/2012	0,00	101.108,26	101.108,26
199099970581	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-CONVENIO MI-SDR 769273-12	0,00	687.615,19	687.615,19
199099970589	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TRANSFERENCIA CONVENIO MDS-SDRPC-777118/12	0,00	1.546.424,83	1.546.424,83
199099970595	ANULACAO RESTOS A PAGAR-OP DE CR-PROG DE CONSOLID DO EQUIL FISCAL-PROCONFIS-	0,00	7.057,73	7.057,73
199099970597	ANULACAO RESTOS A PAGAR-CONVENIO MTE-FGTAS 04/2012-ACOES SISTEMA EMPR TRAB E	0,00	375.793,77	375.793,77
199099970602	ANULACAO RESTOS A PAGAR-PGTO PRECATORIOS-REC 7	0,00	2.495.242,80	2.495.242,80
199099970607	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO MAPA-SEAPA 799221/2013	0,00	1.294,45	1.294,45
199099970611	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - CONTRAPARTIDA TESOURO - OPER CRED PROINVESTE-BN	0,00	1.857.219,02	1.857.219,02
199099970616	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO MC-SEDAC 763465-2011	0,00	55.000,00	55.000,00
199099970619	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO MCT-FINEP-CIENTEC-113007700	0,00	3.739,88	3.739,88
199099970621	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO TC - MIN - SOP - OBRAS BARRAGEM NO ARROIO	0,00	21.670,60	21.670,60
199099970624	ANULACAO RESTOS A PAGAR - FUNPEEAB	0,00	49.523,47	49.523,47
199099970630	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO SENASP-MJ/SSP 774258-2012	0,00	11.365,06	11.365,06
199099970637	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO FINEP-CIENTEC 0113038800	0,00	24.708,09	24.708,09
199099970638	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONV INFRAERO-MDEF/SSP-BM	0,00	371.008,00	371.008,00
199099970641	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-OP CRED INT-BNDES-PMAE-DP	0,00	147.805,43	147.805,43
199099970642	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL - TCFA-	0,00	178.846,50	178.846,50
199099970643	ANULACAO RESTOS A PAGAR-OPERACAO DE CREDITO-LEI 14227-POD	0,00	8.100,64	8.100,64
199099970644	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONTRAPARTIDA RECURSOS DO TESOURO - PESQUISA	0,00	381.998,99	381.998,99
199099970645	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO MCULT-SCULT 763224	0,00	520,00	520,00
199099970649	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO FINEP-MCT/FAPERGS 01130180	0,00	400,00	400,00
199099970655	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO ANA-SEMA 114-2013	0,00	358,15	358,15
199099970667	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO MDS-SDR 804904/2014	0,00	7.827,13	7.827,13

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
199099970672	ANULACAO RESTOS A PAGAR - MDS-STDS ERRADIC TRAB INFANTIL	0,00	27.923,71	27.923,71
199099970675	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO 906-2016 CONFAZ - SEFAZ RS - SEFAZ VIRTUA	0,00	0,03	0,03
199099970678	ANULACAO RESTOS A PAGAR-AMPARA-RS	0,00	4.625.513,50	4.625.513,50
199099970679	ANULACAO RESTOS A PAGAR-CONVENIO MJ/SSP 774563/2012	0,00	8.474,07	8.474,07
199099970680	ANULACAO RESTOS A PAGAR-CONVENIO MAPA-SEAPA 771474/12	0,00	110.690,00	110.690,00
199099970681	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TRANSF CEEE - TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA - MPT-FAS	0,00	500,00	500,00
199099970682	ANULACAO RESTOS A PAGAR-CONVENIO CNPQ - FAPERGS 837596-16 PROGRAMA PESQUISA	0,00	224.147,50	224.147,50
199099970683	NULACAO RESTOS A PAGAR-CONVENIO 139-2012 TJRS-PC	0,00	5.780,00	5.780,00
199099970684	ANULACAO RESTOS A PAGAR-CONVENIO MJ-SSP 784735/2013	0,00	2.881.853,78	2.881.853,78
199099970685	ANULACAO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS-TR FUNDOPEN-MJ PORT 1414-2016	0,00	42.621,05	42.621,05
199099970686	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONV PGJ-SEDUC 1035-2016	0,00	1.437,33	1.437,33
199099970687	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONV TJ-SSP-OBRAS IPF	0,00	87.747,59	87.747,59
199099970688	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TC - MIN - SOP - OBRAS BARRAGEM NO ARROIO JAGUARI	0,00	435.894,86	435.894,86
199099970689	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TRANSFERENCIA FNAS-PROGRAMA CRIANCA FELIZ	0,00	22.049,98	22.049,98
199099970690	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TRANSFERENCIA CONVENIO MJ-SSP 774524-201	0,00	729.148,43	729.148,43
199099970691	ANULACAO RESTOS A PAGAR - MDA-SDR 793995/13-CADASTRO GEOREFERENCIAMENTO ACAO	0,00	1.239.915,42	1.239.915,42
199099970692	ANULACAO RESTOS A PAGAR - SEDH-PRO EST PROT AUX E ASSIST A TEST AM	0,00	9.706,47	9.706,47
199099970693	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TRANSF CONV PREF TRAMANDAI-SSP 119/2014	0,00	867,00	867,00
199099970694	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TR MIN INT NACIONAL - DAER PORT 380-2016	0,00	6.813,83	6.813,83
199099970695	ANULACAO RESTOS A PAGAR - QUALIAGUAS - MONIT E DIVULG QUALID AGU	0,00	48,48	48,48
199099990000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	205.391.176,00	217.835.340,99	12.444.164,99
199099990002	ANULACAO DE DIVIDAS EXTRAORCAMENTARIAS	0,00	1.063.964,02	1.063.964,02
199099990003	RECEITA DA VENDA DE MATERIAL INSERVIVEL	0,00	368.662,00	368.662,00
199099990004	RECEITA DA VENDA DE APARAS DE PAPEL E SUCATAS	4.722,00	2.637,02	2.084,98-
199099990014	OUTRAS RECEITAS DO FUNDO ESTADUAL DE GESTAO PATRIMONIAL-FEGEP	104.250,00	15.551,77	88.698,23-
199099990016	RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FADEP	3.733.000,00	4.828.144,85	1.095.144,85
199099990020	RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FURPGE - NOVO CODIGO CIVIL - LEI 13105-	32.091.708,00	23.856.533,56	8.235.174,44-
199099990098	OUTRAS RECEITAS - IPERGS	8.776.884,00	11.031.151,47	2.254.267,47
199099990107	RECEITAS EVENTUAIS - REC OPERACIONAIS FUNDOPEN	23.682,00	67.785,57	44.103,57
199099990143	RECEITA DE EMISSAO DE SELO DIGITAL DE FISCALIZACAO NOTARIAL E REGISTRAL	160.500.000,00	175.036.932,27	14.536.932,27
199099990146	RECEITA DE LEILOES	0,00	477.040,34	477.040,34
199099990148	TRANSFERENCIA JURIDICA A POLICIA CIVIL PELO MIN PUBL E PODER JUD	126.180,00	335.498,85	209.318,85
199099990160	RECEITA DO FUNDO NOTARIAL E REGISTRAL-FUNORE-SELO DIGITAL SERVENT ATOS GRATU	0,00	168.812,69	168.812,69
199099990162	DOACOES A FPERGS	28.250,00	381.868,73	353.618,73
199099990165	DESCONTOS RECEBIDOS	0,00	182.396,90	182.396,90
199099990169	DESCONTOS RECEBIDOS - RECURSO 0196	2.500,00	0,00	2.500,00-
199099990181	RECEITA DE VENDA DE MATERIAIS INSERVIVEIS E SU VINCLADAS AO FURPGE	0,00	18.360,95	18.360,95

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
200000000000	RECEITAS DE CAPITAL	865.170.352,00	1.353.890.054,97	488.719.702,97
210000000000	OPERACOES DE CREDITO	648.072.938,00	270.199.089,27	377.873.848,73-
211000000000	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	105.622.000,00	36.662.795,12	68.959.204,88-
211400000000	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	105.622.000,00	36.662.795,12	68.959.204,88-
211405000000	OPERACOES DE CREDITOS INTERNAS CONTRATUAIS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZACAO DA	16.000.000,00	4.686.000,00	11.314.000,00-
211405990000	DIVERSAS OPERACOES CREDITOS INTERNAS CONTRATUAIS PARA PROGRAMAS MODERNIZACAO	16.000.000,00	4.686.000,00	11.314.000,00-
211405990007	OPERACAO CREDITO INTERNA BNDES-PMAE-DEFENSORIA PUBLICA	16.000.000,00	4.686.000,00	11.314.000,00-
211499000000	OUTRAS OPERACOES DE CREDITO INTERNAS RELATIVAS A PROGRAMA DE GOVERNO	89.622.000,00	31.976.795,12	57.645.204,88-
211499990000	DIVERSAS OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	89.622.000,00	31.976.795,12	57.645.204,88-
211499990027	OPERACAO DE CREDITO-PROGRAMA DE APOIO A RETOMADA DESENVOLVIMENTO-PROREDES-BN	89.622.000,00	31.976.795,12	57.645.204,88-
212000000000	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	542.450.938,00	233.536.294,15	308.914.643,85-
212300000000	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS CONTRATUAIS	542.450.938,00	233.536.294,15	308.914.643,85-
212305000000	OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS CONTRATUAIS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZACAO DA	16.925.900,00	19.994.918,07	3.069.018,07
212305990000	DIVERSAS OPERACOES CREDITOS EXTERNAS CONTRATUAIS PARA PROGRAMAS MODERNIZACAO	16.925.900,00	19.994.918,07	3.069.018,07
212305990001	OPERACAO CREDITO EXTERNA-BID-MODERNIZACAO FISCAL-PROFISCO	16.925.900,00	19.994.918,07	3.069.018,07
212399000000	OUTRAS OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS RELATIVAS A PROGRAMA DE GOVERNO	525.525.038,00	213.541.376,08	311.983.661,92-
212399990000	DIVERSAS OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS	525.525.038,00	213.541.376,08	311.983.661,92-
212399990011	OPERACAO DE CREDITO-PROGRAMA DE APOIO A RETOMADA DESENVOLVIMENTO-PROREDES-BI	336.636.297,00	213.541.376,08	123.094.920,92-
212399990013	OPERACAO DE CREDITO-LEI 14227-PROGRAMA OPORTUNIDADES E DIREITOS-POD-BID	97.870.500,00	0,00	97.870.500,00-
212399990894	OPERACAO DE CREDITO-PROGRAMA DE APOIO RETOMADA DESENVOLVIMENTO-PROREDES-BIRD	91.018.241,00	0,00	91.018.241,00-
220000000000	ALIENACAO DE BENS	14.184.423,00	851.974.509,58	837.790.086,58
221000000000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	495.557,00	822.658.215,13	822.162.658,13
221100000000	ALIENACAO DE TITULOS MOBILIARIOS	0,00	821.478.417,64	821.478.417,64
221199000000	OUTRAS ALIENACOES DE OUTROS TITULOS MOBILIARIOS	0,00	821.478.417,64	821.478.417,64
221199990000	DIVERSAS ALIENACOES DE TITULOS MOBILIARIOS	0,00	821.478.417,64	821.478.417,64
221199990003	RECEITA DE ALIENACAO DE PARTICIPACOES SOCIETARIAS - FRE/RS	0,00	704.713.320,54	704.713.320,54
221199990006	RECEITA COM DESCONSTITUICAO DE FUNDOS-FUNDOPEM	0,00	116.765.097,10	116.765.097,10
221500000000	ALIENACAO DE VEICULOS	293.339,00	602.250,00	308.911,00
221599000000	OUTRAS ALIENACOES DE VEICULOS	293.339,00	602.250,00	308.911,00
221599990000	DIVERSAS ALIENACOES DE VEICULOS	293.339,00	602.250,00	308.911,00
221599990003	ALIENACAO DE VEICULOS - NAO VINCULADO	6.752,00	60.000,00	53.248,00
221599990004	ALIENACAO DE VEICULOS - FESP - BRIGADA MILITAR	252.237,00	524.150,00	271.913,00
221599990005	ALIENACAO DE VEICULOS - FESP - IGP	34.350,00	12.100,00	22.250,00-
221599990006	ALIENACAO DE VEICULOS - FESP - POLICIA CIVIL	0,00	6.000,00	6.000,00
221900000000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	202.218,00	577.547,49	375.329,49
221999000000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	202.218,00	577.547,49	375.329,49
221999990000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	202.218,00	577.547,49	375.329,49
221999990002	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS MOVEIS - NAO VINCULADA	202.218,00	577.547,49	375.329,49
222000000000	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	13.688.866,00	29.316.294,45	15.627.428,45
222900000000	ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	13.688.866,00	29.316.294,45	15.627.428,45

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
222999000000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS IMOVEIS	13.688.866,00	29.316.294,45	15.627.428,45
222999990000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS IMOVEIS	13.688.866,00	29.316.294,45	15.627.428,45
222999990001	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - NAO VINCULADA	15.000,00	0,00	15.000,00-
222999990003	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - LEIS 10793 E 10794/96	3.100.000,00	1.105.508,36	1.994.491,64-
222999990004	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS-IRGA-REC 8204	286.933,00	17.570,28	269.362,72-
222999990005	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - FEGEP	10.000.000,00	28.170.437,69	18.170.437,69
222999990007	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS-IRGA-REC 8205	286.933,00	17.570,29	269.362,71-
222999990008	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - LEI 13017	0,00	5.207,83	5.207,83
230000000000	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	28.434.258,00	25.069.452,25	3.364.805,75-
230070000000	OUTRAS AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS	28.434.258,00	24.996.156,25	3.438.101,75-
230070020000	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS - EM CONTRATOS	28.434.258,00	24.996.156,25	3.438.101,75-
230070020002	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS-FDS-FEHIS-COHAB	286.707,00	219.607,05	67.099,95-
230070020003	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00	12.545.512,73	12.545.512,73
230070020012	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS-CARTEIRA CREDITO IMOBIL DA EXTINTA CEE	0,00	377.271,61	377.271,61
230070020016	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - CARTEIRA COMERCIAL ORIUNDA DA CEERGS	0,00	10.018.521,66	10.018.521,66
230070020019	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - FUNTERRA	652.340,00	0,00	652.340,00-
230070020020	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL - RECURSOS PROPRIOS	14.561,00	15.001,91	440,91
230070020021	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL-RECURSOS SISTEMA FINANCEIRO HABITA	745.865,00	583.589,17	162.275,83-
230070020026	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS-FUNDOPEM CAPITALIZACAO BADESUL	26.734.785,00	0,00	26.734.785,00-
230070020027	AMORTIZACAO FINANCIAMENTO - AVAL CONCEDIDO PM MONTENEGRO	0,00	1.236.652,12	1.236.652,12
230099000000	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS DIVERSOS	0,00	73.296,00	73.296,00
230099990000	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS DIVERSOS	0,00	73.296,00	73.296,00
230099990001	AMORTIZACAO DO FINANCIAMENTO DE DIVIDAS DOS MUNICIPIOS COM A CEEE - LEI 1101	0,00	73.296,00	73.296,00
240000000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	174.478.733,00	206.647.003,87	32.168.270,87
241000000000	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	313,85	313,85
241200000000	TRANSFERENCIAS NO AMBITO DO ESTADO	0,00	313,85	313,85
241205000000	TRANSFERENCIAS DE EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	0,00	313,85	313,85
241205010000	TRANSFERENCIAS DE EMPRESAS SOBRE CONTROLE ESTATAL	0,00	313,85	313,85
241205010002	TRANSFERENCIA P/AMORTIZACAO DA DIVIDA DO PDV - CONVENIO ESTADO/EMPRESAS ESTA	0,00	313,85	313,85
242000000000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.711.609,00	16.200.263,38	14.488.654,38
242100000000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	1.710.609,00	16.198.413,38	14.487.804,38
242101000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS	0,00	500.000,00	500.000,00
242101160000	TRANSFERENCIAS DO SUS-INVESTIMENTOS-REDE SERVICOS DE SAUDE	0,00	500.000,00	500.000,00
242101160005	TRANSFERENCIA SUS-INVESTIMENTO-ESTRUTURACAO UNIDADES ATENCAO ESPECIALIZADA S	0,00	500.000,00	500.000,00
242199000000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	1.710.609,00	15.698.413,38	13.987.804,38
242199990000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	1.710.609,00	15.698.413,38	13.987.804,38
242199990007	TRANSFERENCIA MIN INT NACIONAL - DAER - PORTARIA 380-2016 - OBRAS EMERG RSC	1.710.609,00	3.704.413,68	1.993.804,68
242199990008	TRANSFERENCIA FUNDOPEN-MJ FUNDOPEN-SSP PORTARIA 1414-2016	0,00	11.993.999,70	11.993.999,70
242300000000	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	1.000,00	1.850,00	850,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
242301000000	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS PARA PROGRAMAS DE SAUDE	1.000,00	0,00	1.000,00-
242301990000	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS PARA PROGRAMAS DE SAUDE	1.000,00	0,00	1.000,00-
242301990001	TRANSFERENCIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO ALEGRE	1.000,00	0,00	1.000,00-
242399000000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	0,00	1.850,00	1.850,00
242399990000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	0,00	1.850,00	1.850,00
242399990005	TRANSFERENCIA COMDICAU - FASE - PROJETO RECOMECAR	0,00	1.850,00	1.850,00
243000000000	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	390.124,00	4.618.067,16	4.227.943,16
243099000000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	390.124,00	4.618.067,16	4.227.943,16
243099990000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	390.124,00	4.618.067,16	4.227.943,16
243099990001	DOACOES DE INSTITUICOES PRIVADAS - FESP-POLICIA CIVIL	169.727,00	102.601,09	67.125,91-
243099990012	DOACOES DE INSTITUICOES PRIVADAS - FESP-BRIGADA MILITAR	102.980,00	229.332,84	126.352,84
243099990027	TRANSFERENCIA TERMO AJUSTE TAC FASE - PROJ ESTUDIO DE GRAVACAO - CECONP	14.400,00	0,00	14.400,00-
243099990028	TRANSFERENCIA TERMO AJUSTE TAC FASE - CURSO DE CHAPEACAO E SOLDA-CECONP	103.017,00	0,00	103.017,00-
243099990029	CONVENIO SSP-ACF- ASSOCIACAO CULTURAL FLORESTA-AQUISICAO DE BENS BM	0,00	665.000,00	665.000,00
243099990030	TRANSFERENCIA FRAPORT-SSP TC 188-17-OTIMIZACAO OPERACAO CBM AEROPORTOS	0,00	3.621.133,23	3.621.133,23
247000000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	172.377.000,00	185.828.359,48	13.451.359,48
247100000000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	172.377.000,00	185.743.444,48	13.366.444,48
247101000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO PARA O SISTEMA UNICO DE SAUDE-SUS	0,00	340.000,00	340.000,00
247101100000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DO MINISTERIO DA SAUDE PARA O SISTEMA UNICO DE S	0,00	340.000,00	340.000,00
247101100094	TRANSFERENCIA CONVENIO FNS-SES 836834-16 EQUIPAMENTOS DOENCAS HEMATOLOGICAS	0,00	240.000,00	240.000,00
247101100095	CONVENIO FNS-SES 836272-16 AQUISICAO EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE-HEMOR	0,00	100.000,00	100.000,00
247102000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO PARA PROGRAMAS DE EDUCACAO	8.000.000,00	629.469,72	7.370.530,28-
247102100000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS COM O MINISTERIO DA EDUCACAO	8.000.000,00	249.532,14	7.750.467,86-
247102100013	TRANSFERENCIA CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAC 203588/12-CONSTR QUADRAS ESPORTI	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00-
247102100014	TRANSFERENCIA CONV FNDE-ME/SEDUC TC PAC 203600/12-CONSTR COBERTUR QUADRAS ES	1.000.000,00	139.081,63	860.918,37-
247102100020	TRANSFERENCIA CONVENIO FNDE-SEDUC 203704/2012-CONSTRUCAO DE 17 QUADRAS ESPOR	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00-
247102100021	TRANSFERENCIA CONVENIO FNDE-SEDUC 203694/12-CONSTR 65 COBERTURAS QUADRAS ESP	3.000.000,00	10.421,93	2.989.578,07-
247102100022	TRANSFERENCIA CONVENIO FNDE-ME/SEDUC 7399/2012-PLANO DE ACOES ARTICULADAS-PA	0,00	28,58	28,58
247102100031	TRANSFERENCIA FNDE-UERGS EMENDA PARL 19830020-INFRAESTRUTURA BENTO GONCALVES	0,00	100.000,00	100.000,00
247102100083	TRANSFERENCIA FNDE - PROGRAMA DE FOMENTO A IMPLANTACAO DE ESCOLAS TEMPO INTE	500.000,00	0,00	500.000,00-
247102200000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE OUTROS ORGAOS DA UNIAO PARA EDUCACAO	0,00	379.937,58	379.937,58
247102200064	CONVENIO CEF-SEDUC 822768-2015 IMPL E MODERN INFRAESTRUTURA ESPORTIVA	0,00	379.937,58	379.937,58
247103000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO BASICO	0,00	30.324.448,12	30.324.448,12
247103100000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DO MINISTERIO DA SAUDE PARA SANEAMENTO BASICO	0,00	300.952,03	300.952,03

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
247103100003	TRANSFERENCIA CONVENIO FNS-SEHABS TC 133/12-ABASTEC AGUA ASSENTAMENTO PA 28	0,00	300.952,03	300.952,03
247103200000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE OUTROS ORGAOS DA UNIAO PARA SANEAMENTO BASICO	0,00	30.023.496,09	30.023.496,09
247103200017	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID/SEHADUR 0237831-52/07-ESGOTO SANITARIO VENANCIO	0,00	236.329,72	236.329,72
247103200037	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351151-46/2011-ESGOTO SANIT ARROIO DOS RA	0,00	56.966,27	56.966,27
247103200038	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351085-34/2011-ABASTEC AGUA BENTO GONCALV	0,00	68.948,22	68.948,22
247103200039	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351083-15/11-ABAST AGUA CACHOEIRINHA-GRAV	0,00	75.214,49	75.214,49
247103200040	TR CONTR MCID-SEHABS 351086-48/11-AB AGUA-CAMPO BOM-SAPIRANGA-EST VELHA-PORT	0,00	20.895,62	20.895,62
247103200041	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351084-29/2011-AB AGUA CANOAS-ESTEIO-SAPU	0,00	92.684,98	92.684,98
247103200043	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351148-89/2011-ESGOTO SANITARIO CHARQUEAD	0,00	122.991,10	122.991,10
247103200044	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351157-01/2011-ESGOTO SANIT ELDORADO DO S	0,00	101.487,30	101.487,30
247103200045	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351087-53/11-AB AGUA GUAIBA-ELDORADO DO S	0,00	70.753,64	70.753,64
247103200048	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351095-50/11-ABASTECIMENTO DE AGUA MONTEN	0,00	54.463,72	54.463,72
247103200050	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351098-82/2011-ABASTECIMENTO DE AGUA PARO	0,00	53.716,79	53.716,79
247103200052	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351088-67/2011-ABASTECIMENTO AGUA PASSO F	0,00	44.212,61	44.212,61
247103200053	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351141-19/2011-ESGOTO SANITARIO RIO GRAND	0,00	197.042,52	197.042,52
247103200054	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351092-26/2011-ABASTECIMENTO DE AGUA RIO	0,00	55.300,15	55.300,15
247103200055	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351091-12/2011-ABASTECIMENTO AGUA SANTA M	0,00	55.271,14	55.271,14
247103200056	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351136-45/2011-ESGOTO SANITARIO SANTA MAR	0,00	56.852,34	56.852,34
247103200057	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351155-84/2011-ESGOTO SANITARIO SAO JERON	0,00	59.532,49	59.532,49
247103200059	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351097-78/2011-ABASTECIMENTO DE AGUA TRIU	0,00	71.428,36	71.428,36
247103200061	TRANSFERENCIA CONVENIO MCID-SEHABS TC 351158-15/2011-PROJETO EXECUTIVO SES-A	0,00	0,28	0,28
247103200063	TRANSF CONVENIO MCID-SEHABS TC35086447-11 AMPL SIS ESG SANITARIO ESTEIO-SAPU	0,00	3.756.455,22	3.756.455,22
247103200068	TRANSF CONVENIO MCID-SEHABS TC 35086771-11 AMPL ESGOTO SANITARIO ALVORADA-VI	0,00	8.352.135,27	8.352.135,27
247103200072	TRANSF CONVENIO MCID-SEHABS TC35093585-11 AMPL SIST ESGOTO SANITCACHOEIRA DO	0,00	3.936,72	3.936,72
247103200075	CONVENIO TC 0408.646-32-2013 MC-CEF-SEHABS SIST ESGOT SANITARIO NOVA HARTZ	0,00	5.150.000,00	5.150.000,00
247103200076	CONVENIO TC 0408.692-02-2013 MC-CEF-SEHABS SIST ESGOT SANITARIO PORTAO	0,00	1.095.158,60	1.095.158,60
247103200077	CONVENIO TC 0408.701-15-2013 MC-CEF-SEHABS SES SANTO ANTONIO DA PATRULHA	0,00	6.960.298,46	6.960.298,46
247103200079	CONVENIO TC 0408.702-29/2013 MC-CEF-SEHABS - SISTEMA ESGOTAMENTO DE PAROBE	0,00	1.723.234,95	1.723.234,95
247103200080	CONVENIO TC 0408.699-72/2013 MC-CEF-SEHABS SISTEMA DE ESGOT DE NOVA SANTA RI	0,00	1.488.185,13	1.488.185,13
247199000000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	164.377.000,00	154.449.526,64	9.927.473,36-
247199990000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	164.377.000,00	154.449.526,64	9.927.473,36-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
247199990126	TRANSFERENCIAS CONVENIO MJ-DPRF/SJS-DETRAN-MULTA TRANSITO FEDERAL-SEFA	0,00	171,30	171,30
247199990300	TRANSF CONV M CULT- SEC CULT - 763224-11 - IMPLANT REDE DE PTOS DE CULTURA N	0,00	3.960.869,88	3.960.869,88
247199990311	TRANSFERENCIA CONVENIO MC-SEDAC 763465-2011-MODERNIZACAO DE BIBLIOTECAS	0,00	367,14	367,14
247199990322	TRANSFERENCIA CONVENIO MINC-SEDAC 763465/2011-CONTRUCAO MUSEU E TEATRO OSPA	3.200.000,00	0,00	3.200.000,00-
247199990327	TRANSFERECIA CONVENIO MTE-FGTAS 04/2012-ACOES SISTEMA EMPREGO TRABALHO E REN	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
247199990330	TRANSF TERMO COMPROMISSO FNS-SEHABS 137/2012-SIST ABASTEC AGUA NOVO HORIZONT	0,00	913.016,38	913.016,38
247199990331	TRANSF TERMO COMPROMISSO FNS-SEHABS 150/2012-SIST ABAST AGUA CHASQUEIRO SANT	0,00	773.059,93	773.059,93
247199990334	TRANSFERENCIA CONVENIO MDS-SDRPC-777118/12-ACESSO AGUA PRODUCAO RURAL	3.000.000,00	12.500.000,00	9.500.000,00
247199990350	TRANSF CONVENIO MCID-SEHABS TC 3579503-11 SIST ABAST AGUA ARROIO RATOS-ELDOR	0,00	1.370.185,56	1.370.185,56
247199990375	TRANSFERENCIA CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 139/12-ABASTECIMET AGUA CAPIVARI DO	0,00	1.755.665,57	1.755.665,57
247199990384	TRANSFERENCIA CONVENIO MI-SDR 769273-12-SISTEMAS ABASTECIMENTO DE AGUA RURAI	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00-
247199990474	CONVENIO MDA-SDR 793995/13-CADASTRO GEOREFERENCIAMENTO ACAO REG FUNDIARIA	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00-
247199990482	TRANSF CONVENIO INEP-SSP 849395-17 APOIAR SEGURANCA E SIGILO INSTRUMENTOS IN	0,00	587.027,00	587.027,00
247199990483	CONVENIO 850469-2017 MAPA-SEAPI AQUISICAO MAQ PATRULHA MECANIZADA	0,00	69.527.434,28	69.527.434,28
247199990830	CONVENIO TC - MIN - SOP - OBRAS BARRAGEM NO ARROIO TAQUAREMBO	56.000.000,00	0,00	56.000.000,00-
247199990832	CONVENIO TC - MIN - SOP - OBRAS BARRAGEM NO ARROIO JAGUARI	55.000.000,00	13.000.000,00	42.000.000,00-
247199990835	CONVENIO 798423-2013 CEF-SSP CENTRO REG DE EXCELENCIA EM PERICIAS CRIMINAIS	16.000.000,00	0,00	16.000.000,00-
247199990837	CONVENIO INCRA-SDR 796851-2013 REDES DE ABAST DE AGUA POTAVEL ASSENTAMENTOS	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00-
247199990838	CONVENIO 9-CI-2014-0013 INFRAERO-1CRBEM SERV DE BOMBEIROS AEROPORTO PORTO AL	880.000,00	0,00	880.000,00-
247199990847	CONVENIO BACEN-SSP 08-2016-ESCOLTA VALORES AEROPORTO SALGADO FILHO	320.000,00	400.000,00	80.000,00
247199990850	CONVENIO SDH-PR-SJDH 08-2016-PPCAM	0,00	700.000,00	700.000,00
247199990856	CONVENIO SEDH- PROGR EST PROT AUX E ASSIST A TESTEM AMEACADAS-MANUTENCAO PRO	0,00	421.868,90	421.868,90
247199990858	CONVENIO MJ-SSP 853721-2017 REAPARELHAMENTO BRIGADA MILITAR	0,00	33.454.694,70	33.454.694,70
247199990859	CONVENIO MJ-SSP 853747-2017 PARQUE TECNOLOGICO BRIGADA MILITAR	0,00	1.093.654,00	1.093.654,00
247199990860	CONVENIO MJ-SSP 855948-2017 RADIOCOMUNICACAO DIGITAL POA	0,00	399.670,00	399.670,00
247199990863	CONVENIO MJ-SSP 853719-17-REESTRUTURACAO UNIDADES POLICIA JUDICIARIA	0,00	13.109.682,00	13.109.682,00
247199990866	CONVENIO MC-OSPA 840798-2016 AQUISICAO INSTRUMENTOS E EQUIP MUSICIAIS	0,00	482.160,00	482.160,00
247199999999	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS COM A UNIAO - PARA FINS DE ORCAMENTO	12.577.000,00	0,00	12.577.000,00-
247400000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	84.915,00	84.915,00
247499000000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	84.915,00	84.915,00
247499990000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	84.915,00	84.915,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
247499990005	TRANSF CONVENIO INFRAERO/CBM PELOTAS/FESP 11/2013-SERV ESPECIALIZADO BOMBEIR	0,00	84.915,00	84.915,00
700000000000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	12.842.419.974,00	13.385.099.830,97	542.679.856,97
720000000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES INTRAORCAMENTARIAS	12.824.209.286,00	13.340.143.963,32	515.934.677,32
721000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS INTRA-ORCAMENTARIAS	12.824.209.286,00	13.340.143.963,32	515.934.677,32
721029000000	CONTRIBUICOES PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO	12.204.044.997,00	12.748.174.422,11	544.129.425,11
721029010000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - ATIVO CIVIL	1.264.965.209,00	1.207.230.467,68	57.734.741,32-
721029010001	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-EXEC-OUTROS ORG	177.190.346,00	242.980.976,03	65.790.630,03
721029010002	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-METROPLAN	43.802,00	26.102,97	17.699,03-
721029010003	CONTRB PATRONAL PARA O RPPS - ATIVO CIVIL - FASE	13.831,00	34.401,63	20.570,63
721029010006	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-FIGTF	4.595,00	0,00	4.595,00-
721029010015	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-FADERS	7.047,00	6.022,06	1.024,94-
721029010034	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SECRETARIA EDUC	500.960.777,00	476.024.249,94	24.936.527,06-
721029010037	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SECRETARIA DA S	71.378.923,00	66.753.845,70	4.625.077,30-
721029010055	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-CEERS	16.596.007,00	0,00	16.596.007,00-
721029010056	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-DAER	9.605.676,00	9.286.932,72	318.743,28-
721029010058	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SPH	1.999.111,00	1.200.343,14	798.767,86-
721029010059	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-IRGA	10.458,00	21.814,16	11.356,16
721029010062	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-AGERGS	1.545.587,00	1.600.769,04	55.182,04
721029010064	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-IPERGS	4.818.394,00	6.450.463,45	1.632.069,45
721029010066	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SUPRG	5.462.307,00	155.233,02	5.307.073,98-
721029010068	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-DETRAN	13.590.427,00	13.208.883,98	381.543,02-
721029010070	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-FOSPA	2.668.334,00	2.084.019,72	584.314,28-
721029010072	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-FEPAGRO	1.290.130,00	0,00	1.290.130,00-
721029010074	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-FEPPS	166.655,00	0,00	166.655,00-
721029010078	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-DEFENSORIA PUBL	35.346.735,00	28.321.677,14	7.025.057,86-
721029010080	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-AGDI	97.260,00	51.715,02	45.544,98-
721029010083	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FRTVE	7.112,00	3.351,80	3.760,20-
721029010085	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-JUCERGS	600.660,00	610.959,65	10.299,65
721029010087	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SEGURANCA	277.770.386,00	184.726.706,50	93.043.679,50-
721029010101	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-PODER EXECUTI	13.208.004,00	65.844.041,20	52.636.037,20
721029010107	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-ASSEMBLEIA LE	600.000,00	105.634,32	494.365,68-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721029010108	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-METROPLAN	4.384,00	3.892,18	491,82-
721029010110	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-TRIB DE CONTA	6.200.000,00	5.694.122,59	505.877,41-
721029010115	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-FPERGS	14.297,00	13.102,71	1.194,29-
721029010116	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-MINIST PUBLIC	9.750.000,00	8.583.838,25	1.166.161,75-
721029010130	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-JUSTICA MILIT	90.326,00	119.264,50	28.938,50
721029010133	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-TRIBUNAL JUST	22.835.996,00	28.375.613,50	5.539.617,50
721029010134	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-SECRET EDUCAC	36.901.791,00	40.136.811,67	3.235.020,67
721029010137	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-SECRETARIA SA	4.805.400,00	7.231.506,39	2.426.106,39
721029010156	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-DAER	1.085.855,00	93.444,74	992.410,26-
721029010159	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-IRGA	969.827,00	1.146.965,53	177.138,53
721029010162	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-AGERGS	404.592,00	430.847,79	26.255,79
721029010164	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-IPERGS	966.553,00	1.139.478,40	172.925,40
721029010168	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-DETRAN	4.691.652,00	4.685.067,34	6.584,66-
721029010170	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-FOSPA	0,00	209.382,88	209.382,88
721029010172	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-FEPAGRO	791.912,00	952,00	790.960,00-
721029010178	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-DEFENSORIA PU	6.956.351,00	9.353.167,51	2.396.816,51
721029010181	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-AGDI	508.551,00	505.465,68	3.085,32-
721029010185	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-JUCERGS	39.539,00	9.400,83	30.138,17-
721029010187	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-SEGURANCA	32.965.619,00	0,00	32.965.619,00-
721029020000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - ATIVO MILITAR	354.279.147,00	324.296.960,03	29.982.186,97-
721029020002	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO MILITAR-PODER EXECUTI	327.861.433,00	286.391.599,04	41.469.833,96-
721029020102	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO MILITAR-EXECUTIVO	26.417.714,00	37.905.360,99	11.487.646,99
721029030000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - INATIVO CIVIL	453.415.898,00	453.747.464,10	331.566,10
721029030001	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-EXEC-OUTROS	161.435.176,00	222.143.373,25	60.708.197,25
721029030012	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA PATRONAL-INATIVO CIVIL-FEE	421.374,00	199.297,52	222.076,48-
721029030034	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SECR EDUCACAO	28.152.360,00	18.586.502,64	9.565.857,36-
721029030037	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SECRETARIA SA	29.349.957,00	23.270.198,00	6.079.759,00-
721029030055	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL - CEERS	9.222.631,00	0,00	9.222.631,00-
721029030056	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-DAER	9.468.354,00	8.550.578,46	917.775,54-
721029030058	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SPH	3.673.066,00	3.353.479,74	319.586,26-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721029030059	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-IRGA	11.766,00	11.083,02	682,98-
721029030062	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-AGERGS	57.710,00	85.674,68	27.964,68
721029030064	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-IPERGS	4.475.088,00	3.734.539,20	740.548,80-
721029030066	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SUPRG	1.047.907,00	0,00	1.047.907,00-
721029030068	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-DETRAN	290.707,00	331.964,08	41.257,08
721029030072	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-FEPAGRO	5.336,00	0,00	5.336,00-
721029030078	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-DEF PUBLICA	18.157.361,00	17.719.236,33	438.124,67-
721029030087	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SEGURANCA	187.647.105,00	155.761.537,18	31.885.567,82-
721029040000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - INATIVO MILITAR	315.786.768,00	357.261.381,62	41.474.613,62
721029040002	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO MILITAR-PODER EXECU	315.786.768,00	357.261.381,62	41.474.613,62
721029050000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - PENSIONISTA CIV	127.650.189,00	0,00	127.650.189,00-
721029050001	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-EXECUTIVO-OUTRO	112.825.951,00	0,00	112.825.951,00-
721029050034	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SECR EDUCACAO	2.165.458,00	0,00	2.165.458,00-
721029050037	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SECRETARIA DA S	3.499.334,00	0,00	3.499.334,00-
721029050056	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-DAER	4.575.278,00	0,00	4.575.278,00-
721029050058	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SPH	1.575.137,00	0,00	1.575.137,00-
721029050059	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-IRGA	241.787,00	0,00	241.787,00-
721029050064	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-IPERGS	1.100.147,00	0,00	1.100.147,00-
721029050066	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SUPRG	126.749,00	0,00	126.749,00-
721029050070	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-FOSPA	85.009,00	0,00	85.009,00-
721029050078	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-DEFENSORIA PUBL	1.325.302,00	0,00	1.325.302,00-
721029050079	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA - DETRAN	3.138,00	0,00	3.138,00-
721029050087	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SEGURANCA	126.899,00	0,00	126.899,00-
721029060000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - PENSIONISTA MIL	79.681.645,00	0,00	79.681.645,00-
721029060002	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA MILITAR-PODER E	79.681.645,00	0,00	79.681.645,00-
721029130000	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DO DEFICIT ATUARIAL	9.608.266.141,00	10.405.638.148,68	797.372.007,68
721029130001	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-OUTROS ORG EXEC-INA	786.123.299,00	1.392.069.233,66	605.945.934,66
721029130002	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-MILITARES-INATIVOS	2.053.289.345,00	1.527.150.732,66	526.138.612,34-
721029130034	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-SECR EDUCACAO-INATI	3.544.791.166,00	3.443.491.161,59	101.300.004,41-
721029130037	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-SECR SAUDE-INATIVOS	186.554.036,00	182.839.776,58	3.714.259,42-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721029130056	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-DAER-INATIVOS	119.333.649,00	103.861.835,75	15.471.813,25-
721029130058	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-SPH-INATIVOS	0,00	27.570.713,34	27.570.713,34
721029130059	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-IRGA-INATIVOS	132.473,00	28.585,73	103.887,27-
721029130064	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-IPERGS	78.562.415,00	0,00	78.562.415,00-
721029130078	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-DEFENS PUBL-INATIVO	35.657.856,00	56.052.205,20	20.394.349,20
721029130079	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-SEGURANCA-INATIVOS	608.204.919,00	1.078.630.158,82	470.425.239,82
721029130081	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEF ATUARIAL-OUTR ORG EXEC-PENSIONIS	472.858.959,00	2.274.876.340,55	1.802.017.381,55
721029130082	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-MILITARES-PENSIONIS	868.856.256,00	0,00	868.856.256,00-
721029130083	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-S EDUCACAO-PENSIONI	223.125.450,00	222.024.501,93	1.100.948,07-
721029130084	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-SEC SAUDE-PENSIONIS	65.921.158,00	85.939.961,03	20.018.803,03
721029130085	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-DAER-PENSIONIS	129.640.518,00	0,00	129.640.518,00-
721029130087	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-IRGA-PENSIONIS	2.837.780,00	0,00	2.837.780,00-
721029130088	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-DEFEN PUBL-PENSIONI	4.595.436,00	0,00	4.595.436,00-
721029130090	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-FUNDACOES	396.527.325,00	0,00	396.527.325,00-
721029130095	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-IPERGS-PENSIONISTAS	21.125.187,00	0,00	21.125.187,00-
721029130100	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-FUNDOPREV CIVIL	9.340.736,00	1.456.427,80	7.884.308,20-
721029130101	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-FUNDOPREV MILITAR	788.178,00	0,00	788.178,00-
721029130209	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DE REQUISICOES DE PEQUENO VALOR-RPPS	0,00	9.646.514,04	9.646.514,04
721099000000	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS INTRA-ORCAMENTARIAS	620.164.289,00	591.969.541,21	28.194.747,79-
721099010000	CONTRIBUICOES AO PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS PARLAMENTARES DO ESTADO DO R	1.860.995,00	1.416.093,04	444.901,96-
721099010001	CONTRIBUICAO AO PLANO SEG SOCIAL DOS PARLAMENTARES DO ESTADO DO RS - PATRONA	840.000,00	653.693,63	186.306,37-
721099010002	CONTRIBUICAO PLANO SEG SOC PARLAMENTARES DO ESTADO DO RS - PATRONAL RETROATI	1.020.995,00	762.399,41	258.595,59-
721099490000	CONTRIBUICAO PATRONAL ASSISTENCIA MEDICA SERVIDORES VINCULADOS REG PREV PROP	618.303.294,00	585.853.108,77	32.450.185,23-
721099490001	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SPH	2.209.005,00	1.572.559,49	636.445,51-
721099490002	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-IPERGS	3.592.032,00	2.487.299,40	1.104.732,60-
721099490003	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-DAER	8.113.524,00	5.109.105,62	3.004.418,38-
721099490004	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-IRGA	890.656,00	901.105,51	10.449,51
721099490005	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FOSPA	278.096,00	295.036,78	16.940,78
721099490006	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FIGTF	10.748,00	0,00	10.748,00-
721099490007	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SUPRG	905.142,00	878.486,83	26.655,17-
721099490008	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-AGERGS	240.132,00	245.628,04	5.496,04
721099490009	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-DETRAN	3.470.032,00	2.246.875,27	1.223.156,73-
721099490011	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FASE	1.428,00	3.512,84	2.084,84
721099490013	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FTSP	3.884,00	0,00	3.884,00-
721099490016	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FEE	42.628,00	18.431,08	24.196,92-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721099490017	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-METROPLAN	3.690,00	3.772,28	82,28
721099490019	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-TVE	0,00	53.548,99	53.548,99
721099490020	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FADERS	505,00	617,03	112,03
721099490023	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FEPAGRO	235.180,00	0,00	235.180,00-
721099490024	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FEPPS	93.080,00	0,00	93.080,00-
721099490027	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FPERGS	2.384,00	158.360,82	155.976,82
721099490028	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-AGDI	98.071,00	71.654,80	26.416,20-
721099490029	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-JUCERGS	61.489,00	93.703,27	32.214,27
721099490100	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - PODER EXECUTIVO	57.395.972,00	275.389.929,90	217.993.957,90
721099490101	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	12.500.000,00	9.377.997,19	3.122.002,81-
721099490102	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - TRIBUNAL DE JUSTICA	56.693.007,00	47.214.608,34	9.478.398,66-
721099490103	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - TRIBUNAL DE CONTAS	9.200.000,00	8.312.566,45	887.433,55-
721099490104	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - MINISTERIO PUBLICO	10.740.000,00	10.434.776,56	305.223,44-
721099490105	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - AUTARQUIAS	0,00	11.617,03	11.617,03
721099490107	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - JUSTICA MILITAR	670.166,00	550.088,64	120.077,36-
721099490108	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - DEFENSORIA PUBLICA	4.674.797,00	3.834.624,50	840.172,50-
721099490111	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SECRETARIA DA SAUDE	18.949.475,00	16.431.527,65	2.517.947,35-
721099490112	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SECRETARIA DA EDUCACAO	200.808.114,00	194.892.112,34	5.916.001,66-
721099490113	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-PODER EXECUTIVO-PESSOAL MILITA	145.837.677,00	0,00	145.837.677,00-
721099490114	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SEGURANCA	73.856.576,00	0,00	73.856.576,00-
721099490147	CONTRIBUICAO PATRONAL ASSISTENCIA MEDICA - PRECATORIOS/RPV	2.220.740,00	5.263.562,12	3.042.822,12
721099490206	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-CONVENIOS	4.505.064,00	0,00	4.505.064,00-
721099990000	DIVERSAS CONTRIBUICOES SOCIAIS - INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	4.700.339,40	4.700.339,40
721099990027	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA PREVIDENCIA SOCIAL - PRECATORIOS-RPV	0,00	4.700.339,40	4.700.339,40
760000000000	RECEITA DE SERVICOS INTRA-ORCAMENTARIOS	17.510.688,00	13.093.665,47	4.417.022,53-
760005000000	SERVICOS DE SAUDE INTRA-ORCAMENTARIOS	14.971.900,00	12.303.002,88	2.668.897,12-
760005010000	SERVICOS HOSPITALARES INTRA-ORCAMENTARIOS	11.200.000,00	11.967.470,29	767.470,29
760005010001	SERVICOS HOSPITALARES - HOSPITAIS DA BRIGADA MILITAR	11.200.000,00	11.967.470,29	767.470,29
760005030000	SERVICOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS INTRA-ORCAMENTARIOS	3.771.900,00	335.532,59	3.436.367,41-
760005030011	RECEITA SERVICOS SAUDE-TESTES PATER/MATER	3.771.900,00	335.532,59	3.436.367,41-
760013000000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS INTRAORCAMENTARIOS	1.538.788,00	607.954,09	930.833,91-
760013990000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS INTRAORCAMENTARIOS	1.538.788,00	607.954,09	930.833,91-
760013990002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NAO VINCULADOS	1.538.788,00	607.954,09	930.833,91-
760022000000	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS INTRA-ORCAMENTARIOS	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
760022990000	DIVERSOS SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS INTRA-ORCAMENTARIOS	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
760022990002	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS-CONTRATO FGTAS/FEE 119/07-EMPREGO E DESEMPRE	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
760099000000	OUTROS SERVICOS INTRAORCAMENTARIOS	0,00	182.708,50	182.708,50

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
760099990000	DIVERSOS SERVICOS INTRAORCAMENTARIOS	0,00	182.708,50	182.708,50
760099990033	TERMO DE COMPROMISSO 161-2017 MP-SSP TREINAMENTO USO ARMA DE FOGO	0,00	182.708,50	182.708,50
790000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	700.000,00	31.862.202,18	31.162.202,18
791000000000	MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	26.193.258,77	26.193.258,77
791800000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	26.193.258,77	26.193.258,77
791899000000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	26.193.258,77	26.193.258,77
791899010000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	26.193.258,77	26.193.258,77
791899010002	MULTAS E JUROS DE MORA- CONTRIBUICOES AO RPPS-FUNDOPREV CIVIL	0,00	23.506.177,30	23.506.177,30
791899010003	MULTAS E JUROS DE MORA- CONTRIBUICOES AO RPPS-FUNDOPREV MILITAR	0,00	2.687.081,47	2.687.081,47
792000000000	INDENIZACOES E RESTITUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	700.000,00	5.668.943,41	4.968.943,41
792100000000	INDENIZACOES INTRA-ORCAMENTARIAS	700.000,00	1.463.957,33	763.957,33
792199000000	OUTRAS INDENIZACOES INTRA-ORCAMENTARIAS	700.000,00	1.463.957,33	763.957,33
792199990000	DIVERSAS INDENIZACOES INTRA-ORCAMENTARIAS	700.000,00	1.463.957,33	763.957,33
792199990001	INDENIZACAO PELA OCUPACAO E MANUTENCAO DE ESPACOS FISICOS	700.000,00	600.708,90	99.291,10-
792199990003	INDENIZACOES DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE PRESTACAO DE SERVICOS POR APENAD	0,00	863.248,43	863.248,43
792200000000	RESTITUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	4.204.986,08	4.204.986,08
792299000000	OUTRAS RESTITUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	4.204.986,08	4.204.986,08
792299990000	DIVERSAS RESTITUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	4.204.986,08	4.204.986,08
792299990006	RESSARCIMENTO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS - FESP	0,00	529.800,13	529.800,13
792299990007	RESTITUICAO DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS	0,00	2.028.722,25	2.028.722,25
792299990009	DIVERSAS RESTITUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	39.795,17	39.795,17
792299990010	RESSARCIMENTO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	108.848,47	108.848,47
792299990012	RESTITUICAO DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS - TCE	0,00	854.559,48	854.559,48
792299990013	RESTITUICAO DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS - TJ	0,00	125.840,48	125.840,48
792299990016	RESTITUICOES/COMP CFE PAR. 6º DO ART. 8º DO DECRETO 53.974-2018	0,00	517.420,10	517.420,10
900000000000	DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE	5.920.666.729,00-	6.184.319.663,27-	263.652.934,27-
910000000000	DEDUCOES DAS RECEITAS TRIBUTARIA	5.229.551.250,00-	5.374.086.966,07-	144.535.716,07-
911000000000	DEDUCOES DAS RECEITAS DE IMPOSTOS	5.229.551.250,00-	5.374.086.966,07-	144.535.716,07-
911200000000	DEDUCOES DAS RECEITAS DOS IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	338.596.631,30-	387.509.366,18-	48.912.734,88-
911205000000	DEDUCAO RECEITA IPVA-FUNDO DE EDUCACAO	247.804.489,70-	273.879.181,92-	26.074.692,22-
911205010000	DEDUCOES DAS RECEITAS DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	247.804.489,70-	273.879.181,92-	26.074.692,22-
911205011001	DEDUCAO RECEITA IPVA-FUNDO DE EDUCACAO	247.804.489,70-	273.879.181,92-	26.074.692,22-
911207000000	DEDUCAO RECEITA ITCD-FUNDO DE EDUCACAO	90.792.141,60-	113.630.184,26-	22.838.042,66-
911207010000	DEDUCOES DAS RECEITAS DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSAO "CAUSA MORTIS" E DOACAO D	90.792.141,60-	113.630.184,26-	22.838.042,66-
911207011001	DEDUCAO RECEITA ITCD-FUNDO DE EDUCACAO	90.792.141,60-	113.630.184,26-	22.838.042,66-
911300000000	DEDUCOES DAS RECEITAS DOS IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO	4.890.954.618,70-	4.986.577.599,89-	95.622.981,19-
911302000000	DEDUCOES RECEITA ICMS-FUNDO DE EDUCACAO	4.890.954.618,70-	4.986.577.599,89-	95.622.981,19-
911302010000	DEDUCOES DAS RECEITAS DO ICMS	4.835.035.997,70-	4.986.577.599,89-	151.541.602,19-
911302011002	DEDUCAO RECEITA ICMS PARA FORMACAO DO FUNDEB	4.716.220.933,50-	4.850.528.513,73-	134.307.580,23-
911302011012	DEDUCAO RECEITA ICMS-FUNDO DE EDUCACAO-AUTO LANCAMENTO	118.815.064,20-	136.049.086,16-	17.234.021,96-
911302020000	DEDUCOES DAS RECEITAS DO ICMS - AMPARA-RS	55.918.621,00-	0,00	55.918.621,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
911302021001	DEDUCAO RECEITA ICMS - FUNDEB - AMPARA-RS	55.738.380,80-	0,00	55.738.380,80
911302021012	DEDUCAO RECEITA ICMS - FUNDEB - AUTO LANCAMENTO - AMPARA-RS	180.240,20-	0,00	180.240,20
930000000000	DEDUCAO DA RECEITA PATRIMONIAL	0,00	80.848.741,49-	80.848.741,49-
932000000000	DEDUCAO DA RECEITA DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	80.848.741,49-	80.848.741,49-
932800000000	DEDUCAO DA RECEITA DE REMUNERACAO DO RPPS	0,00	80.848.741,49-	80.848.741,49-
932810000000	DEDUCAO DA RECEITA DE REMUNERACAO DO RPPS EM RENDA FIXA	0,00	80.848.741,49-	80.848.741,49-
932810010000	DEDUCAO DA RECEITA DE REMUNERACAO DO RPPS EM RENDA FIXA	0,00	80.848.741,49-	80.848.741,49-
932810010001	DEDUCAO DA RECEITA DE REMUNERACAO DO RPPS EM RENDA FIXA-FUNDOPREV CIVIL	0,00	73.270.237,00-	73.270.237,00-
932810010002	DEDUCAO DA RECEITA DE REMUNERACAO DO RPPS EM RENDA FIXA-FUNDOPREV MILITAR	0,00	7.578.504,49-	7.578.504,49-
970000000000	DEDUCOES DAS RECEITAS DAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	540.497.785,55-	512.833.932,88-	27.663.852,67
972000000000	DEDUCOES DAS RECEITAS DAS TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	540.497.785,55-	512.833.932,88-	27.663.852,67
972100000000	DEDUCOES DAS RECEITAS DAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	540.497.785,55-	512.833.932,88-	27.663.852,67
972101000000	DEDUCAO DA RECEITA-FUNDO DE EDUCACAO-TRANSFERENCIA DA UNIAO	511.117.739,95-	484.056.555,04-	27.061.184,91
972101010000	DEDUCOES DAS RECEITAS DA COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DO ESTADO	446.694.191,80-	407.654.159,85-	39.040.031,95
972101011001	DEDUCAO RECEITA FPE-FUNDO DE EDUCACAO	446.694.191,80-	407.654.159,85-	39.040.031,95
972101120000	DEDUCOES DAS RECEITAS DA COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZAD	64.423.548,15-	76.402.395,19-	11.978.847,04-
972101121001	DEDUCAO RECEITA IPI EXPORTACAO-FUNDO DE EDUCACAO	64.423.548,15-	76.402.395,19-	11.978.847,04-
972136000000	DEDUCAO DE RECEITA ICMS DESONERACAO-LEI COMPLEMENTAR 87/96-FUNDO DE EDUCACAO	29.380.045,60-	28.777.377,84-	602.667,76
972136010000	DEDUCOES DAS RECEITAS DA TRANSFERENCIA FINANCEIRA DO ICMS-DESONERACAO-LEI CO	29.380.045,60-	28.777.377,84-	602.667,76
972136011001	DEDUCAO DE RECEITA ICMS DESONERACAO-LEI COMPLEMENTAR 87/96-FUNDO DE EDUCACAO	29.380.045,60-	28.777.377,84-	602.667,76
990000000000	DEDUCOES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	150.617.693,45-	216.550.022,83-	65.932.329,38-
991000000000	DEDUCOES DAS RECEITAS DE MULTAS E JUROS DE MORA	96.689.167,15-	124.427.660,85-	27.738.493,70-
991100000000	DEDUCOES DAS RECEITAS DE MULTAS E JUROS DE MORA DE TRIBUTOS	44.091.363,00-	47.508.813,01-	3.417.450,01-
991120000000	DEDUCAO RECEITA MULTAS E JUROS MORA ITCD-FUNDO DE EDUCACAO	1.328.196,00-	2.057.712,11-	729.516,11-
991120010000	DEDUCOES DAS RECEITAS DE MULTAS E JUROS DE MORA DO ITCD	1.328.196,00-	2.057.712,11-	729.516,11-
991120011001	DEDUCAO RECEITA JUROS MORA ITCD-FUNDO DE EDUCACAO	635.186,20-	1.043.786,27-	408.600,07-
991120011002	DEDUCAO RECEITA MULTA MORA ITCD-FUNDO DE EDUCACAO	693.009,80-	1.013.925,84-	320.916,04-
991141000000	DEDUCAO RECEITA MULTA E JURO MORA IPVA-FUNDO DE EDUCACAO	8.054.647,00-	5.451.064,68-	2.603.582,32
991141010000	DEDUCOES DAS RECEITAS DE MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA	8.054.647,00-	5.451.064,68-	2.603.582,32
991141011001	DEDUCAO RECEITA JURO MORA IPVA-FUNDO DE EDUCACAO	1.560.524,30-	4.756.395,63-	3.195.871,33-
991141011002	DEDUCAO RECEITA MULTA MORA IPVA-FUNDO DE EDUCACAO	6.494.122,70-	694.669,05-	5.799.453,65
991142000000	DEDUCAO RECEITA MULTA E JURO DE MORA DO ICMS-FUNDO DE EDUCACAO	34.708.520,00-	40.000.036,22-	5.291.516,22-
991142010000	DEDUCOES DAS RECEITAS DE MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS	34.670.964,60-	40.000.036,22-	5.329.071,62-
991142011001	DEDUCAO RECEITA JURO MORA ICMS-FUNDO DE EDUCACAO	590.975,25-	572.710,81-	18.264,44
991142011002	DEDUCAO RECEITA MULTA MORA ICMS-FUNDO DE EDUCACAO	2.292.471,60-	1.645.025,63-	647.445,97
991142011011	DEDUCAO RECEITA JURO MORA ICMS-FUNDO DE ARRECADACAO-AUTO LANCAMENTO	9.011.738,40-	14.882.716,81-	5.870.978,41-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
991142011012	DEDUCAO RECEITA MULTA MATERIAL ICMS FORMACAO FUNDO EDUCACAO-AUTO DE LANCAMEN	6.063.499,35-	9.508.738,63-	3.445.239,28-
991142011014	DEDUCAO RECEITA MULTA MORA ICMS-FUNDO DE EDUCACAO-AUTO DE LANCAMENTO	16.712.280,00-	13.390.844,34-	3.321.435,66
991142020000	DEDUCOES DAS RECEITAS DE MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS - AMPARA-RS	37.555,40-	0,00	37.555,40
991142020001	DEDUCAO RECEITA JURO MORA ICMS FUNDEB AMPARA- RS	1.070,40-	0,00	1.070,40
991142020002	DEDUCAO RECEITA MULTA ICMS-FUNDEB - AMPARA-RS	15.394,20-	0,00	15.394,20
991142020003	DEDUCAO RECEITA JURO MORA ICMS - FUNDEB - AUTO DE LANCAMENTO - AMPARA-RS	1.963,40-	0,00	1.963,40
991142020004	DEDUCAO RECEITA MULTA DE MORA ICMS - FUNDEB - AUTO DE LANCAMENTO - AMPARA-RS	19.127,40-	0,00	19.127,40
991300000000	DEDUCOES DAS RECEITAS DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE TRIBUTOS	52.597.804,15-	76.918.847,84-	24.321.043,69-
991314000000	DEDUCAO RECEITA MULTA E JURO MORA DIVIDA ATIVA IPVA-FUNDO DE EDUCACAO	4.059.165,80-	5.032.884,52-	973.718,72-
991314010000	DEDUCOES DAS RECEITAS DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA	4.059.165,80-	5.032.884,52-	973.718,72-
991314010004	DEDUCAO RECEITA JURO MORA DIVIDA ATIVA IPVA-FUNDEB - COMP PRECAT	0,00	212,04-	212,04-
991314010005	DEDUCAO RECEITA MULTA MORA DIVIDA ATIVA IPVA - FUNDEB - COMP PRECAT	0,00	29,42-	29,42-
991314011002	DEDUCAO RECEITA MULTA MORA DIVIDA ATIVA IPVA-FUNDO DE EDUCACAO	2.940.060,50-	3.774.029,41-	833.968,91-
991314011003	DEDUCAO RECEITA JURO MORA DIVIDA ATIVA IPVA-FUNDO DE EDUCACAO	1.119.105,30-	1.258.613,65-	139.508,35-
991315000000	DEDUCAO DA RECEITA MULTA E JURO DE MORA DIVIDA ATIVA ICMS- FUNDO DE EDUCACAO	48.102.120,55-	71.117.964,37-	23.015.843,82-
991315010000	DEDUCOES DAS RECEITAS DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	47.925.037,95-	71.117.964,37-	23.192.926,42-
991315010009	DEDUCAO RECEITA JURO MORA DAT ICMS - FUNDE - COMP PRECAT	0,00	9.565.021,58-	9.565.021,58-
991315010010	DEDUCAO RECEITA MULTA MATERIAL DAT ICMS - FUNDEB - COMP PRECAT	0,00	2.416.723,06-	2.416.723,06-
991315010011	DEDUCAO RECEITA MULTA MORA DAT ICMS - FUNDEB - COMP PRECAT	0,00	858.965,64-	858.965,64-
991315011002	DEDUCAO RECEITA MULTA MATERIAL DIVIDA ATIVA ICMS-FUNDO DE EDUCACAO	9.687.578,25-	8.844.758,24-	842.820,01
991315011003	DEDUCAO RECEITA DIVIDA ATIVA JURO MORA ICMS-FUNDO DE EDUCACAO	31.653.238,95-	40.081.159,07-	8.427.920,12-
991315011004	DEDUCAO RECEITA MULTA MORA DIVIDA ATIVA ICMS-FUNDO DE EDUCACAO	6.584.220,75-	9.351.336,78-	2.767.116,03-
991315020000	DEDUCOES DAS RECEITAS DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA ICMS - AMPAR	177.082,60-	0,00	177.082,60
991315021001	DEDUCAO RECEITA MULTA DIVIDA ATIVA ICMS - FUNDEB - AMPARA-RS	137.283,60-	0,00	137.283,60
991315021002	DEDUCAO RECEITA JURO MORA DIVIDA ATIVA- ART69 - L6537 - FUNDEB - AMPARA-RS	39.799,00-	0,00	39.799,00
991320000000	DEDUCAO RECEITA MULTA E JURO MORA DIVIDA ATIVA ITCD-FUNDO DE EDUCACAO	436.517,80-	767.998,95-	331.481,15-
991320010000	DEDUCOES DAS RECEITAS DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD	436.517,80-	767.998,95-	331.481,15-
991320010004	DEDUCAO RECEITA JURO MORA DAT ITCD - FUNDEB - COMP PRECAT	0,00	7.887,38-	7.887,38-
991320010005	DEDUCAO RECEITA MULTA MORA DAT ITCD - FUNDEB - COMP PRECAT	0,00	3.917,51-	3.917,51-
991320011002	DEDUCAO RECEITA MULTA MORA DIVIDA ATIVA ITCD-FUNDO DE EDUCACAO	170.861,20-	349.287,79-	178.426,59-
991320011003	DEDUCAO RECEITA JURO MORA DIVIDA ATIVA ITCD-ART69 L6537-FUNDO DE EDUCACAO	265.656,60-	406.906,27-	141.249,67-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
993000000000	DEDUCOES DAS RECEITAS DA DIVIDA ATIVA	53.928.526,30-	92.122.361,98-	38.193.835,68-
993100000000	DEDUCOES DAS RECEITAS DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	53.928.526,30-	92.122.361,98-	38.193.835,68-
993114000000	DEDUCAO RECEITA DIVIDA ATIVA IPVA-FUNDO DE EDUCACAO	11.807.780,60-	15.117.906,06-	3.310.125,46-
993114010000	DEDUCOES DAS RECEITAS DA DIVIDA ATIVA DO IPVAS	11.807.780,60-	15.117.906,06-	3.310.125,46-
993114010002	DEDUCAO RECEITA DIVIDA ATIVA IPVA - FUNDEB - COMP PRECAT	0,00	135,16-	135,16-
993114011001	DEDUCAO RECEITA DIVIDA ATIVA IPVA-FUNDO DE EDUCACAO	11.807.780,60-	15.117.770,90-	3.309.990,30-
993115000000	DEDUCAO RECEITA DIVIDA ATIVA ICMS-FUNDO DE EDUCACAO	41.831.222,90-	76.428.447,64-	34.597.224,74-
993115010000	DEDUCOES DAS RECEITAS DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	41.281.656,30-	76.428.447,64-	35.146.791,34-
993115010002	DEDUCAO RECEITA DIVIDA ATIVA ICMS - FUNDEB - PREC COMP	0,00	7.786.692,64-	7.786.692,64-
993115011001	DEDUCAO RECEITA DIVIDA ATIVA ICMS-FUNDO DE EDUCACAO	41.281.656,30-	68.641.755,00-	27.360.098,70-
993115020000	DEDUCOES DAS RECEITAS DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - AMPARA - RS	549.566,60-	0,00	549.566,60
993115021001	DEDUCAO RECEITA DIVIDA ATIVA ICMS - FUNDEB - AMPARA-RS	549.566,60-	0,00	549.566,60
993120000000	DEDUCAO RECEITA DIVIDA ATIVA ITCD-FUNDO DE EDUCACAO	289.522,80-	576.008,28-	286.485,48-
993120010000	DEDUCOES DAS RECEITAS DA DIVIDA ATIVA DO ITCD	289.522,80-	576.008,28-	286.485,48-
993120010002	DEDUCAO RECEITA DIVIDA ATIVA ITCD - FUNDEB - COMP PRECAT	0,00	6.529,16-	6.529,16-
993120011001	DEDUCAO RECEITA DIVIDA ATIVA ITCD-FUNDO DE EDUCACAO	289.522,80-	569.479,12-	279.956,32-
TOTAL		70.069.030.650,00	66.617.364.658,62	3.451.665.991,38-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2018

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
DESPESA FIXADA	47.559.747.837,52	2.302.549.346,48	50.305.482.253,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SUPLEMENTAÇÕES	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	4.500.417.316,08	995.850.146,22	5.935.767.462,30
DESPESA AUTORIZADA	50.017.655.925,01	3.242.334.502,24	53.263.675.496,25
DESPESA REALIZADA	46.871.976.693,88	2.445.620.100,71	49.317.596.794,59
DIFERENÇA	3.145.679.231,13	796.714.401,53	3.946.078.701,66
AUTARQUIAS			
DESPESA FIXADA	17.609.330.270,00	660.374.201,00	18.730.909.953,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SUPLEMENTAÇÕES	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	686.812.201,92	94.832.790,61	889.325.992,53
DESPESA AUTORIZADA	18.739.101.499,65	973.320.628,52	20.065.946.610,17
DESPESA REALIZADA	18.413.030.928,37	694.872.538,02	19.107.903.466,39
DIFERENÇA	326.070.571,28	278.448.090,50	958.043.143,78
FUNDAÇÕES			
DESPESA FIXADA	1.002.762.628,00	29.875.816,00	1.032.638.444,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SUPLEMENTAÇÕES	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	71.629.563,39	2.273.828,02	73.903.391,41
DESPESA AUTORIZADA	1.035.574.536,98	39.447.942,49	1.075.022.479,47
DESPESA REALIZADA	919.887.682,27	9.738.340,98	929.626.023,25
DIFERENÇA	115.686.854,71	29.709.601,51	145.396.456,22
TOTAL GERAL			
DESPESA FIXADA			70.069.030.650,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
SUPLEMENTAÇÕES			0,00
REDUÇÕES			6.898.996.846,24
DESPESA AUTORIZADA			74.404.644.585,89
DESPESA REALIZADA			69.355.126.284,23
DIFERENÇA			5.049.518.301,66

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

OBSERVAÇÃO: RESERVA DE CONTINGÊNCIA E SUAS ALTERAÇÕES ESTÁ CONSIDERADA NAS DOTAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, APENAS NA COLUNA TOTAL.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E
ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00.0000	DESPESA CORRENTE	66.204.895.304,52
3.1.00.00.0000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.407.950.182,07
3.1.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	29.215.416.305,95
3.1.90.01.0000	APOSENTADORIAS E REFORMAS	12.525.439.356,96
3.1.90.01.0101	FERROVIARIOS - RESPONSABILIDADE DO ESTADO	8.649.254,51
3.1.90.01.0102	INATIVOS - MILITAR	3.177.786.569,42
3.1.90.01.0106	13 VENCIMENTO - INATIVOS MILITARES	1.706.924,54
3.1.90.01.0107	INATIVOS - CIVIL	8.278.458.618,28
3.1.90.01.0108	13 VENCIMENTO - INATIVOS CIVIS	980.150.722,98
3.1.90.01.0109	ABONO FAMILIA - INATIVO CIVIL	5.264.351,66
3.1.90.01.0110	PROVISAO PARA O DECIMO TERCEIRO VENCIMENTO - INATIVOS CIVIS	509,77
3.1.90.01.0112	REFORCO DE PROVENTOS	68.457.229,71
3.1.90.01.0115	ABONO FAMILIA INATIVO - MILITAR	4.965.176,09
3.1.90.03.0000	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	3.104.655.721,51
3.1.90.03.0302	PENSIONISTAS - MILITAR	980.412.233,41
3.1.90.03.0303	PENSIONISTAS - CIVIL	1.859.292.571,52
3.1.90.03.0304	13 VENCIMENTO - PENSIONISTAS CIVIS	193.849.560,35
3.1.90.03.0305	13 VENCIMENTO - PENSIONISTAS MILITARES	71.005.392,59
3.1.90.03.0309	PENSIONISTAS - JUROS	95.963,64
3.1.90.05.0000	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	4.189.349,67
3.1.90.05.0505	AUXILIO- DOENCA CIVIL	2.195.551,76
3.1.90.05.0507	SALARIO-MATERNIDADE CIVIL - FUNDOPREV	1.953.881,91
3.1.90.05.0509	SALARIO-MATERNIDADE CELETISTAS	39.916,00
3.1.90.07.0000	CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	5.756.966,74
3.1.90.07.0701	CONTRIBUICAO PATRONAL PREVIDENCIA COMPLEMENTAR RS PREV	3.256.966,74
3.1.90.07.0702	ADIANTAMENTO DE CONTRIBUICOES AO RS PREV	2.500.000,00
3.1.90.11.0000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	8.722.647.608,63
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO - RPPS	3.416.085.887,87
3.1.90.11.1103	13 VENCIMENTO - RPPS	517.399.390,32
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES - RPPS	966.224.486,97
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS - RPPS	779.106.309,28
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS - RPPS	460.874.249,13
3.1.90.11.1108	JETON-RPPS	8.881.904,14
3.1.90.11.1109	AUXILIO BOLSA ESTUDO - ALUNOS ESCOLA POLICIA	976.197,03
3.1.90.11.1111	PROVISAO PARA O DECIMO TERCEIRO VENCIMENTO - ATIVO CIVIL - RPPS	37.097,22
3.1.90.11.1112	ABONO PERMANENCIA EC 41/03-RPPS	104.979.411,29
3.1.90.11.1113	GRATIFICACAO DE DIRECAO - JUDICIARIO	1.947.128,25
3.1.90.11.1114	PESSOAL ATIVO - ATUALIZACAO MONETARIA	100.683,04
3.1.90.11.1115	PESSOAL ATIVO-JUROS	677.307,55
3.1.90.11.1116	ABONO FAMILIA - CIVIL	27.039.164,57
3.1.90.11.1117	REMUNERACAO PELO EXERCICIO DE FATO	2.598,86
3.1.90.11.1118	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO - RGPS	1.117.912.713,06
3.1.90.11.1119	13 VENCIMENTO - RGPS	120.016.088,13
3.1.90.11.1120	GRATIFICACOES - RGPS	202.580.201,35
3.1.90.11.1121	VANTAGENS TEMPORAIS - RGPS	105.304.665,78
3.1.90.11.1122	OUTRAS VANTAGENS - RGPS	90.419.704,76
3.1.90.11.1123	PROVISAO PARA O DECIMO TERCEIRO VENCIMENTO - ATIVO CIVIL - RGPS	7.773.339,67
3.1.90.11.1126	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES - RPPS	41.242.283,01
3.1.90.11.1127	COMPLEMENTACAO SALARIAL - RPPS	8.154.009,11
3.1.90.11.1128	INCENTIVO A QUALIFICACAO-RPPS	10.448.181,96
3.1.90.11.1129	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGO EM COMISSAO-RPPS	3.996.701,20
3.1.90.11.1130	REPRESENTACAO MENSAL-RPPS	7.683.066,20
3.1.90.11.1131	INCORPORACOES-RPPS	5.482.975,69
3.1.90.11.1132	GRATIFICACOES ESPECIAIS-RPPS	570.191,79
3.1.90.11.1133	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE-RPPS	11.148.008,77
3.1.90.11.1134	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE-RPPS	316.235,86
3.1.90.11.1135	ADICIONAL NOTURNO-RPPS	1.468.410,02
3.1.90.11.1136	SUBSIDIOS-RPPS	560.913.981,81
3.1.90.11.1137	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO - RPPS	3.022.761,40
3.1.90.11.1138	FÉRIAS - AB CONSTIT-RPPS	22.746.485,89
3.1.90.11.1140	FÉRIAS VENC PROPORC-RPPS	1.285.065,87
3.1.90.11.1141	ADICIONAL DE ATIVIDADES PENOSAS-RPPS	229.370,29
3.1.90.11.1142	VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL-RPPS	67.192,23
3.1.90.11.1143	INCR PLANO CARGOS SALÁRIOS PODER JUDICIÁRIO	1.962,72
3.1.90.11.1144	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES - RGPS	5.730.869,27
3.1.90.11.1145	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGO EM COMISSAO - RGPS	57.199.953,85
3.1.90.11.1146	SUBSIDIOS - RGPS	5.334.890,05
3.1.90.11.1147	COMPLEMENTACAO SALARIAL - RGPS	27.041.956,51
3.1.90.11.1148	INCENTIVO A QUALIFICACAO - RGPS	5.700,00
3.1.90.11.1149	REPRESENTACAO MENSAL - RGPS	10.600.374,68
3.1.90.11.1150	INCORPORACOES - RGPS	1.095.312,56
3.1.90.11.1151	GRATIFICACOES ESPECIAIS - RGPS	122.933,54
3.1.90.11.1152	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - RGPS	802.405,73
3.1.90.11.1153	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - RGPS	138.954,29
3.1.90.11.1154	ADICIONAL NOTURNO - RGPS	681.814,69
3.1.90.11.1155	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO - RGPS	281.302,91
3.1.90.11.1156	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL-RGPS	1.839.580,34
3.1.90.11.1157	LICENÇA PREMIO RGPS	64,67
3.1.90.11.1158	FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS-RGPS	2.688.180,29
3.1.90.11.1159	VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL-RGPS	677.733,79
3.1.90.11.1160	JETON - RGPS	17.263,40
3.1.90.11.1162	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGOS - RPPS	1.272.905,96
3.1.90.12.0000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL MILITAR	1.815.303.589,03
3.1.90.12.1202	SOLDO	423.829.371,06
3.1.90.12.1203	13 VENCIMENTO - PESSOAL MILITAR	143.245.268,80
3.1.90.12.1204	GRATIFICACOES - PESSOAL MILITAR	659.106.405,25
3.1.90.12.1205	VANTAGENS TEMPORAIS - PESSOAL MILITAR	162.703.677,78
3.1.90.12.1207	OUTRAS VANTAGENS - PESSOAL MILITAR	402.026.912,40
3.1.90.12.1209	ABONO FAMILIA - MILITAR	8.273.388,78
3.1.90.12.1211	REMUNERACAO BASICA - SD PM TEMPORARIO	496.076,55
3.1.90.12.1216	GRATIFICACAO DE REPRESENTACAO	186.538,37
3.1.90.12.1217	FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	15.375.569,93

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E
ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.1.90.12.1218	FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS-MILITAR	60.380,11
3.1.90.13.0000	OBRIGACOES PATRONAIS	440.042.173,47
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	305.204,16
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	8.315.371,15
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	371.134.373,67
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	59.427.143,53
3.1.90.13.1306	OUTRAS CONTRIBUICOES PATRONAIS	46.980,24
3.1.90.13.1307	MULTAS SOBRE OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	9.004,42
3.1.90.13.1317	MULTAS SOBRE OBRIGACOES PATRONAIS - RGPS	470.996,34
3.1.90.13.1319	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS	333.099,96
3.1.90.16.0000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	299.276.820,98
3.1.90.16.1601	GRATIFICACOES - PESSOAL CIVIL VINC RPPS	106.605.030,74
3.1.90.16.1602	HORA EXTRA - RPPS	81.163.078,30
3.1.90.16.1603	ABONO PECUNIARIO - RGPS	7.973.387,10
3.1.90.16.1605	GRATIFICACOES - PESSOAL CIVIL VINC RGPS	376.365,41
3.1.90.16.1606	HORA EXTRA - RGPS	60.662.060,65
3.1.90.16.1610	GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO - RPPS	942.333,58
3.1.90.16.1611	GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO - RGPS	4.269,74
3.1.90.16.1612	SUBSTITUIÇÕES-RPPS	40.492.010,77
3.1.90.16.1613	SUBSTITUIÇÕES - RGPS	380.966,46
3.1.90.16.1698	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RGPS	27.024,41
3.1.90.16.1699	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RPPS	650.293,82
3.1.90.17.0000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL MILITAR	174.561.639,21
3.1.90.17.1701	GRATIFICACOES - PESSOAL MILITAR	92.593.533,86
3.1.90.17.1702	HORA EXTRA	80.239.539,68
3.1.90.17.1703	ABONO ESPECIAL - MILITAR	39.154,52
3.1.90.17.1707	GRATIFICACAO ENCARGO CURSO - MILITAR	1.689.411,15
3.1.90.59.0000	PENSOES ESPECIAIS	49.437.230,97
3.1.90.59.5901	PENSIONISTAS ESPECIAIS	49.437.230,97
3.1.90.91.0000	SENTENCAS JUDICIAIS	1.072.915.566,26
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	1.067.396.930,48
3.1.90.91.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTACAO	5.518.635,78
3.1.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	584.654.691,71
3.1.90.92.0101	FERROVIARIOS - RESPONSABILIDADE DO ESTADO	460.418,29
3.1.90.92.0102	INATIVOS - MILITAR	5.295.451,67
3.1.90.92.0106	13 VENCIMENTO - INATIVOS MILITARES	540.868,31
3.1.90.92.0107	INATIVOS - CIVIL	73.246.874,12
3.1.90.92.0108	13 VENCIMENTO - INATIVOS CIVIS	2.239.450,12
3.1.90.92.0109	ABONO FAMILIA - INATIVO CIVIL	42.125,91
3.1.90.92.0112	REFORCO DE PROVENTOS	1.082.833,95
3.1.90.92.0113	PESSOAL INATIVO-JUROS	1.464,30
3.1.90.92.0115	ABONO FAMILIA INATIVO - MILITAR	12.159,03
3.1.90.92.0303	PENSONISTAS - CIVIL	6.300.589,54
3.1.90.92.0304	13 VENCIMENTO - PENSIONISTAS CIVIS	14.780,66
3.1.90.92.0505	AUXILIO- DOENCA CIVIL	45.793.919,62
3.1.90.92.0506	AUXILIO- DOENCA MILITAR	13.549.024,76
3.1.90.92.0507	SALARIO-MATERNIDADE CIVIL - FUNDOPREV	39.587.366,70
3.1.90.92.0508	SALARIO MATERNIDADE MILITAR	3.385.152,51
3.1.90.92.0702	ADIANTAMENTO DE CONTRIBUICOES AO RS PREV	10.000.000,00
3.1.90.92.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO - RPPS	76.667.828,62
3.1.90.92.1103	13 VENCIMENTO - RPPS	23.944.397,11
3.1.90.92.1104	GRATIFICACOES - RPPS	15.816.882,84
3.1.90.92.1105	VANTAGENS TEMPORAIS - RPPS	5.433.330,43
3.1.90.92.1107	OUTRAS VANTAGENS - RPPS	14.806.213,32
3.1.90.92.1108	JETON-RPPS	496.371,60
3.1.90.92.1109	AUXILIO BOLSA ESTUDO - ALUNOS ESCOLA POLICIA	3.528,42
3.1.90.92.1112	ABONO PERMANENCIA EC 41/03-RPPS	8.793.230,84
3.1.90.92.1113	GRATIFICACAO DE DIRECAO - JUDICIARIO	3.188,70
3.1.90.92.1114	PESSOAL ATIVO - ATUALIZACAO MONETARIA	1.929.999,80
3.1.90.92.1115	PESSOAL ATIVO-JUROS	32.268.860,97
3.1.90.92.1116	ABONO FAMILIA - CIVIL	391.186,49
3.1.90.92.1117	REMUNERACAO PELO EXERCICIO DE FATO	33.566,86
3.1.90.92.1118	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO - RGPS	7.981.910,75
3.1.90.92.1119	13 VENCIMENTO - RGPS	3.137.752,69
3.1.90.92.1120	GRATIFICACOES - RGPS	5.301.469,68
3.1.90.92.1121	VANTAGENS TEMPORAIS - RGPS	1.918.692,77
3.1.90.92.1122	OUTRAS VANTAGENS - RGPS	859.860,55
3.1.90.92.1124	DIFERENCAS SALARIAIS RPPS-OUTROS PODERES	164.730,24
3.1.90.92.1125	DIFERENCAS SALARIAIS RPPS-OUTROS PODERES-ISENTOS	502.532,16
3.1.90.92.1126	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES - RPPS	57.751,63
3.1.90.92.1127	COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - RPPS	76.701,93
3.1.90.92.1128	INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO-RPPS	21.886,31
3.1.90.92.1129	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO-RPPS	440,02
3.1.90.92.1130	REPRESENTAÇÃO MENSAL-RPPS	2.674,73
3.1.90.92.1131	INCORPORAÇÕES-RPPS	796,63
3.1.90.92.1133	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE-RPPS	190.277,02
3.1.90.92.1134	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE-RPPS	9.540,05
3.1.90.92.1135	ADICIONAL NOTURNO-RPPS	18.209,33
3.1.90.92.1136	SUBSÍDIOS-RPPS	633.236,68
3.1.90.92.1137	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO - RPPS	146,01
3.1.90.92.1138	FÉRIAS - AB CONSTIT-RPPS	137.213,08
3.1.90.92.1140	FÉRIAS VENC PROPORC-RPPS	2.464.342,13
3.1.90.92.1145	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO - RGPS	221.055,50
3.1.90.92.1147	COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - RGPS	14.249,98
3.1.90.92.1149	REPRESENTAÇÃO MENSAL - RGPS	47.109,75
3.1.90.92.1150	INCORPORAÇÕES - RGPS	461,38
3.1.90.92.1152	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - RGPS	4.033,93
3.1.90.92.1154	ADICIONAL NOTURNO - RGPS	11.944,83
3.1.90.92.1155	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO - RGPS	122,04
3.1.90.92.1156	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL-RGPS	14.877,80
3.1.90.92.1158	FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS-RGPS	23.771,18
3.1.90.92.1202	SOLDO	1.830.950,45

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E
ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.1.90.92.1203	13 VENCIMENTO - PESSOAL MILITAR	24.728.358,80
3.1.90.92.1204	GRATIFICACOES - PESSOAL MILITAR	3.863.973,21
3.1.90.92.1205	VANTAGENS TEMPORAIS - PESSOAL MILITAR	428.095,39
3.1.90.92.1207	OUTRAS VANTAGENS - PESSOAL MILITAR	676.841,05
3.1.90.92.1209	ABONO FAMILIA - MILITAR	10.080,45
3.1.90.92.1217	FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	33.609,22
3.1.90.92.1218	FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS-MILITAR	1.133,50
3.1.90.92.1303	PLANO DE SAUDE	18.352,17
3.1.90.92.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	16.285.271,41
3.1.90.92.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	13.470,48
3.1.90.92.1306	OUTRAS CONTRIBUICOES PATRONAIS	103,35
3.1.90.92.1307	MULTAS SOBRE OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	35.408,46
3.1.90.92.1317	MULTAS SOBRE OBRIGACOES PATRONAIS - RGPS	332.475,10
3.1.90.92.1601	GRATIFICACOES - PESSOAL CIVIL VINC RPPS	6.985.632,36
3.1.90.92.1602	HORA EXTRA - RPPS	5.456.265,48
3.1.90.92.1603	ABONO PECUNIARIO - RGPS	9.645,66
3.1.90.92.1604	ABONO ESPECIAL - CIVIL VINCULADO AO RPPS	1.996,96
3.1.90.92.1605	GRATIFICACOES - PESSOAL CIVIL VINC RGPS	25.081,91
3.1.90.92.1606	HORA EXTRA - RGPS	2.865.723,32
3.1.90.92.1610	GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO - RPPS	259.520,00
3.1.90.92.1612	SUBSTITUIÇÕES-RPPS	70.023,04
3.1.90.92.1613	SUBSTITUIÇÕES - RGPS	600,85
3.1.90.92.1701	GRATIFICACOES - PESSOAL MILITAR	8.992.617,00
3.1.90.92.1702	HORA EXTRA	7.254.365,72
3.1.90.92.1703	ABONO ESPECIAL - MILITAR	110.658,63
3.1.90.92.5901	PENSIONISTAS ESPECIAIS	2.282.614,61
3.1.90.92.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	10.774.094,18
3.1.90.92.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTACAO	2.973.393,69
3.1.90.92.9323	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO	4.409,44
3.1.90.92.9347	LICENCA PREMIO - CONVERSAO EM PECUNIA	25.732.756,73
3.1.90.92.9402	INDENIZACOES TRABALHISTAS - PESSOAL CIVIL	40.757.137,07
3.1.90.92.9403	INDENIZACOES TRABALHISTAS - PESSOAL MILITAR	293.779,71
3.1.90.92.9601	RESSARCIMENTO	15.587.396,04
3.1.90.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	114.056.750,82
3.1.90.93.9323	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO	1.884.130,25
3.1.90.93.9326	ENCARGOS INCIDENTES NA CONVERSAO DE VENCIMENTOS DE URVS PARA REAIS	103.514.101,66
3.1.90.93.9347	LICENCA PREMIO - CONVERSAO EM PECUNIA	8.658.518,91
3.1.90.94.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	283.644.125,53
3.1.90.94.9402	INDENIZACOES TRABALHISTAS - PESSOAL CIVIL	265.255.696,21
3.1.90.94.9403	INDENIZACOES TRABALHISTAS - PESSOAL MILITAR	18.388.429,32
3.1.90.96.0000	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	18.834.714,46
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	18.834.714,46
3.1.91.00.0000	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	13.192.533.876,12
3.1.91.13.0000	OBRIGACOES PATRONAIS	12.978.770.173,68
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA - RPPS	557.829.357,97
3.1.91.13.1309	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICIT - PENSOES	2.434.028.379,81
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	1.417.358.209,73
3.1.91.13.1311	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/INATIVOS - RPPS	966.504.881,91
3.1.91.13.1313	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICE - INATIVOS	7.319.737.690,29
3.1.91.13.1314	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA O CUSTEIO DE PRECATORIOS E RPVS	46.528.532,38
3.1.91.13.1315	FUNDOPREV-CIVIL S/ATIVOS	186.694.572,41
3.1.91.13.1316	FUNDOPREV-MILITAR S/ATIVOS	42.287.584,39
3.1.91.13.1318	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA - RGPS	6.228.416,81
3.1.91.13.1319	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS	17.064,56
3.1.91.13.1321	CONTRIBUICAO PLANO SEG SOCIAL DOS PARLAMENTARES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO S	1.555.003,95
3.1.91.13.1324	FUNDOPREV-CIVIL S/INATIVOS	479,47
3.1.91.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	205.829.846,27
3.1.91.92.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA - RPPS	1.477.986,47
3.1.91.92.1309	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICIT - PENSOES	192.186.712,71
3.1.91.92.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	911.741,72
3.1.91.92.1311	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/INATIVOS - RPPS	1.048.545,83
3.1.91.92.1313	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICE - INATIVOS	6.736.944,64
3.1.91.92.1315	FUNDOPREV-CIVIL S/ATIVOS	760.606,34
3.1.91.92.1316	FUNDOPREV-MILITAR S/ATIVOS	1.179,05
3.1.91.92.1321	CONTRIBUICAO PLANO SEG SOCIAL DOS PARLAMENTARES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO S	37.523,60
3.1.91.92.1325	COBERTURA DEFICIT ATUARIAL - FUNDOPREV CIVIL	1.456.427,80
3.1.91.92.9323	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO	1.212.178,11
3.1.91.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.933.856,17
3.1.91.93.9323	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO	7.933.856,17
3.2.00.00.0000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	2.571.499.645,80
3.2.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	2.571.499.645,80
3.2.90.21.0000	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	2.520.583.411,90
3.2.90.21.2110	FUNDADA INTERNA - JUROS	2.319.826.240,25
3.2.90.21.2112	DEBITO PARCELADO INSS - JUROS	17.035,10
3.2.90.21.2120	FUNDADA EXTERNA - JUROS	200.740.136,55
3.2.90.22.0000	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	50.916.233,90
3.2.90.22.2202	REMUNERACAO DE DEPOSITOS - SIAC	28.720.621,52
3.2.90.22.2210	FUNDADA INTERNA - OUTROS ENCARGOS	21.652.342,00
3.2.90.22.2211	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	129.826,43
3.2.90.22.2220	FUNDADA EXTERNA - OUTROS ENCARGOS	413.443,95
3.3.00.00.0000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.225.445.476,65
3.3.20.00.0000	TRANSFERENCIAS A UNIAO	6.073.209,51
3.3.20.41.0000	CONTRIBUICOES	3.159.939,34
3.3.20.41.4101	TRANSFERENCIAS A UNIAO	3.159.939,34
3.3.20.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.264,80
3.3.20.92.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	10.264,80
3.3.20.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.903.005,37
3.3.20.93.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	2.903.005,37
3.3.40.00.0000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	10.511.473.957,46
3.3.40.41.0000	CONTRIBUICOES	166.647.255,81
3.3.40.41.4102	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	166.647.255,81
3.3.40.81.0000	DISTRIBUICAO DE RECEITAS	10.344.508.371,37

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E
ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.40.81.8101	IMPOSTO SOBRE CIRCULACAO DE MERCADORIAS E SERVICOS DE TRANSPORTE E COMUNICAC	8.629.070.171,27
3.3.40.81.8102	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	1.567.596.966,58
3.3.40.81.8103	IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSAO DE BENS IMOVEIS	1.848.516,68
3.3.40.81.8104	IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES	127.067.325,60
3.3.40.81.8105	MULTAS DE TRANSITO	1.459,88
3.3.40.81.8109	CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	18.923.931,36
3.3.40.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	306.387,28
3.3.40.92.4102	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	306.387,28
3.3.40.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	11.943,00
3.3.40.93.9330	RESTITUICAO DE RECEITA A MUNICIPIO	11.943,00
3.3.41.00.0000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO	898.774.283,71
3.3.41.41.0000	CONTRIBUICOES	802.332.569,82
3.3.41.41.4108	FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	797.335.980,13
3.3.41.41.4113	FUNDOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.996.589,69
3.3.41.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	96.441.713,89
3.3.41.92.4108	FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	96.441.713,89
3.3.50.00.0000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	120.470.971,73
3.3.50.39.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	392.016,00
3.3.50.39.3947	HABILITACAO E/OU CAPACITACAO PROFISSIONAL	392.016,00
3.3.50.41.0000	CONTRIBUICOES	28.189.952,90
3.3.50.41.4104	CONTRIBUICOES	28.189.952,90
3.3.50.43.0000	SUBVENCOES SOCIAIS	88.708.272,79
3.3.50.43.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	88.708.272,79
3.3.50.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.145.602,03
3.3.50.92.4104	CONTRIBUICOES	257.281,59
3.3.50.92.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	2.888.320,44
3.3.50.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	35.128,01
3.3.50.93.9332	RESTITUICAO DE RECEITAS A ENTIDADES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS	35.128,01
3.3.60.00.0000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	2.801.941,64
3.3.60.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.801.941,64
3.3.60.92.4103	SUBVENCOES ECONOMICAS A INSTITUICOES PRIVADAS	2.801.941,64
3.3.71.00.0000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	117.613,44
3.3.71.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	117.613,44
3.3.71.92.4104	CONTRIBUICOES	117.613,44
3.3.80.00.0000	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	1.352.062,80
3.3.80.41.0000	CONTRIBUICOES	1.352.062,80
3.3.80.41.4105	ORGANISMOS INTERNACIONAIS	1.352.062,80
3.3.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	9.665.502.061,08
3.3.90.04.0000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	2.984.388,54
3.3.90.04.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	2.984.388,54
3.3.90.05.0000	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	2.833.911,67
3.3.90.05.0504	PECULIO FACULTATIVO	2.833.911,67
3.3.90.08.0000	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	26.841.048,35
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	10.140.720,74
3.3.90.08.0804	BENEFICIO POR INVALIDEZ PERMANENTE OU MORTE	112.856,40
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	15.663.732,57
3.3.90.08.0807	AUXILIO BABA	923.738,64
3.3.90.14.0000	DIARIAS-CIVIL	60.110.153,85
3.3.90.14.1401	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL	2.146.674,67
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	45.605.375,92
3.3.90.14.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	950.525,90
3.3.90.14.1404	DIARIAS DE VIAGEM POR ADIANTAMENTO DE NUMERARIO	4.712.670,12
3.3.90.14.1406	VIAGENS DO GOVERNADOR, VICE-GOVERNADOR E PRIMEIRA DAMA	13.503,81
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	3.593.780,03
3.3.90.14.1408	DIARIAS POR RESSARCIMENTO	3.087.623,40
3.3.90.15.0000	DIARIAS-MILITAR	30.673.951,38
3.3.90.15.1501	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL - PES MIL	389.754,80
3.3.90.15.1502	DIARIAS DE VIAGEM- PESSOAL MILITAR	29.678.584,75
3.3.90.15.1503	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM - PESSOAL MILITAR	217.140,00
3.3.90.15.1504	DIARIAS DE VIAGEM POR ADIANTAMENTO DE NUMERARIO -PESSOAL MILITAR	46.617,19
3.3.90.15.1505	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO - PESSOAL MILITAR	341.854,64
3.3.90.18.0000	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	23.654.890,92
3.3.90.18.1801	BOLSAS DE ESTUDOS	9.801.300,00
3.3.90.18.1802	ASSISTENCIA SOCIAL A ESTUDANTES	1.939.300,00
3.3.90.18.1803	PASSE LIVRE ESTUDANTIL	11.914.290,92
3.3.90.20.0000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	28.492.968,47
3.3.90.20.2001	CONCESSAO DE SUBVENCOES A PESQUISADORES	28.492.968,47
3.3.90.22.0000	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	115.024,93
3.3.90.22.2203	ENCARGOS INCIDENTES SOBRE PAGAMENTOS EFETUADOS COM ATRASO	115.024,93
3.3.90.27.0000	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS,SEGUROS E SIMILARES	30.038,05
3.3.90.27.2702	ENCARGOS DE RISCO SOBRE FINANCIAMENTO HABITACIONAL	30.038,05
3.3.90.30.0000	MATERIAL DE CONSUMO	558.514.716,61
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	2.979.865,86
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	12.743.650,31
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	55.334.866,71
3.3.90.30.3005	FORRAGENS E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	1.712.300,55
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	174.822.646,17
3.3.90.30.3007	EXPLOSIVOS E MUNICOES	11.856.809,52
3.3.90.30.3008	ESPORTES E/OU RECREACAO	92.401,83
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	10.384.147,47
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	906.065,79
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	3.553.544,43
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	4.454.734,42
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	1.864.601,96
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	694.860,71
3.3.90.30.3016	CENARIOS ARTISTICOS E/OU PARA EXPOSIÇÕES	12.900,00
3.3.90.30.3017	MATERIA-PRIMA	205.133,96
3.3.90.30.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	54.461.736,59
3.3.90.30.3019	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	48.055.529,09
3.3.90.30.3020	SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	49.449,90
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	29.632.546,94
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	65.099,00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E
ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.30.3023	ADUBOS E/OU FERTILIZANTES	568.681,84
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	10.329.360,43
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	11.042.868,49
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	9.096.336,69
3.3.90.30.3029	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	31.065,68
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	4.181.410,75
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	13.178.829,68
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	41.353.510,61
3.3.90.30.3034	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	5.955.385,94
3.3.90.30.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	144.792,34
3.3.90.30.3037	AQUISICAO DE ASFALTO PARA CONSERVACAO DE RODOVIAS	1.060.936,54
3.3.90.30.3038	MATERIAIS PARA OSTOMIA	45.636.024,43
3.3.90.30.3039	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	283.735,30
3.3.90.30.3040	EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE SERVIDOR ACIDENTADO EM SERVICO	119.429,00
3.3.90.30.3041	MATERIAIS - AUXILIO A VITIMAS DE INTEMPÉRIES	602.241,26
3.3.90.30.3042	MATERIAL BIBLIOGRAFICO	44.383,91
3.3.90.30.3043	MATERIAIS PARA TRANSPORTE, IDENTIFICACAO, CAPTURA E SEGURANCA DE ANIMAIS	719,70
3.3.90.30.3044	MATERIAL DE CONSUMO DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	1.002.112,81
3.3.90.31.0000	PREMIACOES CULTURAIS/ ARTISTICAS/ CIENTIFICAS/ DESPORTIVAS OU OUTRAS	13.845.774,68
3.3.90.31.3101	PREMIOS EM ESPECIE	13.723.642,48
3.3.90.31.3102	DIPLOMAS, CONDECORACOES, MEDALHAS E/OU PREMIOS	122.132,20
3.3.90.32.0000	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	9.700.764,41
3.3.90.32.3202	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	1.950,00
3.3.90.32.3203	GENEROS ALIMENTICIOS	9.698.814,41
3.3.90.33.0000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	18.077.945,33
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	5.294.728,90
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	4.774.679,07
3.3.90.33.3303	TRANSPORTE DE PRESOS E/OU INTERNADOS	745.414,45
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	7.263.122,91
3.3.90.35.0000	SERVICOS DE CONSULTORIA	35.523.432,57
3.3.90.35.3501	AUDITORIA	10.755,10
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	34.161.925,24
3.3.90.35.3504	ADVOCACIA	1.350.752,23
3.3.90.36.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	373.083.825,94
3.3.90.36.3601	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	536.303,43
3.3.90.36.3602	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	15.536,40
3.3.90.36.3604	PRESOS E INTERNADOS	2.296.152,91
3.3.90.36.3605	SAFRISTAS	10.666,66
3.3.90.36.3606	TAREFEIROS	9.430,00
3.3.90.36.3608	JUIZES LEIGOS E CONCILIADORES	6.976.979,14
3.3.90.36.3610	SERVICOS MEDICOS - IPERGS	173.617.465,46
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	65.341.536,86
3.3.90.36.3613	LIMPEZA E HIGIENE	320.885,72
3.3.90.36.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	21.269.890,62
3.3.90.36.3615	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	38.617,91
3.3.90.36.3616	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	1.200,00
3.3.90.36.3617	MEDICINA E RESIDENCIA EM SAUDE	8.085.875,64
3.3.90.36.3618	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	560.308,51
3.3.90.36.3619	ESTAGIARIOS E MONITORES	82.546.210,82
3.3.90.36.3620	GESTAO PLENA DO SUS - PF	3.882.657,70
3.3.90.36.3621	HONORARIOS DE PERITOS	7.519.350,02
3.3.90.36.3626	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	1.680,00
3.3.90.36.3627	HONORARIOS - EXTERIOR	7.471,56
3.3.90.36.3629	CARTORIO	45.606,58
3.3.90.37.0000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	412.626.070,03
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	142.132.046,57
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	119.135.714,43
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	60.838.575,88
3.3.90.37.3704	SERVICOS TECNICOS	46.368.958,01
3.3.90.37.3705	VIGILANCIA - CORPO VOLUNTARIO DE MILITARES ESTADUAIS INATIVOS DA BRIGADA MIL	9.005.581,46
3.3.90.37.3706	SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	35.145.193,68
3.3.90.39.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	4.870.358.726,88
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	87.796.181,96
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	42.057.135,50
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	1.542.127,96
3.3.90.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	1.126.158,23
3.3.90.39.3906	DRAGAGEM	570.212,30
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	4.412.811,20
3.3.90.39.3909	SERVICOS PRESTADOS PELOS CREDENCIADOS DETRAN/RS - CFC/CRVA/CRD	304.616.401,69
3.3.90.39.3910	CONCURSOS PUBLICOS	10.967.615,23
3.3.90.39.3912	ENCARGOS COM PRESTADORES DE SERVICOS - MS/SUS	614.682.496,69
3.3.90.39.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	2.806.980,71
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	5.801.476,06
3.3.90.39.3917	DILIGENCIAS	12.985,09
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	131.396.113,06
3.3.90.39.3919	DESPESAS EVENTUAIS	28.497,51
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	28.897.075,55
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	90.683.231,93
3.3.90.39.3922	MORDOMIA	12.045,52
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	18.259,60
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	300.928.087,38
3.3.90.39.3925	RECEPCOES E HOMENAGENS	185.203,43
3.3.90.39.3926	SEGUROS	1.528.942,58
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	14.264.173,30
3.3.90.39.3928	CARTORIO	238.897,71
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	162.412.757,51
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	164.735.284,83
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	15.535.057,55
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	22.929.683,73
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	794.504,70
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	37.031.610,94
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	12.341.312,35

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E
ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	596.173,35
3.3.90.39.3937	LEVANTAMENTO, PROSPECCAO ANALISE DE DADOS GEOGRAFICOS, TOPOGRAF E/OU AEROFOT	523.591,22
3.3.90.39.3939	MEDICINA	1.407.587.830,79
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	150.149,67
3.3.90.39.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCAÇAO DE IMOVEIS	2.898.828,91
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	50.992.898,13
3.3.90.39.3943	BIOLOGIA E BIOMEDICINA	262.737,58
3.3.90.39.3944	CARGA, DESCARGA, EMPACOTAMENTO E PESAGEM	40.259,60
3.3.90.39.3945	ENCARGOS SOBRE LOCAÇAO DE IMOVEIS DE RENDA - IPERGS	352.982,03
3.3.90.39.3946	PROFILAXIA VEGETAL E/OU ANIMAL	205.959,95
3.3.90.39.3947	HABILITACAO E/OU CAPACITACAO PROFISSIONAL	977.910,00
3.3.90.39.3948	MULTAS	1.004.812,33
3.3.90.39.3949	ENCARGOS DECORRENTES DE HOMOLOGACAO DE ACORDOS	289.158,74
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	184.018,44
3.3.90.39.3951	ENCARGOS DECORRENTES DE DIREITOS AUTORAIS	128.339,33
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	21.290.945,90
3.3.90.39.3953	ENCARGOS FUNERARIOS	15.260,00
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	88.617,72
3.3.90.39.3955	MAO-DE-OBRA SUPLETIVA	16.316.345,07
3.3.90.39.3956	REBOQUE	12.298,01
3.3.90.39.3958	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS	751.411,67
3.3.90.39.3959	SEMOVENTES	3.700,00
3.3.90.39.3960	RECUPERACAO DE MATERIAIS	1.281,00
3.3.90.39.3961	PROGRAMAS DE CAPACITACAO DE MENORES	30.060,00
3.3.90.39.3962	DOACAO DE ORGAOS	1.262.730,98
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS CARIMBOS E CERTIFICADOS DIGITAIS	106.635,27
3.3.90.39.3965	MANUTENCAO E CONSERVACAO DAS ESCOLAS PUBLICAS ESTADUAIS	78.180.332,55
3.3.90.39.3967	ANALISE CLINICA LABORATORIAL	1.014.226,91
3.3.90.39.3968	QUIMICA	514.557,00
3.3.90.39.3970	CONTRIBUICAO PARA CUSTEAR DESPESAS CONTRATUAIS - PNUD	372.420,00
3.3.90.39.3971	ENCARGOS COM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - MS/SUS	1.664.107,00
3.3.90.39.3975	GINASTICA LABORAL	69.129,31
3.3.90.39.3977	ARBITRAGEM DESPORTIVA - PJ	3.893.890,00
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NAO SERVIDORES	51.577.956,30
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	14.737.417,52
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	2.925.559,53
3.3.90.39.3981	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	6.540.195,70
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	5.173.796,27
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	7.060.169,31
3.3.90.39.3987	ENCARGOS COM ASSISTENCIA MEDICA	37.885.677,93
3.3.90.39.3988	GESTAO PLENA DO SUS - PJ	805.546.505,86
3.3.90.39.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	1.312.098,80
3.3.90.39.3990	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	25.679.853,82
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	49.622.378,38
3.3.90.39.3992	SERVICOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL	206.253.872,25
3.3.90.39.3993	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3.205.382,20
3.3.90.39.3994	DESPESAS DE HOSPEDAGEM - DECRETO 24.846/76	195.838,76
3.3.90.39.3995	DESCARTE DE MATERIAIS	505.103,99
3.3.90.40.0000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	57.437.573,00
3.3.90.40.4001	LOCAÇAO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	423.059,46
3.3.90.40.4006	LOCAÇAO / SUBSCRICAO DE SOFTWARE	12.146.978,45
3.3.90.40.4007	MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARE	9.733.222,77
3.3.90.40.4009	SERVICO EM NUVEM	526.046,30
3.3.90.40.4010	SUPORTE A USUARIOS DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	498.168,49
3.3.90.40.4011	SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	442.745,90
3.3.90.40.4012	MANUTENCAO E SUPORTE DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	1.268.929,05
3.3.90.40.4013	COMUNICACAO DE DADOS	6.854.450,03
3.3.90.40.4014	TELEFONIA FIXA E MOVEL - PACOTE DE COMUNICACAO DE DADOS	465.398,89
3.3.90.40.4015	DIGITALIZACAO / INDEXACAO DE DOCUMENTOS	1.809,99
3.3.90.40.4016	TERCEIRIZACAO DE SOLUCOES DE IMPRESSAO / DIGITALIZACAO	2.010.250,52
3.3.90.40.4020	REINAMENTO E CAPACITACAO EM TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	169.957,87
3.3.90.40.4023	CERTIFICADOS DIGITAIS	3.168,00
3.3.90.40.4099	OUTROS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	22.893.387,28
3.3.90.41.0000	CONTRIBUICOES	47.932.993,21
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	879.815,68
3.3.90.41.4107	ATENDIMENTO DE CRECHE (DAER)	1.118.851,07
3.3.90.41.4112	COMPENSACAO POR ATOS GRATUITOS - LEI 12.692 - FUNDO NOTARIAL	45.934.326,46
3.3.90.45.0000	EQUALIZACAO DE PRECOS E TAXAS	95.603.755,43
3.3.90.45.4502	OUTRAS EQUALIZACOES DE PRECOS	99.894,97
3.3.90.45.4503	OUTRAS EQUALIZACOES DE JUROS	95.503.860,46
3.3.90.46.0000	AUXILIO-ALIMENTACAO	359.557.380,49
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO - RPPS	169.038.987,16
3.3.90.46.4602	PMIL - AUXILIO-REFEICAO	11.287.284,85
3.3.90.46.4603	ETAPAS DE ALIMENTACAO	4.783.553,21
3.3.90.46.4604	PMIL - ETAPAS DE ALIMENTACAO	39.835.835,26
3.3.90.46.4605	PMIL - ETAPAS DE ALIMENTACAO - GENEROS ALIMENTICIOS	751.540,86
3.3.90.46.4606	AUXILIO-REFEICAO - RGPS	133.624.851,59
3.3.90.46.4607	PMIL - AUXILIO REFEICAO - SD PM TEMPORARIO	19.844,70
3.3.90.46.4608	PMIL - ETAPAS DE ALIMENTACAO - SD PM TEMPORARIO	215.482,86
3.3.90.47.0000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	438.357.940,34
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	54.883.699,14
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	378.202.832,52
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	689.284,65
3.3.90.47.4704	CONTRIBUICAO SOCIAL SOBRE O FATURAMENTO	273,42
3.3.90.47.4705	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	9.141,95
3.3.90.47.4706	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	157.233,24
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	3.768.781,70
3.3.90.47.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	4.750,06
3.3.90.47.4711	LICENCA PARA O EXERCICIO PROFISSIONAL	21.561,23
3.3.90.47.4712	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	88,20
3.3.90.47.4714	JUROS DE MORA E ATUALIZACAO MONETARIA SOBRE RETENCOES	341.937,08
3.3.90.47.4715	MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	239.787,94

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E
ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.47.4717	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	37.567,92
3.3.90.47.4718	IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSAO DE BENS IMOVEIS	900,00
3.3.90.47.4719	ENCARGOS COM FCVS	101,29
3.3.90.48.0000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	8.311.716,95
3.3.90.48.4801	ASSISTENCIA SOCIAL A PESSOAS	7.566.162,00
3.3.90.48.4804	AJUDA FINANCEIRA A PESSOAS INSCRITAS NO PROTEGE	745.554,95
3.3.90.49.0000	AUXILIO-TRANSPORTE	81.973.918,39
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE - PCIVIL RPPS	46.660.213,28
3.3.90.49.4902	PMIL - AUXILIO TRANSPORTE - RPPS	105.453,44
3.3.90.49.4903	AUXILIO TRANSPORTE - PCIVIL RGPS	35.208.251,67
3.3.90.91.0000	SENTENCAS JUDICIAIS	354.665.847,95
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	32.418.068,43
3.3.90.91.9102	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - MEDICAMENTOS	65.207.132,85
3.3.90.91.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTACAO	2.904.858,36
3.3.90.91.9104	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - TRATAMENTOS NAO MEDICAMENTOS	33.550.952,46
3.3.90.91.9105	PAGAMENTO DET SENT JUD.- BENS MAT E MANUTENCAO DE BENS	629.204,89
3.3.90.91.9106	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - HONORARIOS DE SUCUMBENCIA PF	27.089.554,18
3.3.90.91.9107	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - HONORARIOS DE SUCUMBENCIA PJ	7.962.908,91
3.3.90.91.9118	AQUISICOES DETERMINADAS POR SENTENCAS JUDICIAIS-MEDICAMENTOS-COMPONENTE ESPE	139.051.275,88
3.3.90.91.9119	AQUISICAO DETERMINADA POR SENTENCA JUDICIAL-MEDICAMENTOS-COMP ESPECIALIZADO	33.363.124,20
3.3.90.91.9120	PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES JUDICIAIS NÃO INCLUSAS EM REV OU PRECATÓRIO	12.488.767,79
3.3.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	954.748.098,38
3.3.90.92.0107	INATIVOS - CIVIL	93.358,71
3.3.90.92.0504	PECULIO FACULTATIVO	472.939,64
3.3.90.92.0803	AUXILIO FUNERAL	1.689.660,84
3.3.90.92.0804	BENEFICIO POR INVALIDEZ PERMANENTE OU MORTE	1.331.181,93
3.3.90.92.0805	AUXILIO CRECHE	97.972,50
3.3.90.92.0807	AUXILIO BABA	199,19
3.3.90.92.1401	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL	195.339,09
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	963.388,18
3.3.90.92.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	3.864,00
3.3.90.92.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	74.571,22
3.3.90.92.1408	DIARIAS POR RESSARCIMENTO	274.099,09
3.3.90.92.1501	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL - PES MIL	33.605,64
3.3.90.92.1502	DIARIAS DE VIAGEM- PESSOAL MILITAR	2.466.481,75
3.3.90.92.1505	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO - PESSOAL MILITAR	20.485,39
3.3.90.92.1801	BOLSAS DE ESTUDOS	3.500,00
3.3.90.92.1803	PASSE LIVRE ESTUDANTIL	2.162.613,82
3.3.90.92.2203	ENCARGOS INCIDENTES SOBRE PAGAMENTOS EFETUADOS COM ATRASO	3.592,42
3.3.90.92.2702	ENCARGOS DE RISCO SOBRE FINANCIAMENTO HABITACIONAL	6.171,30
3.3.90.92.3001	ANIMAIS PARA ESTUDO, PREPARACAO DE PRODUTOS E CORTE	12.825,00
3.3.90.92.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	212.689,06
3.3.90.92.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	245.107,29
3.3.90.92.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	798.612,38
3.3.90.92.3007	EXPLOSIVOS E MUNICOES	2.674,00
3.3.90.92.3008	ESPORTES E/OU RECREACAO	10.200,00
3.3.90.92.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	4.759,62
3.3.90.92.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	28.109,00
3.3.90.92.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	36.510,79
3.3.90.92.3014	MATERIAL DIDATICO	7.377,40
3.3.90.92.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	410,00
3.3.90.92.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	12.926.536,30
3.3.90.92.3019	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	2.817.142,35
3.3.90.92.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	132.012,46
3.3.90.92.3027	GAS DE COZINHA	16.544,35
3.3.90.92.3028	LIMPEZA E HIGIENE	161.049,68
3.3.90.92.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	10.417,26
3.3.90.92.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	272.027,20
3.3.90.92.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	326.137,82
3.3.90.92.3038	MATERIAIS PARA OSTOMIA	10.673.384,10
3.3.90.92.3101	PREMIOS EM ESPECIE	1.275.742,82
3.3.90.92.3202	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	1.500,00
3.3.90.92.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	162.794,74
3.3.90.92.3303	TRANSPORTE DE PRESOS E/OU INTERNADOS	46.397,71
3.3.90.92.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	100.977,85
3.3.90.92.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	640.771,98
3.3.90.92.3610	SERVICOS MEDICOS - IPERGS	25.509.135,39
3.3.90.92.3611	HONORARIOS	157.905,00
3.3.90.92.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	253.214,12
3.3.90.92.3618	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	23.916,35
3.3.90.92.3619	ESTAGIARIOS E MONITORES	130.932,34
3.3.90.92.3620	GESTAO PLENA DO SUS - PF	784.428,07
3.3.90.92.3626	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	400,00
3.3.90.92.3629	CARTORIO	1.810,53
3.3.90.92.3701	LIMPEZA E HIGIENE	1.892.547,85
3.3.90.92.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	2.696.685,51
3.3.90.92.3703	SERVICOS GERAIS	1.663.456,09
3.3.90.92.3704	SERVICOS TECNICOS	2.423.468,15
3.3.90.92.3705	VIGILANCIA - CORPO VOLUNTARIO DE MILITARES ESTADUAIS INATIVOS DA BRIGADA MIL	256.567,71
3.3.90.92.3706	SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.477,17
3.3.90.92.3901	AGUA E ESGOTO	3.050.318,22
3.3.90.92.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	244.550,93
3.3.90.92.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	302,27
3.3.90.92.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	195,23
3.3.90.92.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	150.504,90
3.3.90.92.3909	SERVICOS PRESTADOS PELOS CREDENCIADOS DETRAN/RS - CFC/CRVA/CRD	8.517,58
3.3.90.92.3912	ENCARGOS COM PRESTADORES DE SERVICOS - MS/SUS	67.995.165,14
3.3.90.92.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	105.705,69
3.3.90.92.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	512,50
3.3.90.92.3917	DILIGENCIAS	325,00
3.3.90.92.3918	ENERGIA ELETRICA	708.151,71
3.3.90.92.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	127.001,10

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E
ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.92.3921	LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	25.081.338,81
3.3.90.92.3923	PEDAGOGOS	127,40
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	27.914.164,37
3.3.90.92.3925	RECEPCOES E HOMENAGENS	572,00
3.3.90.92.3926	SEGUROS	69.384,13
3.3.90.92.3927	ALIMENTAÇÃO	47.703,40
3.3.90.92.3928	CARTORIO	16,87
3.3.90.92.3929	COMUNICAÇÃO	1.275.137,25
3.3.90.92.3930	CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS	2.015.466,22
3.3.90.92.3931	CONSERVAÇÃO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	533.242,75
3.3.90.92.3932	CONSERVAÇÃO DE VEICULOS	558.526,20
3.3.90.92.3933	DIVULGAÇÃO OBRIGATORIA	539.432,70
3.3.90.92.3934	SERVICOS GRAFICOS	212.285,62
3.3.90.92.3935	ENSINO E TREINAMENTO	188.724,00
3.3.90.92.3936	ALIMENTAÇÃO E/OU HOSPEDAGEM DE NÃO SERVIDORES	9.547,57
3.3.90.92.3939	MEDICINA	337.886.610,82
3.3.90.92.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCAÇÃO DE IMOVEIS	13.159,91
3.3.90.92.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	32.967,86
3.3.90.92.3945	ENCARGOS SOBRE LOCAÇÃO DE IMOVEIS DE RENDA - IPERGS	7.477,03
3.3.90.92.3947	HABILITAÇÃO E/OU CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	64.880,00
3.3.90.92.3948	MULTAS	105.039,14
3.3.90.92.3952	DESPESAS BANCARIAS	1.446.676,47
3.3.90.92.3953	ENCARGOS FUNERARIOS	9.095,00
3.3.90.92.3954	VISTORIA, INSPEÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E AFERIÇÃO	2.139,46
3.3.90.92.3958	TAXA PELA OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	709,77
3.3.90.92.3962	DOAÇÃO DE ORGAOS	36.207,60
3.3.90.92.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS CARIMBOS E CERTIFICADOS DIGITAIS	391,60
3.3.90.92.3967	ANÁLISE CLÍNICA LABORATORIAL	94.723,64
3.3.90.92.3971	ENCARGOS COM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - MS/SUS	27.206,07
3.3.90.92.3975	GINASTICA LABORAL	4.756,35
3.3.90.92.3978	TRANSPORTE DE NÃO SERVIDORES	125.693,86
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	316.783,03
3.3.90.92.3980	TELEFONIA MOVEL	37.758,09
3.3.90.92.3981	APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	43.439,66
3.3.90.92.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	74.996,59
3.3.90.92.3984	LIMPEZA E HIGIENE	521.129,80
3.3.90.92.3987	ENCARGOS COM ASSISTENCIA MEDICA	11.640.461,76
3.3.90.92.3988	GESTÃO PLENA DO SUS - PJ	99.247.939,65
3.3.90.92.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	11.832,06
3.3.90.92.3990	CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM	16.776.463,84
3.3.90.92.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	485.454,37
3.3.90.92.3993	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	49.877,25
3.3.90.92.4099	OUTROS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	110.505,89
3.3.90.92.4107	ATENDIMENTO DE CRECHE (DAER)	12.287,91
3.3.90.92.4503	OUTRAS EQUALIZAÇÕES DE JUROS	952.173,84
3.3.90.92.4601	AUXILIO-REFEICAÇÃO - RPPS	12.299.841,04
3.3.90.92.4602	PMIL - AUXILIO-REFEICAÇÃO	547.380,27
3.3.90.92.4603	ETAPAS DE ALIMENTAÇÃO	730.122,45
3.3.90.92.4604	PMIL - ETAPAS DE ALIMENTAÇÃO	3.568.450,84
3.3.90.92.4605	PMIL - ETAPAS DE ALIMENTAÇÃO - GENEROS ALIMENTICIOS	104,00
3.3.90.92.4606	AUXILIO-REFEICAÇÃO - RGPS	505.432,97
3.3.90.92.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	2.797.679,71
3.3.90.92.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	35.425.026,41
3.3.90.92.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	22.093,96
3.3.90.92.4705	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	651,21
3.3.90.92.4706	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	1.397,83
3.3.90.92.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.237.736,19
3.3.90.92.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	450.917,78
3.3.90.92.4714	JUROS DE MORA E ATUALIZACAO MONETARIA SOBRE RETENCOES	6.386,74
3.3.90.92.4715	MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	9.705,89
3.3.90.92.4717	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	159,32
3.3.90.92.4719	ENCARGOS COM FCVS	22.941,44
3.3.90.92.4901	AUXILIO TRANSPORTE - PCIVIL RPPS	384.711,85
3.3.90.92.4903	AUXILIO TRANSPORTE - PCIVIL RGPS	299.820,24
3.3.90.92.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	4.080,78
3.3.90.92.9102	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - MEDICAMENTOS	116.824.034,08
3.3.90.92.9104	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - TRATAMENTO NAO MEDICAMENTOS	6.285.871,74
3.3.90.92.9105	PAGAMENTO DET SENT JUD.- BENS MAT E MANUTENCAO DE BENS	17.092,83
3.3.90.92.9118	AQUISICOES DETERMINADAS POR SENTENCAS JUDICIAIS-MEDICAMENTOS-COMPONENTE ESPE	40.130.629,92
3.3.90.92.9119	AQUISICAO DETERMINADA POR SENTENCA JUDICIAL-MEDICAMENTOS-COMP ESPECIALIZADO	15.283.853,43
3.3.90.92.9301	AJUDA DE CUSTO	3.390.198,47
3.3.90.92.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	6.181,69
3.3.90.92.9305	INDENIZACOES	22.930.100,53
3.3.90.92.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	530.553,16
3.3.90.92.9307	PMIL - AJUDA DE CUSTO	378.636,89
3.3.90.92.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	818.964,74
3.3.90.92.9309	RESSARCIMENTO DE DESPESA MEDICO-HOSPITALAR A SEGURADOS DO IPERGS	2.718.600,75
3.3.90.92.9310	RESSARCIMENTO DE DESPESAS - ENTIDADES DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO PROFISSIO	82.689,37
3.3.90.92.9311	AUXILIO-CONDUCAO-RPPS	144.589,26
3.3.90.92.9312	RESSARCIMENTO DE DESPESAS MEDICO-HOSPITALARES ART. 137 DA LEI 10.098-94	190.147,47
3.3.90.92.9313	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ENSINO E TREINAMENTO	9.602,49
3.3.90.92.9317	INDENIZACAO 13 VENCIMENTO	1.285,47
3.3.90.92.9322	REPRESENTACAO DE CONSELHEIROS	2.815,09
3.3.90.92.9328	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM TRANSP, HOSPED E ALIMENTAÇÃO - DEC 46072/2008	2.745,39
3.3.90.92.9331	CORRECAO MONETARIA SOBRE CONSIGNACOES RETENCOES E OUTROS DEPOSITOS	9,25
3.3.90.92.9335	AUXILIO MORADIA	1.412,17
3.3.90.92.9339	REPETIÇÃO DE INDEBITO - ICMS	3.812.367,12
3.3.90.92.9340	REPETIÇÃO DE INDEBITO - ITCD	4.290.584,05
3.3.90.92.9341	REPETIÇÃO DE INDEBITO - IPVA	877.837,93
3.3.90.92.9342	REPETIÇÃO INDEBITO - OUTROS TRIBUTOS	113.228,87
3.3.90.92.9343	INDENIZACAO POR ATRASO DA REMUNERACAO	987,27
3.3.90.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	799.445.204,33

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E
ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.93.9301	AJUDA DE CUSTO	3.184.449,17
3.3.90.93.9303	INDENIZACOES - LEI 11.042/97	44,67
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	768.903,07
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	57.201.625,97
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	4.684.127,93
3.3.90.93.9307	PMIL - AJUDA DE CUSTO	903.576,87
3.3.90.93.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	15.137.189,76
3.3.90.93.9309	RESSARCIMENTO DE DESPESA MEDICO-HOSPITALAR A SEGURADOS DO IPERGS	18.395.295,66
3.3.90.93.9310	RESSARCIMENTO DE DESPESAS - ENTIDADES DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO PROFISSIO	612.102,26
3.3.90.93.9311	AUXILIO-CONDUCAO-RPPS	26.010.147,83
3.3.90.93.9312	RESSARCIMENTO DE DESPESAS MEDICO-HOSPITALARES ART. 137 DA LEI 10.098-94	65.440,07
3.3.90.93.9313	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ENSINO E TREINAMENTO	195.051,23
3.3.90.93.9317	INDENIZACAO 13 VENCIMENTO	61.454.632,86
3.3.90.93.9318	RENDIMENTOS DE DEPOSITOS JUDICIAIS - LEI 12.069/2004	516.954.036,47
3.3.90.93.9322	REPRESENTACAO DE CONSELHEIROS	30.522,08
3.3.90.93.9328	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM TRANSP, HOSPED E ALIMENTACAO - DEC 46072/2008	81.602,37
3.3.90.93.9331	CORRECAO MONETARIA SOBRE CONSIGNACOES RETENCOES E OUTROS DEPOSITOS	476.781,70
3.3.90.93.9335	AUXILIO MORADIA	77.170.960,09
3.3.90.93.9339	REPETIÇÃO DE INDEBITO - ICMS	12.821,36
3.3.90.93.9340	REPETIÇÃO DE INDEBITO - ITCD	184.067,65
3.3.90.93.9341	REPETIÇÃO DE INDEBITO - IPVA	319.452,42
3.3.90.93.9342	REPETIÇÃO INDEBITO - OUTROS TRIBUTOS	10.706,24
3.3.90.93.9343	INDENIZACAO POR ATRASO DA REMUNERACAO	15.591.666,60
3.3.91.00.0000	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	18.879.375,28
3.3.91.35.0000	SERVICOS DE CONSULTORIA	58.959,05
3.3.91.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	58.959,05
3.3.91.39.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	8.468.124,76
3.3.91.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	475.731,92
3.3.91.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	600.708,90
3.3.91.39.3939	MEDICINA	6.932.063,59
3.3.91.39.3943	BIOLOGIA E BIOMEDICINA	459.620,35
3.3.91.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.502.006,56
3.3.91.92.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	1.672,94
3.3.91.92.3939	MEDICINA	3.692.851,44
3.3.91.92.3943	BIOLOGIA E BIOMEDICINA	52.223,84
3.3.91.92.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	164.530,20
3.3.91.92.9324	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE SAUDE - EX-COMBATENTES	2.590.728,14
3.3.91.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.850.284,91
3.3.91.93.9305	INDENIZACOES	929.800,13
3.3.91.93.9324	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE SAUDE - EX-COMBATENTES	2.920.484,78
4.0.00.00.0000	DESPESA CAPITAL	3.150.230.979,71
4.4.00.00.0000	INVESTIMENTOS	1.641.970.246,72
4.4.20.00.0000	TRANSFERENCIAS A UNIAO	52.783.910,74
4.4.20.42.0000	AUXILIOS	163.850,44
4.4.20.42.4203	TRANSFERENCIAS A UNIAO	163.850,44
4.4.20.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.649.771,33
4.4.20.92.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	2.649.771,33
4.4.20.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	49.970.288,97
4.4.20.93.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	49.970.288,97
4.4.40.00.0000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	32.893.277,27
4.4.40.42.0000	AUXILIOS	32.267.569,03
4.4.40.42.4201	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	32.267.569,03
4.4.40.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	625.708,24
4.4.40.92.4201	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	625.708,24
4.4.41.00.0000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO	8.950.701,28
4.4.41.42.0000	AUXILIOS	8.250.701,28
4.4.41.42.4208	TRANSFERENCIAS A FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	8.250.701,28
4.4.41.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	700.000,00
4.4.41.92.4208	TRANSFERENCIAS A FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	700.000,00
4.4.50.00.0000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	12.773.961,37
4.4.50.42.0000	AUXILIOS	8.293.885,75
4.4.50.42.4202	AUXILIOS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	8.293.885,75
4.4.50.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.480.075,62
4.4.50.92.4202	AUXILIOS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	4.480.075,62
4.4.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	1.534.568.396,06
4.4.90.35.0000	SERVICOS DE CONSULTORIA	1.208.831,65
4.4.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	1.208.831,65
4.4.90.39.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.083.147,52
4.4.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	799.895,20
4.4.90.39.3976	REGISTRO DE MARCAS E PATENTES	1.070,00
4.4.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	282.182,32
4.4.90.40.0000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	21.078.670,91
4.4.90.40.4002	DESENVOLVIMENTO CUSTOMIZACAO OU EVOLUCAO DE SOFTWARE	6.066.462,70
4.4.90.40.4004	MELHORIA E SUPORTE DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	3.178.619,80
4.4.90.40.4005	AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	11.833.588,41
4.4.90.51.0000	OBRAS E INSTALACOES	1.012.535.880,03
4.4.90.51.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	6.932.751,82
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	129.240.921,98
4.4.90.51.5104	INICIO DE OBRAS PUBLICAS	246.378.325,46
4.4.90.51.5105	PROSSEGUIMENTO E/OU CONCLUSAO DE OBRAS PUBLICAS	557.368.850,27
4.4.90.51.5106	INSTALACOES, EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS INCORPORAVEIS A IMOVEIS	25.466.108,49
4.4.90.51.5107	OBRAS - GESTAO DEMOCRATICA DO ENSINO	1.707.616,95
4.4.90.51.5109	AQUISICAO DE ASFALTO PARA A CONSTRUCAO DE RODOVIAS	42.392.201,75
4.4.90.51.5110	OBRAS E BENFEITORIAS EM PROPRIEDADES DE TERCEIROS	2.900.593,74
4.4.90.51.5111	TAXAS VINCULADAS A OBRAS	148.509,57
4.4.90.52.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	422.083.717,89
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	164.418.758,89
4.4.90.52.5202	SEMOVENTES	36.450,00
4.4.90.52.5203	ARMAMENTO	4.452.600,45
4.4.90.52.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	2.768.521,62
4.4.90.52.5206	ACAMPAMENTO E CAMPANHA	10.470,00
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU PATOLOGICOS	1.582.261,46

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	46.635,84
4.4.90.52.5210	INSTRUMENTOS MUSICAIS	7.919,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	25.993.086,75
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	302.359,34
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	18.748.102,77
4.4.90.52.5215	OBRAS DE ARTE, MATERIAIS E OBJETOS PARA DECORACAO	35.050,00
4.4.90.52.5216	TRATORES, EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E AGRICOLAS	13.631.904,80
4.4.90.52.5217	VEICULOS DE TRACAO PESSOAL OU ANIMAL	233.707,99
4.4.90.52.5218	EMBARCACOES E/OU EQUIPAMENTOS PARA EMBARCACOES	1.072.500,00
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	13.417.579,72
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	5.296.069,05
4.4.90.52.5221	MOVEIS E/OU MATERIAIS PARA ALOJAMENTO	657.214,37
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	2.065.928,89
4.4.90.52.5224	GESTAO DEMOCRATICA DO ENSINO	30.557.030,19
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	90.250.520,57
4.4.90.52.5229	EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E/OU RECREACAO	18.225,60
4.4.90.52.5230	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	42.185,23
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	1.801.809,06
4.4.90.52.5232	AQUISICAO OU DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	11.457.127,56
4.4.90.52.5233	MATERIAL DIDATICO	120.928,88
4.4.90.52.5235	MATERIAL PERMANENTE DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	33.058.769,86
4.4.90.91.0000	SENTENCAS JUDICIAIS	435.660,09
4.4.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	119.021,40
4.4.90.91.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTACAO	316.638,69
4.4.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	54.559.756,44
4.4.90.92.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	180.504,87
4.4.90.92.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	2.935.167,95
4.4.90.92.5104	INICIO DE OBRAS PUBLICAS	316.022,84
4.4.90.92.5105	PROSSEGUIMENTO E/OU CONCLUSAO DE OBRAS PUBLICAS	48.164.675,16
4.4.90.92.5106	INSTALACOES, EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS INCORPORAVEIS A IMOVEIS	11.745,01
4.4.90.92.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	1.250.730,13
4.4.90.92.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	10.794,75
4.4.90.92.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	394.201,70
4.4.90.92.5214	MOBILIARIO EM GERAL	125.132,51
4.4.90.92.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	125.644,02
4.4.90.92.5222	SOM E/OU IMAGEM	47.741,36
4.4.90.92.5229	EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E/OU RECREACAO	257,00
4.4.90.92.5232	AQUISICAO OU DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	2.775,83
4.4.90.92.5235	MATERIAL PERMANENTE DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	70.788,00
4.4.90.92.9315	INDENIZACAO PELA DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS PARA USO DO ESTADO.	923.575,31
4.4.90.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	21.582.731,53
4.4.90.93.9305	INDENIZACOES	202.669,23
4.4.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	10.085.556,58
4.4.90.93.9315	INDENIZACAO PELA DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS PARA USO DO ESTADO.	11.294.505,72
4.5.00.00.0000	INVERSOES FINANCEIRAS	109.279.549,64
4.5.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	109.279.549,64
4.5.90.61.0000	AQUISICAO DE IMOVEIS	132.990,00
4.5.90.61.6101	AQUISICAO DE IMOVEIS	132.990,00
4.5.90.62.0000	AQUISICAO DE PRODUTOS PARA REVENDA	436.800,00
4.5.90.62.6201	FORMACAO DE ESTOQUES	436.800,00
4.5.90.65.0000	CONSTITUICAO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	93.678.057,56
4.5.90.65.6503	PARTICIPACAO EM CONSTITUICAO OU AUMENTO DE CAPITAL - EMPRESAS CONTROLADAS	93.678.057,56
4.5.90.66.0000	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	15.031.702,08
4.5.90.66.6605	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS PELO FEAPER	8.000.000,00
4.5.90.66.6606	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS EM GERAL	7.031.702,08
4.6.00.00.0000	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.398.981.183,35
4.6.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	1.398.981.183,35
4.6.90.71.0000	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.398.211.167,29
4.6.90.71.7110	FUNDADA INTERNA - AMORTIZACAO CONTRATOS	1.098.897.275,70
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	37.366.355,50
4.6.90.71.7112	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDENCIA SOCIAL	29.504.162,09
4.6.90.71.7113	OUTROS DEBITOS PARCELADOS	15.096,10
4.6.90.71.7120	FUNDADA EXTERNA - REFINANCIAMENTO DE CONTRATOS	232.428.277,90
4.6.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	770.016,06
4.6.90.92.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	770.016,06
TOTAL GERAL =====>		69.355.126.284,23

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	42.407.950.182,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	2.571.499.645,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	21.225.445.476,65
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	66.204.895.304,52
INVESTIMENTOS	=>	1.641.970.246,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	1.398.981.183,35
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	3.150.230.979,71
TOTAL GERAL	=>	69.355.126.284,23

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2018

EXERCÍCIO DE 2018		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)							RFPE072/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO		GRUPOS DE DESPESA							R\$
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	26.494.959.810,32	2.571.369.819,37	17.805.647.064,19	966.750.816,71	108.709.759,64	1.370.159.524,36		49.317.596.794,59	
TESOURO-LIVRES	17.374.716.415,24	2.571.369.819,37	1.940.759.073,48	422.883.318,90	78.813.811,84	242.201.039,75		22.630.743.478,58	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI	297.280.209,94		985.520.658,75	99.187.987,76		1.127.958.484,61		2.509.947.341,06	
CONVENIOS			41.602.501,65	271.819.015,89	29.895.947,80			343.317.465,34	
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS			5.653.550,76					5.653.550,76	
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			114.663.965,08	49.939.543,99				164.603.509,07	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	8.822.963.185,14		13.307.792.984,51	28.213.277,16				22.158.969.446,81	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			1.415.307.880,72	89.054.122,25				1.504.362.002,97	
AUTARQUIAS	15.225.636.166,74		3.187.394.761,63	665.681.976,64	569.790,00	28.620.771,38		19.107.903.466,39	
TESOURO-LIVRES	317.366.055,41		47.748.648,79	248.278.881,64		5.963,59		613.399.549,43	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	14.596.825.193,77		3.127.100.696,66	57.784.284,72	569.790,00	28.614.807,79		17.810.894.772,94	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			2.623.619,96					2.623.619,96	
CONVENIOS			749.522,54	1.621.200,63				2.370.723,17	
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				32.514.379,65				32.514.379,65	
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			4.206.915,46	267.313.433,94				271.520.349,40	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	311.444.917,56		4.965.358,22	54.631.084,27				371.041.360,05	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS				3.538.711,79				3.538.711,79	
FUNDAÇÕES	687.354.205,01	129.826,43	232.403.650,83	9.537.453,37		200.887,61		929.626.023,25	
TESOURO-LIVRES	486.179.182,04		114.074.133,45	1.810.674,40				602.063.989,89	
PROPRIOS DA FUNDACAO	42.682.885,09	129.826,43	26.207.423,13	516.251,32		200.887,61		69.737.273,58	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			28.890.797,81	499.773,12				29.390.570,93	
CONVENIOS			15.282.743,21	6.046.260,70				21.329.003,91	
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS			47.947.388,11	4.394,53				4.394,53	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	158.492.137,88		660.099,30					207.099.625,29	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			1.165,12					1.165,12	
TOTAL	42.407.950.182,07	2.571.499.645,80	21.225.445.476,65	1.641.970.246,72	109.279.549,64	1.398.981.183,35		69.355.126.284,23	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
01 LEGISLATIVA	557.082.992,70		90.119.630,06	25.315.565,43					672.518.188,19
TESOURO-LIVRES	557.082.992,70		89.856.959,21	25.217.020,66					672.156.972,57
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			262.670,85	98.544,77					361.215,62
02 JUDICIÁRIA	1.430.810.532,48		577.539.029,24	375.427.821,56					2.383.777.383,28
TESOURO-LIVRES	1.430.810.532,48		373.951.698,31	320.623.081,95					2.125.385.312,74
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			203.587.330,93	54.804.739,61					258.392.070,54
03 ESSENCIAL A JUSTIÇA	1.139.570.943,49		227.628.852,39	53.358.015,06					1.420.557.810,94
TESOURO-LIVRES	1.113.740.502,46		204.208.081,81	43.298.382,75					1.361.246.967,02
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			22.697.488,83	2.242.088,15					24.939.576,98
CONVENIOS				592.459,28					592.459,28
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				5.307.412,65					5.307.412,65
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			723.281,75	1.917.672,23					2.640.953,98
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	25.830.441,03								25.830.441,03
04 ADMINISTRACAO	760.441.037,37		852.918.524,11	40.602.942,05					1.653.962.503,53
TESOURO-LIVRES	581.079.187,36		64.090.235,20	132.919,46					645.302.342,02
PROPRIOS DA AUTARQUIA	105.545.575,90		621.085.943,71	1.569.808,82					728.201.328,43
PROPRIOS DA FUNDACAO	28.196,15		327.341,17						355.537,32
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			127.088.266,95	15.969.647,64					143.057.914,59
CONVENIOS			2.936.728,59	5.896.200,63					8.832.929,22
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				670,92					670,92
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			37.390.008,49	17.033.694,58					54.423.703,07
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	73.788.077,96								73.788.077,96
06 SEGURANCA PUBLICA	8.050.158.372,31		621.465.738,93	163.180.310,78					8.834.804.422,02
TESOURO-LIVRES	8.050.158.372,31		191.307.003,02	15.373.725,23					8.256.839.100,56
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			406.946.458,94	14.995.810,57					421.942.269,51
CONVENIOS			23.212.276,97	132.715.307,79					155.927.584,76
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				95.467,19					95.467,19
08 ASSISTENCIA SOCIAL	259.585.868,36		99.000.670,33	2.649.259,34					361.235.798,03
TESOURO-LIVRES	259.585.868,36		76.000.977,53	1.813.674,40					337.400.520,29
PROPRIOS DA FUNDACAO			75.826,99	53.643,85					129.470,84
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			20.509.759,93	362.786,22					20.872.546,15
CONVENIOS			55.918,75	419.154,87					475.073,62
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			2.358.187,13						2.358.187,13

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	
09 PREVIDENCIA SOCIAL	18.641.816.955,59		44.394.890,49	1.708.607,97	27.162.516,10			18.715.082.970,15
TESOURO-LIVRES	4.029.954.555,72		43.379.323,67		27.162.516,10			4.057.117.071,82
PROPRIOS DA AUTARQUIA	14.314.582.189,93		285.470,52					14.357.961.513,60
TESOURO-VINCULADOS POR LEI	297.280.209,94		730.096,30	1.708.607,97				297.565.680,46
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS								2.438.704,27
10 SAUDE	1.289.782.739,18		5.616.557.718,92	31.802.425,00				6.938.142.883,10
TESOURO-LIVRES	79.963.903,40							79.963.903,40
PROPRIOS DA AUTARQUIA	25.049.817,59		2.043.067.007,98	10.815,14				2.068.127.640,71
PROPRIOS DA FUNDACAO	190.766,51							190.766,51
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			27.588.945,55	3.859.708,05				31.448.653,60
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	1.184.578.251,68		2.709.078.650,13	20.161.512,25				3.913.818.414,06
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			836.823.115,26	7.770.389,56				844.593.504,82
11 TRABALHO	36.978.497,08		15.407.651,31	379.914,44				52.766.062,83
6								
TESOURO-LIVRES	36.978.497,08		13.243.395,71					50.221.892,79
PROPRIOS DA FUNDACAO			131.889,80	1.269,88				133.159,68
CONVENIOS			2.032.365,80	378.644,56				2.411.010,36
12 EDUCACAO	7.317.283.285,02		830.435.414,82	77.870.979,08				8.225.589.678,92
PROPRIOS DA FUNDACAO			5.421.028,72	291.800,10				5.712.828,82
CONVENIOS			68.092,07	4.321.271,43				4.389.363,50
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			38.861.655,99	2.528.047,98				41.389.703,97
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	7.317.283.285,02		228.088.212,23	5.689.008,44				7.551.060.505,69
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			557.996.425,81	65.040.851,13				623.037.276,94
13 CULTURA	49.701.692,38		27.449.332,14	630.155,82				77.781.180,34
TESOURO-LIVRES	49.701.692,38		18.000.896,27	38.515,82				67.741.104,47
PROPRIOS DA AUTARQUIA			253.231,42					253.231,42
PROPRIOS DA FUNDACAO			680.302,94	1.640,00				681.942,94
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			7.678.063,99					7.678.063,99
CONVENIOS			836.837,52	590.000,00				1.426.837,52
14 DIREITOS DA CIDADANIA	14.416.238,20		25.788.525,76	29.927.690,39				70.132.454,35
TESOURO-LIVRES			8.954.480,59	59.202,10				23.429.920,89
TESOURO-VINCULADOS POR LEI	14.416.238,20		3.287.199,48	1.166.872,55				4.454.072,03
CONVENIOS			2.101.758,29	492.572,54				2.594.330,83
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			11.445.087,40	28.209.043,20				39.654.130,60

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R\$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA				
15 URBANISMO	10.350.655,01		7.100.281,99	23.502,23					17.474.439,23	
TESOURO-LIVRES	10.350.655,01		3.214,90						10.353.869,91	
PROPRIOS DA FUNDACAO			7.003.936,66	19.107,70					7.023.044,36	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			93.130,43	4.394,53					93.130,43	
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS									4.394,53	
16 HABITACAO	27.994.269,96		12.165.308,58	1.207.303,75					41.366.882,29	
TESOURO-LIVRES	27.994.269,96		7.165.308,58	1.207.303,75					36.366.882,29	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			5.000.000,00						5.000.000,00	
17 SANEAMENTO			526.176,50	42.612.162,84	28.515.541,46				71.653.880,80	
TESOURO-LIVRES				2.732.791,00					2.732.791,00	
CONVENIOS				34.725.360,89	28.515.541,46				63.240.902,35	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			526.176,50	5.154.010,95					5.680.187,45	
18 GESTAO AMBIENTAL	85.148.019,61		70.256.198,39	4.662.917,25					160.067.135,25	
TESOURO-LIVRES	57.272.313,59		5.784.262,20						63.056.575,79	
PROPRIOS DA FUNDACAO	25.795.300,00		9.099.357,19	50.547,62					34.945.204,81	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			25.059.807,54	4.291.999,77					29.351.807,31	
CONVENIOS			343.941,84	51.845,86					395.787,70	
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			23.424.040,89	251.066,00					23.675.106,89	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	2.080.406,02		6.544.788,73	17.458,00					2.080.406,02	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS									6.562.246,73	
19 CIENCIA E TECNOLOGIA	103.021.653,51		62.332.245,48	5.992.114,74					171.346.013,73	
TESOURO-LIVRES	37.938.554,60		5.639.131,39	1.510,00					43.579.195,99	
PROPRIOS DA FUNDACAO	927.769,81		2.243.804,54	98.242,17					3.269.816,52	
CONVENIOS			12.586.820,08	5.248.461,27					17.835.281,35	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	64.155.329,10		41.862.489,47	643.901,30					106.661.719,87	
20 AGRICULTURA	151.161.746,09		317.910.402,15	119.675.089,03	15.601.492,08				604.348.729,35	
TESOURO-LIVRES	127.208.316,62		110.043.415,56	13.228.548,29	13.651.295,74				264.131.576,21	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	23.953.429,47		29.649.192,76	1.068.730,28	569.790,00				55.241.142,51	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			159.880.979,78	1.891.901,07					161.772.880,85	
CONVENIOS			12.409.872,93	93.383.376,76	1.380.406,34				107.173.656,03	
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				250.000,00					250.000,00	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			5.926.941,12	9.852.532,63					15.779.473,75	

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA										TOTAL	
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
22 INDÚSTRIA			4.012.858,68	3.682,48								4.016.541,16
TESOURO-LIVRES			1.361.362,28									1.361.362,28
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			157.447,66	3.662,48								161.110,14
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			2.494.048,74	20,00								2.494.068,74
23 COMERCIO E SERVICOS	4.405.208,55		12.875.698,88	1.029.788,84								18.310.696,27
TESOURO-LIVRES			832.173,54	862.504,86								1.694.678,40
PROPRIOS DA AUTARQUIA	4.405.208,55		8.743.240,60	167.283,98								13.315.733,13
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			3.300.284,74									3.300.284,74
24 COMUNICACOES	9.813.524,03		23.232.323,10	89.651,36								33.135.498,49
TESOURO-LIVRES	9.813.524,03		23.232.323,10	89.651,36								33.135.498,49
25 ENERGIA	2.012.642,17		1.422.209,18	799,00	38.000.000,00							41.435.650,35
TESOURO-LIVRES	2.012.642,17		620.361,77	799,00	38.000.000,00							40.633.802,94
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			801.847,41									801.847,41
26 TRANSPORTE	149.154.472,88		175.018.777,04	662.165.008,21								986.338.258,13
TESOURO-LIVRES	96.999.601,95		59.620.081,49	247.959.285,93								404.578.969,37
PROPRIOS DA AUTARQUIA	52.154.870,93		101.321.130,23	54.967.646,50								208.443.647,66
PROPRIOS DA FUNDACAO			274.405,62									274.405,62
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			2.623.619,96	671.821,34								2.623.619,96
CONVENIOS			400.666,93									1.072.488,27
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS			32.514.379,65	32.514.379,65								32.514.379,65
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			3.802.660,98	265.604.825,97								269.407.486,95
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			5.058.939,75	56.908.337,03								61.967.276,78
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			1.917.272,08	3.538.711,79								5.455.983,87
27 DESPORTO E LAZER			2.613.026,61	1.218.879,98								3.831.906,59
TESOURO-LIVRES			126.734,81									126.734,81
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			72.000,00									72.000,00
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			2.414.291,80	1.218.879,98								3.633.171,78
28 ENCARGOS ESPECIAIS	2.317.258.836,10	2.571.499.645,80	11.507.273.991,57	435.660,09								17.795.449.316,91
TESOURO-LIVRES	1.605.199.432,31	2.571.369.819,37	848.539.758,45	333.958,38								5.267.649.971,85
PROPRIOS DA AUTARQUIA	71.134.101,40		279.601.626,29									379.350.535,48
PROPRIOS DA FUNDACAO	15.740.852,62	129.826,43	949.529,50	200.887,61								17.021.096,16
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			916.150,44									1.128.874.635,05

EXERCÍCIO DE 2018 SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO) RFPED73/00005
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA										TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			TOTAL	
CONVENIOS	625.184.449,77		649.487,63	101.701,71							649.487,63
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			10.376.617.439,26								11.001.903.590,74
TOTAL	42.407.950.182,07	2.571.499.645,80	21.225.445.476,65	1.641.970.246,72	109.279.549,64	1.398.981.183,35					69.355.126.284,23
RESUMO											
TESOURO-LIVRES	18.178.261.652,69	2.571.369.819,37	2.102.581.855,72	672.972.874,94	78.813.811,84	242.207.003,34					23.846.207.017,90
PROPRIOS DA AUTARQUIA	14.596.825.193,77		3.127.100.696,66	57.784.284,72	569.790,00	28.614.807,79					17.810.894.772,94
PROPRIOS DA FUNDACAO	42.682.885,09	129.826,43	26.207.423,13	516.251,32		200.887,61					69.737.273,58
TESOURO-VINCULADOS POR LEI	297.280.209,94		1.017.035.076,52	99.687.760,88		1.127.958.484,61					2.541.961.531,95
CONVENIOS			57.634.767,40	279.486.477,22	29.895.947,80						367.017.192,42
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				38.172.324,94							38.172.324,94
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			118.870.880,54	317.252.977,93							436.123.858,47
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	9.292.900.240,58		13.360.705.730,84	83.504.460,73							22.737.110.432,15
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			1.415.309.045,84	92.592.834,04							1.507.901.879,88
TOTAL	42.407.950.182,07	2.571.499.645,80	21.225.445.476,65	1.641.970.246,72	109.279.549,64	1.398.981.183,35					69.355.126.284,23

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2018

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
BALANÇO GERAL DO ESTADO - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2018

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão (a)	Previsão (b)	Receitas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	69.203.860.298,00	69.203.860.298,00	65.263.474.603,65	(3.940.385.694,35)
Receita Tributária	34.671.244.784,00	34.671.244.784,00	36.246.471.473,56	1.575.226.689,56
Receita de Contribuições	16.124.578.921,00	16.124.578.921,00	16.937.934.342,92	813.355.421,92
Receita Patrimonial	978.616.011,00	978.616.011,00	790.981.480,58	(187.634.530,42)
Receita Agropecuária	1.058.641,00	1.058.641,00	1.621.071,17	562.430,17
Receita Industrial	13.105,00	13.105,00	5.800,93	(7.304,07)
Receita de Serviços	368.320.425,00	368.320.425,00	358.027.360,57	(10.293.064,43)
transferências Correntes	8.556.761.444,45	8.556.761.444,45	8.128.220.069,50	(428.541.374,95)
Outras Receitas Correntes	8.503.266.966,55	8.503.266.966,55	2.800.213.004,42	(5.703.053.962,13)
Receitas de Capital (II)	865.170.352,00	865.170.352,00	1.353.890.054,97	488.719.702,97
Operações de Crédito	648.072.938,00	648.072.938,00	270.199.089,27	(377.873.848,73)
Alienação de Bens	14.184.423,00	14.184.423,00	851.974.509,58	837.790.086,58
Amortização de Empréstimos	28.434.258,00	28.434.258,00	25.069.452,25	(3.364.805,75)
Transferências de Capital	174.478.733,00	174.478.733,00	206.647.003,87	32.168.270,87
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	70.069.030.650,00	70.069.030.650,00	66.617.364.658,62	(3.451.665.991,38)
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	70.069.030.650,00	70.069.030.650,00	66.617.364.658,62	(3.451.665.991,38)
Deficit (VII)	-	-	2.737.761.625,61	2.737.761.625,61
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	70.069.030.650,00	70.069.030.650,00	69.355.126.284,23	(713.904.365,77)
Saldos de Exercícios Anteriores (utilizados para Créditos Adicionais)	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Autorizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesa Corrente (IX)	66.171.840.735,52	69.792.331.961,64	66.204.895.304,52	65.680.974.902,38	59.504.745.037,39	3.587.436.657,12
Pessoal e Encargos Sociais	41.793.135.652,00	43.676.878.733,56	42.407.950.182,07	42.309.797.888,27	39.493.523.648,76	1.268.928.551,49
Juros e Encargos da Dívida	3.812.233.051,00	3.600.781.530,67	2.571.499.645,80	2.571.499.645,80	326.299.658,52	1.029.281.884,87
Outras Despesas Correntes	20.566.472.032,52	22.514.671.697,41	21.225.445.476,65	20.799.677.368,31	19.684.921.730,11	1.289.226.220,76
Despesa de Capital (X)	2.992.799.363,48	4.255.103.073,25	3.150.230.979,71	2.609.958.435,84	1.525.503.598,37	1.104.872.093,54
Investimentos	1.556.738.608,48	2.664.912.524,15	1.641.970.246,72	1.101.730.950,35	979.499.572,50	1.022.942.277,43
Inversões Financeiras	95.011.390,00	159.353.293,60	109.279.549,64	109.246.302,14	100.307.013,29	50.073.743,96
Amortização da Dívida	1.341.049.365,00	1.430.837.255,50	1.398.981.183,35	1.398.981.183,35	445.697.012,58	31.856.072,15
Reserva de Contingência (XI)	439.000.000,00	-	-	-	-	-
Reserva do RPPS (XII)	465.390.551,00	357.209.551,00	-	-	-	357.209.551,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	70.069.030.650,00	74.404.644.585,89	69.355.126.284,23	68.290.933.338,22	61.030.248.635,76	5.049.518.301,66
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XIV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	70.069.030.650,00	74.404.644.585,89	69.355.126.284,23	68.290.933.338,22	61.030.248.635,76	5.049.518.301,66
Superávit (XVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	70.069.030.650,00	74.404.644.585,89	69.355.126.284,23	68.290.933.338,22	61.030.248.635,76	5.049.518.301,66

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - CONSOLIDADO

	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesa Corrente	127.582.795,17	461.408.809,02	335.923.990,41	330.201.625,60	137.557.086,04	121.232.892,55
Pessoal e Encargos Sociais	41.184.569,70	40.503.685,46	36.472.379,92	34.257.364,32	2.372.746,47	45.058.144,37
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	86.398.225,47	420.905.123,56	299.451.610,49	295.944.261,28	135.184.339,57	76.174.748,18
Despesa de Capital	245.095.347,78	369.490.234,77	200.845.469,67	197.084.862,70	365.738.746,89	51.761.972,96
Investimentos	245.095.347,78	369.490.234,77	200.845.469,67	197.084.862,70	365.738.746,89	51.761.972,96
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	372.678.142,95	830.899.043,79	536.769.460,08	527.286.488,30	503.295.832,93	172.994.865,51

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS - CONSOLIDADO

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
Despesa Corrente	305.479.800,59	4.341.984.173,82	3.606.399.342,34	39.270.813,62	1.001.793.818,45
Pessoal e Encargos Sociais	179.512.398,14	2.830.991.741,26	2.810.631.731,75	23.041.771,55	176.830.636,10
Juros e Encargos da Dívida	0,10	765.045.417,15	132.388,39	-	764.913.028,86
Outras Despesas Correntes	125.967.402,35	745.947.015,41	795.635.222,20	16.229.042,07	60.050.153,49
Despesa de Capital	35.549.026,49	404.877.077,79	185.415.719,72	10.831.016,81	244.179.367,75
Investimentos	31.804.900,41	154.615.406,59	172.358.999,31	10.831.016,81	3.230.290,88
Inversões Financeiras	3.738.940,98	8.727.853,66	9.743.456,69	-	2.723.337,95
Amortização da Dívida	5.185,10	241.533.817,54	3.313.263,72	-	238.225.738,92
TOTAL	341.028.827,08	4.746.861.251,61	3.791.815.062,06	50.101.830,43	1.245.973.186,20

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

	Nota	2018	2017
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	11	9.542.263.683,40	7.726.743.117,29
Créditos a Curto Prazo	12	27.910.337.873,13	25.672.524.695,06
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		1.878.272.686,31	1.314.461.496,58
Estoques	13	176.722.245,78	170.216.622,67
Imobilizado Mantido para Venda	14	17.042.450,93	17.042.450,93
Total do Ativo Circulante		39.524.638.939,55	34.900.988.382,53
Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		11.552.398.626,75	11.925.322.764,91
Créditos a Longo Prazo	15	11.539.109.598,43	11.925.322.764,91
VPD pagas antecipadamente	16	13.289.028,32	-
Investimentos	17	12.334.783.552,17	13.321.619.229,37
Imobilizado	18	9.471.671.964,54	8.669.743.634,36
Intangível	18	15.590.856,81	5.649.742,84
Total do Ativo Não Circulante		33.374.445.000,27	33.922.335.371,48
TOTAL DO ATIVO		72.899.083.939,82	68.823.323.754,01
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	19	3.766.342.523,81	3.797.656.923,51
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	21	7.820.606.770,46	1.762.470.546,45
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		2.907.804.963,56	2.328.594.553,70
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	22	51.441.340,67	97.382.266,57
Obrigações de Repartição a Outros Entes		178.594.674,78	53.648.282,82
Demais Obrigações a Curto Prazo	23	33.328.852.286,03	31.500.672.047,93
Total do Passivo Circulante		48.053.642.559,31	39.540.424.620,98
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	19	9.390.643.123,18	9.311.962.820,37
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	21	65.221.829.912,51	65.709.291.810,82
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		1.608.651.749,71	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	22	206.811.753,67	62.000.867,35
Provisões a Longo Prazo	24	10.137.633.401,27	7.941.722.546,63
Resultado Diferido	25	409.786.203,02	-
Total do Passivo Não Circulante		86.975.356.143,36	83.024.978.045,17
Patrimônio Líquido			
Resultados Acumulados	26	(62.129.914.762,85)	(53.742.078.912,14)
Total do Patrimônio Líquido		(62.129.914.762,85)	(53.742.078.912,14)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		72.899.083.939,82	68.823.323.754,01

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADO

	Nota	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria		40.800.986.033,59	38.381.191.160,00
Contribuições		16.722.545.299,32	15.401.528.647,31
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		357.593.676,53	411.970.282,52
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		670.274.902,54	775.129.846,51
Transferências e Delegações Recebidas		8.852.941.038,40	12.220.193.603,92
Valorização e Ganhos Com Ativos		19.879.590.302,22	72.580.452.091,87
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		73.739.985.226,12	451.216.815.962,65
Total das variações Patrimoniais Aumentativas (I)		161.023.916.478,72	590.987.281.594,78
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal e Encargos		27.012.621.143,46	25.203.243.518,61
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		15.747.138.690,90	14.547.526.214,69
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		6.999.378.093,26	6.182.675.079,99
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		15.395.993.199,48	66.254.513.712,02
Transferências e Delegações Concedidas		17.378.735.803,38	19.927.143.127,54
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		14.356.192.944,16	9.748.693.740,73
Tributárias		699.918.482,98	399.719.817,40
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		69.798.486.370,85	448.176.464.346,16
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		167.388.464.728,47	590.439.979.557,14
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	29	(6.364.548.249,75)	547.302.037,64

BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO

	Nota	2018	2017
INGRESSOS			
Receita Orçamentária (I)			
Ordinários		66.617.364.658,62	60.807.543.425,30
Vinculada		23.913.204.354,74	21.616.917.212,72
Educação		42.704.160.303,88	39.190.626.212,58
Saúde		8.213.256.554,94	8.100.238.682,33
Previdência		5.046.616.217,02	4.688.577.869,16
Transferências Obrigatórias de Outros Entes		14.990.634.620,92	13.554.038.733,26
Transferências Voluntárias de Outros Entes		346.104.400,88	354.321.956,19
Fundos Estaduais		283.639.540,76	201.243.992,48
Operações de Crédito		13.532.485.771,69	11.723.657.760,67
		291.423.197,67	568.547.218,49
Transferências Financeiras Recebidas (II)		-	-
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		-	-
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		-	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		-	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)		65.939.543.247,91	34.910.571.250,70
Inscrição Restos a Pagar Processados		7.210.599.447,13	4.576.929.825,64
Inscrição Restos a Pagar Não Processados		560.880.537,98	549.885.038,01
Ajuste de Exercícios Anteriores		52.443.786.922,36	21.540.761.674,53
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		5.724.276.340,44	8.242.994.712,52
Outros Recebimentos Extraorçamentários		-	-
Saldo do Exercício Anterior (IV)		20.527.494.177,84	17.381.732.837,29
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.726.743.117,29	7.151.018.026,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		12.800.751.060,55	10.230.714.810,44
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		153.084.402.084,37	113.099.847.513,29

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES CONSOLIDADO

	Nota	2018	2017
Ativo (I)			
Ativo Financeiro		26.890.475.510,64	24.501.583.783,03
Ativo Permanente		46.008.608.429,18	44.321.739.970,98
Total do Ativo		72.899.083.939,82	68.823.323.754,01
Passivo (II)			
Passivo Financeiro		42.634.793.895,01	37.326.508.253,75
Passivo Permanente		93.621.909.647,40	86.442.471.599,14
Total do Passivo		136.256.703.542,41	123.768.979.852,89
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	2.3	(63.357.619.602,59)	(54.945.656.098,88)

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO CONSOLIDADO

	Nota	2018	2017
Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contrapartidas Recebidas	27	1.028.682.432,99	-
Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneros		84.897.822,84	987.593.244,62
Direitos Contratuais		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos		4.233.000.688,24	8.917.955.178,96
Total dos Atos Potenciais Ativos		5.346.580.944,07	9.905.548.423,58
Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contrapartidas Concedidas	27	126.750.217,94	126.750.217,94
Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneros		12.965.776,99	-
Obrigações Contratuais		-	256.366.892,89
Outros Atos Potenciais Passivos		203.511.658,63	1.286.447.803,76
Total dos Atos Potenciais Passivos		343.227.653,56	1.669.564.914,59

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO CONSOLIDADO

	Nota	2018	2017
01 Ordinários		18.354.470.088,99	15.049.199.180,61
02 Educação		(20.868.492.166,95)	(17.487.130.319,12)
03 Saúde		(21.134.775.150,69)	(17.540.964.675,02)
04 Previdência		(1.006.681.756,18)	(1.327.980.436,78)
05 Transferências Obrigatórias de Outros Entes		542.676.097,04	654.152.305,42
06 Transferências Voluntárias de Outros Entes		546.952.492,41	645.955.633,67
08 Fundos Estaduais		1.918.546.673,12	1.379.054.418,63
09 Operações de Crédito		5.933.459.554,79	5.802.789.422,17
Total das Fontes de Recursos		(15.713.844.167,47)	(12.824.924.470,42)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

	NOTA	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos	65.810.980.697,26	61.213.953.956,24	
Receitas derivadas e originárias	56.581.856.870,79	51.737.801.550,99	
Transferências correntes recebidas	8.128.220.069,50	7.826.262.912,90	
Outros ingressos operacionais	1.100.903.756,97	1.649.889.492,35	
Valores Restituíveis Líquidos - Extraorçamentários	-	-	
Desembolsos	63.591.655.563,30	59.697.369.130,65	
Pessoal e Demais Despesas	51.704.344.382,20	48.636.343.766,16	
Juros e Encargos da Dívida	326.432.046,91	525.124.894,34	
Transferências concedidas	11.560.879.134,19	10.535.900.470,15	
Outros desembolsos operacionais	-	-	
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	2.219.325.133,96	1.516.584.825,59	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos	877.043.961,83	149.184.906,61	
Alienação de bens	851.974.509,58	126.605.025,19	
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	25.069.452,25	22.579.881,42	
Outros ingressos de investimentos	-	-	
Desembolsos	1.308.684.346,52	1.014.742.000,50	
Aquisição de ativo não circulante	1.110.648.408,11	688.048.378,44	
Concessão de empréstimos e financiamentos	15.835.869,92	8.800.507,26	
Outros desembolsos de investimentos	182.200.068,49	317.893.114,80	
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	(431.640.384,69)	(865.557.093,89)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos	476.846.093,14	643.345.511,70	
Operações de crédito	270.199.089,27	555.025.114,78	
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	-	
Transferências de capital recebidas	206.647.003,87	88.320.396,92	
Outros ingressos de financiamentos	-	-	
Desembolsos	449.010.276,30	718.648.152,96	
Amortização/Refinanciamento da dívida	449.010.276,30	718.648.152,96	
Outros desembolsos de financiamentos	-	-	
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (III)	27.835.816,84	(75.302.641,26)	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	1.815.520.566,11	575.725.090,44	
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	7.726.743.117,29	7.151.018.026,85	
Caixa e Equivalentes de caixa final	9.542.263.683,40	7.726.743.117,29	

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONSOLIDADO

	NOTA	2018	2017
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		96.300.621,63	400.299.374,66
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		200.757.171,65	110.260.910,37
Outros Encargos da Dívida		29.374.253,63	14.564.609,31
Total de Juros e Encargos da Dívida		326.432.046,91	525.124.894,34

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS CONSOLIDADO

	NOTA	2018	2017
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS			
Receita Tributária		36.029.921.450,73	33.287.147.200,55
Receita de Contribuições		16.937.934.342,92	15.401.528.647,31
Receita Patrimonial		488.475.947,35	457.349.598,74
Receita Agropecuária		1.621.071,17	1.109.564,24
Receita Industrial		5.800,93	12.621,89
Receita de Serviços		358.027.360,57	358.453.393,20
Remuneração das Disponibilidades		302.505.533,23	260.415.578,58
Outras Receitas Derivadas e Originárias		2.463.365.363,89	1.971.784.946,48
Total das Receitas Derivadas e Originárias		56.581.856.870,79	51.737.801.550,99

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS CONSOLIDADO

	NOTA	2018	2017
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Intergovernamentais		3.615.767.675,14	3.621.217.280,80
da União		3.593.484.683,05	3.600.949.854,76
de estados e Distrito Federal		15.185.103,45	14.312.234,60
de Municípios		7.097.888,64	5.955.191,44
Intragovernamentais		-	-
Outras transferências recebidas		4.512.452.394,36	4.205.045.632,10
Total das Transferências Recebidas		8.128.220.069,50	7.826.262.912,90
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		11.406.267.362,14	10.401.506.027,41
da União		64.951.824,02	27.254.587,35
de estados e Distrito Federal		-	-
de Municípios		11.341.315.538,12	10.374.251.440,06
Intragovernamentais		-	-
Outras transferências recebidas		154.611.772,05	134.394.442,74
Total das Transferências Concedidas		11.560.879.134,19	10.535.900.470,15

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO CONSOLIDADO

	NOTA	2018	2017
Legislativa		604.242.196,03	594.181.319,57
Judiciária		1.958.963.543,06	1.951.858.074,60
Essencial a Justiça		1.374.376.726,59	1.270.841.039,22
Administração		1.542.606.920,64	1.467.516.518,03
Segurança Pública		8.459.546.226,47	3.506.738.392,16
Assistência Social		338.801.233,05	327.974.995,93
Previdência Social		18.592.887.562,01	17.226.931.225,90
Saúde		5.827.742.552,86	5.444.612.410,91
Trabalho		50.916.565,02	50.840.895,03
Educação		8.029.552.970,38	7.904.012.787,39
Cultura		73.116.087,59	83.331.104,39
Direitos da Cidadania		23.220.659,60	21.088.655,48
Urbanismo		18.944.022,75	22.040.121,97
Habitação		35.478.882,11	38.383.915,82
Saneamento		526.176,50	-
Gestão Ambiental		137.168.671,41	129.172.254,37
Ciência e Tecnologia		164.600.194,27	149.079.473,11
Agricultura		444.334.973,29	396.889.857,52
Indústria		2.558.302,40	9.124.203,35
Comércio e Serviços		14.816.907,12	13.599.860,19
Comunicações		33.629.338,82	32.653.175,91
Energia		2.246.998,37	2.016.261,02
Transporte		326.563.764,43	283.388.262,13
Desporto e Lazer		1.927.308,68	2.269.261,39
Encargos Especiais		3.645.575.598,75	7.707.799.700,77
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		51.704.344.382,20	48.636.343.766,16

Notas Explicativas

1. Informações Gerais

- 1.1. O Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 87.934.675/0001-96, com sede administrativa na Praça Marechal Deodoro s/n, teve suas atividades no exercício de 2018 amparadas pelas disposições da Lei Estadual 15.054, de 19 de dezembro de 2017 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram a abertura de créditos adicionais durante o exercício de 2018, que também dispuseram acerca dos orçamentos das Autarquias e Fundações do Estado.
- 1.2. As ações do Estado são agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicações, Energia, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais. Essas funções representam o maior nível de agregação das áreas de atuação do setor público estadual.
- 1.3. O Balanço Geral do Estado é apresentado de forma consolidada, incluindo, além da Administração Direta do Estado, suas Autarquias e Fundações. As Demonstrações Contábeis Consolidadas são elaboradas pelo processo de agregação dos saldos contábeis das referidas entidades, excluindo-se as transações e saldos existentes entre elas, conforme notas explicativas de consolidação. O conjunto completo das Demonstrações Contábeis Consolidadas é composto pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. Todas as demonstrações são elaboradas com base no sistema FPE (Finanças Públicas do Estado) e referem-se ao exercício de 2018, comparativamente a 2017, refletindo o registro dos atos e dos fatos da administração direta dos três Poderes e do Ministério Público do Estado, bem como das Autarquias e Fundações vinculadas ao Estado.

2. Políticas e Procedimentos Contábeis e Orçamentários

- 2.1. O registro contábil dos atos e fatos que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio do Estado é realizado com base no Plano de Contas Estendido, estruturado em consonância com a Parte IV da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado pela Portaria 840-2016 do Subsecretário de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional. As demonstrações contábeis do Estado, por sua vez, são estruturadas a partir dos modelos estabelecidos na Parte V do referido Manual.
- 2.2. A classificação dos elementos patrimoniais considerando a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, está em conformidade com o estabelecido nos itens 14 a 19 da NBC T 16.6 (R1), sobre as Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, para fins de cumprimento do Art. 105 da Lei 4.320-1964, os totais dos ativos e passivos – financeiros e permanentes –, além do saldo patrimonial, são apresentados em quadro destacado no Balanço Patrimonial. Tal classificação leva em conta a dependência ou não de autorização legislativa para a realização dos ativos e amortização ou resgate dos passivos.
- 2.3. A inscrição de restos a pagar não processados ocorre tão somente em contas das classes de Controle da Aprovação e Execução do Orçamento, sem efeito, pois, no Passivo de natureza patrimonial. Assim, a conciliação entre o total do Patrimônio Líquido, demonstrado no Balanço Patrimonial, e o Saldo Patrimonial, evidenciado em quadro destacado do mesmo demonstrativo, é assim apresentada:

	2018	2017
Patrimônio Líquido	(62.129.914.762,85)	(53.742.078.912,14)
Restos a Pagar Não Processados - Saldo de Exercícios Anteriores	(163.511.893,73)	(372.678.142,95)
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição no Exercício	(1.064.192.946,01)	(830.899.043,79)
Saldo Patrimonial	(63.357.619.602,59)	(54.945.656.098,88)

2.4. Registro em contas de controle, de natureza não patrimonial, conforme nota explicativa 27.

2.5. Os riscos de recebimento de créditos inscritos em Dívida Ativa são reconhecidos em conta de ajuste – redutora de Créditos a Longo Prazo, no subgrupo Realizável a Longo Prazo (Nota Explicativa 15.3). O montante de créditos com essa natureza, cujo recebimento é esperado para o ano de 2018, foi registrado em Créditos a Curto Prazo, no Ativo Circulante (Nota Explicativa 12.3).

2.6. Por força do disposto nas Portarias Interministerial STN/SOF 163-2001 e STN 339-2001, o Passivo da Administração Direta não registra os seguintes valores:

- a) R\$ 235.195.886,68 a repassar às Autarquias e Fundações, referentes a despesas efetuadas à conta de recursos do Tesouro, inclusive vinculados, cujos empenhos foram liquidados até 31-12-2018; e,
- b) R\$ 112.473.331,42 referentes a despesas efetuadas pelas Autarquias e Fundações, à conta de recursos do Tesouro, inclusive vinculados, cujos empenhos não foram liquidados até 31-12-2018.

Como as entidades da Administração Indireta também não registram o ativo decorrente dos repasses a serem realizados pela Administração Direta, não há efeito no Balanço Patrimonial Consolidado.

2.7. Em 14-6-2002, com base na Medida Provisória 38, de 14-5-2002, e na Instrução Normativa SRF 160, de 27-5-2002, o Estado teve deferido o Termo de Opção pelo Regime Especial de Parcelamento relativo aos débitos com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, no período de 30-6-1999 a 30-4-2002, no valor de R\$ 160.975.757,22, os quais estão sendo amortizados de acordo com o inciso II, art. 19, da Lei Federal 10.637, de 30-12-2002. O registro desse débito no Passivo, cujo montante atualizado em 31-12-2018 era de R\$ 376.204.162,64, foi sobrestado até a solução judicial do pleito de restituição de valores pagos a maior, iniciado com a Ação Cautelar 2005.71.00.036910-1 que tramita no Supremo Tribunal Federal, cuja liminar foi concedida parcialmente para discussão do mérito em demanda própria, obstando a exigibilidade de parcelas compensadas, aquelas negadas pela Receita Federal em processo administrativo fiscal 11080.003229/2003-21.

2.8. Em atenção ao disposto na cláusula nona, inciso IV, letra b, do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0085.1, de 25-4-2012, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e o Estado, alterada pelo Aditivo 02, de 12-12-2013, apresenta-se a seguir o demonstrativo do Resultado Primário do exercício de 2018.

RESULTADO PRIMÁRIO	
Receitas Correntes (I)	51.878.374.772,68
Aplicações Financeiras (II)	223.735.931,79
Outras Receitas Financeiras (III)	2.109.553,60
Receitas Primárias Correntes (IV) = (I - II - III)	51.652.529.287,29
Receitas De Capital (V)	1.353.890.054,97
Operações de Crédito (VI)	270.199.089,27
Amortização de Empréstimos (VII)	25.069.452,25
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	704.713.320,54
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-
Receitas Primárias De Capital (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	353.908.192,91
Receita Primária Total (XII) = (IV + XI)	52.006.437.480,20
Despesas Correntes (XIII)	50.095.803.428,75
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	326.432.046,91
Despesas Primárias Correntes (XV) = (XIII - XIV)	49.769.371.381,84
Despesas De Capital (XVI)	1.908.004.180,79
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	15.835.869,92
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-
Amortização da Dívida (XX)	449.010.276,30
Despesas Primárias De Capital (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.443.158.034,57
Reserva De Contingência (XXII)	-
Despesa Primária Total (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	51.212.529.416,41
Resultado Primário - Acima Da Linha (XXIV) = (XII - XXIII)	793.908.063,79

Na 15ª Revisão do Programa em tela (PAF), celebrada em outubro de 2018, foi estabelecida uma meta negativa de Resultado Primário (déficit) para o exercício de 2018 de R\$ 1,937 bilhão. Assim, o resultado primário realizado (superávit) superou em R\$ 2,731 bilhões a referida meta.

3. Base de Mensuração dos Principais Elementos Patrimoniais

3.1. Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando houver saldo em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

As aplicações no SIAC são registradas por seus valores originais.

3.2. Créditos e Obrigações

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento da dívida ativa são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são passivos constituídos com base em estimativas das prováveis saídas de recursos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

3.3. Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Pelo método do custo médio ponderado, o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período, e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período. A média pode ser determinada por meio de uma base periódica ou à medida que cada entrega adicional seja recebida, o que depende das circunstâncias da entidade.

3.4. Investimentos Permanentes

As participações em empresas em que o Estado tenha influência significativa são mensuradas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP, o investimento é registrado inicialmente a custo e seu valor contábil é ajustado conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua, em contrapartida à conta de resultado.

As demais participações são mensuradas ou avaliadas pelo custo de aquisição.

3.5. Imobilizado

Os itens de ativo imobilizado são reconhecidos com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os itens obtidos a título gratuito são registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

3.6. Precatórios

Os precatórios são registrados pelo valor atualizado até a data do Balanço Patrimonial, com base em informações recebidas do Tribunal de Justiça/RS, do Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Regional Federal. Os precatórios inscritos no exercício são registrados pelo valor original e a atualização é lançada separadamente considerando o saldo acumulado dos precatórios.

3.7. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP

A Portaria STN 548-2015 aprovou, na forma de anexo, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. O Estado do Rio Grande do Sul está adequando os Procedimentos Contábeis com observância dos prazos, estando, inclusive, em alguns pontos adiantado, conforme tabela a seguir:

	PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio atual de Implantação no Estado do Rio Grande do Sul
1	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Implantado
2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2016	Implantado
4	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2017	Implantado
5	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/01/2017	Implantado
6	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2019	Implantado
7	Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2019	Implantado
8	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	01/01/2019	Em implantação
9	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	01/01/2019	Implantado
10	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	01/01/2019	Implantado
11	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2020	Iniciado
12	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	01/01/2020	Parcialmente atendido
13	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2020	Em implantação
14	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2021	Parcialmente atendido
15	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2022	Não iniciado
16	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	01/01/2022	Não iniciado

Legenda:

Implantado: O procedimento encontra-se implementado e alinhado às regras estabelecidas nas NBC TSP e no MCASP vigentes.

Em Implantação: Os normativos e/ou os guias de lançamentos contábeis foram expedidos e estão alinhados às regras estabelecidas nas NBC TSP e no MCASP. Os procedimentos foram iniciados em 01/01/2019.

Iniciado: Estudos foram iniciados e foi aberto expediente administrativo próprio para tratar do assunto.

Não iniciado: Estudos não foram iniciados.

Parcialmente Atendido: Os procedimentos contábeis atualmente adotados estão consideravelmente aproximados do estabelecido nas NBC TSP e no MCASP. Ajustes necessários serão realizados dentro do prazo estabelecido na Portaria.

Balanço Orçamentário

- O Balanço Orçamentário Consolidado apresentou, no exercício de 2018, um déficit de R\$ 2.737.761.625,61, resultado de uma receita total de R\$ 66.617.364.658,62 frente a um total de despesas empenhadas de R\$ 69.355.126.284,23.
- No Balanço Orçamentário estão registradas receitas e despesas intraorçamentárias de acordo com suas naturezas. Tais registros se referem, quase em sua totalidade, à contribuição patronal ao Fundo de Assistência à Saúde (todos os Poderes e Órgãos), à contribuição patronal ao RPPS - Regime de Repartição Simples (Poder Executivo e Defensoria Pública) e à contribuição patronal ao RPPS - FUNDOPREV (todos os Poderes e Órgãos), bem como à cobertura do déficit ao RPPS. Essas despesas têm como contrapartida as Receitas Intraorçamentárias, registradas no Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS.

	2018	2017
Pessoal e Encargos Sociais	13.008.243.784,02	12.086.007.049,05
RPPS - Cobertura de Déficit	9.843.241.006,62	9.131.362.398,16
RPPS - Contribuição Patronal	2.389.392.356,84	2.226.597.444,67
Fundoprev - Cobertura de Déficit Atuarial	1.456.427,80	3.294.511,84
Fundoprev - Contribuição Patronal	215.186.027,60	176.525.705,17
Fundo de Assistência à Saúde (FAS)	548.471.270,35	543.106.438,20
Outros	10.496.694,81	5.120.551,01
Outras Despesas Correntes	7.051.922,53	9.838.958,09
	13.015.295.706,55	12.095.846.007,14

- Por força do disposto nas Portarias Interministerial STN/SOF 163-2001 e STN 339-2001, as transferências financeiras previstas e realizadas entre a Administração Direta do Estado e as suas Autarquias e Fundações, que não decorram da aquisição de bens e serviços ou do pagamento de impostos, taxas e contribuições, não constituem receitas e despesas orçamentárias e, assim sendo, não integram o Balanço Orçamentário. Em 2018, tais operações atingiram os montantes discriminados no quadro a seguir, considerando-se, na despesa, os valores orçados e realizados nas Autarquias e Fundações à conta dos recursos do Tesouro do Estado.

Despesa em Autarquias e Fundações - Recursos do Tesouro		
	Orçada	2.242.743.597,00
	Autorizada	2.532.585.126,24
Despesa	Empenhada	2.133.609.651,14
	Liquidada	2.081.978.544,81
	Paga	1.887.859.913,24

Ressalta-se que apenas as transferências financeiras entre a administração direta e suas entidades não são demonstradas no Balanço Orçamentário, estando as despesas, previstas e realizadas, originalmente ocorridas em cada entidade e na administração direta, normalmente registradas de acordo com suas naturezas.

7. No Balanço Orçamentário, as receitas oriundas da anulação de restos a pagar estão computadas no item Receitas Diversas (Correntes) e totalizaram R\$ 553.402.746,16, no exercício. Desconsiderando tais receitas, em que não há ingresso financeiro, o déficit orçamentário seria de R\$ 3.291.164.371,77.
8. Em cumprimento às disposições da Lei Complementar 101, de 4-5-2000, e do Parecer Coletivo 1, de 21-11-2003, do Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto 54.408, de 14-12-2018, e a Instrução Normativa CAGE 08-18, de 17-12-2018, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:
- a) anulação das despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, no valor de R\$ 73.605.870,99, cujos empenhos foram emitidos entre 1º-1-2014 e 31-12-2017; e,
- b) estorno de empenhos não liquidados emitidos em 2018, no valor de R\$ 228.583.705,47, excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa.
- Ainda, em consonância com o Decreto Federal 20.910, de 6-1-1932, ao longo de 2018, ocorreram prescrições de empenhos inscritos em Restos a Pagar referentes a exercícios anteriores ao de 2014, no valor de R\$ 32.145.173,89.
9. A Receita é demonstrada no Balanço Orçamentário já deduzida dos valores enviados, pelo Estado, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Em 2018, esses valores totalizaram R\$ 6.103.470.921,78. A distribuição, aos Estados, dos recursos arrecadados por esse fundo é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados no âmbito de atuação prioritária dos Estados, ou seja, ensino fundamental e médio. Tais ingressos somaram, em 2018, o montante de R\$ 4.483.027.873,91 e estão demonstrados nas Transferências Multigovernamentais (Transferências Correntes), no Balanço Orçamentário.
10. O grupo de Outras Despesas Correntes, no Balanço Orçamentário, registra, dentre outros, os valores decorrentes das transferências, a outras esferas de governo, de receitas tributárias, de contribuições e de outras receitas vinculadas, previstas na Constituição Federal ou em leis específicas, cuja competência de arrecadação é do Estado. Em 2018, foram empenhados R\$ 10.344.508.371,37 relativos a essas transferências, que representam 48,74% do referido grupo.

Balanço Patrimonial

11. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2018	2017
Caixa	64.533,89	5.954.074,45
Bancos	1.417.206.767,22	1.057.115.349,32
Rede Bancária - Arrecadação	335.205.497,56	212.143.333,47
APF de Liquidez Imediata	809.781.257,90	826.059.699,29
Aplicações da Administração Direta no SIAC	6.060.750.041,42	4.835.996.372,36
Aplicações de Autarquias e Fundações no SIAC	919.255.585,41	789.474.288,40
	9.542.263.683,40	7.726.743.117,29

11.1. Caixa – Registra o somatório de numerários em espécie e outros valores em tesouraria.

11.2. Bancos – Compreende o somatório das disponibilidades existentes em outras contas bancárias, que não sejam a Conta Única.

11.3. Rede Bancária – Arrecadação – Demonstra os valores da Receita Estadual em fase de arrecadação.

11.4. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Compreende as aplicações financeiras de alta liquidez em moeda nacional, que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

11.5. Aplicações no SIAC – O SIAC representa a centralização das disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta, atendendo ao princípio da unidade de caixa (caixa único). O sistema é administrado pela Secretaria da Fazenda e executado pelo Barrisul. Para que o saldo de SIAC ao final de cada exercício possa ser apurado, deve-se acrescer, às aplicações já demonstradas na tabela acima (classificadas como Caixa e Equivalentes de Caixa), aquelas classificadas no Balanço Patrimonial como Créditos a Curto Prazo, além de deduzir os valores já resgatados, classificados como Demais Obrigações a Curto Prazo, conforme tabelas a seguir:

Conta	2018	2017
Depósitos judiciais	10.702.413.484,74	10.681.885.088,10
Aplicações do SIAC - FGLTDPE	2.491.861.388,21	2.148.647.834,82
(-) Ajuste de consolidação SIAC	(1.754.790.668,90)	(1.334.831.493,04)
Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.439.484.204,05	11.495.701.429,88
Composição do SIAC - Administração Direta	2018	2017
Aplicações da Administração Direta no SIAC	6.060.750.041,42	4.835.996.372,36
Depósitos judiciais	10.702.413.484,74	10.681.885.088,10
Aplicações do SIAC - FGLTDPE	2.491.861.388,21	2.148.647.834,82
Aplicações do SIAC	19.255.024.914,37	17.666.529.295,28
Resgates do SIAC - Registrado no Passivo Circulante	(18.946.583.550,26)	(17.545.488.550,26)
Saldo do SIAC - Administração Direta	308.441.364,11	121.040.745,02

12. Créditos a Curto Prazo

	2018	2017
Créditos Tributários a Receber	8.150.126.474,41	6.481.352.496,82
SIAC	11.439.484.204,05	12.830.532.922,92
Depósitos judiciais	10.702.413.484,74	10.681.885.088,10
Depósitos de Estatais e Outros Depósitos no SIAC	737.070.719,31	2.148.647.834,82
Dívida Ativa	3.007.805.444,58	2.145.428.393,13
Tributária	2.942.356.187,08	2.129.848.393,13
Não Tributária	65.449.257,50	15.580.000,00
Pagamentos Extraorçamentários	3.385.644.676,87	3.322.245.568,52
Devedores	230.747.908,22	490.450.981,88
Responsáveis	1.697.311.853,23	1.640.144.518,86
Sequestros Judiciais a Regularizar	1.457.584.915,42	1.191.650.067,78
Outros Créditos a Curto Prazo	1.927.277.073,22	892.965.313,67
Total	27.910.337.873,13	25.672.524.695,06

12.1. Créditos Tributários a Receber – Demonstra os créditos tributários constituídos por meio de autos de lançamento, incluindo a obrigação tributária principal e seus respectivos acréscimos que totalizaram R\$ 8.235.458.335,40. O valor apresentado no quadro já está descontado do Ajuste para Perdas Estimadas com créditos de auto de lançamento no valor de R\$ 85.331.860,99, conforme Subsecretaria da Receita Estadual.

12.2. SIAC – Representa os montantes de depósitos judiciais transferidos para o caixa único, bem como as aplicações realizadas, no sistema, pelas Companhias estatais. Ressalta-se que, para a

apuração do saldo do SIAC, deve-se acrescer os saldos de recursos livres e vinculados classificados em Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como deduzir o saldo de resgates no mesmo período, conforme nota 11.5.

12.3. Dívida Ativa – Saldo composto por créditos tributários e não tributários em favor do Estado, não recebidos no prazo e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez. Esse montante representa a expectativa de recebimento para os 12 meses seguintes à data do Balanço. Os créditos cujos recebimentos são esperados para períodos posteriores estão registrados no Ativo Não Circulante, devidamente deduzidos do respectivo ajuste para perdas, conforme nota explicativa 15.

12.4. Pagamentos Extraorçamentários – Demonstra os pagamentos não relacionados a empenhos/liquidações, conforme características descritas a seguir:

12.4.1. Devedores: Demonstra os débitos de pessoas físicas ou jurídicas, realizáveis independentemente de autorização orçamentaria. Registra, em sua maior parte, os pagamentos de Precatórios efetuados pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Regional do Trabalho que ainda não foram regularizados pela Secretaria da Fazenda, em virtude da falta de identificação dos valores por credor, dificultando, desta forma, a conciliação desta conta.

A seguir, evidencia-se os valores registrados na conta devedores:

DEVEDORES	2018	2017
Precatórios - Tribunal de Justiça	100.425.198,43	328.798.631,05
Precatórios - Tribunal Regional do Trabalho	30.016.274,21	16.803.784,94
Precatórios do IPERGS - Tribunal de Justiça	39.902.460,98	30.506.379,94
FUNDOPREV	11.323.015,39	32.827.302,90
CEEE	15.748.514,25	15.748.514,25
Outros Pagamentos por Devedores	33.332.444,96	65.766.368,80
Total	230.747.908,22	490.450.981,88

12.4.2. Responsáveis: Demonstra as responsabilidades financeiras impostas a servidores pelo descumprimento das normas vigentes. Registrava até 31-12-2014 os sequestros judiciais referentes às Requisições de Pequeno Valor (RPV) não pagas no prazo legal e as ações judiciais relacionadas à saúde. A partir de 1º-1-2015 os sequestros passaram a ser registrados na conta “Sequestros Judiciais a Regularizar”.

12.4.3. Sequestros Judiciais a Regularizar: A partir de 1º-1-2015, essa conta passou a registrar todos os sequestros judiciais da administração direta, sejam aqueles relacionados ao não pagamento de RPV no prazo legal ou aqueles relacionados a ações judiciais da saúde. Nesse caso, existem duas situações, a saber: 1) Há a informação completa sobre o sequestro, caso em que foi efetuado empenho/liquidação, porém ainda falta a conciliação contábil 2) Não há a informação completa sobre o sequestro, caso em que a saída de numerário não foi reconhecida orçamentariamente.

A seguir, evidencia-se a movimentação das contas de Responsáveis e de Sequestros Judiciais a Regularizar:

Saldo de 31/12/2017 - Responsáveis	1.640.144.518,86
Saldo de 31/12/2017 - Sequestros Judiciais a Regularizar	1.191.650.067,78
Saldo Total de 31/12/2017	2.831.794.586,64
Sequestros judiciais de 2018	566.258.415,83
Pagamentos por Responsáveis de 2018 - Não regularizados	94.233.677,83
(-) Regularizações de Sequestros Judiciais de 2018	(300.323.568,19)
(-) Outras regularizações de 2018	(37.066.343,46)
Saldo Total de 31/12/2018	3.154.896.768,65
Saldo de 31/12/2018 - Responsáveis	1.697.311.853,23
Saldo de 31/12/2018 - Sequestros Judiciais a Regularizar	1.457.584.915,42

Salienta-se que, além da regularização de R\$ 300.323.568,19 de sequestros judiciais (Regularização = Empenho/Liquidação + Conciliação Contábil), há mais R\$ 608.102.287,18 de RPVs empenhadas e liquidadas nos exercícios de 2018 e anteriores que continuam registradas no Passivo Circulante (Retenções para regularização), pois estão pendentes de conciliação contábil com os sequestros judiciais.

13. Estoques – Em 2018, os estoques totalizaram o montante de R\$ 176.722.245,78 (R\$ 170.216.622,67 em 2017), correspondendo principalmente a itens de almoxarifado. Desse valor, 68,6% se referem à Secretaria da Saúde.

14. Imobilizado Mantido para Venda – O valor de imobilizado mantido para venda, nos períodos apresentados (R\$ 17.042.450,93), corresponde a Distritos Industriais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

15. Créditos a Longo Prazo

Créditos a Longo Prazo	2018	2017
Dívida Ativa Tributária	10.009.605.865,12	10.300.657.474,79
Saldo	41.631.725.828,38	41.185.474.066,38
(-) Ajuste para Perdas	(31.622.119.963,26)	(30.884.816.591,59)
Dívida Ativa Não Tributária	464.846.988,19	587.403.747,90
Saldo	667.682.372,62	626.853.630,56
(-) Ajuste para Perdas	(202.835.384,43)	(39.449.882,66)
Crédito Remanescente Extinção da Caixa Econômica Estadual	920.549.595,80	898.489.408,23
Outros	144.107.149,32	138.772.133,99
Total de Créditos a Longo Prazo	11.539.109.598,43	11.925.322.764,91

15.1. Dívida Ativa Tributária – Representam os créditos de natureza tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez, cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

15.2. Dívida Ativa Não Tributária – Representam os créditos de natureza não tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez, cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

15.3. Ajustes para Perdas (DA Tributária e DA Não Tributária) – Os créditos inscritos em Dívida Ativa, embora disponham de prerrogativas jurídicas que favoreçam sua cobrança, apresentam riscos que podem comprometer seu recebimento. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 7ª edição, apesar de exigir que tais riscos sejam considerados no registro contábil desses ativos (ajuste para perdas), não especifica a metodologia a ser utilizada para sua mensuração. Ainda assim, o manual atribui a responsabilidade pelo cálculo do referido ajuste aos órgãos

responsáveis por sua gestão. No Estado do Rio Grande do Sul, os créditos da dívida ativa que se encontram nas fases de cobrança administrativa e judicial são administrados pela Subsecretaria da Receita Estadual e pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), respectivamente. Exceções a isso são os créditos não tributários com origem na administração indireta, que são administrados pela própria entidade, como é o caso do IPERGS. Assim, a metodologia e o cálculo do ajuste para perdas com a dívida ativa são realizados, em cada caso, por esses órgãos. A seguir, são apresentados os critérios utilizados para o cálculo do ajuste.

Subsecretaria da Receita Estadual (Fase Administrativa)

As prováveis perdas relacionadas à cobrança administrativa da dívida ativa são calculadas pela Subsecretaria da Receita Estadual mediante aplicação dos seguintes critérios:

- i. **Créditos Devolvidos pela PGE por Impossibilidade/Inviabilidade de Cobrança:** são aqueles remetidos para cobrança judicial e que foram posteriormente devolvidos pela PGE por impossibilidade ou esgotamento de tentativas de cobrança via execução fiscal. Nesses casos, a prescrição, que estava interrompida pelo despacho do juiz que ordenou a citação, é reiniciada após a desistência das ações. Assim, os créditos devolvidos permanecem em cobrança administrativa por mais 5 (cinco) anos. O índice de recuperação desses créditos é ínfimo, tendo em vista o esgotamento das cobranças administrativas e judiciais. Desta forma, os créditos que se encontram nessa situação são considerados perdidos.
- ii. **Créditos Suspensos por Decisão Judicial:** são os créditos que se encontram em cobrança administrativa, porém questionados judicialmente, no todo ou em parte, pelo sujeito passivo. Sobrevindo decisão judicial favorável ao Estado, o crédito fica disponível para a continuidade das ações de cobrança. Caso a decisão beneficie o sujeito passivo, o crédito será total ou parcialmente excluído, conforme o que for decidido, ficando a parte não excluída disponível para cobrança. Foi realizado o levantamento das exclusões de créditos que estavam em discussão judicial nos últimos 5 (cinco) exercícios, apurando-se uma média anual de 4,84%. Para fins de cálculo do ajuste para perdas, o referido percentual é aplicado sobre o saldo de créditos que se encontram suspensos por decisão judicial em 31 de dezembro de 2018.
- iii. **Créditos de Pequeno Valor – Abaixo do Valor mínimo de ajuizamento:** Uma parte dos créditos em cobrança não podem ser encaminhados à cobrança judicial, pois tem saldo inferior ao Valor Mínimo de Ajuizamento, previsto na Lei Estadual nº 9.298/91. Uma parte desses créditos não é recuperada e acaba sendo excluída por prescrição após cinco anos. Os valores excluídos da cobrança em 2018 foram somados no ajuste para perdas.

Procuradoria-Geral do Estado (Fase Judicial)

A dívida ativa, em fase de cobrança judicial, tem suas perdas apuradas pela PGE com a utilização da seguinte tabela de critérios:

Fase da Cobrança	Viabilidade da Cobrança
Remetido à PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Fases Processuais Diversas	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Cancelado	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Liquidado	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelamento Judicial Cancelado Acerto de Saldo	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelado Judicialmente	Sim, sempre
Contra Massa Falida	Não
Contra Massa Falida Empresa Baixada	Não
Cobrança Suspensa Prazo Determinado PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada Carata Fiança Apresentada	Sim, sempre
Execução Embargada	Sim, até 15 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Acordo Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Depósito Integral	Sim, sempre
Suspensão por Ordem Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Execução Garantida	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Penhora de Faturamento	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Liquidado Judicial	Não se aplica pois o débito está quitado
Falência Encerrada	Não
Ausência de Bens / Devedor Não Localizado	Não
Motivos Diversos	Não
Extinto por Desistência Requerida	Não
Extinto por Prescrição Requerida	Não
Desistência Execução Pequeno Valor	Não
Certidão Dívida Ativa Devolvida Parcialmente Prescrita	Não

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

As prováveis perdas relacionadas à dívida ativa em cobrança pelo IPERGS, que constam no Balanço Consolidado, referem-se a créditos junto a CORSAN, considerados como perdas prováveis, enquanto não ocorrer a conclusão no processo que versa sobre a dívida.

16. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Refere-se ao repasse efetuado a título de adiantamento de contribuições previsto no artigo 32 da Lei Complementar nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, que instituiu o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos – RPC/RS. A citada lei autorizou o Estado do Rio Grande do Sul a promover aporte no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a título de adiantamento de contribuições, necessário ao regular funcionamento inicial da entidade. Em decorrência disso, foi assinado Termo de Compromisso entre o Estado do Rio Grande do Sul (Patrocinador) e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul – RS-PREV, o qual estabeleceu o aporte de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com a obrigação de restituição/compensação futura tão logo o aporte em questão deixe de ser necessário ao regular funcionamento da Fundação. Esse aporte foi efetuado no exercício de 2016, em 5 parcelas de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), e registrado como pagamento por devedores (ativo circulante). Em 2018 foi assinado o primeiro aditivo ao Termo de Compromisso que estabeleceu o aporte complementar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), também a título de adiantamento de contribuições, em 20 (vinte) parcelas mensais e iguais de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) cada uma, sendo a primeira no mês de agosto de 2018 e as seguintes nos meses consecutivos. Tanto o valor do adiantamento, quanto o valor da correção monetária, incidente na forma da cláusula 3.1 do termo de compromisso, foram reclassificados para o Ativo Não Circulante, Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente. A seguir detalha-se o valor evidenciado no balanço:

Adiantamentos de Contribuições ao RSPREV	13.289.028,32
Repasses Financeiros efetuados em 2016	10.000.000,00
Correção Monetária de 2016	99.611,38
Correção Monetária de 2017	297.670,89
Repasses Financeiros efetuados em 2018	2.000.000,00
Correção Monetária de 2018	391.746,05
Valor empenhado e liquidado em 2018, pago em 2019 (registrado no ativo e no passivo).	500.000,00

17. Investimentos

Os investimentos do Estado estão assim distribuídos:

Investimento	2018	2017
Participações Permanentes em Empresas	9.478.961.270,32	10.242.764.738,84
Investimentos em Fundos	2.855.822.281,85	3.078.854.490,53
Total de Investimentos	12.334.783.552,17	13.321.619.229,37

Fundos: São constituídos para financiamento de determinados setores econômicos. A seguir, demonstra-se o resumo desses investimentos:

Fundo	2018	2017
Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM	1.544.545.187,90	1.564.488.267,45
Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul - FOMENTAR	758.503.128,14	1.137.511.930,96
Fundo de Apoio Financ. e de Recup. dos Hosp. Priv., Sem Fins Lucr. e Hosp. Públic. - FUNAFIR	235.089.298,39	49.569.848,79
Fundo Rotativo de Crédito Educativo - PROCRED	123.206.600,62	114.823.720,28
Outros Fundos	194.478.066,80	212.460.723,05
Total de Investimentos em Fundos	2.855.822.281,85	3.078.854.490,53

Participações em Empresas: As participações em empresas sobre as quais o Estado tem influência significativa são registradas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), conforme Instrução Normativa CAGE 03-2015. O resultado da equivalência patrimonial de 2018 foi apurado levando em consideração Balanço ou Balancete emitido em 30-09-2018 ou em data posterior, sendo a diferença registrada em Variação Patrimonial Aumentativa ou em Variação Patrimonial Diminutiva, conforme o caso. Outras participações em empresas sobre as quais o Estado não exerce influência significativa, são registradas pelo custo. A seguir, demonstra-se o resumo das participações:

Empresas	% do Capital Social pertencente ao Estado	2018	2017
Empresas Controladas		7.404.965.905,83	8.285.070.580,29
BADESUL	99,99%	711.858.807,00	672.050.788,20
BANRISUL	49,94%	3.616.370.534,15	3.836.328.035,50
CADIP	99,99%	221.608.074,57	221.768.820,90
CEASA	94,24%	15.919.415,61	16.249.926,51
CEEE	99,99%	209.598.208,09	879.861.575,83
CESA ¹	99,93%	-	-
CORAG ²	99,99%	26.968.134,83	49.244.296,22
CORSAN	99,99%	2.058.706.115,15	2.081.090.417,96
CRM	99,99%	293.536.294,91	293.989.593,71
EGR	100,00%	99.029.893,14	84.560.307,27
PROCERGS	99,58%	57.090.007,75	50.146.349,07
SULGÁS	51,00%	94.280.420,63	99.780.469,12
Empresas Controladas em Conjunto		1.713.050.153,18	1.682.922.062,31
BRDE ³	33,33%	1.713.050.153,18	1.682.922.062,31
Adiantamento para futuro aumento de capital		353.151.997,12	266.973.939,56
CESA		252.208.003,47	225.045.487,37
CORSAN		62.943.993,65	34.428.452,19
CRM		38.000.000,00	0,00
PROCERGS		0,00	7.500.000,00
Empresas Diversas		7.793.214,19	7.798.156,68
Total de Investimentos em Empresas		9.478.961.270,32	10.242.764.738,84

Nota¹: Patrimônio Líquido da CESA é negativo, por isso o valor contábil do investimento é ZERO.

Nota²: A Corag está em liquidação, conforme Lei nº 14.979, de 16 de janeiro de 2017, que autorizou sua extinção.

Nota³: Participação calculada em 100% da Agência de Porto Alegre/RS, conforme estatuto.

18. Imobilizado e Intangível

Os bens móveis, imóveis e intangíveis estão registrados pelo valor original e ainda não foram submetidos aos processos de depreciação, amortização ou exaustão, de reavaliação e de redução ao valor recuperável, previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) estipulou o prazo de 1º-1-2019 para início dos lançamentos contábeis referentes a esses processos, conforme Portaria STN 548, de 24 de setembro de 2015. Salienta-se que o Estado completou em 2018 a implementação do Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE) em todos os Órgãos da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta que compõem o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do Estado, o que, em decorrência de sua integração com a contabilidade, viabiliza o atendimento das NBCASP. A seguir, demonstra-se o resumo desses ativos:

	2018	2017
Bens Móveis	3.351.254.715,66	3.374.467.840,30
Veículos	872.816.148,96	894.330.021,03
Bens de Informática	963.982.282,45	945.189.208,68
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	725.973.434,27	837.671.432,20
Móveis e Utensílios	552.281.291,61	413.720.365,37
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	147.081.563,72	157.831.833,43
Demais Bens Móveis	89.119.994,65	125.724.979,59
Bens Imóveis	6.120.417.248,88	5.295.275.794,06
Imobilizado	9.471.671.964,54	8.669.743.634,36
Intangível	15.590.856,81	5.649.742,84

19. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

	2018	2017
Passivo Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	3.766.342.523,81	3.797.656.923,51
Salário, Remunerações e Benefícios a Pagar	2.006.160.176,27	1.929.413.231,60
Provisão para Férias	701.133.318,31	718.398.592,07
Precatórios a Pagar	13.477.358,58	38.616.047,08
RPV a Pagar	134.177.689,40	97.855.114,13
Benefícios Previdenciários a Pagar	393.882.415,48	346.386.570,78
Encargos Sociais a Pagar	517.511.565,77	666.987.367,85
Passivo Não Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	9.390.643.123,18	9.311.962.820,37
Precatórios de Pessoal a Pagar	5.356.712.649,50	8.865.359.509,60
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	3.616.820.554,38	-
INSS Parcelado a Pagar	417.109.919,30	446.603.310,77
Total	13.156.985.646,99	13.109.619.743,88

19.1. Salário, Remunerações e Benefícios a Pagar: O saldo em 31-12-2018 se refere principalmente às parcelas não quitadas dos vencimentos de dezembro de 2018 e do 13º salário do mesmo exercício.

19.2. Provisão para Férias: Refere-se às férias vencidas e não prescritas, bem como àquelas que estão em aquisição (período aquisitivo findo em 2019). Os valores foram calculados com base em aplicativo (*Qlik Sense*) que utiliza a base de dados do sistema de Recursos Humanos do Estado – RHE, considerando o salário atual acrescido de 1/3.

19.3. Precatórios: O saldo devedor de precatórios está subdividido em diversas contas, conforme explicado na nota nº 20.

19.4. Benefícios Previdenciários: O saldo em 31-12-2018 se refere principalmente às parcelas não quitadas de pensões de dezembro de 2018 e do 13º salário do mesmo exercício.

20. Precatórios

O saldo devedor representa a totalidade de precatórios devidos, conforme informado pelos tribunais (Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal).

Até o exercício de 2017 todos estavam contabilizados como precatórios de pessoal. A partir de 2018 foram reclassificados em três tipos: 1) Pessoal, 2) Benefícios Previdenciários, e 3) Fornecedores e Demais Contas a Pagar.

Demonstram-se a seguir os valores devidos em 31-12-2018:

Precatórios	2018	2017
Passivo Circulante	13.477.358,58	38.616.047,08
Precatórios Empenhados, Liquidados a Pagar	13.477.358,58	38.616.047,08
Passivo Não Circulante	10.582.184.953,59	8.865.359.509,60
Precatórios de Pessoal a Pagar	5.356.712.649,50	8.865.359.509,60
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	3.616.820.554,38	-
Precatórios de Fornecedoros a Pagar	1.608.651.749,71	-
Passivo Não Circulante - Provisões de Longo Prazo	4.700.559.040,46	4.203.568.086,26
Precatórios de Pessoal a Pagar	1.363.750.366,98	4.203.568.086,26
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	3.336.796.905,59	-
Precatórios de Fornecedoros a Pagar	11.767,89	-
Total	15.296.221.352,63	13.107.543.642,94

20.1. Precatórios a pagar – Passivo Circulante: Refere-se a precatórios empenhados, liquidados, a pagar (passivo financeiro).

20.2. Precatórios a pagar - Passivo Não Circulante: Refere-se ao valor original dos precatórios que foram inscritos e ainda não foram empenhados

20.3. Provisão de Precatórios a Pagar: Refere-se ao registro das atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos.

Saldo por Entidade:

Precatórios	2018	2017
Estado - Administração Direta	6.698.829.977,87	5.790.404.093,55
IPERGS	6.964.409.065,93	6.333.427.831,83
DETRAN	558.366.952,66	66.954.836,52
DAER	429.409.557,03	391.079.795,88
FASE	190.598.507,68	140.796.942,68
Demais entidades	454.607.291,46	384.880.142,48
Total	15.296.221.352,63	13.107.543.642,94

21. Empréstimos e Financiamentos

Abaixo são apresentados os saldos de empréstimos e de financiamentos, por credor, discriminando as parcelas de curto e de longo prazo:

	Circulante		Não Circulante	
	2018	2017	2018	2017
Dívida Interna	7.387.024.912,04	1.502.180.685,09	57.186.829.500,33	58.740.502.344,30
BB	-	44.858.945,40	681.589.104,42	632.045.987,53
BNDES	193.494.393,18	134.869.617,93	591.155.053,13	715.220.863,69
Governo Federal	7.193.029.714,46	1.322.043.630,60	55.892.545.575,38	57.371.185.053,43
Outros	500.804,40	408.491,16	21.539.767,40	22.050.439,65
Dívida Externa	433.581.858,42	260.289.861,36	8.035.000.412,18	6.968.789.466,52
BIRD	297.989.111,70	94.403.759,73	6.255.210.099,10	5.446.221.279,13
BID	135.592.746,72	165.886.101,63	1.779.790.313,08	1.522.568.187,39
TOTAL	7.820.606.770,46	1.762.470.546,45	65.221.829.912,51	65.709.291.810,82

O aumento no saldo de curto prazo se deve à suspensão dos pagamentos junto ao Governo Federal, amparada por liminar obtida em julho de 2017 que antecipou os efeitos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), negociado atualmente pelo Estado. Esses valores estão devidamente registrados orçamentariamente.

22. Obrigações Fiscais

As Obrigações Fiscais de curto e de longo prazo (R\$ 51.441.340,67 e 206.811.753,67, respectivamente) demonstradas no Balanço Patrimonial Consolidado do Estado se referem, quase em sua totalidade, a débitos de PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

23. Demais Obrigações a Curto Prazo

	2018	2017
Passivo SIAC	11.439.484.204,05	11.483.720.938,13
Depósitos Judiciais	10.702.413.484,74	10.681.885.088,10
Depósitos de Estatais e Outros Depósitos no SIAC	737.070.719,31	801.835.850,03
Resgates do SIAC	18.946.583.550,26	17.545.488.550,26
Consignações	1.593.841.736,25	1.231.675.427,75
Outras Obrigações de Curto Prazo	1.348.942.795,47	1.239.787.131,79
Total	33.328.852.286,03	31.500.672.047,93

23.1. Passivo SIAC: Representa o Passivo da Administração Direta com as entidades da Administração Indireta, em decorrência das aplicações realizadas por elas no Caixa Único do Estado. O passivo relacionado ao SIAC também é composto pelos valores devidos pela utilização dos depósitos judiciais ao longo dos anos. Tais valores são exigíveis à medida que as causas as quais eles se destinam sejam decididas.

23.2. Resgates do SIAC: Representa o montante historicamente utilizado das diversas aplicações realizadas no sistema. O valor apresentado nessa rubrica é utilizado para apuração do saldo do SIAC em determinada data.

23.3. Consignações: Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações, geralmente retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços.

24. Provisões a Longo Prazo

	2018	2017
Provisão de Precatórios a Pagar	4.700.559.040,46	4.203.568.086,26
<u>Provisão Atuarial do RPPS</u>	<u>3.133.921.689,60</u>	<u>2.254.432.760,78</u>
<i>Plano Previdenciário</i>	3.049.004.808,98	2.188.455.638,24
<i>Plano Financeiro</i>	84.916.880,62	65.977.122,54
Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar	883.769.061,38	1.364.348.326,48
Provisão para Indenizações Trabalhistas	858.647.374,02	-
Provisão para Riscos Fiscais	326.700.000,00	-
Provisão para Riscos Cíveis	107.238.000,00	-
Provisão de Pensões Integrais a Pagar	118.728.022,61	119.373.373,11
Outras Provisões de Longo Prazo	8.070.213,20	-
Total	10.137.633.401,27	7.941.722.546,63

24.1. Provisão de Precatórios a Pagar: Refere-se ao registro das atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos, conforme explicado na nota 20.

24.2. Provisão Atuarial do RPPS – Plano Financeiro: representa o déficit atuarial, reconhecido no IPERGS, previsto para o regime previdenciário financeiro dos servidores do Rio Grande do Sul. A provisão atuarial dos benefícios a conceder é zerada porque o déficit é suportado pela Administração Direta. Já quanto a provisão para os benefícios concedidos, embora o déficit também seja suportado pela Administração Direta, uma parte é suportada pelos Ativos do IPERGS.

PLANO FINANCEIRO	CIVIL	MILITAR	TOTAL
Provisão de Benefícios Concedidos	84.916.880,62	-	84.916.880,62
Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos	206.535.406.621,76	111.993.430.134,36	318.528.836.756,12
Contribuições do Estado	(18.172.997.913,96)	(13.549.707.728,96)	(31.722.705.642,92)
Contribuição do Aposentado	(6.156.593.426,69)	(4.996.305.135,54)	(11.152.898.562,23)
Contribuições de Pensionistas	(2.929.905.530,29)	(1.778.548.728,94)	(4.708.454.259,23)
Compensação Previdenciária	(731.376.300,47)	-	(731.376.300,47)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(178.459.616.569,73)	(91.668.868.540,92)	(270.128.485.110,65)
Provisão de Benefícios a Conceder	-	-	-
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	127.624.124.005,05	40.729.698.976,00	168.353.822.981,05
Contribuições do Estado	(29.140.480.432,82)	(6.370.365.900,07)	(35.510.846.332,89)
Contribuição do Ativo	(7.446.513.288,22)	(2.051.553.376,38)	(9.498.066.664,60)
Compensação Previdenciária	(23.397.188.509,87)	(3.098.229.496,15)	(26.495.418.006,02)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(67.639.941.774,14)	(29.209.550.203,40)	(96.849.491.977,54)
Total da Provisão	84.916.880,62	-	84.916.880,62

24.3. Provisão Atuarial do RPPS – Plano Previdenciário: representa o déficit atuarial, reconhecido no IPERGS, previsto para o regime previdenciário de capitalização dos servidores do Rio Grande do Sul (FUNDOPREV). O valor é apurado por meio de avaliação atuarial e representa insuficiência de recursos para a cobertura dos compromissos dos benefícios previdenciários concedidos e a conceder. São consideradas na avaliação as contribuições que o Estado e os servidores e pensionistas realizam ao Fundo, os valores que o FUNDOPREV deve receber de compensação previdenciária de benefícios concedidos a servidores que contribuíram para outros entes, bem como os valores previstos de aposentadorias/pensões/outros benefícios concedidos e a conceder, conforme segue:

PLANO PREVIDENCIÁRIO	FUNDOPREV Civil	FUNDOPREV Militar	TOTAL
Provisão de Benefícios Concedidos	32.063.424,18	10.029.046,73	42.092.470,91
Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos	33.897.180,98	10.033.670,32	43.930.851,30
Contribuições do Estado	(892.566,76)	-	(892.566,76)
Contribuições de Pensionistas	(892.566,76)	-	(892.566,76)
Compensação Previdenciária	(48.623,28)	(4.623,59)	(53.246,87)
Provisão de Benefícios a Conceder	2.113.576.553,35	893.335.784,72	3.006.912.338,07
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	7.631.669.151,18	2.449.047.706,37	10.080.716.857,55
Contribuições do Estado	(2.460.636.766,35)	(678.609.943,61)	(3.139.246.709,96)
Contribuições dos Servidores	(2.272.100.697,78)	(625.930.521,78)	(2.898.031.219,56)
Compensação Previdenciária	(785.355.133,70)	(251.171.456,26)	(1.036.526.589,96)
Total da Provisão	2.145.639.977,53	903.364.831,45	3.049.004.808,98

24.4. Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar: Demonstra a contrapartida da remuneração calculada e pendente de pagamento referente ao SIAC.

24.5. Provisão para Indenizações Trabalhistas: São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas trabalhistas (estatutárias, previdenciárias e CLT). O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. A fonte de informação de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014, que contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte.

Provisão para Indenizações Trabalhistas	2018
Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e compensação de jornada (Fundações)	185.899.284,00
Reajustes do vale-refeição	184.354.800,00
Incorporação da Gratificação de Incentivo Tecnológico - IPERGS	151.477.798,00
Vantagens Temporais (Triênios e ATS) e Incorporação da Parcela SUDS	117.572.143,00
Adicional de Insalubridade - Servidores de Escola	61.129.286,39
Reflexo das horas-extras na gratificação natalina	40.800.824,52
Ação Civil Pública - FPERS (Jornada de trabalho)	37.612.851,00
Outras Provisões para Indenizações Trabalhistas	79.800.387,11
Total	858.647.374,02

- Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e compensação de jornada (Fundações) – A PGE vem atuando na defesa das fundações em inúmeras demandas individuais postulando diferenças salariais em razão do incorreto pagamento das parcelas horas extras diurnas, horas extras noturnas, horas intervalares diurnas e noturnas, adicional noturno, contagem de hora noturna e jornada prorrogada, horas dobradas e jornadas irregularmente compensadas. As fundações que apresentam maior volume dessas demandas são a FASE e a FPERGS;

- Reajustes do Vale-Refeição – Estimativa de aproximadamente 30 mil processos judiciais que estão em execução contra o Estado, cujo objeto é o reajuste do vale-refeição que não era concedido periodicamente. A partir de 1º de abril de 2010 o Estado estabeleceu a revisão anual do vale-refeição, por força da Lei nº 13.429-2010. A PGE e a Secretaria da Fazenda firmaram Termo de Cooperação e apresentaram acordo em cerca de 60 mil processos judiciais, dos quais houve aproximadamente 20 mil aderentes;
- Incorporação da Gratificação de Incentivo Tecnológico - IPERGS: Trata-se de reclamatória trabalhista ajuizada contra o IPERGS, no ano de 1991 (processo nº 9083800-92.1991.5.04.0018), em que 107 reclamantes obtiveram diferenças salariais decorrentes da condenação a título de Gratificação de Incentivo Tecnológico - GIT, desde 1989, em parcelas vencidas e vincendas, na proporção em que vinha sendo paga, em relação ao salário-base, computados os valores da Gratificação de Estímulo Previdenciário (GEP) incorporados a este, com reflexos. Atualmente o processo está em fase de execução de sentença;
- Vantagens Temporais (Triênios, Adicionais por Tempo de Serviço) e incorporação da Parcela Gratificação SUDS: A Lei Estadual nº 9.077/90 criou a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Rossler – FEPAM, que assumiu integralmente as atribuições e objetivos do Departamento do Meio Ambiente – DMA, absorvendo, também, os empregados lotados naquele órgão, mediante opção, nos termos do Decreto nº 33.765/90. Na época que estavam vinculados ao DMA, beneficiavam-se de avanços trienais de 5% e quando foram incorporados ao quadro da FEPAM passaram a receber avanços quinquenais de 5%. A mudança de quadros também implicou diferenças nos Adicionais por tempo de serviço (15% e 25%) e na complementação da parcela do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS/RS). Há 62 demandas judiciais em fase de execução de sentença;
- Adicional de Insalubridade – Servidores de Escola: Trata-se de ações judiciais e recursos envolvendo pretensão de percepção de adicional de insalubridade por servidores ocupantes do cargo Agente Educacional – manutenção de infraestrutura/serviços gerais/auxiliar de serviços complementares ou alimentação, sob a alegação de que exercem atividades insalubres, sem o recebimento dos equipamentos de proteção individual adequados. Em alguns casos, há pretensão de indenização por danos morais;
- Reflexo das horas extras na Gratificação-Natalina: Refere-se a inúmeras ações ordinárias ajuizadas por servidores, especialmente os ligados à área da segurança pública, com pedido de pagamento de diferenças a título de gratificação-natalina, sob o fundamento de que as horas extraordinárias realizadas nos meses de dezembro devem compor a base de cálculo da referida vantagem. Atualmente tramitam cerca de 5000 ações postulando a integração de horas extras ou horas aulas na base de cálculo da gratificação-natalina;
- Ação Civil Pública – FPERGS (Jornada de Trabalho): Trata-se de ação ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho da 4ª Região contra a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul, na qual há decisão transitada em julgado, em 25-2-2016, para que a Fundação se abstenha de prorrogar a jornada de seus empregados além dos limites legais ou previstos em normas coletivas. A estimativa foi baseada no valor da multa diária de R\$ 2.000,00 por jornada prorrogada além dos limites legais.

24.6. Provisão para Riscos Fiscais: São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas fiscais (tributárias). O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. A fonte de informação de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014, que contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria-Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte.

Provisão para Riscos Fiscais	2018
Creditamento de ICMS incidente na aquisição de serv. de energia elétrica por empresas de telecomunicação	326.700.000,00
Total	326.700.000,00

- Creditamento de ICMS incidente na aquisição de serviços de energia elétrica por empresas de telecomunicação – São ações ajuizadas por empresas do setor de telecomunicações, as quais defendem que sua atividade é de industrialização (ou equiparável a esta), como pressuposto para reduzir o ICMS a pagar mediante o aproveitamento de créditos de energia elétrica. O valor estimado se refere a possibilidade de desconstituição dos créditos tributários lançados e também de crédito extemporâneo por parte das empresas em função de períodos em que não foram realizados créditos.

24.7. Provisão para Riscos Cíveis: São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas cíveis. O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. A fonte de informação de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014, que contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte.

Provisão para Riscos Cíveis	2018
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	92.238.000,00
Ações Indenizatórias por superlotação e/ou condições degradantes dos presídios	15.000.000,00
Total	107.238.000,00

- Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios): Refere-se a diversas ações propostas pelos consórcios que assumiram as estradas estaduais e federais delegadas no Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, mediante a cobrança de pedágio. As ações discutem a não-concessão de reajustes para o ano de 2012, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos ou o termo final do prazo de concessão;
- Ações Indenizatórias por superlotação e/ou condições degradantes dos presídios: Recentemente o STF julgou o tema 365 que é relacionado a danos, inclusive morais, de responsabilidade do Estado, quando não forem mantidos no presídio os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico. O valor foi calculado conforme expectativa de 3 mil processos postulando danos morais em torno de R\$ 5 mil reais cada.

24.8. Provisão de Pensões Integrais a Pagar: São dívidas reconhecidas e pendentes de pagamento a pensionistas. Refere-se a diferenças de integralidade, no valor de R\$ 117.766.943,43, e da Lei Brito (Lei nº 10.395/95), no valor de R\$ 961.079,18.

25. Resultado Diferido

Representa a arrecadação efetuada de forma antecipada, ou seja, antes de ocorrido o fato gerador, conforme detalhamento abaixo:

Resultado Diferido	2018
IPVA de 2019 arrecadado em 2018	819.572.406,04
(-) Custo Diferido: Repartição com os Municípios	(409.786.203,02)
Total	409.786.203,02

26. Resultados Acumulados

A variação dos Resultados acumulados decorre do Resultado Patrimonial do Exercício, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (Nota 29) e dos Ajustes de Exercícios Anteriores (Nota 26.1):

Resultados acumulados	
Saldo de 31/12/2017	(53.742.078.912,14)
Resultado Patrimonial do Exercício	(6.364.548.249,75)
Ajustes de Erros de Exercícios Anteriores	(2.023.287.600,96)
Saldo de 31/12/2018	(62.129.914.762,85)

26.1. Ajustes de Exercícios Anteriores: Refere-se aos valores reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, pois são decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercícios anteriores e que não puderam ser atribuídos a fatos subsequentes. Os Ajustes de Exercícios Anteriores estão resumidos no quadro a seguir:

Ajustes de Exercícios Anteriores	2018
Débito	(2.365.775.952,01)
Despesas de Exercícios Anteriores - Orçamentárias	(1.632.450.476,86)
Despesas de Exercícios Anteriores - Pendentes de Execução Orçamentária	(532.847.158,91)
Ajustes de Erros de Exercícios Anteriores - Financeiros	(181.632.077,77)
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	(18.846.238,47)
Crédito	342.488.351,05
Desreconhecimento de Passivos inscritos em exercícios anteriores	272.581.713,09
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	69.906.637,96
IMPACTO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(2.023.287.600,96)

27. Registros em Contas de Controle

a) **Atos e fatos que possam afetar o patrimônio do Estado.** Tais valores são evidenciados, no **Balanco** Patrimonial, no quadro das Compensações, e está mais bem detalhado no quadro a seguir:

Atos Potenciais Ativos	5.346.580.944,07
<u>Garantias e Contrapartidas Recebidas</u>	<u>1.028.682.432,99</u>
<i>Cauções em Títulos e Valores</i>	1.025.242.887,40
<i>Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos</i>	3.148.369,43
<i>Outras Garantias e Contrapartidas Recebidas</i>	291.176,16
<u>Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres</u>	<u>84.897.822,84</u>
<i>FAPERGS - Auxílios a comprovar</i>	58.324.438,20
<i>Administração Direta - Auxílios a comprovar</i>	16.536.518,10
<i>Demais entidades - Auxílios a comprovar</i>	10.036.866,54
<u>Direitos Contratuais</u>	-
<u>Outros Atos Potenciais Ativos</u>	<u>4.233.000.688,24</u>
<i>Administração Direta - Contratos e Convênios em Execução</i>	1.145.436.930,75
<i>Demais entidades - Contratos e Convênios em Execução</i>	82.223.184,14
<i>DAER - Prestações de Serviços - Valores em Discussão</i>	1.991.574.351,45
<i>COMPENSA - Solicitações em andamento</i>	966.063.755,32
<i>LEI 12.069/2004 - Saldo não utilizado dos depósitos judiciais</i>	47.702.466,58
Atos Potenciais Passivos	343.227.653,56
<u>Garantias e Contrapartidas Concedidas</u>	<u>126.750.217,94</u>
<i>Avais Concedidos</i>	126.750.217,94
<u>Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres</u>	-
<u>Obrigações Contratuais</u>	<u>12.965.776,99</u>
<i>Contratos em Execução</i>	12.965.776,99
<u>Outros Atos Potenciais Passivos</u>	<u>203.511.658,63</u>
<i>SPH - Responsabilidade sobre valores em consignação</i>	129.074.407,57
<i>Recursos FUNDOPEM p/Aumento Capital Barrisul</i>	26.734.784,48
<i>LEI 12.069/2004 - Saldo não utilizado dos depósitos judiciais</i>	47.702.466,58

Apresenta-se, a seguir, breve descrição dos atos potenciais ativos e passivos:

- **Cauções em Títulos e Valores** - Compreende o registro de avais, fianças e garantias similares recebidas. No DAER, o valor de R\$ 1.016.038.294,74 refere-se a seguros garantia contratados pelas empreiteiras responsáveis pelas obras em rodovias. Os valores contratados reverterão ao DAER, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da empreiteira contratada. Por força da Instrução Normativa DAER DG nº 002-17, o valor da garantia deve corresponder a 5% do valor atualizado do contrato;
- **Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos** - Compreende os seguros contratados pela administração (imóveis, veículos, obras, etc);
- **Auxílios a comprovar** – Compreende os auxílios concedidos pelo Estado a Pessoas Físicas ou Jurídicas que estão sujeitos a comprovação. Enquanto o credor do auxílio não prestar contas o valor fica registrado como ato potencial ativo. A maior parte (R\$ 58.324.438,20) refere-se a apoio financeiro concedido pela FAPERGS a pesquisadores;
- **Contratos e Convênios em Execução** – Compreende os contratos e convênios em que o Estado é o contratante/concedente e o contratado/conveniente tem a obrigação de prestar contas dos valores recebidos;
- **Prestações de Serviços** – Valores em Discussão – Compreende os prováveis, mas não totalmente certos, ingressos de recursos relacionados a prestações de serviços. O valor de R\$ 1.991.574.351,45 refere-se a obras executadas pelo DAER por delegação do Governo Federal – DNIT;
- **COMPENSA, Solicitações em andamento** – Compreende as solicitações em andamento do programa COMPENSA/RS, que constitui na compensação de precatórios com dívida ativa. O Decreto Estadual nº 53.974-2018 instituiu o programa, em regulamentação a Lei nº 15.038-2017.

Podem ser compensados os créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa até 25 de março de 2015, com qualquer precatório vencido do Estado do Rio Grande do Sul, suas Autarquias ou Fundações. Os valores compensados são baixados do Ativo de Dívida Ativa e do Passivo de Precatórios, por meio da execução orçamentária, ou seja, os precatórios são executados orçamentariamente; e a Dívida Ativa é registrada como Receita Orçamentária, de acordo com a natureza do valor compensado. As solicitações em andamento ficam registradas nas contas de Atos Potenciais Ativos, com a seguinte divisão:

COMPENSA/RS - Compensações em Andamento	966.063.755,32
Solicitações não homologadas	837.914.141,36
Compensações homologadas, em processo de compensação	114.343.839,90
Compensações efetuadas, pendentes de execução orçamentária	13.805.774,06

- **Lei nº 12.069-2004, Saldo não utilizado dos depósitos judiciais** – Demonstra o montante de recursos disponíveis e não utilizados pelo Estado. Há duas contas que registram este saldo, uma nos atos potenciais ativos (pelo potencial ingresso de caixa) e outra nos atos potenciais passivos (pelo potencial acréscimo de passivo). O Estado pode utilizar até 95% dos depósitos judiciais, conforme parágrafo 1º, art. 1º, da lei 12.069-2004. O valor representa o saldo disponível, ou seja, o que o estado ainda poderia utilizar para completar os 95%. Todavia, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 15.135-2018, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, previsto na Lei Complementar Federal nº 159-2017, o Estado estará impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 151-2015.;
 - **Avais Concedidos** – Representam potenciais passivos assumidos pelo Estado ao conceder Avais a Terceiros. A maior parte do valor (R\$ 126.750.216,09) corresponde a Avais concedidos pelo Estado a CEEE e a CORSAN, em contratos de empréstimo;
 - **Responsabilidade sobre valores em consignação** – Compreende o valor recebido em consignação e não repassado. A totalidade do saldo refere-se a dívidas da SPH para com o IPERGS, referente a períodos compreendidos entre janeiro de 1991 e dezembro de 2008;
 - **Recursos FUNDOPEM para aumento de Capital do Banrisul** – Representa a parcela de 30% dos retornos de financiamento destinada ao aumento de capital do BADESUL, conforme art. 15 da Lei Estadual 11.916, de 2-6-2003, alterado pela Lei Estadual 14.744, de 24-12-2015.
- b) Passivos contingentes** – são riscos fiscais de média probabilidade de ocorrência (não provável, mas possível). O registro contábil em contas de controle ocorreu por força do art. 5º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. Os passivos contingentes totalizaram no exercício R\$ 35.155.536.835,60 (R\$ 71.265.584.361,67 em 2017). O decréscimo decorre principalmente: 1) da reclassificação como provisão (registro no passivo), e 2) da baixa em razão da remota possibilidade de ocorrência. O Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014, contém a maior parte dos passivos contingentes e contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria-Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte. A seguir, demonstra-se a composição do saldo de 2018, em comparação a 2017.

Objeto dos Passivos Contingentes	2018	2017
Revisão Geral Anual	-	45.487.598.042,13
Implantação Piso Nacional do Magistério	28.600.000.000,00	13.100.000.000,00
Brasil Telecom	5.000.000.000,00	5.000.000.000,00
Ações Cíveis Públicas - Investimentos na área da saúde	-	3.203.336.855,74
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	-	1.010.445.607,00
FGTS de Servidores Temporários	383.472.714,09	383.472.714,09
Responsabilidade Subsidiária s/ Prestação de Serviços por Terceirizados	-	382.200.000,00
Indenização por vícios construtivos - ERGS sucessor da COHAB	300.000.000,00	300.000.000,00
Outros	872.064.121,51	2.398.531.142,71
Total	35.155.536.835,60	71.265.584.361,67

Apresenta-se, a seguir, breve descrição dos passivos contingentes de média probabilidade de ocorrência que possuem estimativa confiável:

- **Revisão Geral Anual** – Esse passivo contingente foi baixado das contas de controle, em razão da remota probabilidade de ocorrência. Refere-se a, aproximadamente, 1.500 ações judiciais e recursos envolvendo pretensões de servidores ativos, inativos e pensionistas, de reconhecimento do direito à revisão geral anual prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal;
- **Implantação do Piso Nacional do Magistério** – A Procuradoria-Geral do Estado vem atuando na defesa do Estado em milhares de demandas individuais e na Ação Coletiva nº 011.1.11.0246307-9, ajuizada pelo Ministério Público, postulando a implantação do piso salarial nacional do magistério, previsto no artigo 2º da Lei Federal 11.738-2008, além do pagamento de diferenças pretéritas;
- **Brasil Telecom** – A Brasil Telecom/Oi ajuizou demanda, processo nº 1.06.0215436-0, na qual postula a condenação do Estado do Rio Grande do Sul a ressarcir-lhe os valores despendidos nos milhares de ações judiciais propostas pelos usuários dos serviços de telefonia fixa discutindo o valor das ações referentes às linhas telefônicas da extinta CRT;
- **Ações Cíveis Públicas (Investimentos na Saúde)** – Esse passivo contingente foi baixado das contas de controle, em razão da remota probabilidade de ocorrência. O Ministério Público Estadual ajuíza, para cada exercício, desde o ano 2003, ações cíveis públicas contra o Estado do Rio Grande do Sul com o intuito de compeli-lo a depositar os recursos próprios destinados às ações e serviços de saúde pública executados pela Secretaria da Saúde, no percentual de 12%, conforme previsão constitucional;
- **Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)** – Esse passivo contingente foi baixado das contas de controle e reconhecido como provisão (no passivo), em razão da alta probabilidade de ocorrência. O valor inscrito como provisão foi de R\$ 92.238.000,00. Existem várias ações propostas pelos consórcios que assumiram as estradas estaduais e federais delegadas no Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, mediante a cobrança de pedágio. As ações discutem a não-concessão de reajustes para o ano de 2012, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos ou o termo final do prazo de concessão;
- **FGTS de Servidores Temporários** – Refere-se a centenas de ações judiciais propostas por servidores contratados emergencialmente, principalmente por integrantes do magistério e servidores de escola, que alegam nulidade das renovações sucessivas dos contratos e postulam o depósito/pagamento de FGTS;
- **Responsabilidade Subsidiária sobre a Prestação de Serviços por Terceirizados** – Esse passivo contingente foi baixado das contas de controle, em razão da remota probabilidade de ocorrência. Refere-se a reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados contratados pelas empresas de terceirização de mão de obra. O objeto das ações é a responsabilidade subsidiária do estado quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas;

- **Indenização por Vícios Construtivos** – O Estado, como sucessor legal da antiga Companhia Estadual de Habitação – COHAB, fora condenado a reparar os vícios das construções adquiridas pelos autores das ações judiciais. A ação de execução foi inaugurada (001/1.13.0236969-6) e o Estado apresentou embargos à execução (001/1.05.2352199-9), postulando a prescrição da execução e a exclusão de valores.

Os seguintes Passivos Contingentes não possuem estimativa confiável, mas possuem média ou alta probabilidade de ocorrência:

Objeto dos Passivos Contingentes	Probabilidade de Ocorrência
Adicional Noturno SEDUC e SSP	Alta
Parcelamento dos vencimentos/ proventos /13º salário	Alta
Reflexo do abono família e do auxílio transporte na gratificação natalina	Alta
Poupança, Planos Econômicos	Média
Habilitação de Marido e companheiro junto ao IPERGS na condição de pensionista	Alta
Corte de Pensões que excedam o teto remuneratório (IPERGS)	Média

- **Adicional Noturno SEDUC e SSP** – Passivo contingente de alta probabilidade de ocorrência, que não foi inscrito no passivo por não ter valor estimado em bases confiáveis. Refere-se a ações judiciais ajuizadas por professores, policiais e outros servidores que laboram após as 22 horas;
- **Parcelamento dos vencimentos, proventos, 13º Salário** – Passivo contingente de alta probabilidade de ocorrência, que não foi inscrito no passivo por não ter valor estimado em bases confiáveis. Refere-se a ações judiciais ajuizadas por servidores públicos estaduais, insurgindo-se contra o parcelamento dos vencimentos/proventos e 13º salário. Tais ações postulam o cumprimento do art. 35 da Constituição Estadual, com o pagamento da remuneração/proventos até o último dia útil de cada mês, bem como o pagamento do décimo terceiro salário até 20 de dezembro, cumulado ou não com a pretensão de indenização por danos materiais e/ou morais;
- **Reflexo do abono família e do auxílio-transporte na gratificação natalina** – Passivo contingente de alta probabilidade de ocorrência, que não foi inscrito no passivo por não ter valor estimado em bases confiáveis. Refere-se a ações judiciais ajuizadas por servidores públicos estaduais, requerendo o pagamento do abono família e do auxílio transporte no décimo terceiro salário;
- **Poupança, Planos Econômicos** – Passivo contingente de média probabilidade de ocorrência e com valor inestimado. Refere-se aos processos judiciais ajuizados contra o Estado, como sucessor da extinta Caixa Econômica Estadual, requerendo as diferenças de remuneração das cadernetas de poupança, oriundas dos seguintes planos econômicos: Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I, Plano Collor II;
- **Habilitação de marido e companheiro junto ao IPERGS na condição de pensionista** – Passivo contingente de alta probabilidade de ocorrência, que não foi inscrito no passivo por não ter valor estimado em bases confiáveis. Refere-se a ações judiciais em que os autores, na condição de marido ou companheiro de servidora pública estadual falecida, ajuizaram contra o IPERGS postulando o reconhecimento do seu direito à condição de pensionista. O tema, pela sua natureza, está aguardando julgamento do Supremo Tribunal Federal, sendo que há repercussão geral atribuída, sem que o julgamento tenha iniciado até o momento.
- **Corte de pensões que excedam o teto remuneratório (IPERGS)** – Passivo contingente de média probabilidade de ocorrência e com valor inestimado. O IPERGS editou a Resolução nº 416-2017, regulamentando o art. 5º da Lei Complementar nº 14.967-2016, que determinou que a percepção cumulativa do benefício de pensão por morte com subsídio, vencimentos, salários, proventos de inatividade ou outra espécie remuneratória deverá observar, em qualquer caso, o limite único estabelecido no art. 33, § 7º, da Constituição do Estado, para fins de observância do disposto no art. 37, § 12, da Constituição Federal. Dessa forma, desde maio-2017 o IPERGS

realiza dedução da parcela excedente sobre o valor da pensão por morte (aproximadamente 200 pensões). Há 25 processos sobre o tema, incluindo Sindicatos e Associações, e ainda não há perspectiva de como irão se posicionar os tribunais locais e superiores.

- c) **Outros controles necessários para a gestão administrativa.** Demonstra-se, a seguir, alguns valores relevantes registrados:

Outros Controles	
Montante dos Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 11.667/2001	10.795.777.108,74
Participações Societárias em empresas controladas - capital subscrito	5.953.230.706,93

- **Montante dos Depósitos Judiciais, Lei Estadual nº 11.667-2001** – Registra o montante dos depósitos judiciais, em dinheiro, referidos na Lei nº 11.667-2001, sujeito ao limite de 95% a ser disponibilizado para o Estado, conforme parágrafo 1º, art. 1º da Lei nº 12.069-2004.

Total dos Depósitos Judiciais, conforme Lei Estadual nº 11.667/2001	10.795.777.108,74
Percentual limite de utilização pelo Estado, conforme Lei Estadual nº 12.069/2004	95%
Limite de utilização pelo Estado	10.255.988.253,30
Valor Utilizado pelo Estado	10.208.285.786,72
Percentual utilizado pelo Estado	94,56%

A diferença entre o valor utilizado pelo Estado e o Limite máximo de utilização (R\$ 47.702.466,58) está registrada nas contas de atos potenciais ativos e passivos, conforme tabela do item “a”.

Cabe destacar que o Banrisul, que gerencia os depósitos judiciais, apartou desta conta os depósitos judiciais que o Estado é parte, para fins de alinhamento com a Lei Complementar nº 151-2015 que determina o limite de 70% para estes depósitos. Assim, além dos R\$ 10.208.285.786,72 utilizados pelo Estado, por força da Lei nº 12.069/2004, também foram utilizados R\$ 482.848.319,54 de um total de R\$ 848.867.949,55 de depósitos judiciais que o Estado é parte, conforme orientação do Ofício 242/2015 SECPRES-TJRS. A seguir, apresenta-se o resumo da utilização dos depósitos judiciais pelo Estado:

Tipo de Depósito	Saldo total	Valor utilizado	Percentual
Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 12.069/04	10.795.777.108,74	10.208.285.786,72	94,56%
Depósitos Judiciais - Ofício 242/2015 SECPRES-TJRS	848.867.949,55	482.848.319,54	56,88%
Total	11.644.645.058,29	10.691.134.106,26	91,81%

- **Participações Societárias em empresas controladas, capital subscrito** – Demonstra o valor do capital subscrito nas empresas controladas pelo Estado. O valor do investimento é calculado pelo Método de Equivalência Patrimonial e reconhecido no Ativo Não Circulante.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

28. A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta a movimentação das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) dentro do exercício, em três grupos, que expressam as entradas e saídas relacionando-as com as atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A soma dos resultados líquidos de cada um desses grupos totaliza a variação no caixa do período, que deve coincidir com a diferença entre os saldos respectivos das disponibilidades, constantes no Balanço Patrimonial, entre o início e o fim do período. O Resultado Positivo do Fluxo de Caixa decorre principalmente das atividades operacionais, que registraram ingressos de Receitas derivadas e originais superiores aos desembolsos com pessoal, juros e encargos da dívida e demais despesas correntes, exceto transferências. Outro fator que impactou positivamente no fluxo de caixa das atividades operacionais foram os ingressos extraorçamentários, depositados no SIAC, que foram utilizados para o pagamento de despesas operacionais.

Demonstração das Variações Patrimoniais

29. Resultado Patrimonial - Na Demonstração das Variações Patrimoniais, as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são reconhecidas independentemente da execução orçamentária. O Resultado Patrimonial do Exercício não considera os Ajustes de Exercícios Anteriores que foram reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, conforme nota 21.1.

Demonstração das Variações Patrimoniais	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	161.023.916.478,72	590.987.281.594,78
Variações Patrimoniais Diminutivas	167.388.464.728,47	590.439.979.557,14
Resultado Patrimonial do Exercício	(6.364.548.249,75)	547.302.037,64

NOTAS EXPLICATIVAS DA CONSOLIDAÇÃO:

A consolidação dos balanços e demonstrativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações, que formam o Setor Governamental do Estado, foi realizada mediante os ajustes especificados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (Exclusões)					
ATIVO	Nota	(3.810.037.571,14)	PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota	(3.810.037.571,14)
Ativo Circulante		(3.462.624.723,38)	Passivo Circulante		(1.941.599.554,15)
Créditos a Curto Prazo	a	(3.462.624.723,38)	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	a.6	(4.785.798,26)
			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	c	(170.469.866,96)
			Demais Obrigações a Curto Prazo	a.1; a.2	(1.766.343.888,93)
Ativo Não Circulante		(347.412.847,76)	Passivo Não Circulante		(175.777.944,41)
Ativo Realizável a Longo Prazo	b	(347.412.847,76)	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	a.2; a.4	(148.664.859,56)
			Provisões a Longo Prazo	b.4; d	(27.113.084,85)
			Patrimônio Líquido		(1.692.660.072,58)
			Resultados Acumulados	a.3; a.5; b.1; b.2; c	(1.692.660.072,58)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADO (Exclusões)					
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	NOTA		VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	NOTA	
Contribuições	a.3	(215.389.043,60)	Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	b.3; c; d	(1.153.711.360,04)
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	a.5; b.2	(224.114.818,93)			
			Resultado Patrimonial do Período		714.207.497,51

a. Dos Créditos a Curto prazo, do Ativo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 3.462.624.723,38. Tal valor refere-se a:

a.1 Depósitos do SIAC da Administração Direta, Autarquias e Fundações: R\$ 1.754.790.668,90, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante.

a.2 Saldos contabilizados pelo Estado cujo devedor é o Instituto de Previdência do Estado – IPERGS: R\$ 42.027.436,93, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 11.553.220,03) e em Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante (R\$ 30.474.216,90).

a.3 Saldos contabilizados pelo IPERGS cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 951.354.552,65; contrapartida em Contribuições, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da

Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 215.389.043,60) e em Resultados Acumulados (Superávit ou Deficits de Exercícios Anteriores), do Patrimônio Líquido (R\$ 735.965.509,05).

a.4 Correção monetária sobre créditos do IPERGS: R\$ 118.190.642,66; contrapartida em Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante.

a.5 Bens e direitos de Autarquias e Fundações extintas: R\$ 591.475.623,98; contrapartida em Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 60.041.974,23) e em Resultados Acumulados (Superávit ou Deficits de Exercícios Anteriores), do Patrimônio Líquido (R\$ 531.433.649,75). Esses valores correspondem ao total de ativos inscritos nas entidades sucessoras do patrimônio das Autarquias e Fundações extintas e que também permanecem com saldos contábeis em seus setores governamentais de origem.

a.6 Precatórios transferidos para o Tesouro: R\$ 4.785.798,26; contrapartida em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante.

b. Do Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante, foi excluído o montante de R\$ 347.412.847,76. Tal valor refere-se a:

b.1 Saldos contabilizados pela Superintendência de Portos e Hidrovias - SPH cujo devedor é o próprio Estado: R\$ 228.515.841,93; contrapartida em Resultados Acumulados (Superávit ou Deficits de Exercícios Anteriores), do Patrimônio Líquido.

b.2 Saldos contabilizados pelo IPERGS em Dívida Ativa cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 1.210.544.928,57; contrapartida em Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 164.072.844,70) e em Resultados Acumulados (Superávit ou Deficits de Exercícios Anteriores), do Patrimônio Líquido (R\$ 1.046.472.083,87).

b.3 Saldo contabilizado pelo IPERGS em Ajustes para perdas da Dívida Ativa (conta retificadora): R\$ 1.118.652.217,11; contrapartida em Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais.

b.4 Precatórios compensados com Dívida Ativa: R\$ 27.004.294,37; contrapartida em Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante.

c. De Fornecedores e Contas a Pagar no Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 170.469.866,96; contrapartida em Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 34.950.352,45) e em Resultados Acumulados (Superávit ou Deficits de Exercícios Anteriores), do Patrimônio Líquido (R\$ 135.519.514,51). Esses valores correspondem ao total de passivos inscritos nas entidades sucessoras do patrimônio das Autarquias e Fundações extintas e que também permanecem com saldos contábeis em seus setores governamentais de origem.

d. De Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante foi excluído o montante de R\$ 27.113.084,85; contrapartida em Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante (R\$ 27.004.294,37), Nota b.4, e em Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 108.790,48).

BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO (Exclusões)					
INGRESSO	NOTA	(7.544.166.767,07)	DISPÊNDIOS	NOTA	(7.544.166.767,07)
Transferências Financeiras Recebidas		(5.747.348.661,24)	Transferências Financeiras Concedidas		(5.747.348.661,24)
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	e	(5.747.348.661,24)	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	e	(5.747.348.661,24)
Recebimentos Extraorçamentários		(1.796.818.105,83)	Pagamentos Extraorçamentários		(1.796.818.105,83)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	f	(1.796.818.105,83)	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	f	(1.796.818.105,83)

e. De Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária, das Transferências Financeiras Recebidas, foi excluído o montante de R\$ 5.747.348.661,24; contrapartida em Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária, das Transferências Financeiras Concedidas. Tal valor refere-se às Transferências Intragovernamentais realizadas pelo Estado para suas Entidades.

f. De Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, de Recebimentos Extraorçamentários, foi excluído o montante de R\$ 1.796.818.105,83; contrapartida em Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, de Pagamentos Extraorçamentários. Tal valor refere-se aos Depósitos do SIAC da Administração Direta, Autarquias e Fundações (R\$ 1.754.790.668,90), Nota a.1, e saldos contabilizados pelo Estado cujo devedor é o IPERGS (R\$ 42.027.436,93).

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO (Exclusões)			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NOTA		
Ingressos			
Transferências Correntes Recebidas	g	(5.747.348.661,24)	
Desembolsos			
Transferências Concedidas	g	(5.747.348.661,24)	

g. De Transferências Correntes Recebidas, dos Ingressos, foi excluído o montante de R\$ 5.747.348.661,24; contrapartida em Transferências Concedidas, dos Desembolsos. Tal valor refere-se às Transferências Intragovernamentais realizadas pelo Estado para suas Entidades.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2018.

José Ivo Sartori
Governador do Estado

Luiz Antônio Bins
Secretário da Fazenda

Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin
Contador e Auditor-Geral do Estado
CRCRS 45413/0-7

